

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

AMOR ANTÓNIO MONTEIRO

**NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA:
GÊNESE, FORMAÇÃO, CONCEPÇÕES E PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS
ANGOLANAS.**

**SÃO PAULO
2015**

AMOR ANTÓNIO MONTEIRO

NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA:
GÊNESE, FORMAÇÃO, CONCEPÇÕES E PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS
ANGOLANAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Carmelita Yazbek.

SÃO PAULO

2015

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em de de 2015.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizarmos um trabalho coletivo como este, vem-nos de imediato a necessidade de expressar nosso sentimento de gratidão a todos quanto nos ajudaram. Na verdade, não agradecer a todos é muita ingratidão a desaconselhar. Mas é também neste momento que a todos queremos agradecer, que surge a incômoda consciência de que, de alguma forma, podemos ser ingratos com alguém. Pois, além de não podermos nos lembrar de todos, também sentimos que este espaço é muito pequeno para nele caber uma infinidade de pessoas e circunstâncias que merecem nosso reconhecimento. Por este motivo é que em primeiro lugar agradecemos aos que não se sentirem agradecidos.

Em segundo lugar, minha profunda e sincera gratidão se dirige à minha família, sobretudo àqueles que partilham comigo mais de perto a vida que eles mesmo me dão: minha amiga e também esposa Elinda Nacalandula Monteiro, minhas queridas filhas Titi, Querene, Ely, Leny e Márcio e minha irmãzinha Gia. A este time que mais de perto me ajuda fazer o jogo da vida que eles mesmo me nutrem, meu muito obrigado pelo sacrifício consentido, pela compreensão e por continuarem o jogo da vida mesmo “diminuído” pela distância, a menos uma unidade.

Meus irmãos Madalena António Monteiro, Manuel António Monteiro e Maria António Monteiro são agradecidos pelo apoio e pela retaguarda segura que sempre me souberam ser.

A todos Educadores Sociais, Psicólogos Clínicos e Assistentes Sociais que fazem o Programa de Assistência Psicológica e Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas.

A todos os Assistentes Sociais que muito gentilmente participaram no estudo, aos meus colegas e amigos Aníbal, Hamilton, Pinto e Isidro pela cumplicidade e por tudo que eles sabem.

Às minhas queridas professoras de Angola, Sílvia Freitas, Felisbela, Maria Luísa e Adélia, pela ajuda e orientações, o meu muito obrigado!

Ao Comando Superior das Forças Armadas Angolanas, em particular à Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General, pela confiança e aposta em oportunizar este momento, meu profundo agradecimento.

O processo seletivo para entrada na PUC-SP não teria sido concluído com êxito se a Andréia Canhetti e o Rodrigo me tivessem tratado como mais um número, mais um candidato e apenas isso! Quantas vezes incomodei e prontamente o Dr. Ademir, a Dr^a. Carmelita e a Andréia me responderam, sim! Não foi só o cumprimento de um dever funcional e profissional que me ajudou, mas também um feitio, uma opção de ser profissional e pessoa. Eu sentia isso em cada letra das muitas respostas por e-mail, em cada tom de voz das muitas chamadas telefônicas, a estas pessoas se deve dizer, sim, *ngasakidila, kitembwe kimixangele!*

A todas as professoras e os professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, pela abertura, pelo ambiente acadêmico e a amizade que souberam criar e proporcionar a mim. Meu muito obrigado!

Meus agradecimentos se dirigem em especial às professoras Raquel Raichelis Degenszajn e Maria Lúcia Martinelli que participaram na minha qualificação, pelas observações e pertinentes contribuições que muito deitaram luzes para a construção da presente dissertação.

A minha querida orientadora, Prof^a Dra. Maria Carmelita Yazbek, pela paciência com que suportou e trabalhou minha ignorância, pela simplicidade e por aceitar andar ao meu ritmo sem deixar de acelerar e desacelerar quando foi necessário. Meu muito obrigado!

O meu muito obrigado à PUC-SP, pelo apoio institucional e ao CNPq, pelo abraço estendido sem o qual não seria possível a conclusão do último semestre.

Ao amigo João Futa, pelo acolhimento em São Paulo, ao João Guilherme pela amizade e a todas e todos os colegas de caminhada no Programa pela simpatia e partilha, a todos o meu muito obrigado.

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais António
Monteiro Manuel e
Elisa Miguel António*

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir a natureza do Serviço Social em Angola em geral e de modo particular nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. Baseado no referencial teórico marxiano e nos autores a ele vinculado, partimos do princípio de que apreender a natureza do Serviço Social em Angola requer identificar no fugaz, no fenomênico, no imediato, no cotidiano, isto é, na sua gênese, no processo de formação dos seus agentes bem como nas concepções e na prática profissional destes, aquilo que *se conserva na continuidade do processo* histórico. A pesquisa de campo realizada com uma amostra de assistentes sociais formados no período colonial e demonstra que a natureza do Serviço Social em Angola é marcada por ser uma profissão, isto é, um trabalho especializado no contexto da divisão sócio técnica do trabalho permeado pelas características dos sujeitos profissionais, por suas concepções sobre a profissão, pela natureza da prática profissional cotidiana, pela conjuntura sócio histórica que demandou sua criação, recriação e lhe dá significado, pelas demandas e interesses das instituições que assalariam o Assistente Social, quanto pelas demandas e interesses dos sujeitos a quem o trabalho dos Assistentes Sociais se dirige.

Palavras-chave: Natureza do Serviço Social. Concepções. Formação profissional. Trabalho. Prática profissional.

ABSTRACT

This work aims to discuss the nature of social work in Angola in general and particularly in the Angolan Armed Forces Health Services. Based on Marx's theoretical framework and the authors linked to it, we assume that to grasp the nature of social work in Angola requires identifying in what is temporary, phenomenal, immediate, occurs in everyday life, that is, in its genesis, in the training process of its agents and in their concepts and professional practice, what is conserved in the continuity of the historical process. The field research shows that the nature of social work in Angola is marked by being a profession, that is, a specialized work in the context of socio-technical labour division permeated by the characteristics of the professionals, for their views on the profession, the nature of everyday work practice, the socio-historical context that demanded its creation, re-creation and gives meaning to it, by the demands and interests of the institutions that hire a social worker, and also by the demands and interests of the individuals to whom the service of social workers is delivered.

Key words: Nature of Social Work. Conceptions. Professional training. Work. Professional practice.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Categorias para apreensão do objeto de estudo	p. 34
Quadro 02	Instituições estatais de ensino superior em Angola com e sem curso de Serviço Social,	p. 184
Quadro 03	Instituições privadas de ensino superior com e sem curso de Serviço Social, Angola, 2011	p. 185
Quadro 04	Distribuição comparativa das disciplinas do 1º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 191
Quadro 05	Distribuição comparativa das disciplinas do 2º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 192
Quadro 06	Distribuição comparativa das disciplinas do 3º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 193
Quadro 07	Distribuição comparativa das disciplinas do 4º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 194
Quadro 08	Distribuição comparativa das disciplinas do 5º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 195
Quadro 09	Distribuição comparativa das disciplinas do 6º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 196
Quadro 10	Distribuição comparativa das disciplinas do 7º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 197
Quadro 11	Distribuição comparativa das disciplinas do 8º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015	p. 198

Quadro 12	Distribuição dos Assistentes Sociais segundo seu enquadramento laboral, Luanda, 2014	p. 203
Quadro 13	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a opinião se tinham outra formação superior, Angola, 2015	p. 212
Quadro 14	Distribuição Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a função que desempenham, Luanda, 2015	p. 217
Quadro 15	Distribuição Assistentes Sociais nos SS/FAA com outro vínculo laboral, segundo a instituição onde são melhor remunerados, Luanda, 2015	p. 219
Quadro 16	Distribuição dos entrevistados segundo a opinião se existe um objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA, Angola, 2015	p. 230
Quadro 17	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a opinião se o Serviço Social tem uma natureza, Angola, 2015	p. 233
Quadro 18	Distribuição do volume das atividades sócio assistenciais em 2014 segundo sua natureza	p. 247
Quadro 19	Volume da Assistência Psicossocial Hospitalar em 2014 segundo sua natureza	p. 248
Quadro 20	Volume da Assistência Psicossocial com comunidades/unidades em 2014 segundo sua natureza	p. 250
Quadro 21	Volume da Seguimento Psicossocial e Cuidados Continuados em 2014 por doença	p. 251
Quadro 22	Distribuição das atividades socioeducativas e de pesquisa segundo a natureza em 2014	p. 255
Figura 01	Mapa do continente Africano	p. 41
Figura 02	Mapa da República de Angola	p. 44
Figura 03	Campo de saúde de Dever	p. 106
Figura 04	Modelo do campo de saúde de Dahlgren e Whitehead	p. 110
Gráfico 01	Distribuição comparativa da carga horária por ano e por instituição de formação de Assistentes Sociais, Luanda, 2015	p. 199
Gráfico 02	Distribuição dos Assistentes Sociais existentes no país segundo a instituição formadora, Luanda, 2014	p. 203

Gráfico 03	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o sexo, Angola, 2015	p. 210
Gráfico 04	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a faixa etária, Angola, 2015	p. 211
Gráfico 05	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a formação média, Angola, 2015	p. 211
Gráfico 06	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a colocação, Angola, 2015	p. 213
Gráfico 07	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o seu tempo de trabalho na instituição, Angola, 2015	p. 213
Gráfico 08	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o seu tempo de trabalho na instituição como Assistentes Sociais, Angola, 2015	p. 214
Gráfico 09	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o grau militar, Angola, 2015	p. 215
Gráfico 10	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a categoria militar, Angola, 2015	p. 216
Gráfico 11	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a opinião se têm outras responsabilidades além das atribuídas aos Assistentes Sociais, Angola, 2015	p. 217
Gráfico 12	Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo existência ou não de outro vínculo laboral, Angola, 2015	p. 218
Gráfico 13	Distribuição comparativa da Assistência Psicossocial Hospitalar segundo a natureza. 2011-2014	p. 249
Gráfico 14	Distribuição comparativa da Assistência Psicossocial com Comunidades/Unidades segundo a natureza. 2011-2014	p. 250
Gráfico 15	Distribuição dos doentes faltosos às consultas segundo o diagnóstico no período de 2012-2014	p. 252
Gráfico 16	Distribuição total dos doentes faltosos as consultas de seguimento no período de 2012-2014	p. 253
Gráfico 17	Distribuição dos doentes faltosos as consultas de seguimento em 2014 segundo o diagnóstico	p. 253

Gráfico 18 Distribuição dos doentes faltosos às consultas de seguimento em p. 254
2014 segundo a categoria militar

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCFA	Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas
CLIN	Clínica
CLIN/EXE	Clínica do Exército
CLIN/MGA	Clínica da Marinha de Guerra Angolana
CSFAA	Comando Superior das Forças Armadas Angolanas
DSS	Direção dos Serviços de Saúde
DSS/EMG	Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General
DSS/EMG/FAA	Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas
DSS/EXE	Direção dos Serviços de Saúde do Comando do Exército
ELNA	Exército Libertação Nacional de Angola
EMG	Estado Maior General
EMG/FAA	Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas
EXE	Exército
FAA	Forças Armadas Angolanas
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FAN	Força Aérea Nacional
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
HMP/IS	Hospital Militar Principal/Instituto Superior
ISUP JP II	Instituto Superior João Paulo II
ISUP JP II/UCAN	Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola
ISSS	Instituto Superior de Serviço Social
MGA	Marinha de Guerra Angolana

MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OGR	Oficinas Gerais de Reparação
SS/FAA	Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas
RMCa	Região Militar Cabinda
RMN	Região Militar Norte
UCAN	Universidade Católica de Angola
UGP	Unidade de Guarda Presidencial
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
2 OBJETO, PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	21
3 JUSTIFICATIVA	26
4 OBJETIVOS	32
4.1 GERAL.....	32
4.2 ESPECÍFICOS.....	32
5 SUJEITOS DO ESTUDO, PRINCÍPIOS ÉTICOS OBSERVADOS E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	35
6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO, TIPO DE PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	37
7 TRATAMENTO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	40
CAPÍTULO I.....	41
1 ANGOLA: O CAMPO MATERIAL DO OBJETO DE ESTUDO	41
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA	41
1.2 HISTÓRIA MILITAR DE ANGOLA E OS SUSTENTÁCULOS DA ESTRUTURAÇÃO DAS FAA	45
1.3 FORÇAS ARMADAS ANGOLAS: CONCEITO, POLÍTICA E ÉTICA	51
1.4 OS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FAA E OS LIMITES DO ESTUDO NESTE CONTEXTO	57
CAPÍTULO II	61
2 REFERENCIAIS PARA A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	61
2.1 GÊNESE E NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL.....	64
2.1.1 Perspectiva Endogenista	65
2.1.2 Perspectiva Histórico-Crítica.....	70
2.2 APREENSÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	75
2.3 ASSISTENTE SOCIAL: UM TRABALHADOR ASSALARIADO DOS SERVIÇOS ...	80
2.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	86
2.5 NOÇÕES DE CONCEPÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL.....	88
CAPÍTULO III.....	93
3 SAÚDE E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	93
3.1 SAÚDE E DOENÇA – A DIALÉTICA DO SER HUMANO.....	93

3.2 PARA QUE SAÚDE TRABALHAM OS ASSISTENTES SOCIAIS?	95
3.2.1 Concepção e fazer biomédico, mercantil e reificado da saúde	95
3.2.2 A saúde como possibilidade de emancipação política e social.....	98
3.3 SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE, TRABALHO ALIENADO E EMANCIPATÓRIO	101
3.4 DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE	105
CAPÍTULO IV	115
4 NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA	115
4.1 GÊNESE E NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA	115
4.1.1 Contexto da institucionalização do Serviço Social em Angola	115
4.1.2 Os rearranjos do governo colonial e o papel da Igreja “Católica”	132
4.1.2.1 Mecanismos de aumento da produtividade da mão-de-obra rural.....	134
4.1.2.2 Mecanismos de aumento da produtividade a “mão-de-obra” especializada:	139
4.1.2.3 A Igreja Católica em Angola face à “questão social” e ao avanço do socialismo.	147
4.1.3 A formação do Assistente Social na época colonial 1962-1975.....	171
4.1.4 A Formação do Assistente Social de 1975 aos nossos dias	179
4.2- Gênese e natureza do Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA	204
4.2.1- Quando é que se está diante de Serviço Social nos SSFAA?	204
4.2.2 Perfil e formação dos Assistentes Sociais dos SSFAA	210
4.2.3 Concepções dos Assistentes Sociais dos SSFAA	220
4.2.4 Prática profissional dos Assistentes Sociais dos SSFAA (2011-2014)	242
4.2.5 Atividades socioeducativas e de pesquisa	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
REFERÊNCIAS	267
APÊNDICES	279
APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS	280
APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSISTENTES SOCIAIS FORMADAS NO TEMPO COLONIAL	282
ANEXO -TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA	283

INTRODUÇÃO

Prazer. Sou Assistente Social, profissional de Serviço Social em Angola.

Assim sendo, como síntese da fase de estudos de mestrado a ser apresentado ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, refletir sobre a natureza do Serviço Social em Angola pode até parecer, senão uma tautologia, um simples exercício acadêmico em torno de um título autoexplicativo. Porém, a análise das categorias escolhidas e sua articulação com a teoria eleita para se aproximar ao tema trazem de imediato a consciência de sua amplitude e complexidade.

A escolha do tema, movida pelo interesse de proporcionar melhor compreensão da profissão no contexto angolano no qual atuo, foi feita em plena consciência da complexidade, amplitude e das dificuldades de várias ordens, mas também das possibilidades teóricas, metodológicas e políticas que se abrem como contribuição para a agenda de debates internos e externos aos Assistentes Sociais em Angola no geral e, em particular, nas Forças Armadas.

Trata-se de um desafio exploratório, pois pesquisar a natureza do Serviço Social representa se colocar num caminho sem fim em busca do conhecimento desta profissão, tornando o pesquisador um eterno aprendiz que peregrina num trajeto desconhecido. A essa dificuldade soma-se o fato de o objeto se constituir na mudança, se construir num processo histórico sempre em curso, porque depois de Marx, Lukács e outros autores, a objetividade foi concebida como “síntese de múltiplas determinações”.

Deste modo, para compreendermos aquilo que atualmente se objetiva, que ocorre fenomenologicamente como Serviço Social – ou seja, o Serviço Social fugaz, o imediato, o que aparece –, precisamos compreender como o atual campo profissional se processou. Quer dizer que o fenômeno “Serviço Social nos Serviços de Saúde” consiste em uma síntese ou resultado de múltiplas determinações historicamente processadas. Logo, o exercício de compreensão de sua essência (natureza) passa por compreender estas múltiplas determinações.

Em outras palavras, procuraremos apreender a natureza do Serviço Social nos serviços de saúde das Forças Armadas Angolanas, cientes de que ele representa uma “síntese de múltiplas determinações”, não apenas naquilo que hoje o particulariza como processo de trabalho, objeto, procedimentos, atribuições, uma vez que estes são também historicamente determinados, como nos recorda Iamamoto:

O ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando nossa herança patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo transformando-as no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira. As marcas históricas ao serem atualizadas se repõem modificadas ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente (IAMAMOTO, 2012, p. 101)

O Serviço Social foi institucionalizado em Angola no início da turbulenta década 60 (1962), resultado de um “casamento” entre o “pai e provedor” — o Estado colonial português —, e a “mãe e mestra” — a Igreja Católica. Compreender por que o Serviço Social surge apenas nesta data e sob o pacto do Estado colonial português com a Igreja Católica? Para responder a que objetivos de seus “progenitores”? Como se processou a formação do profissional para responder àqueles interesses? São questões que sintetizam o objetivo deste trabalho: um esforço de analisar criticamente como o Serviço Social “*moderno*” se construiu por meio do “*arcaico*”.

Em 1975, após a independência de Angola (a primeira República de Angola sob regime político socialista de orientação marxista-leninista), o Serviço Social, apenas 13 anos após sua fundação, foi extinto, vivendo-se uma fase de “luto e congelamento” da profissão. Em 2005 (após terem se passado quase três décadas de guerra civil, que agudizou a já grave situação social dos angolanos que remontava ao tempo colonial), outra vez a Igreja Católica, num quadro de corrida pelo desenvolvimentismo e projetos pós-modernos, refunda a primeira escola do Serviço Social, não mais com o nome de Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, como foi no tempo colonial, mas agora como Instituto Superior João Paulo II, hoje unidade orgânica da Universidade Católica de Angola.

Em 2010, cinco anos mais tarde, cria-se a primeira instituição estatal de Serviço Social em Angola, o Instituto Superior de Serviço Social, sob aprovação do “novo” Estado, agora não mais colonialista, nem socialista, mas capitalista, aberto à economia de mercado e ao pluripartidarismo. Tal acontecimento ocorre num contexto de verdadeira crise humanitária marcada pela pobreza extrema, pela necessidade de reconstrução e pelo desenvolvimento do país no ideário neoliberal, pela forte presença do chamado terceiro setor e do voluntarismo, situados nas organizações da sociedade civil que foram surgindo para atuar nas manifestações da “questão social” face a impotência do Estado.

Portanto, para estudar o Serviço Social em Angola, e nas Forças Armadas em particular, há de se ter em conta todo um contexto que molda e permeia sua natureza. Porque também os Assistentes Sociais exercem seu trabalho a partir de determinações históricas e

conjunturais que imprimem influência em concepções da profissão, competências, formação e prática profissional. Impõe-se refletir o que é o Serviço Social neste espaço. O que remete à análise da sua natureza, pois, de um lado, existe um mercado de trabalho com características e exigências conservadoras e, de outro, a necessidade de dar uma direção política ao quadro da “relativa autonomia” da profissão que, em Angola, ou pode simplesmente abraçar de modo quase “natural” o ideário conservador que lhe deu origem, quer no tempo colonial como na atualidade; ou se propor a um posicionamento voltado à promoção da emancipação política e social através da garantia e ampliação de direitos sociais.

Por isso, consideramos pertinente e relevante estudar a natureza do Serviço Social em Angola, orientado por várias questões: Que determinações sóciohistóricas estão na gênese do Serviço Social neste país e lhe dão significado? Qual é a natureza do Serviço Social na visão dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas? Quais concepções os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas têm sobre o Serviço Social? Em que consiste a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas? E por que o Serviço Social em Angola nasce sob os auspícios da Igreja Católica em colaboração com o governo colonial no início da década de 60?

A fim de cumprirmos tal desiderato e para uma abordagem que melhor nos ajude a expor nosso pensamento e garantir melhor compreensão de nosso trabalho, preferimos estruturar essa dissertação em quatro capítulos diferentes, complementares e interdependentes entre si.

No primeiro, intitulado *Angola: o campo da materialidade do objeto de pesquisa*, procuramos situar o contexto em que se explicita o objeto de nossa pesquisa, cientes de que o Serviço Social se desenvolve sempre num contexto sócio institucional que lhe dá significado. Fizemos igualmente uma descrição breve das Forças Armadas Angolanas, já que para estudarmos a natureza do Serviço Social no país nos valem também de concepções e práticas profissionais dos Assistentes Sociais que estão neste espaço sócio-ocupacional.

No segundo e no terceiro capítulos, apresentamos fundamentalmente os referenciais de que nos servimos para conceituar as categorias com as quais trabalhamos, com o propósito de nos aproximarmos do objeto estudado. O segundo, destinou-se a abordar o Serviço Social; o terceiro, a compreender a concepção da saúde que ilumina a reflexão neste trabalho. Separar o capítulo que apresenta os referenciais em dois deveu-se simplesmente à necessidade de não fazermos um capítulo longo em comparação com o primeiro, deixando que o quarto e último capítulos, que se dedicam à apresentação dos resultados da pesquisa de campo, por suas

características e amplitude, tivessem este formato. O trabalho também possui as Considerações Finais e uma lista das Referências que de alguma forma nos ajudaram a estruturar este estudo.

2 OBJETO, PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

O objeto do presente estudo é a **natureza do Serviço Social em Angola**. Desejamos fazê-lo partindo da descrição e leitura de **gênese, formação, concepções e prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas**, tendo como linha orientadora o problema que formulamos sobre o objeto. De acordo com Asti Vera (1976:97) “problema de pesquisa é uma dificuldade, ainda sem solução que é mister determinar com precisão, para intentar em seguida o seu exame, avaliação crítica e solução”.

Gil (2009, p. 57-58), para uma melhor delimitação e clarificação de um problema de pesquisa, aponta cinco “regras” para sua adequada formulação:

- O problema deve ser formulado como uma pergunta;
- O problema deve ser delimitado a uma dimensão viável;
- O problema deve ter clareza;
- O problema deve ser preciso;
- O problema deve apresentar referências empíricas.

Argumento igualmente corroborado por Quivy Campenhout (2003, p. 37-38) quando afirma: “a pergunta de partida é uma técnica que faz com que o investigador exprima de forma mais clara o que precisa saber, compreender melhor ou elucidar. Para tal deve ser precisa e concisa na sua formulação, deve ter carácter realista e essencialmente pertinente”. Neste contexto, a pergunta de partida apresentada nesta pesquisa e que serviu de fio condutor traduz-se em: **Qual é a natureza do Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas?**

Para melhor elucidação do problema que estudamos as seguintes questões serviram de suporte a nosso questionamento:

- Que determinações sóciohistóricas estão na gênese e dão significado ao Serviço Social em Angola?
- Porque o Serviço Social em Angola nasce sob os auspícios da Igreja Católica em colaboração com o governo colonial no início da década de 60?

- Qual é a natureza do Serviço Social na visão dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas?
- Que concepções os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas têm sobre o Serviço Social?
- Em que consiste a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas?
- Que elementos permeiam a natureza do Serviço Social em Angola?

Existem significativas produções e variados debates que nos apontam luzes sobre uma velha, porém sempre atual, pertinente e incomodativa pergunta: “**O que é o Serviço Social?**” Podemos agrupar o debate em torno deste tema em dois polos: 1) O debate de como e quando surge a profissão Serviço Social; 2) O debate sobre se o Serviço Social é ou não trabalho.

No primeiro polo trava-se o debate a respeito da gênese da profissão Serviço Social entre as teses “**endogenistas**” (Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros), que consideram o serviço social como tendo uma função autônoma, com prestação de serviços a pessoas, grupos, comunidades particulares. Sua gênese é aqui considerada como uma evolução das anteriores formas de assistência e ajuda.

Há, ainda, as teses “**Histórico-Crítica**” (Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Maria Carmelita Yazbek, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, dentre outros), que entendem o Serviço Social como o resultado da síntese dos projetos ideopolíticos, operando no desenvolvimento econômico, reproduzindo-se de maneira material e ideológica, a partir de estratégias da classe hegemônica inserida no contexto do capitalismo monopolista, no qual o Estado toma para si a responsabilidade das precariedades inseridas na compreensão da ‘questão social’.

Este debate se afigura com grande importância, porque as duas perspectivas acerca da origem do Serviço Social, como nas palavras de Montañó (1998, p. 17), “contêm um arsenal heurístico e teórico-metodológico que extrapola a mera consideração sobre a gênese do Serviço Social”. E é através da apreensão de uma ou de outra tese, que poderemos ser capazes de compreender o tripé que envolve *políticas sociais, gênese do Serviço Social e legitimação* (idem).

Porém, concordamos com Montañó (1998) sobre a convivência pacífica entre elas, apesar de se tratar de duas perspectivas antagônicas, considerando que este debate foi pouco

apropriado pela categoria profissional gerando uma visão eclética. Contudo é certo que **ambas as teses discutem a gênese e a natureza de uma profissão que se chama Serviço Social.**

O segundo polo de discussão sobre o Serviço Social concentra-se no debate entre Marilda Vilela Iamamoto e Sérgio Lessa, com relação a se o Serviço Social, ou melhor, a ação desenvolvida pelo sujeito assistente social, equivale ou não a trabalho. Também, para nós, esta discussão constitui base importante pois, desta forma, avança na apropriação da natureza, do objeto e dos processos de trabalho nos quais o Serviço Social se insere face às transformações que estão a ocorrer no mundo do trabalho. Para efeito desta dissertação, o que está em causa não corresponde a polemizar este ou aquele polo de discussão que apresentamos. Partilhamos sem rodeio da posição de que o Serviço Social é uma profissão e enquanto tal seus profissionais realizam um trabalho especializado inscrito na divisão social e técnica do trabalho.

Para nós, os dois polos do debate constituem apenas bases que atuam como dois grandes contributos diferentes, todavia complementares e necessários, para um problema que ainda não está resolvido: a natureza do Serviço Social, cujo debate este trabalho quer apenas iniciar no contexto angolano e, naturalmente, contribuir. Afirmar que o Serviço Social é trabalho equivale a dizer que o Assistente Social desenvolve uma prática profissional específica, cujos componentes (teleologia, sujeito, objeto ou matéria prima, meios e técnicas) precisam ser historizados nas relações sociais concretas em que se se materializam. Essa compreensão, tal como apresentada (Netto, Iamamoto, Buriolla, etc.) nos instiga a alguns problemas e desafios. Vejamos.

A **prática profissional** consiste no conjunto de atividades humanas, reais, objetivas e sensíveis. Isto é, práticas e peculiaridades realizadas no contexto das relações sóciohistóricas e institucionais por uma determinada categoria profissional, legitimadas e reconhecidas pelo Estado e pelo mundo do trabalho (BURIOLLA, 2008, p. 15).

Ora, entendendo o Serviço Social como profissão que se concretiza através do trabalho de seus agentes, a percepção que os diferentes autores nos trazem permite identificarmos elementos-chave comuns necessários para percebermos a natureza do Serviço Social. Estes elementos-chave que nos desafiam, são os seguintes.

- Sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista madura, este fato nos desafiou a identificar o Assistente Social como trabalhador assalariado e analisar os processos de trabalho que incidem na

dinâmica de compra e venda dessa força de trabalho pelos diversos empregadores. Por esta razão, na tentativa de apreendermos a natureza do Serviço Social nos serviços de saúde das Forças Armadas Angolanas propomos com este trabalho identificar os elementos que permitem associar ou não os Assistentes Sociais deste espaço sócio ocupacional à classe trabalhadora.

- Sendo o Serviço Social um trabalho que se realiza através de práticas profissionais entendidas como “um conjunto de atividades humanas, reais, objetivas, sensíveis, práticas” (BURIOLLA, 2008, p. 15), isto é, algo concreto e não mera abstração, idealização, simples conceitos, significa dizer que compreender o Serviço Social passa também, e nos desafia, a identificar e analisar essas atividades concretas, reais, em sua relação com o contexto sóciohistórico e institucional, no qual essas atividades se desenvolvem e ganham significado. Por este motivo, sempre no interesse de iniciarmos o debate sobre a natureza do Serviço Social neste contexto, pretendemos, com este trabalho, identificar e analisar os processos de trabalho e a prática profissional dos Assistentes Sociais neste espaço sócioocupacional, num período de 4 anos, de 2011 a 2014. Influenciados por Montañó (2009, p. 151), neste trabalho, consideraremos prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas “não apenas o processo completo realizado por um indivíduo, um profissional isolado, mas o processo de trabalho realizado pela categoria de profissionais como um todo”, considerando a natureza social e coletiva do trabalho.

- Sendo a ação do Serviço Social expressa por um conjunto de atividades especializadas reais, desenvolvidas em relação a um contexto sócio histórico e institucional por uma categoria profissional, significa que existirão tantas práticas profissionais quantas categorias profissionais existirem. Isto nos desafia a desvendar a natureza do trabalho do Assistente social como parte do trabalho social coletivo em sua dupla dimensão: como trabalho concreto (utilidade social) e como trabalho abstrato (fração do trabalho social). Por este motivo, neste trabalho também nos desafiamos, por meio de uma pesquisa bibliográfica que se debruça sobre a temática, a explicar se o Serviço Social no contexto atual da interdisciplinaridade tem essência própria.

- Sendo o Serviço Social uma prática profissional e devendo esta ter de ser legitimada e reconhecida pelo Estado e pelo mundo do trabalho, num dado contexto sócio histórico e institucional, este fato nos instiga a crer que a tentativa de apreensão da

natureza do Serviço Social passa também em ler em que contexto sóciohistórico o Serviço Social em Angola emerge e é reconhecido pelo Estado e pelo mundo do trabalho. Por este motivo, neste estudo procuramos analisar o contexto nacional e internacional em que surge o Serviço Social em Angola, bem como o conteúdo formativo dos Assistentes Sociais em Angola.

3 JUSTIFICATIVA

Segundo Gil (2007, p. 62), “a justificativa situa a importância do estudo e os porquês da realização da pesquisa. O texto da justificativa, em geral, deve apresentar os motivos que levaram à investigação do problema e endereçar a discussão à relevância teórica e prática, social e científica do assunto”. Partindo deste entendimento, procuramos nesta parte do trabalho responder a seguinte pergunta: **Porque estudar a natureza do Serviço Social em Angola e no contexto dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas?**

- O autor do presente documento coordena o Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas (FAA); participou e participa no árduo processo de começar e ir construindo o Serviço Social, no contexto dos Serviços de Saúde das FAA.
- O Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA é pioneiro nas iniciativas do Ministério da Saúde, não existindo, portanto, no país, referências e experiências sobre esta profissão desconhecida por muitos e também pelos tradicionais profissionais de saúde com os quais trabalhamos em equipas “disputando” espaços de intervenção.
- Como responsável pelo Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA, que convencionou chamá-lo de Assistência Psicológica e Social, o autor deste trabalho, sendo Assistente Social é simultaneamente responsável pelo trabalho dos Assistentes Sociais, Educadores Sociais e Psicólogos Clínicos nos Serviços de Saúde das FAA, sendo chamado a planificar, avaliar, supervisionar e implementar políticas sócio assistenciais visando a prevenção, promoção e recuperação da saúde de pessoas, grupos e comunidades (unidades militares) beneficiárias do sistema de saúde das FAA.
- O Programa de Assistência Psicológica e Social, do qual o autor deste projeto é coordenador, consiste num campo de estágios, portanto um espaço de aprendizagem prática e capacitação dos futuros Assistentes Sociais, Psicólogos Clínicos e Educadores Sociais, uma vez que o Programa acolhe estágios de estudantes iniciantes e finalistas.
- O autor deste projeto contribui na formação de futuros Assistentes Sociais como docente ou supervisor de estágios, orientador de Trabalhos de Conclusão de Curso e

ainda como Investigador Permanente do Centro de Investigação Científica da primeira Universidade a formar Assistentes Sociais na Angola independente.

Ora, olhando para o quadro apresentado, algumas questões podem ser esclarecedoras para melhor compreensão das razões que fundamentam a escolha do tema que estudamos.

- Deve alguém responsável a construir, conceber, avaliar, executar, supervisionar e firmar o Serviço Social, num contexto em que se desconhece a figura e o papel do Assistente Social, aprofundar a reflexão e o estudo sobre a natureza do Serviço Social?
- Existirá, para alguém com aquelas responsabilidades, algo mais importante do que estudar a natureza do Serviço Social e ler as diferentes determinações que moldam e dão significado a esta profissão, como a formação, o contexto sócio histórico, as concepções e as práticas que marcam o fazer profissional?
- É possível construir, coordenar, firmar o Serviço Social e participar na formação de Assistentes Sociais sem aprofundar o conhecimento sobre sua natureza, aquilo que faz o Serviço Social ser ele mesmo?
- É possível trabalhar em equipes multidisciplinares, nas quais se verificam disputas de espaços de trabalho com outros profissionais, sem ter noções do pensar e do fazer profissional dos profissionais?

No contexto angolano em geral e nas Forças Armadas Angolanas de modo específico, existe uma concepção bastante redutora e simplista do que venha a ser o Serviço Social e, em consequência, o papel do Assistente Social. Por esta razão, mesmo quando se reconhece a necessidade deste técnico, suas funções ou são vistas apenas na instrumentalidade dos interesses do empregador, sem a possibilidade deste profissional optar por um “fazer” alinhado e comprometido com as classes trabalhadoras e subalternas, como é tendência do projeto ético da profissão no Brasil; ou são funções muitas vezes atribuídas a outros especialistas (Psicólogos, Sociólogos, Educadores Sociais); existindo também Assistentes Sociais que desempenham outras funções (Professores, Educadores de Infância, etc.), fatores que ajudam a descaracterizar muito mais a natureza do Serviço Social.

Em nossa modesta forma de entender, este triste e perigoso quadro para o futuro do Serviço Social, que em Angola está apenas a nascer, não apenas se sustenta pelo desconhecimento da profissão por parte da sociedade, pela falta, escassez ou precarização do trabalho assalariado e as mudanças estruturais que a globalização impõe no mercado de trabalho em geral, pelo modo de produção capitalista que precisa “subsumir” o trabalho

profissional do Assistente Social como um intelectual orgânico de seus interesses, mas também porque os próprios Assistentes Sociais precisam de modo permanente ir solidificando o conhecimento da própria profissão, de forma que possam encontrar uma postura crítica com a direção e as funções conservadoras e redutoras que lhe são imputadas.

Por esta razão, somos de convicção de que para quem trabalha para construir, coordenar, firmar o Serviço Social e participar na formação de Assistentes Sociais a reflexão e a pesquisa sobre a natureza do Serviço Social, no âmbito dos requisitos para o mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil, não é apenas uma necessidade acadêmica, mas um mecanismo de garantir a sobrevivência e a afirmação da profissão em nossa realidade.

Ao pretendermos aprofundar nossa compreensão sobre a **natureza do Serviço Social**, partindo da leitura de sua **gênese em Angola, da formação, das concepções e da prática profissional dos Assistentes Sociais** existentes nos **Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas**, almejamos, na verdade, iniciar e ser ajudados a realizar:

1. Um estudo de relevância que se impõe no contexto angolano atual, porque o caminho que se pretende alcançar é ir sistematizando em Angola de modo geral e em particular nos Serviços de Saúde das FAA, o trabalho profissional dos Assistentes Sociais na área da saúde, visando contribuir para o estudo e a intervenção nessa área entendida como espaço de construção de emancipação política e social e a afirmação do Serviço Social como profissão e como trabalho.
2. O país viveu um longo período de guerra que agravou as manifestações da “questão social” herdada ainda com o colonialismo cego pelo lucro. A guerra destruiu infraestruturas e deixou grandes consequências ao povo angolano, sobretudo naqueles que estavam diretamente envolvidos na guerra, os militares e seus familiares, que são os beneficiários do sistema de saúde das FAA. Estando em tempo de paz, de reconstrução e desenvolvimento nacional, o modo de produção e a relação do desenvolvimentismo capitalista em curso no país vem agravar questões crônicas com graves consequências na saúde. Pensamos que entender a natureza do Serviço Social representa um primeiro passo necessário para contribuir para um “completo bem-estar físico, mental e social” e não apenas ausência de enfermidades àqueles que procuram e desejam a saúde.
3. O profissional de Serviço Social, autor desta dissertação, pretende, através desta temática, aprofundar o conhecimento e provocar o debate sobre o Serviço Social

em Angola; defender e propor políticas de saúde pública orientadas pela integridade da atenção com vistas à superação do modelo biomédico, mercantil e reificado no processo de produção da saúde em Angola em geral e nas Forças Armadas em particular.

4. O presente estudo tem ainda grande importância porque trará contribuições que ajudarão os outros profissionais de saúde e as autoridades de saúde a terem um conhecimento mais profundo sobre o Serviço Social e recolher subsídios para que este possa ser uma ferramenta profissional útil na prevenção, promoção e recuperação da saúde, oferta e ampliação de direitos.

Em segundo lugar, a saúde faz-se uma área de trabalho sempre presente e influente no Serviço Social, seja ele tido como ação caritativa organizada, técnica da caridade ou como profissão demandada pela “questão social” no capitalismo. Recordemo-nos das ações das filhas e damas da caridade de São Vicente de Paula, a influência da área de saúde em Mary Richmond, os dados atuais sobre os espaços sócioocupacionais dos Assistentes Sociais.

Em nossos tempos, os dados mostram que a saúde ainda constitui-se na área que mais Assistentes Sociais emprega no Brasil. Assim o provam os resultados da pesquisa realizada pelo convênio entre o Conselho Federal do Serviço Social (CFSS) e a Universidade Federal de Alagoas, publicados em 2005. Em Angola, verifica-se a mesma tendência, num estudo realizado pela Comissão Instaladora da Associação dos Assistentes Sociais de Angola, do qual participaram 81 Assistentes Sociais. Dos 38 (47% da amostra) que declararam ter vínculo laboral como assistentes sociais, 13 (33%) trabalham na área da saúde com ênfase no Programa de Assistência Psicológica e Social dos Serviços de Saúde das FAA, com 24% dos que participaram neste estudo.

Os modernos pontos de vista sobre a saúde começam a dar ênfase à pessoa como um todo e em relação à sociedade:

A importância do aspecto coletivo da saúde foi realçada pela Organização das Nações Unidas quando, em 1952, em Assembleia Geral, ratificou decisão de um Comité de Peritos que relacionou as medidas do nível de saúde, incluindo as condições demográficas como o primeiro de doze itens, cuja mensuração permite aquilatar as condições de vida das populações (MEIRA, 1978 p. 2).

As preocupações atuais sobre pesquisa e trabalho na saúde procuram situá-los dentro de um enfoque não biomédico, colocando-os dentro do contexto sociopolítico e histórico. A

Organização Mundial da Saúde considera “a saúde, um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de afecção ou doença” (MEIRA, 1978, p. 2). Além desses foram elaborados outros conceitos e alguns merecem referência, pois permitem entender melhor o problema se visto numa perspectiva marxista e ou marxiana, como pretendemos fazer. Nesse sentido, Carlos Sá (apud MEIRA, 1978, p. 3) conceituou a saúde como sendo “uma condição individual, referente ao indivíduo no seu todo, vivendo não apenas livre de doença, mas em plena eficiência de todas as suas atividades físicas e mentais, de tal sorte que não seja somente útil a si mesmo, mas, sobretudo, aos seus semelhantes”.

Sá ainda sustenta que:

[...] há - de considerar a saúde como uma qualidade dinâmica da vida e não como uma entidade estática. Ela é o resultado da interação de vários fatores e condições, entre os quais os fatores sócio -histórico, culturais, assim como os económicos e ecológicos, passaram a ser vistos com igual importância aos aspectos anatómicos, fisiológicos, patológicos, etc. (SÁ apud MEIRA, 1978, p. 3).

Esta concepção da saúde que comporta a necessidade de uma pessoa tida como sã dever estar em plena eficiência de tal sorte que não seja somente útil a si mesma, mas sobretudo aos seus semelhantes, estando mais do que demonstrado que de fato a saúde é o resultado da interação de vários fatores e várias condições, entre os quais os fatores sócio históricos e culturais. Sendo certo que a área da saúde equivale a um espaço sócio ocupacional da prática profissional dos Assistentes Sociais, portanto, vemos a saúde como espaço de um trabalho profissional próprio dos Assistentes Sociais. Aliás, mesmo o CBCISS (apud Vieira, 1988, p. 36) reconhece que para definir as funções do Serviço Social exige-se uma visão global e interpretativa do contexto, a fim de que os métodos e as técnicas não se dirijam somente a situações específicas, não se apoiem apenas em experiências isoladas que intervêm sobre aspectos fragmentados do contexto, ou se baseiem sobre valores e princípios abstratos, mas sobre objetivos formulados de acordo com “*solicitações profissionais concretas a fim de evitar a subordinação [do Serviço Social] às políticas das entidades desenraizadas da realidade*”.

Desta feita, desejando participar na construção e afirmação do Serviço Social no contexto dos Serviços de Saúde das FAA em particular e em Angola em geral, fundamentados numa visão global e interpretativa do contexto, conscientes de que *o assistente social necessita ter um trabalho sustentado por uma teoria calcada em certeza, coerências, compromissos e princípios éticos, para que no cotidiano, a prática profissional não se torne*

um mero “fazer por fazer”, distanciando assim de um trabalho com compromisso ético – político – social, pretendemos com a materialização dessa dissertação, iniciar e instigar o debate sobre a **natureza do Serviço Social em Angola.**

Não podendo abranger todos os espaços sócioocupacionais ou pelo menos representativos dos Assistentes Sociais em Angola, por tratar-se de um trabalho com finalidade acadêmica, e ciente das limitações de várias ordens, fizemo-lo partindo da leitura de **gênese, formação, das concepções e prática profissional** dos Assistentes Sociais existentes nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas.

4 OBJETIVOS

Segundo Salomon (1997, p. 156) “os objetivos são os fins teóricos e práticos que se propõem alcançar ao passo que as justificações são razões, sobretudo teóricas que legitimam o projeto como trabalho científico”. Para este trabalho, atendendo a nossa inquietação, traçamos os seguintes objetivos:

4.1 GERAL

Compreender a natureza do Serviço Social em Angola de modo geral e nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas em particular.

4.2 ESPECÍFICOS

- a) Analisar o contexto sócio histórico da gênese do Serviço Social em Angola;
- b) Descrever a prática profissional dos Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas diante da demanda imposta pelo poder institucional e pelos pacientes no período 2011 a 2014;
- c) Identificar as concepções e o significado que os Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas têm sobre sua profissão;
- d) Caracterizar os Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas segundo idade, sexo, formação média, tempo de trabalho, função nos Serviços de Saúde, conteúdo da graduação e grau militar;

Variáveis, referenciais ou categorias para estudo do objeto

Köche (apud GIL, 1997, p. 117), concordando com Gil, ressalta que a definição dos conceitos e das variáveis “consiste em apresentar o significado que os termos do problema assumem na pesquisa”. Para o autor, por meio das definições “é possível estabelecer os

indicadores que podem ser utilizados para categorizar as variáveis”, pois “sem a definição dos conceitos e variáveis não será possível estabelecer instrumentos e procedimentos para coleta de dados, se os indicadores das variáveis não estiverem previamente definidos”.

Para melhor compreensão e abordagem dos conteúdos deste trabalho, julgamos ser importante esclarecer os seguintes e principais conceitos e variáveis, a serem afluídos com mais profundidade nos Capítulos 2 e 3:

- Natureza do Serviço Social;
- Formação profissional;
- Concepção e prática profissional;
- Saúde.

Segundo as diferentes acepções existentes na bibliografia sobre pesquisa e investigação científica, pode-se definir variável como tudo aquilo passível de ser posto em categorias de análise e de assumir diferentes valores, do ponto de vista quantitativo ou qualitativo. Para o estudo e a compreensão **da natureza do serviço social em Angola**, o presente trabalho apresenta variáveis que, operacionalizadas empiricamente em categorias de análise, cumprirão três funções de acordo com nossos objetivos específicos: variáveis que caracterizam sócio profissionalmente os participantes; aquelas que analisam os aspectos objetivos e sóciohistóricos que permeiam a natureza do Serviço Social em Angola; e as que analisam os aspectos subjetivos, teleológicos, dos Assistentes Sociais, que perpassam a natureza do Serviço Social no país em geral e nas Forças Armadas em especial, conforme quadro seguinte.

Quadro 01 – Categorias para apreensão do objeto de estudo

Objeto de estudo	Variáveis e suas funções no estudo	Categorias de análise do objeto
Natureza do Serviço Social em Angola	Variáveis que caracterizam os participantes	Idade
		Sexo
		Formação média
		Formação superior
		Cursos de capacitação
		Instituição dos SSFAA em que trabalha
		Tempo de trabalho nos Serviços de Saúde das FAA
		Tempo de trabalho nos SSFAA como Assist. Social
		Grau militar
		Função nos Serviços de Saúde das FAA
		Desempenho outras tarefas alheias a profissão
		Existência de outro vínculo laboral
		Remuneração fora dos Serviços de Saúde das FAA
	Variáveis que analisam os aspectos objetivos e sócio históricos que permeiam a natureza do Serviço Social de Angola	Contexto em que surge o Serviço Social/Angola
		Instituição responsável pela formação do AS
		Disciplinas
		Critérios de seleção dos candidatos ao curso
		Entidades empregadoras
		Demandas de trabalho
		Contexto em que reemerge o S. Social/Angola
		Surgimento e desenvolvimento do S. Social/SSFAA
		Atribuições do S. Social/SSFAA
		Organização do S. Social/SSFAA
		Processos de trabalho nos S. Social/SSFAA 2011-14
	Variáveis que analisam os aspectos subjetivos, teleológicos dos Assistentes Sociais que permeiam a natureza do Serviço Social/Angola	O que é o Serviço Social para si
		Qual é o significado social desta profissão para si
		Objeto de trabalho dos Assist. Sociais em geral
		Para si o que é questão social
		Para si de que decorre a questão social
		Com que mediações o AS intervêm na Quest. Social
		Objeto de trabalho dos AS nos SS/FAA
		Determinações do objeto de trabalho do AS nos SS/FAA
		O Serviço Social tem uma natureza/essência
Qual é o fim do trabalho dos AS nos SS/FAA		
Mediações do trabalho dos AS nos SS/FAA		

Fonte: O autor.

5 SUJEITOS DO ESTUDO, PRINCÍPIOS ÉTICOS OBSERVADOS E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

A julgar pelo objeto de estudo – Natureza do Serviço Social em Angola –, bem como pelas categorias que privilegiamos para nos aproximarmos deste objeto: (1) os aspectos sócio profissionais, para neles descortinar as principais características dos sujeitos da profissão que podem permear a natureza do Serviço Social no país em estudo; (2) os elementos objetivos que nos ajudaram a analisar os aspectos sóciohistóricos que demandaram a emergência da profissão e permeiam a natureza do Serviço Social em Angola; (3) a dimensão subjetiva para nela analisar a representação da profissão na mente dos profissionais e os aspectos teleológicos dos sujeitos que permeiam a natureza do Serviço Social no país.

Nesses termos definimos como sujeitos da pesquisa do presente estudo dois grupos diferentes de Assistentes Sociais de Angola. O primeiro grupo, os Assistentes Sociais formados quando da institucionalização do Serviço Social em Angola, que nos ajudarão a descrever e ler os aspectos objetivos e sóciohistóricos que demandaram a institucionalização do Serviço Social e que hoje podem adentrar a essência do Serviço Social no país. O segundo grupo compõe-se pelos Assistentes Sociais que trabalham nos Serviços de Saúde das FAA, em relação aos quais procuramos não apenas identificar características que possam entremear a natureza da profissão, mas também verificar suas concepções e a teleologia do que venha a ser o Serviço Social para eles.

Não sendo muito grande o número de Assistentes Sociais nos dois grupos definidos, a pesquisa se propôs a entrevistar um total de 21 Assistentes Sociais, sendo três (3) do primeiro grupo e dezoito (18) Assistentes Sociais dos que totalizam o universo profissional que labuta nos Serviços de Saúde das FAA.

Não obstante o acima exposto, o número de entrevistados se reduziu para 20, tendo participado três (3) Assistentes Sociais formados no tempo colonial e dezessete (17) vinculados laboralmente aos Serviços de Saúde das FAA. Tal redução deveu-se ao fato de a pesquisa ter obedecido os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos em atenção a alguns princípios ético-deontológicos nas pesquisas com seres humanos. Neste caso, foram definidos alguns critérios de inclusão e exclusão no estudo.

O primeiro critério de inclusão e exclusão foi ser Assistente Social formado quando da institucionalização do Serviço Social em Angola (ser formado na primeira escola de Serviço Social em Angola), mesmo que não tenha vínculo laboral com os Serviços de Saúde das FAA.

Ou, ainda, ser Assistente Social com vínculo laboral com os Serviços de Saúde das FAA, mesmo que não seja formado na primeira escola de Serviço Social em Angola. Quer dizer, um dos princípios que se traduziu em critério de inclusão ou exclusão foi o da descrição institucional: unicamente participaram os Assistentes Sociais que estivessem trabalhando nos Serviços de Saúde das FAA e aqueles formados na primeira escola.

O segundo critério consistiu no da participação livre e consciente. Este princípio nos levou em primeiro lugar a esclarecer os objetivos do estudo à chefia das FAA que aprovou a aplicação do estudo em qualquer Unidade Militar que tenha Assistente Social. Atendendo ao caráter extremamente hierarquizado e fechado das FAA, em respeito a este princípio ético-deontológico, o pesquisador teve que submeter o projeto de pesquisa às autoridades militares competentes, recebendo sugestões que foram depois discutidas com a orientadora.

Este critério foi formalizado com a aprovação do projeto e do formulário de coleta de informação pela Direção dos Serviços de Saúde das FAA, e sob orientação técnica da orientadora (cf. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que consta no Anexo). Ultrapassado este procedimento, os sujeitos, depois de previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, tiveram liberdade de aceitar ou não participar no estudo, uma vez que o próprio Termo de Consentimento de entrevista deixa clara a autorização da entrevista só para os que livre e conscientemente quisessem participar.

A confidencialidade foi outro princípio orientador na fase de coleta de dados. Excluímos os nomes dos participantes de modo que se tornou impossível cruzar a informação com a pessoa do informante. Nos depoimentos foram utilizados nomes fictícios codificados com letras A para as Assistentes Sociais formadas no tempo colonial; e B para os que se encontram nos Serviços de Saúde das FAA, seguidos em ambos os casos de números árabes com finalidade de diferenciar os participantes A e B.

6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO, TIPO DE PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O processo de implementação da pesquisa exigiu o reconhecimento de diferentes atividades, desde a delimitação do tema, a definição do modo como se desencadeou o estudo, os princípios orientadores da pesquisa, a coleta e o tratamento das informações úteis aos objetivos do trabalho tendo se elaborado, para efeito, um cronograma que serviu de orientação do trabalho de pesquisa e de orientação.

A organização geral do estudo de que resultou este trabalho compreendeu duas fases. A primeira começou com sua concepção, submissão à equipe de avaliação para admissão no curso de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), passando por discussões e recepção de propostas de melhorias com a professora-orientadora, apresentação do projeto à Direção dos Serviços de Saúde das FAA, culminando no exame de qualificação junto à instituição formadora, a PUC-SP.

A segunda fase começou logo após a aprovação do projeto no exame de qualificação, fundamentalmente marcada pelo deslocamento do autor deste documento para Angola, a fim de fazer a coleta de dados que, depois, fez o lançamento das informações na base de dados, o tratamento da informação e a redação do documento final - fase que terminará com a defesa pública do trabalho, segundo as normas vigentes na PUC-SP.

Todo este processo descrito seguiu procedimentos metodológicos distintos, enquadrados numa orientação lógica geral de inspiração marxiana. Ou seja, o estudo partiu da materialidade, do concreto. Uma vez abstraído o concreto, fizemos o exercício de voltar a ele, contudo, desta vez como realidade pensada, refletida, abstraída, “síntese de múltiplas determinações”. Gil (1996, p. 78) sustenta que os métodos a serem aplicados num dado estudo variam segundo a natureza da pesquisa, a forma de abordagem, os objetivos e, finalmente, segundo os procedimentos técnicos adotados.

Deste modo, **quanto à natureza** nossa pesquisa foi **aplicada** porque, “objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos de acordo a verdades e interesses locais” (GIL, 1996, p. 78). Neste caso, a afirmação do Serviço Social em Angola em geral e nos Serviços de Saúde das FAA em específico. O estudo não “pretendeu gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais”, o que a tornaria uma pesquisa básica ou pura

(Gil 1996, p. 82).

Quando à forma de abordagem, procuramos desenvolver ao mesmo tempo uma pesquisa qualitativa e quantitativa. **Qualitativa** porque “buscamos interpretar a relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos que não pode ser traduzido em números” (GIL, 1996, p. 82). O esforço, portanto, significou fazer uma interpretação dos dados e a atribuição de significados através das falas dos entrevistados à luz dos autores que trazemos como referências. Devido ao princípio da confidencialidade, os nomes verdadeiros correspondentes às falas ou depoimentos foram expressos no trabalho com nomes fictícios.

Nosso estudo também teve caráter **quantitativo** porque procuramos traduzir em números, sobretudo as opiniões e informações que se referem aos processos de trabalho dos sujeitos da pesquisa no período analisado. Em outras palavras, o principal instrumento para a coleta de dados que se referem ao trabalho cotidiano dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA, foram os relatórios de atividades que os sujeitos da pesquisa utilizam. Por meio do uso de recursos e de técnicas estatísticas procuramos analisar e classificar por frequências e percentagens os processos de trabalho dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA, de modo a identificar o que é mais frequente, regular ou presente no trabalho deste profissional, num período de quatro anos: 2011, 2012, 2013 e 2014 (o modelo de relatório de atividades dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA consta dos Anexos; e o Roteiro de entrevistas no Apêndice).

Quanto aos objetivos o estudo assumiu a forma de **pesquisa exploratória**, uma vez que visou proporcionar maior familiaridade com o tema e o problema de modo a torná-lo explícito ou a construir possíveis respostas ao nosso questionamento. Trata-se também de uma reflexão inicial no contexto angolano e, por isso mesmo, não foi pretensão deste trabalho esgotar o problema e dar respostas definitivas. Antes, pretendemos, de modo exploratório, nos aproximar e provocar o debate sobre o assunto em nossa realidade Angolana e nas FAA em particular. Este fato levou a nos envolvermos em levantamentos bibliográficos e documentais, conversas, entrevistas informais com professores e colegas, sobretudo os que se formaram em contextos sócio-políticos que nós não testemunhamos.

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, a operacionalização dos métodos mencionados, foram realizados na forma de **pesquisa-ação** e **pesquisa-participante**, pois tanto a concepção como a realização das pesquisas ocorreu em estreita associação com a ação e a resolução dos problemas coletivos identificados participando, muitas vezes, no cotidiano dos Assistentes Sociais que trabalham nos Serviços de Saúde das FAA.

Aliás, o investigador não é totalmente estranho às questões em estudo. Esteve, está e

estará envolvido, de modo cooperativo e participativo, com o grupo das situações investigadas. Em termos de procedimentos, a pesquisa assumiu também a forma de **pesquisa bibliográfica e documental**, uma vez que muitos dados foram elaborados a partir de material já publicado constituído, principalmente, por livros, relatórios, estatutos, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet e de documentos não publicados que estiveram disponíveis.

7 TRATAMENTO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Segundo a natureza dos dados, seu tratamento seguiu dois percursos diferentes e complementares. Os dados qualitativos foram trabalhados por meio da técnica de análise de conteúdo com auxílio do programa Informação Epidemiológica (Epi Info), versão 3.5.2, que, além de fazer tratamento quantitativo, também faz tratamento qualitativo de dados, podendo cruzar e organizar logicamente “as palavras da mensagem ‘que’ contêm indicativos, viabilizadores da análise do pesquisador” (SETÚBAL apud QUIVY; CAMPENHOUDT, , 2012, p. 68). Os dados de carácter quantitativo foram armazenados e estatisticamente analisados numa base de dados, elaborada para o efeito no programa citado. Uma vez estatisticamente trabalhados, os dados foram submetidos ainda a um exame de consistência comparando com a análise feita em simultâneo no programa *Statistical Program for Social Science (SPSS)*, ambos acessíveis e manuseados pelo investigador.

A comparação dos dados quantitativos tratados nos dois programas diferentes realizou-se depois de ser concluído o lançamento de todos os dados colhidos nos relatórios mensais e anuais de atividades dos Assistentes Sociais no período em análise. Os dados estão apresentados em forma de depoimentos, gráficos, tabelas e/ou quadros.

CAPÍTULO I

1 ANGOLA: O CAMPO MATERIAL DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA

O espaço territorial em que se desenvolveu o estudo é Angola, país que se encontra na costa ocidental da África Austral; faz fronteira ao norte com a República do Congo (Brazaville) e a República Democrática do Congo (Kinshasa), ao sul com a República da Namíbia, a oeste com o Oceano Atlântico e ao leste com a República da Zâmbia, conforme mostra mapa abaixo.

Figura 01- Mapa do continente Africano



Fonte: Imagem: Google¹

1

Disponível

em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Africa/@0.2136714,16.9848501,3z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x10a06c0a948cf5d5:0x108270c99e90f0b3>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Angola ocupa uma superfície geográfica de 1.246,700km², habitada majoritariamente pelos povos de origem Bantu, além dos Khiosan e Vátwas, estes minoria. Portanto, em termos de constituição populacional, estão presentes no território angolano três grandes grupos socioculturais diferentes, cada um com diversas comunidades etnolinguísticas em seu interior, além de minoria populacional resultante do contato dos povos autóctones com os europeus.

Angola resulta de *N'gola*, nome de um grande rei do Ndongo, que se bateu tenazmente contra a invasão portuguesa, chamado *N'gola Kilwanji kya Samba*, líder da comunidade etnolinguística Kimbundu, pertencente ao grupo sociocultural Bantu.

Do ponto de vista de sua origem política, nos termos e entendimento ocidental do Estado, Angola deriva de uma Colônia Portuguesa, cujo processo de invasão e pilhagem pelos portugueses data de 1482 com a chegada de Diogo Cão. Angola conquistou a independência em 11 de novembro de 1975, fruto de árdua luta armada que teve início oficial em 04 de fevereiro de 1961. De 1975, ano da Independência, até 1991, o regime político vigente foi o socialismo implantado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no poder até a data presente.

Em 31 de Maio de 1991, a assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse, num esforço para pôr fim à guerra civil, teve início após a proclamação da Independência entre os três movimentos de libertação: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), mas fundamentalmente entre os dois últimos.

Em 1992, Angola deixou de ser um país de orientação socialista e se tornou constitucionalmente democrático, com economia de mercado. Oficialmente deixou de se chamar República Popular de Angola e passou a ser República de Angola. Nesta altura, criaram-se as Forças Armadas Angolanas (FAA), resultantes da fusão dos grupos armados dos três movimentos de libertação e foram realizadas as primeiras eleições gerais, cujos resultados são protestados pela UNITA, fato que levou novamente o país a uma onda de violência armada que durou até 2002, época em que morreu em combate o Dr. Jonas Malheiro Savimbi, líder da UNITA e foram assinados os acordos complementares do Luena, que marcaram o fim “definitivo” da guerra.

Atualmente, conforme define a Constituição de 2010, em seu artigo 2º:

1. A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.

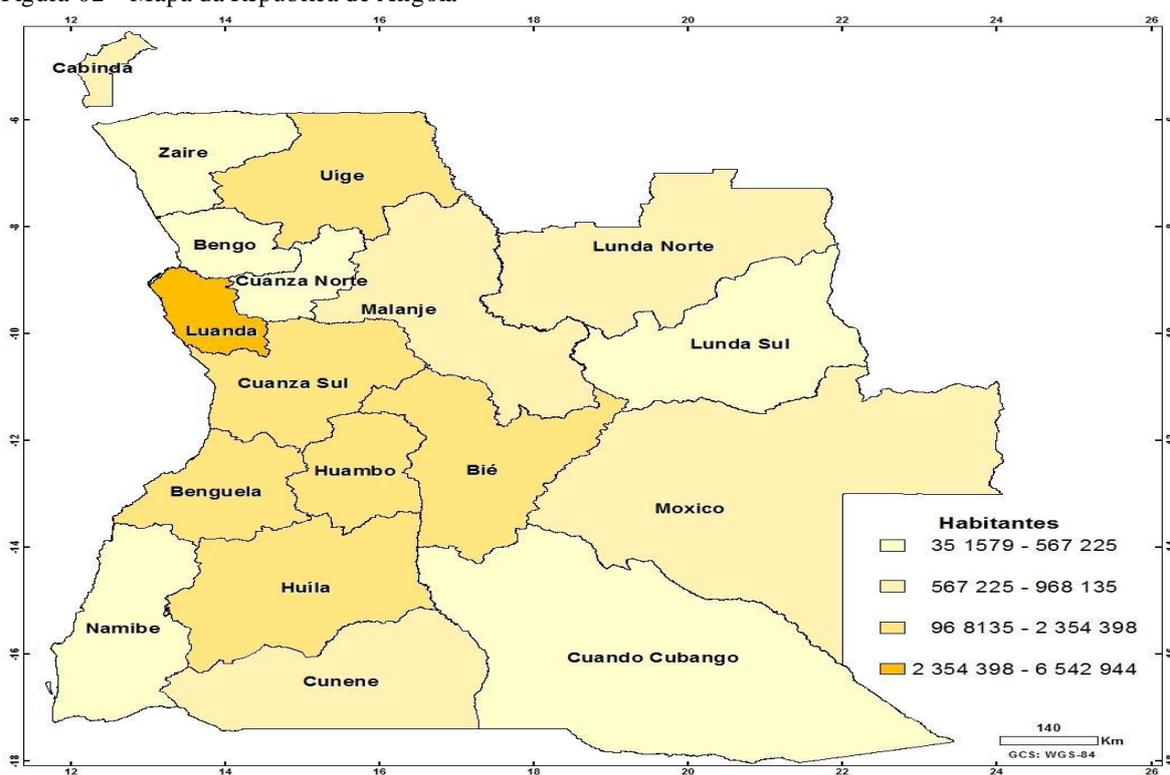
2. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas (ANGOLA. Constituição, 2010).

O sistema político de Angola é de República Presidencialista-parlamentar. Segundo a Constituição de 2010, nos artigos 5º e 3º:

A República de Angola organiza-se territorialmente, para fins político-administrativos, em províncias e estas em municípios, podendo ainda estruturar-se em comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei. (ANGOLA. Constituição, 2010).

Angola possui 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

Figura 02 – Mapa da República de Angola



Como país soberano, nos termos da observância da Constituição e da Lei, bem como de outros instrumentos internacionais de que Angola faz parte, compete ao Estado garantir a segurança e a defesa nacional, com a participação dos cidadãos, tal como está expresso no ponto 1, do artigo 202º da Constituição. A defesa nacional é a razão que justifica a existência das FAA, instituição que alberga em si o Serviço Social, objeto de estudo deste trabalho. A seguir apresentamos uma breve história militar de Angola para que tenhamos um entendimento do que são as FAA e o Serviço Social que nele se desenvolve.

1.2 HISTÓRIA MILITAR DE ANGOLA E OS SUSTENTÁCULOS DA ESTRUTURAÇÃO DAS FAA

A primeira pergunta possível que suscitará esse subitem será: existe uma história militar Angolana? Como qualquer outro país, Angola possui uma história da qual podemos encontrar os elementos que nos permitem construir a necessária história militar, elemento indispensável para compreender o atual Exército Nacional. Vejamos.

Idade pré-colonial – durante este período os reinos que se encontravam no território que hoje constitui Angola tinham um modo de organização no qual estavam patentes os componentes sociais, políticos, administrativos e militar. Neste nível de desenvolvimento, os reinos não minimizaram a organização militar, a ponto de haver pessoas que só se ocupavam dos assuntos da guerra. Esta verdade é testemunhada com a situação de Mbamba, capital do reino do Congo, que, no período já dispunha de um grande exército que combatia os vizinhos do Sul – época em que os reinos guerreavam entre si por inúmeras razões. A organização político-militar de que dispunham os reinos permitiu enfrentar os desafios subsequentes (JÚNIOR, s/d. p. 24)

Idade colonial – como evidenciou-se, com o surgimento do novo quadro houve motivações justas que reforçaram a organização militar dos reinos angolanos. Como o sabemos por meio da História, esta fase assumiu inúmeros contornos devidos às diferenças culturais, econômicas, políticas e organizativas dos reinos. Por esta razão, resultou numa época marcada por acordos, entendimentos, divergências, violência e resistência. As lutas de resistência acompanharam o projeto colonial, tendo sido feitas inúmeras ligações político-militares com o intuito de enfrentarem as forças portuguesas, evitando a luta isolada (JÚNIOR, s/d., p. 25).

Segundo a história, a primeira ligação esteve na origem da *Batalha de Angoleme-Akitango*, cujos resultados se saudaram a favor da coligação em 1590. A segunda, resultou da iniciativa da rainha Njinga Mbande que, por sua natureza, foi mais poderosa que a primeira, pois na segunda fizeram parte alguns reinos do planalto central. Nesta época, como atesta a história, Portugal e Holanda andavam num imbróglio e a cidade de Luanda caíra nas mãos dos Holandeses. Esta inesperada intervenção da Holanda colocou Portugal em apuros, facilitou aos potentados angolanos da época, com destaque para a rainha Njinga Mbande, a efetuarem diligências em busca de uma frente comum de luta contra os Portugueses.

Com a ocupação de Luanda, os interesses portugueses estavam em risco. Por isso, Portugal teve que recorrer às forças estrangeiras, nomeadamente o Brasil. Os interesses portugueses só foram reestabelecidos mediante a contraofensiva efetuada, em 1648, por Salvador Carreira de Sá que derrotara os holandeses. Uma vez que estes foram derrotados, a colônia voltou a sua vida anterior. No entanto, os representantes dos interesses de Portugal não estavam satisfeitos com as atitudes dos líderes angolanos, que durante a ocupação holandesa prejudicava sobremaneira seus projetos. O reino do Kongo era visado, pois se alinhara aos holandeses que sitiaram os portugueses em Massangano.

Com a restauração plena de Luanda, a situação azedou-se muito para o soberano do Kongo, Garcia Afonso II (Kimpako), que apesar de todas as diligências foi obrigado a capitular, fato que remeteu o reino do Kongo a situação de tributário e com inúmeros impedimentos. Com a morte de Garcia Afonso II chegou ao trono D. António Manimulaza. Segundo a história, ele posicionou-se de forma intrépida na defesa do reino. A intransigência das partes forçou à guerra e ocorreu a *Batalha de Ambuila*.

Enquanto ocorria o controle do reino do Kongo nos outros reinos surgiram problemas por causa das sucessões de trono, o que inviabilizou ações conjuntas como sucedeu, por exemplo, na Matamba. De acordo com a história, o quadro de inquietações só se alterou com a chegada de Ngola Kanini que arregimentou tropas e meios, atacando de maneira inesperada as posições portuguesas, originando a *Batalha de Katole*.

A partir desta batalha, uma das medidas adotadas pelos portugueses para assegurar os ganhos que se registavam foi a instalação de presídios, quer dizer pontos de fortificação e apoio militar que incentivaram as guerras de Kwata-Kwata que com o decorrer dos tempos chegaram ao planalto central. Relatos da história destacam que nessa altura as armas de fogo já eram conhecidas nos reinos destas zonas, visto que a rainha Njinga Mbande as havia fornecido às diligências que visavam impedir o tráfico de escravos. Esta medida teve seus efeitos positivos, mas somente na fase inicial, porque mais tarde as preferências recaíram sobre o comércio. Com o desenrolar da situação, o rei Ekwikwi ainda organizou um exército e fez aliança com o rei Ndunduma, porém a superioridade portuguesa não tardou em derrotar os reinos do Bailundo e Bié.

Tendo chegado o momento em que outras forças se posicionaram e forçaram a abolição da escravatura (1836), com o surgimento da ocupação efetiva das possessões, em virtude das deliberações da conferência de Berlim (1884- 1885), Portugal achou-se obrigado a configurar seus planos numa perspectiva de não escravatura, mas ainda de luta pelas conquistas dos espaços reconhecidos como sendo “seus”. Dessa maneira, surgiram as

campanhas de ocupação do Sul e do Leste, fato que pressupunha a construção de mais fortalezas, que também enfrentaram dificuldades devidas às honráveis e heroicas resistências de nossos antepassados.

Sobre este fato, a história tem registro das guerras de Nano (contra as fortalezas) que se travaram sobretudo nos reinos da Huíla; resistências e coligações nos Humbes e nos Ovambo, fatos que se agudizaram com a chegada do rei Mandume ao poder. A guerrilha era expressiva pois estes povos tinham armas de fogo adquiridas aos alemães, visto que entre eles e o rei Mandume havia uma aliança de luta contra os portugueses. Os alemães, em nome desta aliança, ocuparam territórios sob tutela portuguesa originando a *Batalha de Naulila*. Tempos depois, a superioridade portuguesa derrotou os Ovambo nas *Batalhas de Mongua e Mufilo*, tendo ocupado na íntegra o território que hoje se chama Angola (JÚNIOR, s/d., p. 85).

Período contemporâneo da idade colonial – período que vai dos anos de 1940 até o começo da luta de libertação nacional. Sabe-se que foi de relativa calma em termos de insurreições armadas. Entretanto, neste período se registou grande efervescência política, época em que surgiram os movimentos políticos que estavam na origem das sublevações e dos ataques de 04 de fevereiro e de 15 de março de 1961, levados a cabo por três movimentos de libertação nacional, nomeadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA. Cada um destes movimentos, que contribuiu para a expulsão dos portugueses e a posterior proclamação da Independência, possuía seu grupo armado. As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) como braço armado do MPLA, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) pertencentes a UNITA e o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), que esteve ao serviço da FNLA.

Com estes acontecimentos de rebeldia justa, Portugal foi obrigado a se reorganizar devido aos desafios mantendo, portanto, no país um estado de conflito desde 1961 até 1975, que só parou como consequência dos esforços multiformes que conduziram a proclamação da Independência de Angola em 1975. O período seguinte a este representa, talvez, o mais importante para o fim de nossa abordagem histórica, uma vez que queremos com isso oferecer alguns subsídios para a compreensão das atuais FAA, cuja constituição e estruturação deve ser entendida nos processos que ocorreram durante a Independência, de 1975 a 1991.

Este período registou os confrontos entre movimentos e facções armadas; assinalou o desmantelamento total das forças portuguesas; viu surgir os atos de autodefesa nos bairros de Luanda e a agressão externa. A invasão externa perpetrada pela então República do Zaire e pela África do Sul implicou a vinda das forças militares de Cuba e o auxílio da Rússia. Assim, ocorreram as batalhas de Cabinda, Kifangondo, do Ebo, do Seles, todas efetuadas no âmbito

das ações defensivas e ofensivas ao norte e ao sul de Angola, de 1975 a 1976 (JÚNIOR, s/d., p. 85)

Ao mesmo tempo, assistia-se o esforço da UNITA e da FNLA em reorganizarem suas forças militares. O Governo implantado com a independência viu-se confrontado com dois problemas: as duas retaguardas firmes (Zaire e África do Sul) e outras internas. Segundo Júnior (s/d., p. 155) em seu livro “A formação e o desenvolvimento das forças armadas angolanas”, essa “foi a fase do começo das diligências políticas e diplomáticas em busca de uma saída que pusesse fim ao conflito na África Austral. E foi a base desses esforços que deram lugar à conversação entre Angola e Zaire, o que lançou as bases para o fim da guerrilha da FNLA”.

No período em análise, segundo o autor, também começaram as grandes transformações no seio das FAPLA, na medida em que a guerrilha da UNITA crescia. Nesta fase, ocorreram as Batalhas de Mulondo, da Kangamba, da Kahama, do Kwito Cuanavale, etc.

De forma muito geral, foram expostos alguns fatos que permitem ir desenhando a história militar de Angola. Não é tudo, aliás não nos propusemos esgotar o assunto em nosso trabalho, uma vez que estas pinceladas foram simplesmente dadas de forma a procurar as origens e os paradigmas de compreensão das FAA, instituição que assalaria os Assistentes Sociais, sujeitos de nossa pesquisa.

Esboçado o histórico militar de Angola, parece-nos de todo pertinente apresentar os sustentáculos da estruturação das FAA, com o surgimento da 2ª República.

De acordo com o autor que temos citado (JÚNIOR, s/d., p. 155), os sustentáculos da estruturação das FAA resultam de um conjunto de requisitos fundamentais, a saber:

- ❑ O cessar fogo;
- ❑ O acantonamento;
- ❑ A desmobilização;
- ❑ A seleção do pessoal que exigia a não existência das FAPLA e das FALA;
- ❑ O cumprimento das diretivas dos acordos de Bicesse sobre as FAA.

Devemos dizer que as FAPLA representavam uma organização armada a serviço do MPLA. Com a independência nacional, as FAPLA foram institucionalizadas como exército nacional, em conformidade com o ato da proclamação da Independência e a lei constitucional, como se pode verificar nos diários da República n. 31, I série de 1978 e n. 225, I série de 1980. As FALA, por sua vez, resultavam numa organização armada a serviço da UNITA.

A composição das FAA se deu com base nos elementos oriundos das FAPLA e das FALA. Nesta primeira base se sustentou e formou o novo Exército Nacional e foram rubricados os acordos de Bicesse (Portugal) no dia 31 de maio de 1991, fato que deu abertura ao pluripartidarismo, início da Segunda República.

Em conformidade com estes acordos, os efetivos das FAA ficaram fixados em 50 mil pessoas, distribuídas da seguinte forma: Exército ou tropas terrestres: 40 mil; força aérea: 6 mil; marinha 4 mil. Como forma de estabelecer força legal aos princípios estabelecidos, os acordos em referência foram submetidos à aprovação da Assembleia do Povo. Ora, uma vez definidos os objetivos e fixados os princípios gerais sobre a estrutura de comando das tropas, os acordos de Bicesse atribuíram as seguintes tarefas à Comissão Conjunta para a formação da Forças Armadas Angolanas (CCFA):

- a) Elaborar as normas reguladoras sobre o funcionamento das FAA e o orçamento militar;
- b) Efetuar o planeamento das forças militares;
- c) Definir os critérios para a seleção de pessoal;
- d) Indicar os comandantes das principais unidades e elaborar as diretrizes sobre o levantamento de todas as estruturas de combate, de apoio combativo e de serviço;
- e) Definir os aspectos práticos do funcionamento dos comandos superiores das FAA e dos ramos.

No decurso de seu funcionamento e para a efetivação dessas tarefas tendentes a estruturação das FAA, a CCFA, teve que submeter 10 documentos (diretivas) à aprovação da Comissão Conjunta Política Militar (CCPM):

1. O primeiro documento é a diretiva n. 1/CCFA que estabelece as normas para a formação das unidades, bem como os aspectos relativos à organização e missão das FAA. Concluiu-se que o processo de levantamento das unidades teria de ser feito de forma faseada e antecedida à formação do comando superior e do Estado Maior General;
2. O segundo documento, a diretiva n. 2/CCFA, contém os princípios e critérios para o ingresso nas fileiras das FAA, tendo se definido as seguintes exigências: nacionalidade angolana, voluntariedade, apartidarismo e aptidões física e profissional;

3. O terceiro documento, a diretiva n. 3/CCFA, destinada ao levantamento das unidades, regiões e zonas militares em relação ao Exército (tropas terrestres) e dos dois ramos das FAA. Esta diretiva estabelece a forma de organização da estrutura superior do Exército e a estrutura territorial assente em regiões e zonas militares; também são expostas as traves mestras do sistema de forças do ramo e os princípios sobre seu emprego, que só ocorreria depois de ser aprovada a estrutura orgânica das FAA e instalado os Comandos Superiores das FAA (CSFAA, EMG/FAA);
4. O quarto documento, a diretiva n. 4/CCFA, estabelece o modo de levantamento das unidades do Exército a todos os níveis;
5. O quinto documento, a diretiva n. 5/CCFA, comporta as normas básicas para a uniformização dos procedimentos nas FAA. Para tal, produziram-se normas reguladoras de disciplina militar, normas de continências e honras militares, normas de ordem unida, normas de unidades militares e as normas de preparação física;
6. O sexto documento, a diretiva n. 6/CCFA, estabelece as normas básicas para reorganização da força aérea nacional e da marinha da guerra angolana. Com esta diretiva conclui-se que estes ramos simplesmente deveriam ser reorganizados, mas de maneira progressiva;
7. O sétimo documento, a diretiva n. 7/CCFA, define a configuração da força aérea e os aspectos relativos à organização do ramo, desde o escalão superior até as unidades de base;
8. O oitavo documento, a diretiva n. 8/CCFA, descreve a organização da marinha de guerra angolana e espelha os aspectos organizacionais do ramo, da base até ao topo;
9. O nono documento, a diretiva n. 9/CCFA, define a maneira prática de proceder o levantamento das unidades e dos organismos da força aérea e o modo como se executariam outras tarefas, com destaque para os cursos profissionais;
10. O décimo e último documento, a diretiva n. 10/CCFA, também define o modo de levantamento das unidades e dos organismos da marinha de guerra angolana, estabelecendo os princípios gerais e as formas de levantamentos das unidades deste ramo.

Em suma, podemos afirmar que embora o processo da estruturação das FAA tenha decorrido de forma muito lenta, desde o momento do cessar fogo até a divulgação dos

resultados eleitorais, estes dados constituem de fato os fundamentos, as bases da construção das FAA e os elementos essenciais para a compreensão das leis e das características do atual Exército Nacional, uma vez que são guiados por regras que se basearam fielmente nestas diretivas.

1.3 FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS: CONCEITO, POLÍTICA E ÉTICA

1. “As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do País, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante em Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte.

2. As Forças Armadas Angolanas compõem-se exclusivamente de cidadãos angolanos e a sua organização é única para todo o território nacional.

3. A lei regula a organização, funcionamento, disciplina, preparação e emprego das Forças Armadas Angolanas em tempo de paz, de crise e de conflito”. (ANGOLA, Constituição, Artigo 207).

As FAA foram fundadas como Exército Nacional único no dia 09 de outubro de 1991. Nesse dia, os representantes das duas partes, General França Ndalú (governo) e o Engenheiro Salupeto Pena (UNITA), assinaram o documento oficial sobre a sua fundação. O dia 17 de dezembro ficou estabelecido como data da criação do Exército. A Força Aérea preservou o dia 21 de janeiro e da mesma forma a Marinha De Guerra conservou o dia 10 de julho, ambos de 1976.

De acordo com o Diário da República, I série, n. 7, de 19 de fevereiro de 1993, e seu suplemento, citado por Júnior (s/d, p. 83), o Estado angolano estabeleceu um sistema de forças constituído por 140 mil militares, repartidos do seguinte modo:

- 124 mil para o Exército;
- 11 mil para a Força Aérea;
- 5 mil para a Marinha de Guerra Angolana.

Portanto, como Júnior considera, estes dados não passam mais de “indicadores mensuráveis”, pois com o desenrolar da guerra e com o suplemento dos acordos de Lwena, este número aumentou muito. Ainda segundo o diário, este número de efetivos militares estava dividido nos seguintes escalões:

- Exército: 9 mil oficiais; 22 mil sargentos; e 89 mil praças;
- Força aérea: 2 mil oficiais, 3 000 sargentos; e 6 mil praças;
- Marinha: 900 oficiais; 1200 sargentos; e 6900 praças.

Os ramos das FAA, segundo o ponto 3 do artigo 21 da Lei 2/93 de 26 de março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, (LDNFA) são: O Exército (EXE), a Força Aérea Nacional (FAN) e a Marinha de Guerra Angolana (MGA).

Como dizem os artigos 19 e 21 da Lei 2/93 de 26 de março, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas “as FAA, como instituição do estado são permanentes, regulares e apartidárias. Os elementos das forças armadas não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer interesse político”. As FAA são compostas apenas por cidadãos angolanos; nesta instituição do Estado, no dizer dos artigos 1 e 18 da Lei 2/93 de 26 de março, as FAA são a componente militar da Defesa Nacional, a quem compete:

- a) Garantir a defesa nacional;
- b) Assegurar a integridade territorial;
- c) Salvar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos bens e do património nacional;
- d) Garantir a unidade nacional;
- e) Garantir a ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e possibilitar a realização das tarefas fundamentais do Estado;
- f) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional de modo a permitir a elas prevenir ou reagir pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões;
- g) Assegurar a manutenção ou o estabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses. Portanto sempre “*no quadro da ordem constitucional e do direito internacional*”.

Ora, se não podemos ver as FAA fora do âmbito legal angolano, então temos que afirmar que o Estado angolano representa a pedra fundamental para a existência e a compreensão das FAA. O aparecimento e a existência das FAA estão vinculados, irrefutavelmente, ao Estado angolano. Assim, não equivale a erro dizer que as FAA são uma organização militar que existe para a realização dos objetivos políticos do Estado. As FAA são um instrumento do Estado angolano aliás, como se sabe, muitas vezes os objetivos políticos de um Estado só são alcançados através da violência armada. Pelo fato de durante nossa definição sobre as FAA nos depararmos com alguns termos que podem dificultar a compreensão, vamos explicá-los muito brevemente.

As FAA são **apartidárias** - esta condição, se nos lembrarmos das diretivas da estruturação das FAA, resulta do fato de que um dos traços da organização militar se fundamenta em sua pertença orgânica ao Estado. O apartidarismo tem a ver com o fato de as FAA não poderem, por dever, submeter-se a qualquer ideologia partidária, sob pena de desvirtuar a forma e o sistema de Governo. Nesta senda, devemos desmascarar a confusão existente até no seio de alguns membros das FAA: confundir o apartidarismo com o ser apolítico. Platão já dizia que não há estrutura ou organização humana que viva sem a dimensão política. Diziam os antigos latinos, o homem é um ser político. As FAA, desse modo, são apartidárias mas não apolíticas. Como instituição orgânica do Estado, sua política é, ou pelo menos deveria ser, a política do Estado angolano. A política das FAA se expressa no que está previsto na ordem jurídica e constitucional instituída.

As FAA são **permanentes**: como diz o adjetivo, permanente reporta a algo duradouro, contínuo e ininterrupto. Isto significa dizer que as FAA têm de existir durante todo o tempo enquanto existir o Estado angolano nestes moldes de sociabilidade capitalista vigente, pois os objetivos que fundamentam sua institucionalização são também permanentes. Calleja (apud JÚNIOR, s/d, p. 48) sublinha duas condições que devem ser observadas para assegurar a permanência das forças armadas: a unidade e a coesão.

A unidade deriva da própria natureza e finalidade da instituição militar. A coesão manifesta-se pelo espírito de missão e camaradagem, pela ligação das unidades e pela cooperação entre os ramos e especialidades. A unidade e a coesão passam também pela unidade de pensamento e de ação (CALLEJA apud JÚNIOR, s/d, p. 48)

Podemos imaginar o que isso pode significar na visão da pessoa unitária, com suas maneiras de sentir, agir e vontades próprias? Lá iremos chegar. Estas unidade e coesão necessárias para o funcionamento das forças armadas regulares e permanentes tornam-se mais fáceis quando as forças armadas são constituídas por cidadãos nacionais cujos objetivos estão vinculados por algo em comum, daí a fundamentação da **nacionalidade angolana** para o ingresso nas FAA.

As FAA são **regulares** porque a permanência das forças armadas é regenerada regularmente sempre por cidadãos novos angolanos que são chamados para ingressar nas fileiras do Exército Nacional. Então, que princípios, políticas ou filosofias movem a instituição que assalaria os Assistentes Sociais participantes do estudo que resultou este documento? Em que medida estes princípios repercutem na organização de seus processos de trabalho e na prática profissional cotidiana? Para esta compreensão, julgamos ser necessário fazer uma breve abordagem da política e da ética militares.

Política e ética militar – igualmente uma política de Estado, mas circunscrita à esfera militar, embora englobe os componentes internos e externos da vida de um Estado. A política militar engloba os seguintes elementos:

- Aspectos relativos à criação e construção das forças armadas;
- Deve permitir a preparação e o emprego ou não da força armada, já que por meio dessa igualmente se alcançam objetivos políticos em jogo;
- Deve definir os melhores métodos para a realização de um contra-ataque (defesa, organização e recursos);
- Deve ser concebida pelos órgãos do poder político. Em nosso país, segundo o artigo 14º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Lei 2/93, compete ao Ministério da Defesa Nacional definir e conduzir a defesa nacional.

No linguajar de Júnior (s/d, p. 56), “a política militar de um Estado não se compadece com as práticas instituídas de pareceres”, no entanto, deve ser clara. De forma resumida, a política militar das FAA está estruturada em três elementos fundamentais.

Ideias e princípios – baseiam-se na concepção que um Estado tem sobre matérias de segurança nacional, isto é, os princípios e as ideias da política das FAA são retirados dos princípios de segurança nacional e da doutrina militar do Estado. As ideias e os princípios são espelhados resumidamente no 18º da Lei 2/93 de 26 de março, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Decisões político-militares – são a voz de mando superior sobre qualquer assunto ou capacidade de lidar com a situação segundo sua natureza, mas sempre respeitando e baseando-se nas ideias e nos princípios, ou seja, nas disposições legais existentes. O exemplo mais recente de uma decisão político-militar foi a ação ofensiva das FAA que levou à morte em combate de Dr. Savimbi, ação ofensiva que apenas parou porque houve outra decisão político-militar.

Concretização das ideias doutrinárias – passa pelo cumprimento escrupuloso dos planos e das decisões sobre as matérias práticas da política militar. Para se fazer efetiva a política militar exige-se o cumprimento de uma maneira se ser, um *ethos*, um caráter próprio, isto é, uma ética própria como Aristóteles definiu.

A ética militar consiste em reflexão filosófica que procura indicar ao pessoal militar seu dever que repercutirá na prática (numa moral própria). A ética militar, no entanto, procura buscar as qualidades morais que devem ser desenvolvidas, de forma que os militares atinjam um elevado grau e as transformem em hábitos, maneiras de ser ou virtudes que os façam, arrastados por este *ethos*, cumprir de consciência livre e responsável sua missão de defender a pátria. Até mesmo, se necessário e como tem sido, com o sacrifício da própria vida ou da vida de outro!

Logo, os fundamentos da ética militar não se baseiam apenas nos valores morais universais como solidariedade, sinceridade, delicadeza, moderação, gratidão, obediência, justiça, trabalho etc., e sim na essência, o “patriotismo”. Para a defesa da pátria, a ética militar procura justificar moralmente todos os mecanismos possíveis para satisfação de tal pretensão. Quer dizer que elabora uma deontologia, ou conjunto de regras morais, que assumidas e praticadas formam personalidades com características próprias da profissão das armas, descrevendo e justificando a conduta do “bom militar”.

Como todos os seres humanos, os militares são obrigados a se orientar segundo os valores morais existentes: unidade, solidariedade, lealdade, nobreza de caráter, coragem, bravura, disciplina, obediência, sentido de honra, prontidão, assiduidade, pontualidade, patriotismo etc. Estes valores são interpretados e justificados segundo a profissão das armas.

Por exemplo, diante de uma ordem os militares devem saber e são educados ao “*ad impossibilia nemo tenetur*”, o que quer dizer que ninguém é obrigado ao impossível. Isto pode significar que toda ordem é exequível, e que só se mandam executar coisas possíveis. Poderíamos citar uma diversidade de pensamentos que testemunham a verdade segundo a qual as virtudes militares são virtudes humanas, mas que são interpretadas e justificadas

“militarmente”. Tomemos como exemplo o pensamento que justifica o caráter impositivo encontrado no manual de Educação cívica, jurídica das FAA:

Quando se impõe a alguém a obrigatoriedade do dever, de modo algum se atinge ou ofende a sua dignidade; pelo contrário eleva-se a personalidade daquele que fraquejou, pois nesse momento se ajuda a vontade vacilante ou indisciplinada a perseverar o bom caminho. (ANGOLA, Forças Armadas: Manual de Educação Patriótica, 1992, p. 15).

Note-se: honesta e logicamente numa visão precipitada, podemos achar essa reflexão espetacular e sem armadilha. Porém, surgirão inquietações quando nos perguntarmos: De que o ser humano tem dever? A pessoa humana só não cumpre com “deveres” porque existe em sua essência uma vontade vacilante e indisciplinada ou porque também existem deveres injustos ou que atropelam sua consciência? Quando é que um chamado dever é dever?

Em suma, podemos dizer que para compreender a natureza do Serviço Social no contexto militar torna-se preciso conhecer os princípios que guiam esta instituição. Esses princípios brotam de um conjunto de questões filosóficas e de uma deontologia que procura identificar, justificar e encorajar virtudes que devem ser cultivadas para se fazer práticos os objetivos ou a missão das Forças Armadas.

Por exemplo, o uso das armas ou da violência armada para tirar a vida de outrem ou oferecer a própria em nome de um objetivo que se chama “*pátria*” ou “*interesses supremo do Estado*” só se faz possível se partir de um grande “amor”, o amor à Pátria. Para brincar um pouco com as palavras, requer um grande amor à pátria como o amor de Deus em Cristo pela humanidade. Somente assim torna-se possível seguir a política militar, como para seguir a Cristo é preciso “*negar-se a si mesmo e tomar a cruz*”, conforme Mateus, 16, 24.

1.4 OS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FAA E OS LIMITES DO ESTUDO NESTE CONTEXTO

Para as FAA, a saúde não representa apenas um valor enquanto condição necessária para a vida de um ser humano, mas também “constitui o primeiro requisito obrigatório da sua mais alta capacidade combativa enquanto homem ao serviço da Defesa da sua Pátria” (ANGOLA, DSS/EMG/FAA, 2011). Os Serviços de Saúde das FAA têm como principal missão garantir a capacidade combativa com a planificação e a organização prioritária de medidas e ações de saúde que assegurem em primeiro lugar a preservação e elevação da saúde, aptidão e resistência física dos efetivos das FAA, além de prevenir e evitar o surgimento, a propagação e as complicações de doenças e os acidentes e propiciar rápido restabelecimento da saúde para a reincorporação nas fileiras militares.

O Serviço Social neste espaço sócio ocupacional é entendido como sendo a “promoção de ações no contexto das relações humanas, focalizando a intervenção no relacionamento dos doentes com os colegas e famílias, com as equipas de saúde quer na Unidade Hospitalar, Unidade Militar e na comunidade em que habitam” (ANGOLA. Estatuto, 2004). Neste espaço o Serviço Social integra-se como unidade especializada de serviços e parte orgânica dos Serviços de Saúde e deve contribuir na efetivação do principal desiderato dos Serviços de Saúde das FAA, de acordo com suas competências e seus saberes, cabendo-lhe:

[...] promover a continuidade dos cuidados de saúde para além das fronteiras dos hospitais, engajar e envolver pessoas, as famílias e grupos a protegerem-se através do desenvolvimento de habilidades para cuidarem da saúde, combater estigma e manter a qualidade de vida principalmente em relação ao VIH/SIDA, Tuberculose, Doenças Mentais, Doenças Crónicas não transmissíveis, Velhice e Deficiência de Guerra (ANGOLA, Estatuto, 2004).

Estando o Serviço Social integrado como parte orgânica dos Serviços de Saúde das FAA, os Assistentes Sociais que nele trabalham, sendo militares ou não, desenvolvem suas atividades em respeito à cultura e aos valores de uma instituição castrense. Este fato colocou à nossa pesquisa problemas muito específicos, pois os sujeitos da pesquisa se enquadram na lista de indivíduos que constitucionalmente possuem direitos restritos, conforme se vê abaixo:

Aos agentes da segurança nacional no ativo, nomeadamente militares, polícias e agentes, na estrita medida das exigências das suas condições funcionais, a lei pode

estabelecer restrições à capacidade eleitoral passiva, bem como ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação, greve, petição e outros de natureza análoga (ANGOLA, Constituição, Artigo 205).

Sendo os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA os sujeitos de nossa pesquisa, pessoas constitucionalmente com direitos de expressão restritos, este fato faz com que se sintam “incomodados” ao responder certas questões de nossa pesquisa, pois o artigo citado não deixa claro em que condições se aplica uma dada restrição prevista. A interpretação de que certa informação viole ou belisque a “ordem social”, a “segurança nacional” ou de uma instituição militar ou civil depende, muitas vezes, da interpretação e ou do “capricho” individual.

A pesquisa no contexto das FAA é possível e permitida, contudo, é um exercício muito delicado. Não só porque prestar informação não é uma cultura dentro desta instituição, como porque a fronteira de ser automaticamente associada à espionagem e divulgação do segredo militar é muito tênue. A censura e a autocensura são, por isso, muito presentes. Por este motivo, as principais ideias do estudo tiveram de ser previamente partilhadas com os sujeitos da pesquisa após parecer favorável do chefe da Direção dos Serviços de Saúde, que analisou e aprovou o projeto de pesquisa com os instrumentos de coleta de dados autorizando, conseqüentemente, que os Assistentes Sociais que laboram nos Serviços que ele dirige pudessem livremente participar do estudo.

A prévia apresentação do projeto de pesquisa com os instrumentos de coleta de dados para análise e aprovação do chefe da Direção dos Serviços de Saúde das FAA, além de cumprir um procedimento ético para pesquisas que envolvem seres humanos, de garantir a participação livre e consciente dos sujeitos da pesquisa, pode ter favorecido que os participantes tivessem acesso antecipado aos instrumentos de coleta de dados e levasse os participantes a estudá-lo para construir respostas esperadas, pesquisadas. Este foi um temor que não se efetivou, uma vez que todo material submetido permaneceu no gabinete do chefe.

Outro “constrangimento” que tínhamos pudesse influenciar negativamente no estudo assentava-se no fato de o investigador não ser um sujeito alheio, afastado ou estranho ao próprio contexto de pesquisa. O fato de o investigador ser militar e exercer funções de chefia diante dos sujeitos pesquisados nos fez prever que poderia trazer aspectos positivos e negativos para a pesquisa. Em parte, porque o investigador sabe, de alguma forma, o que os sujeitos pensam sobre o que seja o Serviço Social, uma vez que parte significativa deles foi colega de estudos e o são de trabalho durante quase 15 anos.

Entendemos que tal proximidade e até mesmo irmandade e camaradagem em vez de dificultar favoreceu o estabelecimento de uma relação menos formal e hierárquica, como é característico entre os militares. Notamos que a possível tendência que tínhamos de os participantes sentirem interesse em responder ao “chefe” pesquisador aquilo que é o ideal e não o real, surgiu pela relação de proximidade e pelo tempo de convívio que o pesquisador tem com os sujeitos da pesquisa. Aqui valeram orientações sobre a “*pesquisa do indizível*”, como nos ensinaram Rojas (2012, p. 89-116) e Koumrouyan (2012, p. 97-116).

Por outro lado, estando o Serviço Social integrado nos Serviços de Saúde das FAA e devendo os Assistentes Sociais que nele trabalham desenvolverem suas atividades de acordo com a cultura e os valores de uma instituição militar, a organização do trabalho bem como do *modus operandi* obedece aos princípios organizativos militares estabelecido por lei. Por exemplo: “A lei regula a organização, funcionamento, disciplina, preparação e emprego das Forças Armadas Angolanas em tempo de paz, de crise e de conflito” (ANGOLA, Constituição, Ponto 3 do Artigo 207).

Ademais, conforme o exposto, estamos cientes que por exigência institucional, o Serviço Social nos Serviços de Saúde é um dispositivo ou ferramenta a serviço da instituição militar do país e como instrumental dos interesses desta instituição deve estar preparado para ser empregado (ter valor de uso) em tempo de paz, de crise e de conflito. O Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA se organiza e está preparado para ter valor de uso em três cenários possíveis da vida de um país: paz, crise ou conflito.

Atendendo aos princípios organizativos e de trabalho, o conteúdo do próprio trabalho em tempo de crise e/ou de guerra carrega consigo elementos do necessário, obrigatório e exigente segredo militar. Para efeitos desta pesquisa, a descrição e a análise da prática profissional dos Assistentes Sociais, com a finalidade de desvendar suas luzes explicativas para a compreensão da natureza do Serviço Social em Angola, se limitou às atividades que se enquadram no âmbito de ações em tempo de paz omitindo, desta feita, aquelas desenvolvidas no quadro de Mobilização, Preparação Operativa, Combativa e Patriótica e as atinentes à Assistência Psicossocial em Situação de Emergência, questões que representam outra limitação ao presente estudo.

Os sujeitos da pesquisa (Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA), encontram-se espalhados pelo vasto território. Dois que se mostraram totalmente disponíveis a participar no estudo se encontram fora de Angola, estando um em Portugal e outro no Canadá. Para os que se encontram fora de Luanda e fora do país, cujo contato direto foi impossível, as entrevistas foram feitas por *Skype* tendo sido quatro enviadas por e-mail. Este

fato constituiu uma limitação ao estudo, uma vez que foi impossível estar em contato direto com todos os participantes e fatores secundários podem ter interferido na pesquisa, como o ambiente em que se encontrava algum participante distante.

Uma vez descrita a instituição na qual os sujeitos do estudo de que resultou o presente trabalho encontravam-se, analisadas suas características, seus valores e princípios, que certamente têm influência sobre as concepções e a prática dos profissionais, visto que se desenvolvem num chão concreto que lhes dá significado e que eles se influenciam mutuamente, vamos, ao capítulo seguinte. Esta parte do trabalho apresenta os referenciais que servem de orientação para análise das categorias escolhidas, a fim de apreender o objeto que nos propusemos a estudar. O capítulo procura responder questões como: com que olhos nos aproximamos do objeto em estudo? Que luzes teóricas iluminam nosso olhar sobre o objeto de estudo? Que entendimento trazemos à luz destes referenciais das categorias eleitas para apreender o objeto de estudo? Sigamos.

CAPÍTULO II

2 REFERENCIAIS PARA A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Ao trazer para este trabalho algumas notas sobre o conceito polêmico de natureza, longe de pretendermos problematizar de modo conclusivo esta questão, o fizemos tão somente para nos situarmos e aclarar a perspectiva sob a qual utilizaremos este conceito. Não vamos e, portanto, nem sequer foi objetivo do presente trabalho, fazer uma ontologia ou filosofia do ser, coisa que os clássicos muito bem já fizeram. Porém, acreditamos ser impossível abordar o tema que nos propomos sem passar, pelo menos brevemente, pelos seus fundamentos.

Posto isto, faz-se categórico afirmar que para efeito deste trabalho não entendemos natureza, também entendida como essência, tal como foi desenvolvida por Platão até Hegel, ou por sábios de nosso tempo que neles se baseiam. Portanto, não entenderemos a natureza ou essência concebida como portadora de um “*quantum maior*” de ser que o mundo fenomênico. Neste trabalho, não nos referimos à natureza ou essência como eterna, algo dado e imutável, e o fenômeno como fugaz, histórico. Não nos referimos à natureza como Vieira a entende “num sentido filosófico, natureza é aquilo que pertence, com exclusividade, a um gênero ou a uma espécie, capaz de um conjunto de ações que lhe são inerentes, que o faz diferente e distinguível de outro” (VIEIRA, 1988, p. 23).

Baseando-nos na tradição marxista e sobretudo lukacsiana, utilizaremos o conceito de natureza no sentido de essência, ou seja, aquilo que “*permanece na mudança*”, segundo uma feliz expressão de LUKÁCS (1978).

A predileção pelo uso do conceito natureza em relação a outros vulgarmente mais utilizados, como “especificidade”, “identidade”, “concepção”, concordando com Colmán (1994, p. 621) e como o demonstraremos mais adiante, deve-se ao fato de este ser o conceito mais abrangente para exprimir a essência. Quer dizer, não exclui, e sim contém a identidade e a especificidade.

Como refere Colmán (1994), a compreensão de que a natureza contém a identidade e a especificidade pode ser verificada num exame sucinto do alcance de cada um desses termos. “Identidade” expressa a delimitação das características pelas quais é percebida ou identificada a coisa ou o fenômeno, implica sempre contraste e, claro, é componente da essência, mas não esgota o conteúdo do ser.

A “especificidade”, por sua vez, implica caracteres exclusivos, também atributos da natureza, porém não exaustivos nem essenciais. Além disso, a especificidade representa uma relação impossível de ser esgotada, sempre haverá uma nova característica exclusiva de um determinado ser face a novos fenômenos e coisas que incessantemente aparecem e das quais se distingue.

Ao contrário, a natureza no sentido de essência adotada em nossa análise, diz respeito àquilo que “permanece na mudança”, segundo Lukács; ao passo que a ideia de “concepção” contém o significado de conceber, de formular, de “ponto de vista”, de “opinião”. A natureza implica necessariamente o reconhecimento da objetividade daquilo que quer se apreender.

Na compreensão de Lukács, a natureza e o fenômeno possuem o mesmo estatuto ontológico. São dimensões distintas do real. Ambas as esferas são portadoras do ser. A distinção entre elas decorre da peculiar relação que cada uma mantém com a categoria da continuidade. Ao conceber a natureza como horizonte histórico de possibilidades para o agir humano, a natureza, usada também como essência, é concebida por Lukács como a “duração na mudança” (LUKÁCS apud LESSA, s/d. p. 373), como “continuidade tendencial última” (LUKÁCS apud LESSA, s/d., vol. II, p. 375).

Ao se referir à natureza da individualidade, Lukács utiliza a expressão “*a substância que se conserva na continuidade do processo*” (LUKÁCS apud LESSA, s/d vol. II, p. 412). Posto deste modo, apreender a natureza do Serviço Social em Angola equivale a identificar o seu modo de ser a partir do fugaz, do fenomênico; isto é, da gênese, da formação profissional, das concepções e da prática profissional. Observando nisto o que *se conserva na continuidade do processo* histórico, porque, segundo Lukács, afirmar que natureza e fenômeno são esferas “*igualmente existentes*” é indispensável, porém, insuficiente, para esclarecer as complexas relações que se desdobram entre elas.

Aquilo que ontologicamente os separa nesta insuperável unidade objetiva do processo, aquilo que faz de um a natureza e do outro o fenômeno, é o modo de se relacionar com o processo, por uma parte na sua continuidade complexiva e por outra no seu concreto ‘*hic et nunc*’ histórico social (LUKÁCS apud LESSA vol. II, p. 370).

Em nossas palavras, o que distingue a natureza do fenômeno é o fato de as determinações essenciais serem os traços de continuidade que consubstanciam a unidade última do processo enquanto tal; enquanto seus traços fenomênicos são os responsáveis pela

esfera de diferenciação que faz de cada momento no interior do processo um instante único, singular.

Após Marx, Lukács concebe a objetividade enquanto “*síntese de múltiplas determinações*”. Deste modo, neste trabalho compreendemos que aquilo que atualmente se objetiva se dá fenomenologicamente como Serviço Social. Ou seja, o Serviço Social fugaz, o imediato, o que aparece ou, ainda, o fenômeno Serviço Social nos Serviços de Saúde é síntese ou resultado de múltiplas determinações historicamente processadas. Logo, o exercício de compreensão de sua natureza passa por entender estas múltiplas determinações como concreto pensado.

Em outras palavras, procuramos apreender a natureza Serviço Social nos serviços de saúde das FAA cientes de que ela expressa numa “*síntese de múltiplas determinações*” e não apenas naquilo que hoje a particulariza como processo de trabalho, objeto, procedimentos, uma vez que estes são também historicamente determinados.

A natureza do Serviço Social se circunscreve no fato de esta profissão ser uma realidade humano-social, produto de realidades humanas que perpassam sua natureza, não uma realidade cuja natureza ou essência é dada, pré-determinada e, por isso, inalterável.

No ser social o mundo dos fenômenos não pode de modo algum ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência, mas que, pelo contrário, exatamente tal inter-relação entre essência e fenômeno constitui um dos mais importantes fundamentos reais da desigualdade e da contraditoriedade no desenvolvimento social (LUKÁCS apud LESSA, s/d vol. II, p. 472).

Entendemos que um dado fenômeno em Angola chamado “profissão Serviço Social” só veio a ser ele mesmo no interior ou dentro de um dado campo de necessidades (teleologia), que também são frutos de um conjunto de determinações históricas necessárias. Por isso, para estudar o que é o Serviço Social, ou seja, em que consiste sua natureza em Angola, torna-se necessário analisar essas várias determinações históricas que lhe deram origem e significado. Razão pela qual fomos à época colonial, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, pois nela surge esta primeira escola de Serviço Social.

Com base no exposto, entendemos que se essas determinações se alteraram na forma de se manifestar e não em sua essência. Saímos do capitalismo colonial e passamos ao capitalismo como Estado “independente”, vivemos quase três décadas de guerra e hoje estamos em fase de paz efetiva, reconstrução e desenvolvimento nacional, fatos que vão mudar as relações de trabalho e do mesmo modo o horizonte de possibilidades se alteram,

determinações essenciais são superadas e substituídas por outras. Logo, teremos um “ser do Serviço Social”, uma natureza, uma essência do Serviço Social reflexo ou expressão da negação, mas também continuidade do anterior. Negação e continuidade de modo a corresponder com as determinações atuais.

Ademais, entendendo natureza no sentido de essência à reboque da concepção lukacsiana (sendo natureza aquilo que “*permanece na mudança*”), se, tendo mudado as determinações históricas que criaram as necessidades do Serviço Social no tempo colonial, proclamada a Independência, tendo vivido a guerra, estando hoje independentes do colono, vivendo em tempo de consolidação da paz, de reconstrução, reconciliação e desenvolvimento nacional, o que é que “*permanece nessa mudança*” no Serviço Social em Angola?

Identificar isso, significa, sim, apreender a natureza do Serviço Social em Angola, uma vez que, partindo da interpretação da ontologia de Lukács, se a natureza e o fenômeno são igualmente reais, a distinção entre eles tem seu fundamento no fato de a natureza ser portadora das possibilidades históricas para a particularização dos fenômenos. Estes, por sua vez, são portadores de seres para as indispensáveis mediações particularizadas, sem as quais as determinações essenciais não poderiam existir.

Por conseguinte, a continuidade surge como o campo por excelência da distinção entre essência e fenômeno. Assim sendo, é mister saber como os diferentes teóricos da profissão explicam a natureza do Serviço Social. Que posicionamentos existem e qual deles se aproxima da compreensão de natureza que orienta nossa reflexão.

2.1 GÊNESE E NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL

No contexto internacional, sobretudo na América Latina, o debate sobre a gênese do Serviço Social, assim como sua institucionalização e sua apreensão pela sociedade, de modo a encontrar respostas para a explicação de sua natureza não é recente e possui produções significantes. Todavia, desconhecemos abordagens semelhantes na África e especialmente em Angola. Um primeiro e importantíssimo trabalho relacionado a este assunto, mas de caráter historiográfico e baseado no estruturalismo genético, é a dissertação de mestrado da excelentíssima professora e amiga Dr^a. Felisbela do Espírito Santo, que, infelizmente, ainda não está acessível. Desejando apreender a natureza do Serviço Social em Angola nos termos

como compreendemos este conceito, nos utilizaremos da literatura internacional existente para iluminar o olhar a realidade angolana.

Segundo Montañó (2009, p. 19), existem duas teses antagônicas que tratam da gênese do Serviço Social de maneira que aparecem como alternativas e são reciprocamente excludentes, a que o autor denomina de perspectiva Endogenista e perspectiva Histórico-Crítica.

2.1.1 Perspectiva Endogenista

Essa perspectiva sustenta que a origem do Serviço Social advém de um processo de evolução, organização e profissionalização das antigas formas de ajuda, da caridade e da filantropia, que se encontram há certo tempo atreladas à ‘questão social’.

Muitos teóricos do Serviço Social sustentam esta tese, o que significa que ela é bastante difundida e ‘debatida’. Trata-se de um conjunto de teóricos que defende a ideia do Serviço Social *tradicional* mais do que os autores que buscam ou têm a *intenção de ruptura*. Nesta mesma perspectiva, há autores que entendem e aceitam toda e qualquer forma de ajuda como antecedente do Serviço Social; assim como há aqueles que compreendem essas formas de ajuda atreladas à organização e vinculadas à ‘questão social’.

Os principais representantes desta tese são: Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, dentre outros. A seguir, apresentamos, em síntese, aqueles que mais se destacam neste debate.

- **Herman Kruse** (1972) usando-se do pensamento de Greenwood, entende que o “serviço social é uma tecnologia, pois sua ação procura a mudança” (KRUSE apud MONTANO, 2009, p. 20). Deste modo, ele identifica um paradigma do Serviço Social, justamente porque o coloca como aplicação de teorias, ou, no mínimo, entendendo sua prática como fonte de teorias.
- Com certa semelhança, **Natálio Kisnerman** (1980) tenta remeter a origem da fundação do Serviço Social ao Positivismo de Augusto Comte, remontando o século XIX. Compreende a gênese do Serviço Social identificada como uma forma

de ajuda sistemática, de orientação protestante e, por outro lado, como um modo de prática da Sociologia. Segundo ele,

[...] o processo do Serviço Social é dialético [...] e que durante muitos anos não se pode confrontar com outra forma de auxílio ele aparece como antítese, negando a Assistência Social como momento, mas fica alienado a não fundar uma nova teoria” (KISNERMAN apud MONTAÑO, 2009, p. 21).

Ou seja, a Assistência Social vai da fundação dos C.O.S em 1869 a 1917, com o surgimento do diagnóstico social de Mary E. Richmond constitui sua tese. Não se conformando com essa forma de ajuda e ao confrontá-la surge o Serviço Social alienado por falta de teoria como antítese da anterior. Este Serviço Social depois será negado pela reconceituação como tradicional e procura superá-lo numa síntese.

- Ainda, seguindo praticamente a mesma linha de raciocínio, **Ezequiel Ander-Egg** (1975) e **Juan Barriex** (s/d.) fazem uma perfeita distinção entre Serviço Social e Assistência Social, sendo este último uma profissão “*paramédica, para jurídica, asséptica, tecnocrática e desenvolvimentista*” (ENDER-EGG; BARRIEX apud MONTAÑO, 2009, p. 22). Trabalho Social, por sua vez, é a ação conscientizadora que intervém de forma revolucionária. Deste modo,

[...] a atenção aos pobres e desvalidos, durante a época da expansão capitalista, surge principalmente nos ambientes cristãos [...], implicando que a Assistência Social que se organiza então se assemelhe àquela desenvolvida na Idade Média (ANDER-EGG apud MONTAÑO, 2009, p. 22).

- Por outro lado, **Boris Aléxis Lima** (1986), identifica quatro grandes etapas que caracterizam o Serviço Social, historicamente falando, são elas: *pré-técnica, técnica, pré-científica e científica*. Desta forma, compreende-se uma ‘pseudo-evolução’ de uma fase empírica, não-institucionalizada, a uma atividade metodologicamente científica e baseada numa postura profissional. Para o autor, a história do Serviço Social, “*encontra-se ligada aos chamados ‘precursores do trabalho social’, os quais elaboraram as primitivas formas de caridade e filantropia no nascente capitalismo*” (LIMA apud MONTAÑO, 2009, p. 23).
- Ramificado a preocupação do Serviço Social Argentino, **Norberto Alayón** (1980) defende que a gênese e a especificidade do Serviço Social decorrem de um

processo que levou a institucionalização das tarefas ‘benéfico-assistenciais’, originando a profissão que conhecemos na atualidade. Em 1822, a passagem pela Argentina da Hermandad de Caridade para a administração estatal e sua posterior “autorização para estabelecer uma sociedade de damas, sob a denominação de Sociedade de Beneficência” marcaram os antecedentes do processo de institucionalização destas ‘tarefas benéfico-assistenciais’ naquilo que é hoje o Serviço Social (ALAYÓN *apud* MONTAÑO, 2009, p. 24).

- Inserido num contexto de análise do Serviço Social, a partir de uma maneira tradicionalista, **José Lucena Dantas** (*in Batista, 1980*) classifica a compreensão do Serviço Social em três fases distintas: (1) o *modelo assistencial*, que define a natureza das práticas e da problemática social que antecederam historicamente o aparecimento do Serviço Social; (2) o *modelo de ajustamento*, referindo-se especificamente ao sentido de institucionalização das práticas conhecidas como serviço social e definindo a natureza do serviço social norte-americano; (3) o *modelo de desenvolvimento e mudança social*, ‘ainda em elaboração’, ao qual pertencem duas correntes: a do serviço social revolucionário, eminentemente político, e a do serviço social para o desenvolvimento, eminentemente científico (BATISTA *apud* MONTAÑO, 2009, p. 24). Como tantos outros teóricos, o autor situa os ‘antecedentes’ do Serviço Social nos momentos históricos da Idade Média.
- Muito mais radical em suas compreensões é **Balbina Ottoni Vieira** (1977), que diz:

[...] o serviço social só foi conhecido com este nome no século XX. Mas o fato ou o ato de ajudar o próximo, corrigir ou prevenir os males sociais, levar os homens a construir seu próprio bem-estar, existe desde o aparecimento dos seres humanos sobre a terra (VIEIRA *apud* MONTAÑO, 2009, p. 25).

Deste modo, ela entende que falar de caridade, filantropia e Serviço Social, é tratar da mesma coisa, o que muda é a forma de operar e de organizar, de maneira que houve evoluções no modo de atuar, mas o cerne da ‘profissão’ continua o mesmo. De acordo Balbina Vieira (1988, p. 23), se, pela experiência histórica, admitimos que o Serviço Social é uma “ajuda”, que sua natureza é “ajudar” aos outros, podemos também verificar que hoje ele possui certas características que o distinguem de outros tipos de ajuda. Se considerarmos o Serviço Social como uma ajuda atuando numa situação de desenvolvimento, podemos dizer que o desenvolvimento é um fator que influirá sobre o tipo de ajuda prestado pelo Serviço Social.

Por este motivo, Balbina Vieira considera que “o desenvolvimento é um fator que vai influenciar sobre o tipo de ajuda prestada pelo Serviço Social, portanto, as várias situações criadas pelo desenvolvimento são variáveis causais ou independentes do Serviço Social”. (VIEIRA,1988 p. 24). A experiência que se tiver da ajuda leva a uma hipótese do que é ou será o Serviço Social, leva a um conceito sobre ele, o que explica a variedade de conceitos de Serviço Social nos diferentes países.

- Em seu trabalho mais recente, **García Salord** (1990) situa o nascimento do Serviço Social no século XX como decorrência de três elementos: “institucionalização de beneficência privada; ampliação das funções do Estado, encarregado da confecção e implementação das políticas sociais e o desenvolvimento das ciências sociais”. A profissão, decorre do exercício da caridade, num ato de solidariedade e amor ao próximo, o que envolve o ato religioso e o exercício ético (SALORD apud MONTAÑO, 2009, p. 25-26).

Esta tese, chamada por Montañó de *endogenista*, e que aqui procuramos resumir, independentemente de seus defensores e de suas posições político-ideológicas e teórico-metodológicas, entende que o Serviço Social ocorreu da profissionalização e da sistematização da caridade e da filantropia.

Portanto, a tese *endogenista* faz referência à ideia de que esta tese aborda e entende a profissão como sendo vista a partir de si mesma. O Serviço Social ganha, dessa forma, uma autonomia histórica diante da sociedade, das classes e das lutas sociais. Esta tese defende a gênese e a especificidade do Serviço Social, através de uma clara visão *particularista* ou *focalista*, pois compreende o surgimento desta profissão atrelada às atividades e ações de sujeitos particulares, como se fosse resultado de opções pessoais, entendendo a história da própria sociedade como apenas uma ‘crônica’ que segue paralelamente ao desenvolvimento do Serviço Social, sem nele influenciar decisivamente e diretamente; como este evolui tranquilamente sem ser influenciado e muito menos criado a partir da conjuntura socioeconômica e histórico-social que nele deveria se impor. Esta visão, portanto, vai no sentido inverso da compreensão lukacsiana da historicidade das realidades humano-sociais.

A história e a sociedade são postas apenas como o cenário de desenvolvimento profissional [...] como uma maquete que se insere uma peça autônoma do contexto. [...] Desta forma, os fatos, tanto do Serviço Social quanto da história, são *naturalizados*, se constrói a ‘história’ [...] sem recuperar a processualidade histórica, num claro etapismo. [...] Separa-se o Serviço Social da sociedade e autonomiza-se o primeiro; definem-se as etapas para um e para o outro [...]; vincula-se cronologicamente as etapas de um (do serviço social) e às da outra (sociedade),

sendo estas últimas os marcos onde se situam as primeiras (MONTAÑO, 2009, p. 27).

Os autores desta tese não se preocupam em compreender a gênese e a natureza (o surgimento do Serviço Social) atreladas à realidade social, política e econômica, de maneira que sua relação com a história parece ser circunstancial, adjetiva, acidental. Assim como não se consideram as lutas sociais e a pressão da classe proletária quando massacrada pela classe hegemônica; não se analisa o Estado e sua crescente intervenção, através das políticas sociais, para refrear as manifestações da “questão social”. Considera-se apenas, o *serviço social, como tendo uma função autônoma, com prestação de serviços a pessoas, grupos, comunidades particulares. E sua gênese, é aqui considerada, como uma evolução das anteriores formas de assistência e ajuda.*

Segundo Montañó (2009), com quem concordamos, esta tese é incompleta, já que trilha por um caminho, em que o Serviço Social é visto como uma atividade autônoma, de maneira a desprezar todas as influências conjunturais, desde sua criação até a sua profissionalização. Ele está correto, já que parece pueril compreendê-lo (o serviço social) desta forma, uma vez que é evidente que seu surgimento foi fomentado por causa da pressão da classe pauperizada, que já sofria demais com os problemas da ‘questão social’; acompanhando isso, a classe burguesa estrategicamente conferiu uma identidade ideológica à ação dos primeiros agentes (isso com o apoio da Igreja Católica e do Estado – que implementava cada vez mais suas ações através das políticas sociais), de maneira a amenizar e apaziguar os conflitos sociais existentes.

2.1.2 Perspectiva Histórico-Crítica.

Esta perspectiva entende que o Serviço Social é resultado da síntese dos projetos político-econômicos, operando no desenvolvimento econômico, reproduzindo-se de maneira material e ideológica, a partir de estratégias da classe hegemônica, inserida no contexto do capitalismo monopolista, onde o Estado toma para si a responsabilidade das precariedades inseridas na compreensão da ‘questão social’; ou o “Serviço Social é a síntese de múltiplas determinações”.

Os principais defensores desta tese são: Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, etc. Todos eles entendem que o Assistente Social desempenha um papel de cunho político e o que caracteriza a profissão é justamente a posição no contexto em que este profissional está inserido. Apresentamos a seguir um breve resumo sobre o pensamento de cada um deles:

- Segundo **Marilda Villela Iamamoto** (1991, 1992 e 1992b) “efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO apud MONTAÑO, 2009, p. 31).

Ela deixa claro que o assistente social deve cumprir sua função dentro da ordem social e econômica, como que sendo mais uma engrenagem da divisão sócio técnica do trabalho, deve, portanto, participar da reprodução tanto da força de trabalho, quanto da ideologia dominante. A profissão é - se entendida assim - um produto histórico, sendo também produto e reprodutora das relações sociais. A autora acrescenta ainda que “o Assistente Social é solicitado não pelo seu caráter [...] técnico-especializado de suas ações, mas antes pelas funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’ [...]. É o profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político” (IAMAMOTO apud MONTAÑO, 2009, p. 32).

- Falando num marco teórico-metodológico semelhante a Iamamoto, **José Paulo Netto** (1992) segue a mesma linha de raciocínio. Defende que é na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais (ocorridos dentro da ordem burguesa) e no capitalismo dos monopólios que se geraram as condições favoráveis ao surgimento da gênese e da especificidade do Serviço Social,

possibilitando sua emergência como profissão nos países europeus. Deste modo entendido, a profissionalização ocorre dentro da ordem monopólica. Não é, portanto, “a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas” (NETTO apud MONTAÑO, 2009, p. 33). O Serviço Social é uma dentre tantas ‘especializações’ ocorridas, formuladas e implementadas pelo conjunto das políticas sociais, próprias deste novo estágio de capitalismo monopolista e ascensão burguesa para desempenhar um papel e, subordinada à divisão sócio técnica, executar as políticas públicas. É, ainda, dinamizado e estimulado pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro deste sistema. É também resultado das lutas sociais e do processo de amadurecimento da classe proletária, que mesmo sendo alienada pela atividade desse profissional, ainda assim, tratava-se de ‘uma conquista’.

- Já **Manuel Manrique Castro** (1993), preocupa-se em determinar que forças concorreram para a gênese do Serviço Social e que pessoas participaram dela. Ele assegura que diversas modalidades de ação social passaram a sofrer alterações substanciais; mudada a perspectiva de uma função, reservam-se para elas – e este é o caso do serviço social – certas tarefas que requisitavam níveis especiais de preparação “[...] as formas de ação social não emergem ou sucumbem segundo a vontade dos seus agentes; ao contrário, são objetivações da situação social prevalecente, expressando, à sua maneira, as características das sociedades aonde articulam novas relações de produção. Sua preocupação é visível, em estabelecer a função concreta do Serviço Social, isto é, a ação que desempenha na realidade prática” (CASTRO apud MONTAÑO, 2009, p. 34-35).

- Ainda nesta perspectiva, temos **Maria Lúcia Martinelli** (1991) que defende que a emergência do Serviço Social (seja na Europa ou nos Estados Unidos da América), partiu de vontade e empenho da classe burguesa, que juntamente com a Igreja Católica e o Estado intervencionista buscavam desarticular e desmobilizar a ação da classe pauperizada, entendendo, portanto, que o Serviço Social é um produto histórico das contradições próprias do modo de produção capitalista.

Para ela, o Serviço Social como profissão possui:

[...] a marca do capitalismo e do conjunto de variáveis subjacentes – alienação, contradição, antagonismos – é [então] uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês como uma importante estratégia de controle social, como uma ilusão de servir (MARTINELLI apud MONTAÑO, 2009, p. 35).

Nota-se que sua compressão permeia um Serviço Social de caráter controlador, integrador e, deste modo, inserido num contexto político necessário para manter a ordem social, envolvido por um véu de filantropia, ‘fetichizando’ sua prática, o que lhe conferem a ilusão de servir e o confundem, muitas vezes, com as antigas formas de ajuda, caridade e filantropia.

- O pensamento de **Vicente de Paula Faleiros** (1993) nega veemente a existência de um Serviço Social anterior ao século XX. Fundamenta, deste modo, o Serviço Social na negação dos antagonismos, atuando na prática para ‘camuflar’ as mazelas sociais. O Serviço Social, de acordo com Faleiros,

[...] nasceu dependente de fatores que guardam relação com o surgimento do capitalismo: o desenvolvimento das forças produtivas na metrópole e o desenvolvimento das técnicas e da ciência (...). Isso leva a um paradigma “das relações de força, poder e exploração (FALEIROS apud MONTAÑO, 2009, p. 37).

O que mais difere a tese histórico-crítica da tese endogenista tal como demonstra Montañó é que, diferentemente da primeira, a tese histórico-crítica parte de uma visão *totalizante*. Vendo, assim, a profissão, como resultado da síntese de projetos enfrentados e da estratégia da classe hegemônica, num contexto de capitalismo monopolista, assim como os profissionais são vistos como atores sociais coletivos, determinados historicamente e inseridos numa determinada conjuntura e a luta de classes é vista como um verdadeiro marco. É justamente em meio a esses conflitos que surgem também o desenvolvimento e a ampliação sobre as questões referentes aos direitos civis, políticos, sociais, favorecendo a geração da institucionalização das políticas sociais.

O Serviço Social passa a ser requisitado não somente no âmbito público, mas adentra também a esfera privada, pois a empresa passa a ‘preocupar-se’ com as refrações do processo de exploração do trabalho, na tentativa, evidente, de aumentar a produção, dando uma ‘melhor qualidade’ de vida ao seu trabalhador. É em atuações com esta, que o profissional “recebe, via

de regra, [...] um mandato institucional de agente conciliador e apaziguador de conflitos de interesses entre empresa e empregados, levando este controle para além da indústria até o espaço familiar do trabalhador” (MONTAÑO, 2009, p. 40-41).

Neste contexto, as políticas sociais são, portanto, “instrumentos privilegiados de redução de conflitos, que contém conquistas populares, sendo estas travestidas de concessões do Estado e/ou empresa” (MONTAÑO, p.41). Elas são, então, instrumentos focalizados em cada umas das refrações da ‘questão social’ fragmentadas, o que dá certamente respostas pontuais às suas instituições implementadoras. Já o Assistente Social “aparece como um ator subalterno e com uma prática basicamente instrumental. Seu campo privilegiado de trabalho é o Estado (...) e a base de atuação é conformada pelas políticas sociais” (CARVALHO, 1991; MARTINELLI, 1991; NETTO, 1992a apud MONTAÑO, 2009, p. 42).

As duas teses apresentadas são radicalmente distintas, no que diz respeito às conclusões adversas que chegam sobre a questão da natureza do Serviço Social, isto é, sua funcionalidade e legitimidade. Porém, ambas possuem elementos de interseção. Uma tese aponta para o entendimento do Serviço Social ser ajuda que pode ser profissionalizada a outra defende que o Serviço Social é trabalho que pode ter formas de ajuda.

Enquanto na primeira tese a natureza e a funcionalidade são obtidas através da compreensão do Serviço Social consistindo numa forma de ajuda (uma evolução e organização destas ‘protoformas’); na segunda, esta compreensão vai além e é entendida a partir de sua funcionalidade atrelada à ordem burguesa, quando o Estado se torna responsável pelas mazelas da 'questão social', usando-se das políticas sociais.

Deste modo, enquanto a primeira aceita e defende a continuidade existente entre Serviço Social atual e formas anteriores de ajuda, filantropia e até caridade; a segunda percebe e defende que houve, de verdade, uma ruptura na essência funcional do Serviço Social.

Qual das teses é a que melhor explica a gênese e, por sua vez, a natureza e a funcionalidade do Serviço Social em Angola?

A compreensão que fica é que a primeira tese se preocupa em não perder aquele ‘fio da meada’ que conduziu a atividade dos primeiros agentes até a profissionalização desta atividade, de maneira que é até compreensível, pois é difícil pensar o surgimento de uma profissão sem uma fase “infantil”, precursora ou sem ações iniciais nos primórdios das manifestações da questão social mas apenas da vontade de alguns organismos (burguesia/Igreja Católica) num contexto de produção e exploração capitalista, pois aceitando-se a segunda tese, que entende o Serviço Social como sendo um produto histórico das contradições próprias do modo de produção capitalista, coloca-se o desafio de que a

expressão fenomenológica imediata desta profissão e neste contexto teve práxis diferentes já que sua base – o modo capitalista de produção também teve níveis diferentes de evolução em contextos e lugares diferentes.

No nosso entender, aceitar que a profissão surge num contexto de produção capitalista, reconhecer na sua fase inicial ou “infantil”, ações com pendor caritativo e filantrópico não anula necessariamente aquele contexto que lhe deu origem. No entanto, esta tese ‘peca’ quando não incorpora em suas considerações o ‘fervilhar’ da sociedade, as demandas por ela exigidas e as pressões tipicamente daqueles que precisam e só podem recorrer ao Estado (em primeira instância).

A segunda, por sua vez, dá ênfase total à conjuntura da época, como alavanca principal e inicial para a profissionalização do Serviço Social mas, por outro lado, parece esquecer as práticas anteriormente exercidas como se, num passe de mágica, tudo que se executava fosse esquecido e, sob a tutela da classe burguesa e do Estado, exercia-se uma nova ação, totalmente livre de influências anteriores e embasada em novas aprendizagens, para suprir necessidades novas movidos, agora, pela ‘monstruosidade’ da ‘questão social’ que assustava a todos e não esperava para ser, ao menos, encoberta, como se anteriormente, ela não existisse, como se aquelas razões que motivavam as práticas filantrópicas não fossem já expressões da “questão social”. Ao contrário, ela já era essa expressão, razão pela qual o Estado e as empresas viram que esta “responsabilidade” já não cabia apenas na ação caritativa e voluntariosa de grupos religiosos.

Mas é importante finalizar com as sábias palavras do autor que diz, de maneira a deixar estas duas teses muito mais imbricadas: “considerando-se a relação “Serviço Social - formas de ajuda”, se na primeira tese a natureza é a mesma, tendo características diferentes, na segunda a natureza é distinta, tendo características semelhantes” (MONTAÑO, 2009, p. 44). Na primeira tese, o Serviço Social é ajuda que pode ter características diferentes como profissionalismo/voluntarismo, formação técnico-científica/voluntarismo, institucionalização estatal-empresarial/desarticulação de grupos voluntários; na segunda tese, o Serviço Social é trabalho, embora possa apresentar aquelas características.

Entendendo a natureza no sentido de essência, como aquilo que “*permanece na mudança*”, entendendo como Lukács que natureza e fenômeno possuem o mesmo estatuto ontológico, são dimensões distintas do real, ambas as esferas são portadoras de ser. A distinção entre elas decorre da peculiar relação que cada uma das esferas mantém com a categoria da continuidade. Ao conceber a natureza enquanto horizonte histórico de possibilidades para o agir humano, tal como Lukács concebendo a natureza ou a essência

como a “duração na mudança” (LUKÁCS apud LESSA, s/d vol. II, p. 373), como “continuidade tendencial última” (LUKÁCS apud LESSA, s/d vol. II, p. 375).

Ao referir à essência da individualidade utilizando a expressão “a substância que se conserva na continuidade do processo” (LUKÁCS apud LESSA, s/d vol. II, 412), somos de convicção que ambas as teses abordam dimensões de uma mesma realidade: a profissão Serviço Social.

Sendo o Serviço Social uma prática profissional e entendendo a prática profissional como “conjunto de atividades reais desenvolvidas em relação a um contexto sócio-histórico-institucional por uma categoria profissional”, significa que existirão tantas práticas profissionais, quantas categorias profissionais existirem. E, se assim o é, a polêmica entre as duas teses não resolve o desafio de desvendar a natureza do trabalho do Assistente Social como parte do trabalho social coletivo em suas duplas dimensões: como trabalho concreto (utilidade social) e como trabalho abstrato (fracção do trabalho social).

Por este motivo, neste trabalho também nos desafiamos, por meio de uma pesquisa bibliografia que se debruça sobre a temática, a explicar se o Serviço Social no contexto atual da interdisciplinaridade tem uma natureza própria.

2.2 APREENSÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Pretendendo apreender a natureza do Serviço Social em Angola na compreensão marxista e ou luckacsiana apresentada, a perspectiva sócio histórica do Serviço Social, para fins deste trabalho, foi privilegiada por se afigurar mais adequada aos objetivos a que nos propusemos. Por isso, apreendemos a profissão partindo da compreensão das determinações estruturais da sociedade, a fim de entender as particularidades de sua conjuntura atual.

Encaramos o Serviço Social como um trabalho coletivo especializado e inscrito na divisão social e técnica do trabalho. Quer dizer, entendemos o Serviço Social como uma profissão, produto social e da história, cujas origens estão social e historicamente demandadas e determinadas. Tal como Netto, Iamamoto e outros, somos apologistas que o Serviço Social é um trabalho que brota da demanda histórica do capitalismo e, por isso mesmo, é determinado e participa das mudanças do mundo do trabalho e da sociedade do capital. Portanto, as mudanças que se sinalizam hoje no mundo do trabalho em geral afetam o Serviço Social e este por sua vez influência também este movimento.

O Serviço Social como profissão, está atrelado ao surgimento da “questão social”, orientado com condutas assistencialistas e filantrópicas, com um “alicerce” da doutrina social da Igreja Católica, ou seja, surge como resposta ao acirramento das contradições capitalistas em sua fase monopolista, para o “controle” da classe trabalhadora e a legitimação dos sectores dominantes e do Estado. O serviço Social surge e se consolida com a ordem monopólica, estando relacionado também com as mazelas próprias à ordem burguesa. Sendo assim, esta profissão só se torna compreensível e histórica no âmbito da sociedade burguesa, no tempo do capitalismo monopolista (NETTO, 2011, p. 73).

A questão social, objeto e fundamento do trabalho do assistente social, é entendida como sendo expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do empresariado e do Estado. Enquanto manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre essas classes – servirá como base de justificação para a ação do assistente social, para além da caridade da repressão. Assim, o Serviço Social deve ser entendido como profissão que surge como parte integrante do modo de produção capitalista, atuando na intermediação de interesses de duas classes antagônicas. Portanto,

O Serviço Social responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas às demandas de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história (IAMAMOTO, 2014, p. 81).

Iamamoto nos faz perceber que o Serviço Social se afirma como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais qualificados para seu atendimento. A intervenção profissional deveria estar pautada nos parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2014, p. 83).

Tal reprodução de interesses contrapostos que convivem em tensão é possível pela mesma atividade do Assistente Social porque para este o exercício da sua profissão é dependente.

O Serviço Social não tem um caráter de autonomia. Não se pode pensar à profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 86).

A questão social ao exigir do Estado uma intervenção que depois legitima o seu poder, sendo ela também a base do fundamento do trabalho do Assistente Social, não se podendo pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independentes das organizações institucionais a que se vinculam, sendo estas instituições pertencentes ao Estado constituído por representantes do capital ou de empresas, a contradição do trabalho do Assistente Social se processa no fato de este ao ter a política social como sua ferramenta de trabalho, visando garantir e ampliar direitos à classe trabalhadora, diz Netto que,

A política social, funciona como uma ‘faca de dois gumes’: em parte as políticas sociais são um dos principais meios de intervenção do Estado nas expressões da “questão social”. Neste sentido são conquistas, fruto da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores. Por outra, as políticas sociais na ordem capitalista, funcionam também como estratégia para reproduzir e manter o sistema atual de produção e reprodução da vida social, preservando e controlando a mercadoria mais preciosa para o modo de produção capitalista, que é a força de trabalho. A política social pode ser entendida também como um acordo entre a burguesia e a classe operária, por que ao mesmo tempo em que atende necessidades imediatas da classe operária, ela fragmenta e fragiliza a organização da classe operária e legitima o Estado Burguês. E com a ideologia neoliberal, que só fortalece o sistema capitalista, a perspectiva de culpabilização do sujeito é cada vez mais utilizada, descartando a conjuntura e fragilidade do próprio sistema, que em sua contradição, produz riqueza excedente, porém esta fica concentrada e centralizada nas mãos de poucos, enquanto muitos ficam ‘as margens’ do sistema (NETTO, 2011, p. 37-38).

Neste campo de interesses contraditórios, próprios do modo de produção capitalista onde o Assistente Social é chamado a mediar tais interesses, o Serviço Social não é função diretamente produtiva, ele participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está a divisão sócio técnica do trabalho.

A produção e a reprodução capitalista incluem, também, uma gama de atividades, que não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital. Embora não sejam diretamente geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro.

O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, para atuar na questão social que tem por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos muitas vezes apreendidos, sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial, e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da “questão social” fazendo-o por via da Política Social.

A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço delas. Não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma, apenas ao ritmo da vontade dos seus agentes e seus efeitos derivassem exclusivamente da atuação do profissional.

Não obstante o exercício da profissão se desenvolva no contexto institucional (estatal ou privado), a indefinição ou fluidez do que é ou faz o Serviço Social, abre ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional (teleologia) posicionando-se não só como divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicionalmente acumulada tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, mas também capazes de propor uma nova ordem societária.

Em outras palavras, o Assistente Social no exercício de sua atividade pode somente agir como um auxiliar e subsidiário no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora como pode, também, no desempenho de sua função intelectual configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetua a prática profissional.

Além do carácter contraditório próprio de uma sociedade capitalista, na qual brota o Serviço Social e desenvolve sua atividade, considerando que

[...] a reprodução das relações sociais e conseqüentemente do capitalismo, é reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de um determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 79).

Para compreensão do Serviço Social há que se analisá-lo sob dois ângulos que estão imbricados entre si, formando uma unidade contraditória que o constituem:

- 1) como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional;
- 2) como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social a ela e que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

A unidade entre essas duas “dimensões” é contraditória, podendo haver uma defasagem entre intenções expressas no discurso que ratifica esse fazer e o próprio exercício desse fazer (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 80).

Ao ressaltamos apenas um desses ângulos, a autora afirma que estaremos acentuando de modo excludente um polo do movimento contraditório do concreto, posicionando-se assim em análises unilaterais. Para Iamamoto e Carvalho, a reflexão teórica sobre o Serviço Social no movimento de reprodução social não se identifica com a defesa da tese unilateral, seja ele Serviço Social Conservador (como esforço e apoio ao poder vigente) ou Serviço Social Transformador (esforço transformador ou revolucionário – Reconceituação), ambas são tidas pela autora como afirmativas mecanicistas e voluntaristas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 80).

Visão igualmente corroborada por Rachelis quando afirma:

Ao mesmo tempo em que o Serviço Social se desenvolve como atividade socialmente determinada pela divisão social e técnica do trabalho, ele é, também, simultaneamente o resultado da prática coletiva dos seus agentes profissionais. Prática essa orientada pelas concepções, intenções, expectativas e discursos que os assistentes sociais coletivamente constroem para legitimar sua existência como profissão na sociedade [...] é preciso apreender a profissão no seu duplo aspecto: do discurso profissional que expressa a vontade e a intencionalidade de cada um dos assistentes sociais e dos efeitos sociais concretos que esta prática coletiva produz e reproduz, dimensões nem sempre coerentes entre elas. (RAICHELIS, 1991, p. 99).

O Serviço Social é necessariamente polarizado pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptado por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão e responde tanto as

demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto.

Iamamoto chama nossa atenção para um aspecto da realidade social que é a contradição, o motor da história. E é através da consideração de que as relações sociais se caracterizam pela contradição que podemos apontar que o mecanismo de dominação e as necessidades da classe trabalhadora são duas faces de uma mesma moeda. É a partir dessa compreensão que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional se colocar no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 80-81).

O modo pelo qual a “clientela” do Serviço Social compreende o mundo e as relações a sua volta é condicionado pelo lugar social que ocupam no processo de produção. A autora, portanto, não nega a singularidade dos indivíduos, numa visão determinista da história, mas essa individualidade é tida como expressão ou manifestação do seu ser social, de sua vida em sociedade.

2.3 ASSISTENTE SOCIAL: UM TRABALHADOR ASSALARIADO DOS SERVIÇOS

Tendo partido da compreensão de que Serviço Social é trabalho, partindo de uma base sócio histórica de matriz marxista ou marxiana, neste subtítulo procuramos nos adentrar um pouco mais nas categorias desenvolvidas por Marx que nos permitem concluir em que circunstâncias o Serviço Social pode ser trabalho. Para efeito, procuramos relacionar o entendimento de Marx sobre tais categorias para procurarmos nos assegurar das interpretações e das conclusões que no subtítulo trouxemos sobre o Serviço Social.

Recorrendo à Marx e seus interpretes que vêm no Serviço Social a possibilidade de em condições específicas poder ser trabalho e conseqüentemente o Assistente Social ser um trabalhador assalariado, em síntese, nossa interpretação é concordante com estes pelos seguintes fatos: *primeiro porque o Serviço Social pode contribuir para reprodução social. Segundo porque o Serviço Social pode produzir valor.*

Em primeiro lugar o Assistente Social pode ser um trabalhador assalariado porque pode contribuir para reprodução social: tal como Iamamoto, entendemos que o

Serviço Social participa da reprodução social da sociedade, tanto a material quanto a ideológica, e por isso se constitui numa atividade necessária à economia capitalista, cumprindo, desta forma, um papel econômico, pois contribui no processo de reprodução material da força de trabalho.

Esta constatação nos leva a concordar com aqueles que apreendem o Serviço Social como trabalho, integrante do trabalho coletivo, pois, pertence ao trabalho coletivo, tanto àquelas atividades que transformam a natureza e outras que somente produzem mais-valia. Deste modo, as que produzem mais-valia cabe ao Serviço Social, enquanto integrante do trabalho coletivo.

Pensar, portanto, que o Assistente Social é um mero “parasita” dos que transformam a terra ou dos operários é um equívoco, pois Marx, ao analisar o trabalho, o faz de maneira essencialmente histórica. Devemos entender que a análise do trabalho feita por este autor no capitalismo parte da categoria valor. O trabalho é compreendido, assim, como substância do valor e no Capítulo XXI de O Capital, intitulado “Reprodução Simples”, até mesmo o consumo individual do trabalhador é apenas um momento da reprodução do capital, “Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá” (MARX, 1985c, p. 157).

Portanto, o Assistente Social, mesmo que dentro de certos limites, *pela mesma atividade* possa atender ao interesse do capital e do trabalhador, ao contribuir para a sua reprodução, olhando para esta constatação que naquele tempo Marx já vislumbrava, se pode afirmar que a reprodução do trabalhador é de interesse do capital, que se constitui em mais uma forma de lucratividade para o capital.

O fato de o Assistente Social poder ser trabalhador não significa que necessariamente este tenha processos de trabalho isolados, próprios ou exclusivos. Aliás, o desenvolvimento do capital muda o mundo do trabalho e tende a fragmentá-lo. Pois mesmo aqueles processos de trabalho que na divisão sociotécnica do trabalho surgiram como específicos, originários do Serviço Social, ou de outras profissões, o modo de produção capitalista, hoje tido como *sui generis*, modifica permanentemente a sua forma material.

Nisto, Iamamoto é concordante quando expõe que o Serviço Social não possui um processo de trabalho próprio, mas que se insere em processos de trabalho pré-estabelecidos porque, segundo Marx, o processo de trabalho não é determinado pelo sujeito que executa o trabalho, mas sim pelo capitalista, pois o próprio trabalho neste modo de produção pertence ao capital.

Na subordinação real do capital aparecem no processo do trabalho todas as transformações (*changes. Ing.*) que anteriormente analisáramos. Desenvolvem-se as *forças produtivas* sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (MARX, 1985b, p. 105).

Iamamoto entende que no Serviço Social, como uma profissão com origem na divisão sociotécnica do trabalho, a força de trabalho do Assistente Social é tida como uma mercadoria. Enquanto tal, esta mercadoria encontra-se suscetível à compra e venda no mercado de trabalho, pertencente ao “universo da mercantilização”. Assim sendo, o Assistente Social pode ser um trabalhador assalariado, o que sem dúvida reforça que o trabalho deste profissional é determinado pela instituição empregadora, que lhe confere atribuições e responsabilidades específicas, diversas das outras profissões, cujos processos de trabalho são igualmente determinados pelas instituições empregadoras.

“Os serviços sociais mais além de serem direitos sociais, expressão da vitória da classe trabalhadora na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa, que estando a perder terreno vê o Estado a assumir os encargos sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 97), o que é direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se torna também um meio de esforço de visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo o “coronelismo” presente na história política brasileira, agora instaurado no próprio aparelho do Estado. Quer dizer, o novo “coronel” passa a ser o estado, e os serviços sociais transfigurados em assistência social tornam-se uma das pontes para o estabelecimento das relações para com os seus súditos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 100).

Em segundo lugar somos apologistas daqueles que entendem que o Assistente Social pode ser um trabalhador assalariado porque este pode produzir valor.

Como já referimos, Marx ao analisar o trabalho, o faz de maneira essencialmente histórica, o trabalho compreendido assim, como substância do valor. Nesta perspectiva, o trabalho não é essencialmente produtor de coisas palpáveis, mas de valor. Até porque para o modo de produção capitalista a condição “transformar e produzir coisas materiais”, palpáveis não é suficiente para definir o trabalho produtivo uma vez que a produção capitalista está voltada à produção de mais-valia, que não precisa necessariamente ser originária da transformação direta da natureza, mas do trabalho excedente, produzido pelo trabalhador, que

é apropriado pelo capitalista. Daí podermos afirmar que no modo de produção capitalista só é considerado produtivo o trabalho assalariado que, de uma maneira ou de outra, venha a produzir mais-valia.

Se uma profissão é capaz de produzir mais-valia é justamente porque é explorada de forma capitalista, e como só o trabalho humano tem a capacidade de criar valor, esta profissão só pode ser trabalho. Além do que, no sistema capitalista, a produção não pode ser analisada de maneira isolada, deve ser analisada do ponto de vista social.

Os serviços são explorados de forma produtiva no sistema capitalista, são transformados em mercadoria. Possuem o duplo aspecto que caracteriza a mercadoria: o valor de troca e o valor de uso. Sua força de trabalho se mercantiliza podendo ser permutada por outro trabalho útil, inserindo esta profissão no “universo do valor”, além de satisfazer uma dada necessidade social.

Já que a reprodução da força de trabalho está na dependência direta do salário, qual o significado dos Serviços Sociais mantidos pelo Estado ou pelas instituições privadas nessa reprodução?

Os serviços sociais participam na reprodução da força de trabalho, porque são uma forma de salário, são utilizados quer pelo Estado ou pelo Privado como mecanismo indireto de pagamento da força de trabalho. Doutro modo falando, os “benefícios” sociais são algumas vezes denominado “salário indireto”, já que são encarados como uma ‘complementação salarial’ preferível (para os patrões) à elevação real dos salários, à proporção que podem ser descontados total ou parcialmente dos “beneficiários” ou de impostos governamentais. Os serviços sociais tomam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 106).

Os profissionais que atuam na área dos serviços não produzem um valor de troca separável dele, do prestador direto do serviço e nem sequer essa é condição suficiente para reproduzir valor para o capital. Dizia o autor de O capital: “[...] o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo” (MARX, 1985a, p. 51).

O trabalho que o Assistente Social realiza, enquanto trabalhador dos serviços possui uma utilidade, que só se manifesta no serviço direto que presta, e não em uma mercadoria distinta dele. Pois, embora Marx encare a mercadoria como coisa externa ele também sublinha que a sua essência está em poder satisfazer necessidades humanas: “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades

humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia” (MARX, 1985a, p. 45).

A partir disso, podemos concluir com base no texto de Marx, que o Serviço Social, assim como outros serviços, pode ser trabalho, justamente por possuir a capacidade de produzir valor. “O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem” (MARX, 1985a, p. 48). No modo de produção capitalista, além de o Serviço Social poder ser trabalho, porque produz valor, também pode ser trabalho porque as atividades que configuram o Serviço Social, facilmente podem ser caracterizadas como trabalho no sentido direto, uma vez que se trata de uma atividade direcionada a um fim, que possui objeto e se utiliza de meios de trabalho.

Como Iamamoto, defendemos que o Serviço Social tem a capacidade de produzir valor, logo, é trabalho. Isso vai ao encontro da afirmação de Marx de que o trabalho é a fonte do valor, mesmo que não transforme a natureza e o seu resultado não seja algo palpável. Aliás, porque isso nos levaria a questionar em que se entende e se limita a natureza que deve ser transformada pelo trabalho. Marx, porém, entende o valor enquanto categoria social e não física. Algo tem valor justamente por ser resultado do trabalho humano indiferenciado, e não necessariamente por se materializar em uma coisa palpável. Disso, o próprio Marx assegura: “não é produtivo aquele trabalho que produz objetos úteis, mas só aquele que produz diretamente mais-valia, pouco importando que se materialize em objetos humanamente e socialmente discutíveis ou nocivos” (MARX, 1985b, p. 27).

Os Assistentes Sociais, por serem trabalhadores de serviços que além de representarem direitos conquistados também são meios “baratos” de pagamento, como foi demonstrado nos parágrafos anteriores, participam sim da produção da mais-valia, da produção da riqueza e, está claro porque para Marx que a produção da riqueza não está condicionada a um determinado trabalho, ou que só uma forma de trabalho teria a capacidade de produzir riqueza “a essência da riqueza não é, pois, um trabalho determinado, um trabalho ligado a um elemento particular, uma determinada manifestação do trabalho, mas sim o trabalho em geral” (MARX, 1974, p. 11).

Desta forma, fica claro que segundo Marx a riqueza é produzida pelo “trabalho em geral”, e não por uma forma específica do trabalho. Quando o trabalho é analisado enquanto fonte de valor é indiferente a forma concreta que assume, o que verdadeiramente tem importância é a quantidade de trabalho presente, é o tempo de trabalho materializado na mercadoria, que irá determinar a grandeza do valor.

O Serviço Social é trabalho e o Assistente Social é um trabalhador, mesmo que não transforme a “natureza”. Senão vejamos: porque Marx, comparando a abelha e o arquiteto, considera a atividade do segundo como trabalho e não a do primeiro, mesmo constatando que ambos transformam a natureza? “Os animais, [...] também modificam com sua atividade a natureza exterior [...]” (ENGELS, s/d, p. 275).

Como se vê, na verdade não é o fato de uma atividade transformar a natureza que a torna trabalho, pois, se assim fosse, teríamos que aceitar que os animais também trabalham, uma vez que com as suas atividades cotidianas promovem a transformação da natureza, até pelo simples fato de nela existirem:

Mas nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo. [...] só o que podem fazer os animais é **utilizar** a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, **domina-a**. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, s/d, p. 277).

Para nós e no interesse deste trabalho, o problema não se prende em demonstrar que o Serviço Social seja trabalho, isto está suficientemente claro e existe bastante produção neste sentido. O desafio está em determinar qual é a função social deste trabalho. O que faz deste trabalho que se chama Serviço Social ele mesmo e não outro trabalho. Enfim, o desafio em nosso ponto de vista está em desvendar a natureza do trabalho do Assistente social como parte do trabalho social coletivo em sua dupla dimensão: como trabalho concreto (utilidade social) e como trabalho abstrato (fração do trabalho social).

2.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Trazemos para este trabalho a noção de formação profissional do Assistente Social não para aprofundar sua análise nas diversas vertentes pertinentes que hoje se impõem fazer na realidade angolana, como a instigante questão sobre qual formação profissional de Assistente Social se deve desenvolver no atual contexto angolano ou que desafios atuais e futuros se devem ter em conta para a formação de Assistentes Sociais em Angola. Embora pertinente e urgente, esta reflexão não cabe para os fins deste trabalho, pois tal aventura nos levaria a perda do foco e seria possivelmente impraticável para o fim para ao qual nos propusemos refletir.

Partindo do princípio de que o Serviço Social é um trabalho especializado no contexto da divisão social e técnica do trabalho isso faz do Assistente Social um profissional. Como tal, passa por um processo de apropriação de um arsenal ético-político, técnico-metodológico e técnico-operativo que concorre para que suas práxis sejam socialmente reconhecidas como profissão e disponham de um conjunto de competências passíveis de serem comercializadas no mercado de trabalho. Ou, em outras palavras, proporciona que seja socialmente reconhecido como detentor de valor de uso, seja integrado e consumido como trabalhador especializado. Assim, o conceito de formação profissional se apresenta necessário uma vez que é entendido como sendo este processo de apropriação do saber profissional que proporciona ao Assistente Social uma mundividência que influenciará sua ação ou modo de fazer e pensar a profissão.

A formação profissional do Assistente Social, aqui entendida como processo de apropriação de uma visão do homem e do mundo que influencia o modo de fazer e pensar a profissão, é um conceito necessário quando nos propusemos apreender a natureza da profissão, neste caso na realidade angolana. Entendendo o Serviço Social como profissão inserida e participante no processo de (re)produção da sociedade capitalista, sempre em tensão pela luta de classes, a profissão deste modo participa na reprodução dos antagonismos de classe, tendo como referência uma direção social estratégica que se pretende legitimar e, neste contexto, a formação profissional, processo de apropriação da visão do homem e do mundo, tem grande importância na construção e reconstrução da natureza da profissão.

Ora assim entendida a formação profissional ela não se restringe nem esgota com a formação que dá à pessoa o título de Assistente Social. O processo de apropriação da visão do homem e do mundo que influenciará o fazer e o pensar profissional inclui outros processos

que ultrapassam a escola formal. Para fins deste trabalho, nos detivemos somente a elucidar sobre as tendências atuais que movidas pelo capital tendem direcionar a formação profissional e conseqüentemente o perfil profissional. Netto apresenta duas tendências:

Numa ótica neoconservadora, [...] os indicadores empíricos das necessidades do mercado devem ser os determinantes da formação profissional; numa palavra a esta caberia responder ao mercado. Já a perspectiva da direção social estratégica formulada na entrada dos anos noventa não pode contentar-se com a sinalização do mercado do trabalho: deve conectá-la a análise das tendências societárias macroscópicas (o que supõe investimento na pesquisa da realidade e a apropriação de categorias e procedimentos da teoria social moderna) e aos objetivos e valores do projeto social que privilegia; assim, suas demandas, do mercado tem que contemplar prioridades e alternativas. A resposta direita, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional (NETTO, 1996, p. 123-124).

Face as mudanças sociais movidas pelo capital, segundo o documento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), o eixo da formação profissional atual consiste na

[...] vinculação entre a profissão e as novas configurações da questão social, apreendida no interior do processo de produção da relação entre capital e trabalho. O trabalho emerge, assim como elemento central da realidade social como componente constitutivo da prática profissional, que deixa de ser tratada como uma prática social abstrata, para configurar-se como trabalho profissional (ABESS, 1996, p. 149).

Que objetivos e metas busca a formação profissional do Assistente Social em Angola e quem os estabelece? Veremos isso no capítulo seguinte, porém, Netto refere que na formação profissional,

O que se põe em discussão é o próprio perfil do Assistente Social que se pretende assegurar: um técnico treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa ou um intelectual que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e o significado da área no conjunto da problemática social. [...] Em resumo confrontam-se dois “paradigmas” de profissional: o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado do trabalho tal como elas se apresentam ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórica-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada (NETTO, 1996, p. 126).

Entendendo então a formação profissional como o processo de apreensão da visão do homem e do mundo que influenciará o fazer e o pensar profissional, a formação que é colocada por Netto não se limita apenas aos estudantes matriculados numa escola formal, sendo um processo inacabado que está diretamente articulado com a atuação profissional:

[...] a curto prazo o problema da formação profissional não pode continuar se colocando mais como restrito à preparação das novas gerações profissionais: tem que incluir os milhares de Assistentes Sociais já diplomados que se veem fortemente pressionados pelas contrições do mercado do trabalho (NETTO, 1996, p. 125).

Nota-se que Netto distingue dois “paradigmas” que a nosso ver são complementares. Contudo, para a formação que dê conta do segundo “paradigma”, o “intelectual”, exige-se que a formação não seja apenas permanente para todos (estudantes e diplomados), mas que não seja reduzida “ao treinamento, à transmissão de conhecimentos e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado como foi denunciado pelas entidades da categoria no Brasil em 1999” (ABESS/CFESS/ENESSO, 1999), mas também é preciso que nas escolas de Serviço Social se preserve

[...] a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão e assegurar a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos (...) uma instituição voltada à planificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado”. Sustenta (IAMAMOTO, 2014, p. 432).

2.5 NOÇÕES DE CONCEPÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL

Considerando que é nosso propósito trazer para este estudo as concepções dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA, com a finalidade de trazer aportes que nos encaminhem para compreender a natureza do Serviço Social em Angola, nesta parte do trabalho procuramos apontar qual nossa concepção da profissão, entendida aqui como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional. Para efeito, recorreremos da teoria social marxista ou marxiana para o entendimento de prática profissional da concepção aqui utilizadas como teoria, bem como suas implicações inevitáveis.

Marx fala sobre práxis humana referindo que “toda a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender essa práxis” (MARX, 1985 p. 66).

A práxis é o todo que interconecta os fundamentos teóricos, filosóficos, metodológicos, ideológicos, históricos de uma decisão, ao passo que a decisão é o momento que inclui valores e moralidade ética. Os fundamentos e as decisões interconectados criam uma ação intermediada por objetivos e objetos pré-determinados que, por sua vez, devem ser conhecidos, de modo a permitir a permanente dialética entre a teoria e a prática.

Por este motivo, só com o conhecimento de qual é o papel da práxis no contexto das relações sociais e do que a práxis representa na profissão é possível ter atitudes éticas e orientar a prática profissional para a renovação teórica do devir.

Portanto, a práxis representa um todo no qual se encontra a prática profissional, também a do Serviço Social, que numa perspectiva histórico-dialética pode ser entendida como resultado prático, ativo, de um longo processo reflexivo e também construído daquele momento de execução e de intervenção que se inter-relaciona aos contextos históricos e as decisões éticas práticas em campo – terreno da dimensão técnico-operativo da profissão.

Segundo Konder (1992), a práxis, enquanto reflexão, é a capacidade de o sujeito livre e consciente executar uma atividade que reflita a teoria, precisamente a execução reflexiva da teoria “O que a práxis exige do sujeito é que ele não se limite à interpretação; em nenhum momento. Todavia, ela podia prescindir o esforço interpretativo, que lhe permite corrigir-se auto criticamente, aperfeiçoar-se e alcançar seus objetivos, sua meta” (KONDER, 1992, p. 124-125).

Partindo do conceito de que a prática profissional significa as concepções teórico-metodológicas que caracterizam a profissão, à práxis caberá a contextualização em campo dessas concepções que são a prática profissional “É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a efetividade e o poder, a terrenalidade do seu pensamento” (MARX apud KONDER, 1992, p. 166). Este pensamento é igualmente colaborado por Gramsci no Caderno 11, onde desenvolve suas perspectivas sobre a práxis: “uma filosofia da práxis só pode apresentar-se inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente” (GRAMSCI, 2004, p. 101).

Quer dizer que a práxis apenas alcança seu objetivo quando está conectada à realidade em que se inscreve se propõe criticamente na relação com essa realidade: avançando em

relação ao pensamento previamente posto, mas suscitado pela materialidade e transformando tanto o pensamento existente quanto aquela realidade de modo dialético, uma vez que:

A prática é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva, e, para alterá-la, transformando-se a si mesmos. É ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete a ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115-116).

Neste caso, a práxis vai significar os mecanismos pelos quais se permitirá o questionamento em relação à realidade e com os quais se modificará essa realidade. Portanto, a modificação da realidade é impossível sem a modificação do sujeito que a modifica; quer dizer, no processo de modificação da realidade, o sujeito também se modifica numa relação de reciprocidade mútua.

A intervenção resulta necessariamente em reflexão sobre a realidade, sobre as concepções que são aplicadas em campo e sobre a própria aplicação. Sobre o assunto, Montañó adverte:

O Serviço Social deve reconhecer como prática profissional não apenas aquilo cujo processo completo é realizado pelo mesmo indivíduo. O processo deve ser desenvolvido pela profissão como um todo e não necessariamente por cada profissional particular. Não se deve desprezar a atividade do “profissional de campo” por considerá-la limitada teoricamente, nem deve se deslegitimar as elaborações teóricas de um “profissional académico” acusando-o de não estar sustentada na prática (MONTAÑO, 2009, p. 151).

Por este motivo, entendemos que uma tentativa de apreender a natureza do Serviço Social em Angola deve ter em conta este movimento, pois,

A práxis na concepção de Marx, não se limitou a unir a *theoria* e a *poesésis*, pois também necessariamente a atividade política do cidadão, sua participação nos debates e nas deliberações da comunidade, suas atitudes na relação com outros cidadãos, a ação moral, intersubjetiva (KONDER, 1992, p. 128).

Deste modo, o Serviço Social enquanto prática profissional não é simplesmente a aplicação de uma teoria, mas a reflexão em torno de uma teoria e de uma categorização teórica, e sua qualificação enquanto ação emancipadora ao indivíduo atendido e enquanto prática que procura garantir direitos. O Serviço Social só tem essa capacidade de prática-ética,

ou seja, prática de uma decisão que envolve valores morais e de reflexão teórica quando se apropria de uma reflexão crítica da realidade e do seu arsenal teórico, que é a base de sua intervenção profissional. Daí a necessidade de procurarmos estudar as concepções quanto à práxis cotidiana do fazer dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA, com vistas a apreender a natureza desta profissão naquela realidade social.

Relembramos que para o presente estudo usamos o termo concepção como sinônimo de teoria. Portanto, entendemos aqui concepção ou teoria tal como a prática, como o fazer concreto, enquanto dimensões da práxis. Concepção é o que caracteriza a práxis com o fim de diferenciá-la da prática sem reflexão, já que de outro modo falando, a práxis humana inclui necessariamente reflexão (teoria, concepção, subjetividade) e prática (ação, objetividade).

Concepção é um conjunto de conhecimentos para compreensão da realidade, pois baseando-se em Abbagnano (2000), “a teoria se traduz num conjunto de regras práticas, pensadas enquanto princípios gerais, representando abstração das condições que exercem influência na aplicação daquela determinada teoria”. Quer dizer, ao falarmos de concepção estamos nos referindo às representações na mente (neste caso dos Assistentes Sociais) da sua prática; as representações na mente ou a síntese mental que os Assistentes Sociais têm do Serviço Social face ao contexto. Essa representação mental da profissão não é, portanto, autônoma, nem permanente, pelo contrário, expressa-se como síntese na mente de determinações historicamente constituídas. São elas expressões, resultado, da materialidade. Isto é, o conhecimento teórico sobre a profissão que é algo material e historicamente determinado.

O conhecimento obtido permanece até ser contestado por outras interpretações dos fatos. Reforça-se, ao contrário, se os saberes obtidos, através de novas manipulações, o confirmam [...]. O saber em forma de teoria parece agora, portanto, um fato aceitável, no domínio das ciências naturais. Mesmo se a prova permanece incompleta ou por vir. Aceita-se que a teoria seja uma compreensão adequada, ainda que possivelmente provisória e se reconhece que outras verificações poderão, mais tarde, assegurar-lhe maior validade (LA VILLE; DIONE, 1999, p. 36-37).

A totalidade de concepções ou saberes teóricos sobre o Serviço Social é o conjunto de conhecimentos e convenções dos profissionais de Serviço Social que pôr fim a constituem enquanto profissão, reconhecida como categoria profissional. O Serviço Social enquanto ciência social aplicada é a aplicação da teoria de várias disciplinas, como a economia, a ciência política, as ciências sociais, a psicologia que juntas permitem o desenho do escopo teórico-metodológico do Serviço Social.

Os conhecimentos que dão forma ao Serviço Social são adquiridos ao longo da história, desde a caracterização da prática profissional do Serviço Social, mediante uma perspectiva crítica, como da assistência social. Porém, nos dias de hoje a prática profissional do Assistente Social se insere em todos os âmbitos da pessoa, não se limitando à assistência, mas executando-a de forma emancipadora com vista a garantir direitos.

Para Konder (1992 p. 116), “a teoria é um momento necessário da práxis; e essa necessidade não é um luxo: é uma característica que distingue a práxis das atividades meramente repetitivas, segas, mecânicas ‘abstratas’”. Assim, da análise e do conhecimento de certa realidade se categoriza uma profissão enquanto prática baseada numa reflexão. Portanto, a atuação do Assistente Social será a base para a criação de uma prática profissional – práxis refletida; é o profissional que está no campo exercendo a prática que virá a conceituá-la e não só os acadêmicos, visto que a teoria se alimenta das influências práticas das relações sociais que se estabelecem a partir de determinantes da realidade.

Para Baptista (2014, p. 17), as relações que configuram a prática profissional são complexas. Por um lado, expressam determinado tipo de práticas sociais; por outro, resultam de uma especialização do trabalho coletivo no contexto da sociedade, determinada pela divisão sociotécnica do trabalho.

Segundo esta autora, sob o primeiro ângulo, a prática profissional situa-se no âmbito das relações sociais concretas de cada sociedade, abrindo em sua configuração as sínteses do seu movimento histórico – expressando certo momento e cada conjuntura. Não se confunde com outras práticas, mas constitui uma dimensão historicamente determinada da prática social que se manifesta concretamente em uma situação social específica e, como tal, é expressão das relações de classe.

No segundo ângulo, continua Baptista (2014, p. 17), foca o trabalho profissional como partícipe de processos de trabalho, o sujeito afirma-se como trabalhador assalariado, inserindo-se no mercado, passando por uma relação “livre” de compra e venda da sua força de trabalho especializada. Para reforçar esta visão Baptista cita Iamamoto nestes termos:

Ao vender sua força de trabalho em troca de salário, o profissional entrega seu valor de uso, ou o direito de consumi-lo durante a jornada estabelecida [...] é no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações (na definição de prioridades e das formas de execução), decorrente da natureza de seu tipo de especialização, uma vez que atua junto a indivíduos sociais.

CAPÍTULO III

3 SAÚDE E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

3.1 SAÚDE E DOENÇA – A DIALÉTICA DO SER HUMANO

“*Estar-mal-e-por-isso-buscar-estar-bem*” pode ser visto como o que Peirce (1975) chama de “primeiridade, ou seja, a base ou aquilo que vem antes de todo o processo de significação, sempre que a conceituação de saúde/doença estiver em jogo”.

Este conceito diz respeito a uma constante histórica, uma condição primária inerente ao ser-do-homem que vem acompanhando o homem ao longo de sua história e que pode ser expressa na dialética: *estar mal e por isso buscar estar bem (ou estar bem e poder estar mal)*, ou seja, no sentimento humano, necessariamente difuso e vago, de estar com seu corpo ou mente ameaçado de sofrimento, angústia, dor, morte, incapacidade, deformação e dialeticamente, na energia ou impulso para superar tal condição e conseqüentemente estar bem, estar com saúde.

A compreensão que temos do processo saúde-doença, ou seja, *estar-mal-e-por-isso-buscar-estar-bem*, é o alicerce necessário que devemos considerar sempre que se tratar de construir algum entendimento e ou encetar alguma intervenção em saúde/doença, campo que hoje emprega a maioria dos Assistentes Sociais do Brasil e de Angola.

Estar-mal-e-por-isso-buscar-estar-bem é, ao mesmo tempo, um construto social, é um conceito socialmente construído e determinado. Pois, como Landmann (1983) claramente o demonstra, este conceito é ainda vago e influenciado pela lógica capitalista. O que é estar doente, por exemplo, para certa minoria da elite de São Paulo, e para uma mulher pobre do nordeste ou de um canto pobre da África, lá no mais recôndito espaço de Angola? Estudos deste autor mostram que situações tidas por uns como doença são tidas por outros como totalmente normais, por isso vemos pessoas com o mesmo quadro clínico procurar serviços de saúde ou não, dependendo da posição e condição social.

Por este motivo, Peirce (1975) considera que este construto-referente é uma realidade, algo que existe, ainda que vagamente, como qualidade, sentimento ou sensação, e um movimento que gera condições ou possibilidade para um tipo de discurso e prática (o discurso

e a prática da saúde-doença) real, verossímil. Por isso é que no nosso entendimento, dependendo de como entendemos o processo saúde-doença ela pode ser apenas uma coisificação de uma realidade humana em mercadoria útil para o lucro ou uma mediação para a emancipação social e política.

É consensual entre os autores que se debruçam sobre a saúde situarem os diferentes pontos de vista sobre o tema em dois grandes polos: concepção biomédica e concepção sócio histórica.

Num primeiro momento importa ressaltar que as ideias que a seguir exprimimos sobre a saúde resultam de nossa total concordância com o grupo de teóricos que na contemporaneidade defende que a discussão sobre o conceito de saúde é mais proveitosa se for associada à doença como um par inseparável. Portanto, como refere Meira (1978, p. 3), estamos nos referindo ao binômio do processo saúde-doença, uma vez que “as pessoas não podem ser consideradas rigidamente separadas em sadias e doentes”.

De acordo Meira (1978, p. 3), mesmo as tentativas que buscaram uma visão mais ampla de saúde, que procuram se afastar da concepção biomédica hegemônica da saúde entendendo-a como sinônimo de busca da felicidade, da qualidade de vida etc., a compreensão da saúde não é separada da doença, uma vez que se procura então entender esta como ausência da outra, ou seja, no conceito social e ampliado de saúde, a doença seria entendida como falta de felicidade, falta da qualidade de vida, etc. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2007).

Em segundo lugar, somos apologistas daqueles autores que entendem o processo saúde-doença, tanto na teoria quanto na prática, como uma realidade histórica e, portanto, não definitiva, nem perene, nem imutável: o que se entende é se o que se pratica hoje como saúde está ligado aos pressupostos e fundamentos das sociedades atuais que, portanto, dizem respeito a estas formas, necessariamente transitórias de sociedade e não a todas as formas possíveis (MEIRA, 1978; LANDMANN, 1983; POSSAS, 1989; LEFEVRE; LEFEVRE, 2007; GAULEJAC, 2007; BRAVO, 2013; MARSIGLIA, 2013 e PAIVA, 2014). É com esta visão social, histórica e ampliada que procuramos associar a concepção marxista/marxiana de emancipação à análise da saúde.

3.2 PARA QUE SAÚDE TRABALHAM OS ASSISTENTES SOCIAIS?

3.2.1 Concepção e fazer biomédico, mercantil e reificado da saúde

Ficar, estar, ser doente e, conseqüentemente, mobilizar os aparatos do sistema produtivo de bens e serviços para o enfrentamento desta “carência” é um processo visto como natural, espontâneo, fatal, a ser repetido sempre quando do (esperado) reaparecimento de uma nova doença.

A circularidade do processo *estar-mal-e-por-isso-buscar-estar-bem* produz a sua naturalização e des-historização sendo re-asseguradora para o sujeito social, na medida em que provoca nele o sentimento de que “*o mundo é assim mesmo, sempre foi e sempre será*” e esta circularidade faz o “sistema” que procura lucro na área da saúde funcionar e se reproduzir.

Esta des-historização do modo de ver a saúde não é sinônimo de falta de história, mas de presença da história como um amontoado de fatos desconexos entre si, mera repetição, somatório de fatos isolados e naturais, onde se reconhece que estar sadio e estar doente é algo isolado e independente das condições sociais de vida e do modo de produção e reprodução social vigente. Neste caso, estar saudável e estar doente como repetição natural da luta dos agentes do bem, personificados e divinizados nos produtores da saúde que hoje são a ciência, a tecnologia e seus operadores (fabricadores de medicamentos e meios médicos, médicos, cirurgiões, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, etc.), contra os agentes do mal, no caso, os produtores da doença (micróbios, o acaso, os genes, os homens agressores, os terroristas, ou ainda o próprio doente por ser mal educado, por não saber se cuidar, praticar exercícios, tomar os medicamentos, etc).

A visão biomédica e desistoricizada da saúde, conforme salientam Lefevre e Lefevre, (2007) consiste na “produção e reprodução permanentes, tanto na teoria quanto na prática, da saúde como resposta à doença, porém num quadro ou contexto que tem como horizonte ou tipo ideal o mundo sem doentes” e não um mundo sem as profundas causas geradoras da doença. Contudo, trabalhar, ir construindo para que se ataque as profundas causas da doença seria para nós construir, ir construindo a emancipação social e política, como mais adiante reforçaremos.

No modelo biomédico a *doença* é, definitiva e cabalmente, *algo a ser tratado* para que deste tratamento decorra *saúde*, e tratado no cenário funcionalista individualista ou coletivo, isto é, no corpo do homem ou mulher ou como no caso das vacinas de uma coletividade de homens ou mulheres, consistindo tal tratamento em evitar ou impedir que o corpo adoça ou adoça novamente (prevenção); ou fazendo que tal corpo do indivíduo (homem ou mulher) ou da coletividade que está num dado grau de “saúde” se mantenha naquele ou progrida (promoção); ou então, tendo escapado a prevenção ou a promoção e o corpo tendo sido atingido pela doença, sendo preciso controlar, minimizar os efeitos ou extrair, química ou fisicamente, tal doença do corpo (controle, reabilitação, cura).

Na sociedade em que vivemos, a liberdade para o indivíduo buscar e mesmo atribuir sentido à “sua” saúde, ao seu bem-estar e à sua cura é fortemente reduzida na medida em que sendo tal sociedade regida pelo princípio do consumo, a figura do indivíduo é subsumida pela do consumidor e a busca da saúde é minimizada pela *performance*, ou seja, pela procura individualizada de saúde que corresponda a um ideal ou aos interesses de um pequeno grupo de pessoas que têm a exclusiva missão de nos catalogar como saudáveis ou doentes segundo seus próprios critérios – dos médicos.

Para assegurar esta performance que se entende como saúde, o doente-cliente é mero consumidor estimulado pelo consumo de comportamentos, produtos ou serviços supostamente propiciadores de saúde. Tudo isso torna o indivíduo e as coletividades aprisionados e dependentes do mercado e de sua lógica, fazendo com que as pessoas sejam obrigadas a consumir o comportamento, produto ou serviço supostamente saudável sob pena de não “performar”, ou seja, não conseguir atingir o estado corporal ou mental estabelecido arbitrariamente como saudável e, conseqüentemente, perder pontos no “jogo da vida”.

Que saúde procuram garantir as diferentes instituições, serviços ou profissionais de saúde?

Segundo o Estatuto dos Serviços de Saúde das FAA, instituição em que o autor deste documento trabalha como Assistente Social assalariado, a razão da existência dos Serviços de Saúde das FAA é a de contribuir para garantir a capacidade combativa das tropas e das suas próprias unidades e instituições. Portanto, os Serviços de Saúde têm como missão principal garantir a capacidade combativa com a planificação e a organização prioritária de medidas e ações de saúde que assegurem, em primeiro lugar, a preservação e a elevação da saúde, aptidão e resistência física dos efetivos das FAA, além de prevenir e evitar o surgimento, a propagação e as complicações de doenças, a prevenção de acidentes e o rápido restabelecimento da saúde para a reincorporação nas fileiras militares o mais rápido possível.

No caso dos Serviços de Saúde das FAA, onde os Assistentes Sociais labutam como assalariados do Estado, a saúde no pessoal das FAA compreende o

Grau de Saúde, de Aptidão física e Desenvolvimento físico, que se avaliam tendo em conta sua especialidade militar, armamento e técnica combativa com que trabalha e as características da Unidade, de sua função, patente, idade, fatores de risco próprios da especialidade e técnica militar, biológicos e da comunidade e a última avaliação do estado de saúde individual (LÓPEZ, 2009).

Portanto, como se pode ver, a categoria de saúde aqui é totalmente funcionalista e produtivista, ou seja, como a capacidade combativa ou de assegurar, proteger, defender se necessário com a própria vida o modo de produção e reprodução social vigente e personificado no Estado. A saúde nos Serviços de Saúde das FAA depende da idade, do tipo de serviço que o militar presta em função de sua posição na hierarquia militar, em função dos meios militares que usa e do grau de urgência de defesa de alguma coisa que se chama interesses do Estado. Tanto é que existem conceitos e princípios próprios de saúde em tempo de paz e em tempo de guerra, que pelos fins deste trabalho e a delicadeza do tema não são objeto de abordagem.

Assim, um dado estado físico, mental e até social visto como doença para um general podem não ser doença para um soldado e vice-versa, o mesmo estado físico, mental e social tido como doença para um soldado que cumpre uma função tal pode ser tido como saudável para outro soldado dependendo da função que se lhe espera no quadro de assegurar, proteger, defender o modo de produção e reprodução social personificado no Estado ou nos interesses do Estado.

A saúde assim apreendida não pode ser uma oportunidade de emancipação social e política, senão apenas uma reificação dependente de interesses do Estado capitalista ou do grande capital. Assim apreendida, a saúde é apenas um instrumento de controle social a serviço da lógica de produção capitalista, por esta razão a classe trabalhadora é também controlada pelos serviços de saúde que definem quantos dias de repouso merece, se merece um repouso ou não para voltar imediatamente à produção e ao consumo de mercadorias. Por isso, distintas empresas contratam serviços de saúde próprios para acompanhar os seus trabalhadores e não aceitam declaração de repouso médico que seja emitida por outra instituição, senão aquela com quem já têm contrato de controle social dos trabalhadores, tal como acontece com os militares das FAA.

Portanto, a condição básica humana do *estar mal* é aproveitada ou cooptada pelo mercado para obrigar indivíduos ou coletividades para *não estar mal* e ter saúde segundo sua lógica; isso leva a consumir sempre a “saúde” incorporada na mercadoria, o que implica não estar com as doenças da Classificação Internacional de Doenças (CID) mas estar positivamente “performando” de modo adequado aos padrões dominantes. Logo, trabalhar na e para a saúde na lógica médica e mercadológica significa isentar as pessoas de qualquer catálogo da CID de modo preventivo, promocional ou curativo.

Contrapor-se a esta lógica, portanto, é entender a saúde e o trabalho nesta área como os aportes possíveis de um novo sentido do *estar mal*, olhando para esta condição humana frente a ameaça de doença, dor, morte, sofrimento como energia transformadora, geradora de aberturas de caminhos, de possibilidades para a emancipação, pelo uso político - pedagógico daquele fato inegável de recusa permanente de estar mal. Enfim, olhar a condição humana de ameaça, de doença, dor, morte, sofrimento como histórica e socialmente determinada que gera uma teleologia “positiva”, consubstanciada pelo desejo de busca permanente de *estar bem*, face a ameaça de *estar mal*.

3.2.2 A saúde como possibilidade de emancipação política e social

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera “*a saúde, um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de afecção ou doença 'física'*”. Partindo deste enfoque, Meira considera que,

[...] há-de considerar a saúde como uma qualidade dinâmica da vida e não como uma entidade estática. Ela é o resultado da interação de vários fatores e condições, entre os quais os fatores socioculturais, assim como os socioeconômicos e ecológicos, passaram a ser vistos com igual importância aos aspectos anatômicos, fisiológicos, patológicos, etc. (MEIRA, 1978, p. 3).

Como fazer um exercício de abstração da saúde partindo deste olhar da OMS? Será deste modo a saúde uma categoria real? Uma ontologia passível de ser abstraída até ao máximo da exaustão?

Na verdade, nos vemos em grande dificuldade de abstrair algo tido como “*completo bem-estar físico, mental e social*”. Por isso, acreditamos que este não passa de um conceito ideal, sem representação real.

Não podendo trabalhar com conceitos ideais, sem representação objetiva, concreta, neste trabalho emprestamos de Lefevre e Lefevre (2007) a expressão e somente a expressão *estar-mal-e-por-isso-buscar-estar-bem* como melhor referente para a experiência humana de dor, incômodo, etc. Esta experiência humana permanente de *estar-mal-e-por-isso-buscar-estar-bem* pode gerar **dialeticamente** uma *oportunidade* ou condição de possibilidade para a emergência da saúde como a OMS a define. Mas é também esta oportunidade ou possibilidade que move a pessoa (teleologia) para a busca do completo bem-estar físico, mental e social, que no nosso entender pode ser lida sob uma perspectiva sociológica e política, seja como ***oportunidade de negócios*** ou como ***oportunidade de emancipação***..

Em outras palavras, a saúde entendida pela OMS como sendo “o completo bem-estar físico, mental e social” é apenas um conceito e não passa disso, um conceito que apenas paira num nível do pensado sem representação real, por este motivo, assim vista a saúde não pode ser uma categoria passível de um exercício de abstração. Mas, ao contrário, partimos do real, do constatável, do verificável, do fato empírico que é, por exemplo, a experiência humana. Se partir o braço no trabalho ou na guerra (esta experiência de dor), considerando que o ser humano é um ser capaz de projetar para si mesmo fins, um ser teleológico, gerará nele o desejo de superar aquela dolorosa experiência (estar-mal-e-por-isso-buscar-estar bem). É este processo de buscar-estar-bem, é neste projetar-se humano para um fim que entendemos que tem sido aproveitado pela lógica do lucro em uma simples coisa: mercadoria objeto de ***negócios***. Mas também é este mesmo processo de buscar-estar-bem, este projetar-se humano para um fim que encaramos a ***oportunidade, a possibilidade de emancipação*** a ser construída primeiro com o negar daquela lógica mercantilista e segundo com uma *práxis* capaz de propor novos horizontes.

Deste modo, na lógica da economia de mercado buscar-estar-bem é capturado como ***oportunidade de negócios*** que só pode resultar num processo circular do estar mal-estar bem, que tem como produto um sentimento *sempre provisório* de estar bem, uma vez que um *negócio* tem que estar sempre “em circulação”, ou seja, sendo permanentemente reproduzido.

Entendemos que trabalhar na e para saúde aparece, então, numa perspectiva de oportunização, de emancipação política e social. Assim, um caminhar para a emancipação humana necessariamente deve questionar e negar esta relação circular. Onde há circulação mecânica e repetitiva não há emancipação social e política, tampouco humana, porque

estaremos girando no mesmo circuito. O significado deste rompimento que gera possibilidade de emancipação precisa apontar para um novo entendimento ou uma ressignificação da condição básica ou referente: *estar mal* e jamais para um abandono dele. Jamais para uma negação no sentido de jogar com o mercado e com a biomedicina hegemônica o “jogo do estar mal, estar bem”. Quer dizer, não “jogar o bebê com a água”, conforme se diz na gíria popular. Portanto, um trabalhar na e para a saúde não numa relação circular, mas espiral.

Este “novo” entendimento e o fazer emancipatório do processo saúde-doença mudam o pressuposto base: o homem e a mulher não *estão mal* porque seu corpo ou sua mente estão mal (pressuposto do modelo mercadológico e biomédico); ao contrário, o corpo ou a mente do homem e da mulher estão mal porque os homens no processo de produção e reprodução da vida material alienada não podem ‘produzir’ “*o completo bem-estar físico, mental e social*”. Pois neste processo não se relacionam como homens e mulheres, mas como simples mercadorias equivalentes que se trocam entre si. Homens e mulheres estão mal porque estão vivendo mal, se relacionando mal, trabalhando mal, e isto deixa marcas no corpo ou na mente.

O fato de o corpo ou a mente estarem mal, incomodar, agredir, perturbar o ser humano pode dar uma oportunidade para entender o *estar mal* como uma espécie de *mal-estar da civilização* oferecendo, em consequência, uma possibilidade concreta de conhecimento para a transformação ou para emancipação, como diria (SANTOS, 1996).

Fora desta compreensão, deste modo de ver as diferentes determinações do processo saúde-doença, o trabalho na e para saúde atingirá apenas as determinações “diretas” ou “imediatas”. Exemplo: diante da cólera a minha ação ataca apenas um micro-organismo que se chama vibrião colérico. Esta forma de trabalhar na e para saúde é facilmente absorvida por um mercado infinitamente voraz que tudo abarca e que, como se sabe, é dotado de alto grau de plasticidade para acomodar supostas contestações com mais um novo nome, ou marca, ou classe de mercadoria ou serviço de saúde destinada a compor o estoque de mercadorias e serviços do gênero “disponíveis para a compra”. Assim, criaremos na mesma velocidade e no mesmo tamanho da ânsia pelo lucro os mais variados produtos, medicamentos ou tecnologias supostamente publicitadas como eficazes para combater, por exemplo, o vibrião colérico. Deixando de fora a compreensão e o trabalho nas condições estruturais, das condições de vida que criam condições para o reaparecimento do micro-organismo que provoca cólera.

Assim entendida, a saúde (completo bem-estar físico, mental e social), trabalhar nela e para ela vai significar um projetar-se, uma teleologia e não uma categoria como o é a emancipação humana. Por isso, defendemos que trabalhar para a saúde como a OMS a define, equivale a trabalhar para a emancipação humana nos termos da compreensão que esperamos

que seja marxista. Por esta razão, há outro questionamento que fazemos: **Assim compreendida a saúde, é possível garanti-la no modo de produção capitalista? Qual pode ser o papel do Assistente Social em oportunizar a emancipação política e social por meio de seu trabalho na saúde como assalariado?**

3.3 SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE, TRABALHO ALIENADO E EMANCIPATÓRIO

O uso da força de trabalho é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida, pois é com o trabalho que o homem se separa do macaco. Porém, no modo de produção capitalista o trabalhador vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistência necessários. Assim, sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite existir: ele trabalha para viver. Apesar de vital é antes sacrifício de sua vida.

No modo de trabalho capitalista o homem coisifica-se, reifica-se em uma mera mercadoria. É uma mercadoria equivalente a outra, por isso passível de troca. Quando o indivíduo, neste caso Assistente Social assalariado, assina um contrato de trabalho ele mesmo legitima a sua exploração ao produzir o equivalente ao salário que receberá, seja em dinheiro e/ou na forma de salário indireto em serviços como saúde, educação, etc. Daí, também, o produto de sua atividade, o objeto dessa atividade que ele não considera seu. Os Assistentes Sociais na e para saúde promovem saúde para eles mesmos? São propriedade do Assistente Social que trabalha na e para a saúde o conjunto de meios, recursos oferecidos para garantir saúde, uma vez vinculados a uma instituição estatal ou privada que os contratou?

Igualmente a outros trabalhadores, o Assistente Social que trabalha na e para a saúde não produz para si mesmo a saúde como entendida pela OMS: “completo bem-estar físico, mental e social”. Se o que o tecelão produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o mineiro o ouro que arranca do fundo da mina, nem o pedreiro o palácio que constrói, o que todos estes trabalhadores produzem para si mesmos são os salários, a seda, o ouro e o palácio se resolvem, para eles, numa quantidade definida dos meios de subsistência (MÉSZÁROS, 1981, p. 110).

Face a esta constatação em que medida o trabalho do Assistente Social na área de saúde se afigura em possibilidade de emancipação política e social e não em mero instrumento de controle social a serviço de um Estado e entidades capitalistas?

Iamamoto e Carvalho (2014, p. 101-105), partindo da revisão da trajetória do Serviço Social no Brasil, no que se refere à inserção da profissão na sociedade demonstram como vem sendo historicamente enquadrada nos reforços dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição a sua organização livre e independente.

Como defendemos a ideia de que é possível relacionar a saúde com a concepção marxista ou marxiana de emancipação humana, retomamos as questões orientadoras: é possível “garantir” a saúde como completo bem-estar físico, mental e social no modo de produção capitalista? Qual pode ser o papel do Assistente Social em oportunizar a emancipação, pelo menos política e social, por meio de seu trabalho na saúde enquanto trabalhador assalariado?

Para Iamamoto (2014), o Serviço Social como profissão e trabalho especializado se inscreve no processo de produção e reprodução das relações sociais, “fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício de controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora”, situando o Assistente Social como agente profissional partícipe do processo de dominação. Contudo, considerando a dimensão contraditória presente nas relações sociais, a autora ressalta a necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como “condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional” (idem).

Tal subordinação para Iamamoto (2014) é mediatizada pela integração da “clientela” nos aparatos institucionais (Políticas Sociais) através dos quais se exerce o controle social, sob o pretexto de resolver os múltiplos e complexos problemas com os quais se depara a classe trabalhadora – fome, desemprego, miséria, doença –, que são apenas expressões da “questão social” que, por seu turno, corresponde às desigualdades oriundas da lógica capitalista de produção/reprodução das mercadorias. As políticas sociais, enquanto respostas que se dão a estes problemas, são constituídas a partir de dimensões particulares e particularizadas da situação de vida dos trabalhadores: saúde, educação, habitação, alimentação, etc. Dessa forma, a fragmentação não permite ao trabalhador a aquisição de uma consciência mais coletiva sobre seus problemas, concluem Iamamoto e Carvalho (2014, p. 104).

Portanto, o controle social não se reduz ao controle governamental e institucional. É exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a

internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente, como é o caso do processo de legitimação das determinantes do processo saúde-doença apenas nos aspectos diretos e imediatos.

Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social. Importante ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente. Em outros termos: a difusão e reprodução da ideologia dominante é uma das formas de exercício do controle social. Portanto, o Assistente Social pode e tem participado como um propagador da ideologia capitalista, e por isso mercantil, e dos diferentes aspectos da vida social como é a área da saúde.

Diante desta constatação como pode o trabalho deste profissional na e para saúde ser uma oportunidade/possibilidade de emancipação humana? Há possibilidades de, no espaço da prática profissional, construir-se outras formas de pensar e agir?

Iamamoto nos alerta que a compreensão do cotidiano não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros, conforme pretende nos fazer crer a visão biomédica e mercantil da saúde. Se os aspectos triviais, diretos ou imediatos são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é a expressão de um modo de vida historicamente circunscrito, no qual se verifica não só a reprodução de suas bases, mas em que são também gestados os fundamentos de uma prática inovadora.

Assim, o cotidiano não está apenas mergulhado no falso, mas referido ao possível histórico. A descoberta do cotidiano é a descoberta das possibilidades de transformação da realidade. Logo, a descoberta do que é realmente a saúde é também possibilidade de transformação do fazer saúde, é possibilidade de emancipação social e política. Por isso, a reflexão sobre o cotidiano acaba sendo crítica e comprometida com o possível. O cotidiano é o “solo” da produção e reprodução das relações sociais, e também de suas contradições.

O acesso que temos às histórias de vida dos sujeitos (entenda-se aqui aqueles que *estão-mal-por-isso-procuram-estar-bem*), muitas vezes se caracteriza por ser uma “invasão” de privacidade da “clientela”. Situa-se aqui a importância do compromisso social do profissional, orientado no sentido de se solidarizar com o projeto de vida do trabalhador ou de usar esse acesso para objetivos que lhes são estranhos.

Marilda Iamamoto destaca que se o Assistente social, enquanto trabalhador assalariado, deve responder às exigências básicas da instituição que contrata seus serviços, ele dispõe de uma relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais; ele é corresponsável pelo rumo impresso às suas atividades pelas formas de conduzi-las. Adverte

que a imprecisão quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidade de redefinição de suas estratégias de trabalho, o que pode fazer do trabalho deste profissional na e para saúde uma possibilidade de emancipação política num caminhar para a emancipação humana (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 129). Os autores continuam:

[...] a nova qualidade de preocupação com a prática profissional está dirigida ainda a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. Esse projeto traduz-se na confiança que move uma prática, na possibilidade histórica de criação de novas bases de vida em sociedade, assumido e subvertido em direção a um novo tempo que reorienta a prática profissional ao serviço dos interesses e classes dos segmentos majoritários da população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 129).

Assim, se na lógica da economia de mercado buscar-estar-bem é capturado como mera *oportunidade de negócios* que só pode se dar num processo circular do estar mal-estar bem, com a “nova qualidade de preocupação com a prática profissional dirigida a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, abre-se a possibilidade da criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 129). Entendemos que o Assistente Social, embora assalariado e submetido às normas e aos padrões do empregador, não pode atuar como simples espectador. Ele é, sim, corresponsável pela direção que se dá ao seu trabalho profissional. Por isso, pode e deve fazer com que trabalhar na e para saúde seja um processo de oportunizar a emancipação social e política, questionando e rompendo com esta relação circular estar mal-estar bem, pois neste circuito não há possibilidades de caminhar para a emancipação humana pois giramos no mesmo lugar.

A prática profissional que crie alternativas concretas de resistência ao processo de dominação de que nos fala Iamamoto, deve significar superar o circuito circular estar mal-estar bem para a relação estar-mal-buscar-estar-bem em espiral, pois esta gera possibilidade de emancipação humana, quer dizer que implica sim apontar para um novo entendimento ou para uma ressignificação da condição básica ou referente: *estar mal* e jamais para um abandono dele, jamais para uma negação no sentido de jogar com o mercado e com a biomedicina hegemônica, o “jogo do estar mal-estar bem”.

3.4 DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE

A saúde ainda constitui a área que mais Assistentes Sociais emprega no Brasil. Assim o provam os resultados da pesquisa realizada pelo convênio entre o Conselho Federal do Serviço Social (CFSS) e a Universidade Federal de Alagoas, publicados em 2005. Em Angola verifica-se a mesma tendência. Num pequeno estudo realizado em 2014 pela Comissão Instaladora da Associação dos Assistentes Sociais de Angola em que participaram 81 Assistentes Sociais, apenas 38 (47% da amostra) declararam terem vínculo laboral como Assistentes Sociais. Destes, 13 (33%) disseram trabalhar na área da saúde com ênfase para o Programa de Assistência Psicológica e Social dos Serviços de Saúde das FAA com 24% dos que participaram neste estudo.

Pensamos que esta aproximação histórica da profissão com a área da saúde esteja cada vez mais alicerçada pelas (re) construções que em meados do século XX e início do século XXI se vêm fazendo nesta área, ampliando-se a compreensão do pensar e fazer saúde para campos até então pouco explorados. Os modernos pontos de vista sobre a saúde começam a enfatizar a pessoa como um todo e em relação à sociedade.

A importância do aspecto coletivo da saúde foi realçada pela Organização das Nações Unidas quando, em 1952, em Assembleia Geral, ratificou decisão de um Comité de Peritos que relacionou as medidas do nível de saúde, incluindo as condições demográficas como o primeiro de dose itens, cuja mensuração permite aquilatar as condições de vida das populações (MEIRA, 1978, p. 2).

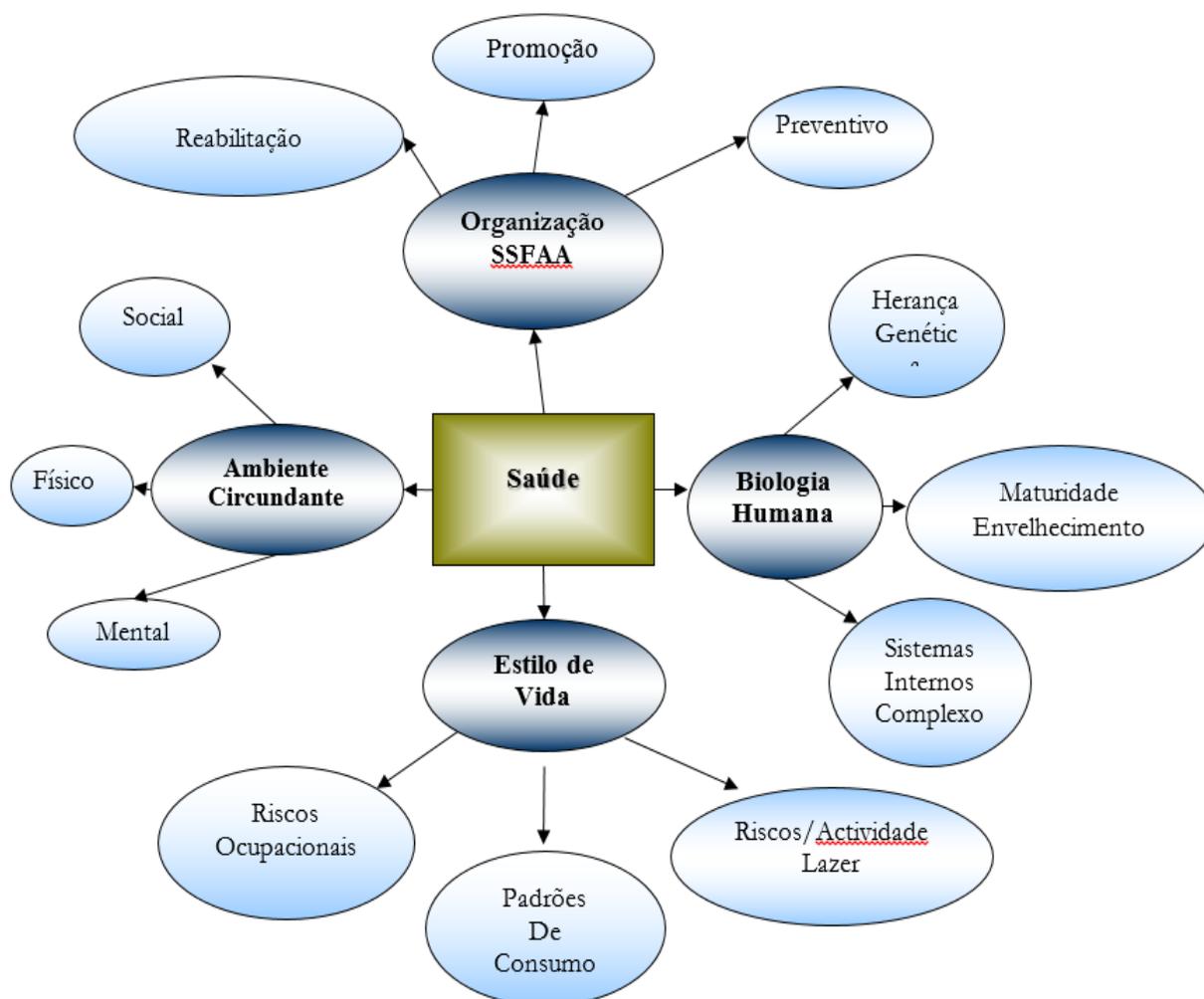
As modernas definições de saúde demonstram a preocupação em conceituá-la dentro desse novo enfoque, colocando-a no contexto sóciohistórico. Meira continua destacando:

Há de considerar a saúde como uma qualidade dinâmica da vida e não como uma entidade estática. Ela é o resultado da interação de vários fatores e condições, entre os quais os fatores socioculturais, assim como os económicos e ecológicos, passaram a ser vistos com igual importância aos aspectos anatómicos, fisiológicos, patológicos, etc. (MEIRA, 1978, p. 3).

Por esta razão, Mascarenhas (apud BELDA, 1978, p. 62) afirma que “o indivíduo doente ou sadio não pode ser observado com exclusão de seu meio físico, biológico e social. Os problemas de saúde pública devem ser investigados e estudados de modo integral, em

cotejo com outros problemas não sanitários”. Ainda na esteira de entender a saúde e a doença, bem como outros agravos à saúde, como os acidentes e as violências socialmente produzidos e historicamente determinados, Dever (1988, p. 394.) esquematiza da seguinte forma o campo de trabalho na e para saúde, que pensamos ser uma compreensão que evoca o trabalho do Assistente Social:

Figura 03 – Campo de saúde de Dever



Fonte: O autor.

Vista dessa forma, a saúde resulta da relação entre fatores biológicos, mentais, sociais e aspectos do ambiente físico e social em que os indivíduos vivem. Trabalhar na e para a saúde envolve uma visão da totalidade do ser humano. Como trabalhar na e para saúde sem a desfragmentação do homem que está mal e procura estar bem, esse é, na nossa visão, um desafio do trabalho do Assistente Social nesta área sócio ocupacional que muito emprega este profissional. “A especificidade técnica na saúde criou equipes que não interagem. São profissionais compartimentalizados, como se a vida fosse uma junção de conhecimentos sobre pedaços do corpo humano” (SODRÉ apud MEIRA, 1978, p. 5).

A constatação de Sodré nos coloca verdadeiramente diante de um desafio posto para o Assistente Social e outros profissionais que trabalham na e para saúde, que é romper com uma atenção em saúde fragmentária e compartimentalizada em direção à construção de práticas interdisciplinares que procurem abordar o homem todo e todos os homens.

Se a fragmentação é um fato e constitui um desafio para o pensar e o fazer de Assistentes Sociais na e para a saúde, outro desafio paralelo a este é também entender não só o potencial mas igualmente os limites de contribuição do Serviço Social no processo de construção de “pensares” e “fazeres” totalizantes. Muitas vezes fica-se na ilusão de esperar do Serviço Social e de seus profissionais aquilo que se deve esperar dos trabalhadores como um todo. A contribuição do Serviço Social nas equipes de saúde exige por isso uma elucidação das categorias multidisciplinares, pluridisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, pois, como referem Silva e Mendes,

[...] a simples inserção de profissionais de diferentes áreas do saber num serviço de saúde não é suficiente à garantia de práticas efetivamente interdisciplinares, precisamos esclarecer alguns conceitos que se encontram neste mesmo campo semântico e que tendem a ser confundidos com a interdisciplinaridade como metodologia do trabalho (SILVA; MENDES, 2014, p. 55).

Jantsch (apud SILVA; MENDES, 2014, p. 55), para conceituar os diferentes níveis de interação entre as áreas do saber, entende a multidisciplinaridade como “um processo de trabalho que se dá de forma isolada, sem o compromisso maior com a troca de conhecimentos e cooperação de diferentes áreas”. A pluridisciplinaridade, por sua vez, “refere-se ao efetivo relacionamento entre as disciplinas, sob a coordenação da direção de uma instituição ou de uma das áreas”. (idem). A transdisciplinaridade “refere-se a um estágio mais profundo de interação entre as áreas do conhecimento, levando à constituição de um campo autônomo de saber e de intervenção, a partir das diferentes disciplinas que o compõem”. (ibidem) A

interdisciplinaridade, por sua vez, “pressupõe que cada uma das áreas exerça seu potencial de contribuição preservando a integridade de seus métodos e conceitos e, neste sentido, o respeito à autonomia e a criatividade de cada uma das profissões envolvidas, cujo relacionamento deve tender à horizontalidade”. A transdisciplinaridade possui como “primeira condição a socialização de conhecimento, linguagens e conceitos de cada área envolvida, para, posteriormente, promover uma recombinação dos elementos internos que possam facilitar o processo de comunicação” (ELY apud SILVA; MENDES, 2014, p. 55).

Quando falamos do desafio da contribuição do Assistente Social para o trabalho interdisciplinar, defendemos que a sua contribuição deve se dar a partir de seu olhar técnico e especializado e diferenciado em relação aos usuários dos serviços de saúde. É, pois, nesta perspectiva que apontam os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.

O Assistente Social, ao participar de um trabalho de equipe em saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde (CFESS, 2010, p. 46).

Nas equipes de saúde o trabalho do Assistente Social enfrenta o desafio da interdisciplinaridade como espaço onde de fato pode, com seu olhar diferenciado e especializado, contribuir para uma intervenção mais totalizante e um pensar a saúde no processo de produção e reprodução da vida social, pois as doenças, ao contrário do que se pretende fazer crer, não são eventos inesperados e resultantes da fatalidade. Elas são produzidas e distribuídas entre os grupos sociais no próprio processo de produção e reprodução social, no processo histórico de formação e transformação da sociedade. É inegável que cada período histórico e cada formação social concreta apresentam padrões de ocorrência de doenças e de mortalidade que refletem as condições de vida das populações e correspondem ao perfil médio dos padrões existentes nos diversos grupos sociais.

Não obstante, o trabalho do Assistente Social na e para saúde, enquanto assalariado, enfrenta dilemas entre o supérfluo e o essencial.

[...] um dos grandes desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais é trabalhar as demandas, pleitos, exigências imediatas – a dor, o sofrimento, a falta de tudo, a eminência da morte da perda do outro, enfim, a falta de condições de trabalho, as condições de vida e o estilo- sem perder a perspectiva de médio e longo prazo. Ou seja, enfrentar os problemas cotidianos sem perder de vista que, nesta realidade social, ainda que seja necessário enfrentar e dar respostas às questões imediatas, elas

não se resolverão nesta organização social assentada sob a exploração do homem pelo homem. Sem consciência e instrumental teórico e técnicos necessários para apreender a lógica da organização social capitalista, não se trabalha na direção de interesses e necessidades históricos da classe trabalhadora (VASCONCELOS, 2009, p. 21).

No contexto da área de saúde, o Assistente Social lida no seu cotidiano com as expressões imediatas da questão social que lhes são apresentadas pelos usuários e pela entidade empregadora. Quer dizer que procuramos oferecer um conjunto de serviços que atacam o “estar mal” de quem nos procura e não os “porquês do estar mal”.

A compreensão das razões estruturais da distribuição das doenças em populações e o estudo dos determinantes do processo saúde-doença são para nós desafios para o pensar e o fazer profissional dos Assistentes Sociais duplamente importantes. Por um lado, permitem compreender os diversos aspectos do processo em si de produzir saúde. De outro, têm implicações concretas sobre a eficácia dos procedimentos de controle e sobre a efetividade de programas e políticas públicas de enfrentamento do problema “estar mal”.

As abordagens simplistas e naturalizadas da e na saúde estão fadadas ao fracasso por não levarem em consideração inúmeros aspectos sociais, culturais, comportamentais e estruturais da sociedade, imprescindíveis à correta compreensão da produção e distribuição desses problemas de saúde, mas, principalmente, indispensáveis na elaboração de modelos de intervenção que possam efetivamente interferir na transmissão dessas doenças e reduzir ou anular o sofrimento delas decorrente. O chamado modelo de Dahlgren e Whitehead propõe o seguinte olhar no trabalho na e para a saúde.

Figura 04 – Modelo do campo de saúde de Dahlgren e Whitehead



Fonte: Google.²

Observando o esquema acima fica claro que a saúde é afetada ao longo da vida pelas características do contexto social que geram desigualdades nas exposições e vulnerabilidades. Esses determinantes sociais interferem no bem-estar, na independência funcional e na qualidade de vida dos homens e mulheres e, por isso mesmo muitos Estados, sobretudo na década que se seguiu ao final da Primeira Guerra mundial, fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, consagraram em suas constituições a saúde como um direito do cidadão a ser garantido com a ampliação de outros direitos a ele diretamente relacionado.

Em Angola, de 1975 a 1992, período em que vigorou o monopartidarismo e o Estado com perfil ideológico socialista, a saúde foi sempre um direito fundamental do cidadão. O Sistema Nacional de Saúde angolano baseava-se nos princípios da universalidade e gratuidade dos cuidados de saúde oferecidos exclusivamente pelo Estado. A partir de 1992, quando Angola faz a viragem ao pluripartidarismo e à economia de mercado, a saúde é ainda um

²

Disponível

em:

<

<https://www.google.com.br/search?q=determinantes+sociais+da+sa%C3%BAde&biw=1366&bih=631&tbm=isch&source=lnms&sa=X&ved=0CAcQAUoAmoVChMIrpLi-8mxyAIVzIWQCh3Tpg6q#imgrc=Elsj6v9hyjMF4M%3A>

>. Acesso em: 02 maio 2015.

direito. Mas com a aprovação da Lei 21-B/92, Lei de Bases do Sistema Nacional de Saúde, o Estado angolano deixa de ter a exclusividade na prestação dos serviços de saúde e admite a co-participação dos usuários no pagamento de taxa moderadora. Atualmente, os cuidados de saúde são prestados pelo setor público e privado.

1. O Estado promove e garante o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiro disponíveis.

2. A promoção e a defesa da saúde pública são efectuadas através da actividade do Estado e de outros agentes públicos ou privados, podendo as organizações da sociedade civil ser associada àquela actividade.

3. Os cuidados de saúde são prestados por serviços e estabelecimentos do Estado ou, sob fiscalização deste, por outros agentes públicos ou entidades privadas, sem ou com fins lucrativos.

4. A proteção da saúde constitui um direito dos indivíduos e da comunidade, que se efectiva pela responsabilidade conjunta dos cidadãos, da sociedade e do Estado em liberdade de procura e de prestação de cuidados nos termos da presente lei. (ANGOLA, Lei 21-B/92, Art. 1º).

Conforme se pode verificar no artigo citado, além de se normatizar a saúde enquanto política social pública a ser oferecida pelo Estado, mas só disponível dentro de limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros que o próprio Estado define, com o modo de produção capitalista que o país assume em 1992, a saúde é apresentada como uma mercadoria passível de ser mercantilizada e gerar lucros. Os cuidados de saúde que o Estado diz procurar garantir em colaboração com seus agentes públicos ou entidades privadas que buscam o lucro ou não, além de serem coisificados em meras mercadorias são terrivelmente fragmentados e reduzidos a simples assistência médica e sanitária, conforme explicitado na Constituição da República recentemente aprovada:

O Estado promove e garante as medidas necessárias para assegurar a todos o direito à assistência médica e sanitária, bem como o direito a assistência na infância, na maternidade, na invalidez, na deficiência, na velhice e em qualquer situação de incapacidade para o trabalho, nos termos da lei.

Para garantir o direito à assistência médica e sanitária incumbe ao Estado:

Desenvolver e assegurar a funcionalidade de um serviço de saúde em todo o território nacional;

Regular a produção, distribuição, comércio e o uso dos produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico;

Incentivar o desenvolvimento do ensino médico cirúrgico e da investigação médica e de saúde.

A iniciativa particular e cooperativa nos domínios da saúde, previdência e segurança social é fiscalizada pelo Estado e exerce-se nas condições previstas por lei (ANGOLA, Constituição, 2010 Art. 77º).

Com a transição de um Estado monopartidário e socialista para um Estado pluripartidário de economia de mercado, perde-se a gratuidade aos serviços de saúde. O que denota que a aderência tardia ao neoliberalismo trouxe tensões na efetivação de direitos sociais, estando estes subordinados e muitas vezes dependentes dos interesses econômicos do grande capital. O Estado que outrora se comprometia a garantir este direito esbarra no linguajar de fiscalizar os prestadores de serviços que, não raras vezes, fiscalizam e capturam o os agentes estatais aos seus interesses.

Neste quadro, os Assistentes Sociais enquanto implementadores da política social pública de saúde, na mediação dos interesses do empregador (Estado ou capital privado) e dos usuários vêem-se confrontados entre interesses opostos. Nota-se que as leis citadas reduzem o direito à saúde apenas à prestação de serviços médicos e sanitários e criam condições que favorecem a transferência da saúde às organizações privadas com fins lucrativos ou não. Isso confirma a constatação de que,

[...] ‘modernizar’ e ‘racionalizar’ o Estado – ou seja, transformá-lo em um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital – têm definido e distribuído as atividades estatais em setores e serviços, não mais exclusivos do Estado, o que vem possibilitando a colocação da educação, da saúde, do saneamento básico, etc., não mais como direitos sociais conquistados, mas como serviços definidos pelo mercado, o que está contribuindo para restringir, cada vez mais, o espaço público democrático em favor da ampliação do espaço privado em todas as esferas da vida social (VASCONCELOS, 2009, p. 92).

Tal posicionamento do Estado face a saúde agudiza os problemas do setor muitas vezes desarticulados da totalidade social, como é a relação do modo de (re) produção da vida material, o trabalho, a habitação, a alimentação, o transporte, o vestuário, etc. A

fragmentação, embora pareça invisível por ser muito bem camuflada nos discursos das políticas, é evidente na ação concreta dos profissionais. Pois, além de as políticas sociais públicas, instrumentos privilegiados do trabalho do Assistente Social, serem setorizadas, mesmo no interior da política social pública da saúde as demandas expressas pelos usuários são distribuídas em pequenos “pedaços” de problemas clínicos ou cirúrgicos, psicológicos ou sociais.

Quantas vezes fomos chamados e responsabilizados a responder a ditos “problemas sociais” ligados a saúde, como abandono do tratamento, sobretudo de doentes crônicos, falta ou absenteísmo às consultas de controle e seguimento, recusa de medicamento ou não aderência às prescrições médicas, fuga ao sistema oficial de saúde das FAA, em favor de outros “terapeutas” tradicionais ou religiosos, criminalizando os usuários com os mais diversos adjetivos sem nunca relacioná-los com o todo social?

A fragmentação da vida dos usuários e o reducionismo da política social pública da saúde colocada à mercê da lógica mercantilista é, sem dúvida, um desafio para o Serviço Social na saúde.

Em Angola, o Serviço Social na área da saúde tem enquadramento legal por meio do Decreto Presidencial nº 260/10 de 19 de novembro que em seu Artigo 55 enquadra o Serviço Social no conjunto de “Outros Serviços de Diagnóstico e Terapêutica”. Embora isso represente uma conquista no processo de abertura de espaços sócio ocupacionais da profissão, na área de saúde ainda existem muitos desafios que se colocam para o Serviço Social. No caso concreto do Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA, o exposto pelo grupo de estudantes do qual o autor do presente documento fez parte quando da realização do I Colóquio do Serviço Social na Saúde em Angola, coorganizado pelo Instituto Superior João Paulo II e a Direcção dos Serviços de Saúde das FAA, em 2010, ainda tem atualidade como desafios:

- Reconhecimento da existência de um contexto de forças e influências sociais, culturais, emocionais e físicas, enquanto fatores que estão interligados e devem ser considerados em conjunto para a promoção da saúde, prevenção e o tratamento de doenças.
- Necessidade de as ações passarem a se centrar nas mudanças sócio estruturais envolvendo medidas políticas e mudanças nos paradigmas de atenção à saúde, porque o enfrentamento das demandas da saúde não depende somente da competência, motivação dos Assistentes Sociais e outros profissionais da saúde.

- O Serviço Social na Saúde nas Unidades Militares e comunidades circunvizinhas implica abordagem integral, complexa, interdisciplinar e intersetorial, devendo-se, para efeito, melhorar a deficiente articulação entre as Unidades Militares e as comunidades circunvizinhas (falta de instrumentos reguladores e de referências), estimular o diálogo entre a rede oficial de assistência à saúde das FAA com outras paralelas: Sistema Tradicional ou Popular, rede oficial do Ministério da Saúde e o Sistema Informal (Postos Médicos Privados não Oficiais) e melhorar a fraca articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde, mesmo dentro da rede oficial de assistência das FAA, na relação vertical como horizontal.
- Denunciar e desestimular o tratamento centrado na decisão individual da pessoa do médico para o tratamento centrado na atuação da equipe.
- Transcender o pensar e o fazer um tratamento que visa à cura de uma determinada patologia ou sintoma que se manifesta, para um trabalho permanente que garanta a capacidade funcional do “paciente”.
- Ultrapassar o tratamento de quem procura estar bem predominantemente com medicamentos, para a intervenção nos fatores estruturais da sociedade que influenciam o estar mal.
- Evoluir das decisões terapêuticas que excluem e criminalizam o usuário, a família e a comunidade no processo de recuperação à saúde, para a inclusão e participação destes no pacto do processo de promoção à Saúde.

CAPÍTULO IV

4 NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

4.1 GÊNESE E NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL EM ANGOLA

4.1.1 Contexto da institucionalização do Serviço Social em Angola

Com o presente tópico não pretendemos exaurir todos aspectos sóciohistóricos próximos do momento e posteriores à institucionalização do Serviço Social em Angola. Tal ambição, além de ser gananciosa demais, nem sequer é objetivo central deste trabalho, como também não dispomos de capacidade para tal aventura, embora desejemos que especialistas da matéria nos ofereçam este contributo.

Para fins desta dissertação, partindo do pressuposto de que o Serviço Social é um trabalho especializado no contexto da divisão sócio-técnica do trabalho, movido pelo interesse de compreender a sua natureza no contexto sóciohistórico que lhe deu origem e significado, esta passagem histórica visa tão somente a sumarizar os diferentes processos societários que incidiram na emergência do Serviço Social em Angola. Desta feita, com base na bibliografia disponível consultada e complementada pelas entrevistas feitas, identificamos que a análise do contexto sóciohistórico da gênese do Serviço Social em Angola, conforme nos propusemos, passa pela compreensão articulada dos processos externos e internos assim agrupados:

I. Processos sóciohistóricos externos com reflexo em Angola

- Fim “oficial” do trabalho escravo;
- Término da segunda Guerra Mundial;
- Mundo dividido em dois blocos que procuram hegemonia internacional, sobretudo nos países emergentes;

- Surgimento dos países não alinhados com os blocos em conflito no cenário internacional;
- Proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e seu impacto nas colônias africanas do mundo Europeu;
- Florescimento das lutas da classe operária na Europa e avanço dos ideais socialistas;
- Posicionamento da Igreja Católica face à “questão social” e ao avanço do socialismo;
- Independências dos Países da África sob inspiração socialista e marxista.

II. Processos sóciohistóricos internos.

- Fim “oficial” do trabalho escravo;
- Implantação do trabalho assalariado e institucionalização do Serviço Social;
- Influência do Direito Internacional do Trabalho em Angola;
- Mecanismos de exploração e aumento da produtividade implementados;
- Surgimento dos movimentos de libertação nacional;
- A Igreja Católica em Angola face à “questão social” e ao avanço do socialismo.

Que relação pode ser estabelecida entre os aspectos anteriores e a origem e, conseqüentemente, o significado do Serviço Social quando de sua institucionalização em Angola? Que significado assume o trabalho assalariado em Angola e para os angolanos e como se articula com o surgimento do Serviço Social neste país? As respostas a estas questões passam pela compreensão dos pontos apresentados e desenvolvidos a seguir:

- O fim oficial da escravatura, a partilha da África pelas potências Europeias (Conferência de Berlim em 1884), a perda do Brasil por Portugal (em 1822 e 1888, instauração do império e proclamação da república, respectivamente) vai obrigar Portugal a olhar para as colônias africanas, sobretudo para Angola, de outra perspectiva.
- Este novo olhar para as colônias africanas, sobretudo para Angola, pelo governo colonial Português, vai significar a intensificação de campanhas de ocupação territorial (branquear Angola, maior presença do colono), transformando Angola na

maior colônia para assegurar os insaciáveis e desumanos intentos de enriquecimento do capitalista colonial. Tal processo por sua vez vai significar maior intensificação da exploração do trabalho pelo capitalista colonial, não mais oficialmente com o trabalho escravo que o sustentou por centenas de anos, mas por via de um precário trabalho assalariado que quase se identifica com a própria escravatura.

- A expansão territorial e a exploração pelo trabalho assalariado (agricultura e exploração mineira) vai significar retirar dos angolanos (os autóctones que os portugueses preconceituosa e pejorativamente chamam de indígenas) as terras férteis, forçá-los a se refugiar nas montanhas e nas terras inférteis, com a perda da base e dos meios de produção das condições de existência até como seres biológicos. A subtração das terras para o cultivo vai obrigar o angolano a se submeter ao trabalho como assalariado do capitalista colono explorador.
- Para forçar o trabalhador a submeter a sua força de trabalho à exploração do capital, o capitalista colono não só vai continuar a usurpar as terras como vai oferecer um conjunto de serviços ao assalariado para que este produza mais e mais, fazendo com que os resistentes à exploração se sintam obrigados a aderir ao trabalho assalariado para ter acesso ao conjunto de serviços.
- Para a concepção e execução desse conjunto de serviços sociais, o profissional do Serviço Social será imprescindível.
- A Igreja Católica, movida pelos princípios evangélicos condensados na Doutrina Social da Igreja (fundamentalmente pela releitura da *Rerum Novarum* atualizada nas encíclicas *Populorum Progressio*, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*), interpreta a “questão social” como problema moral e em colaboração com o governo colonial cria a Escola que forma os técnicos necessários para a implementação do conjunto de serviços sociais junto dos explorados.

Verifica-se assim que a origem do Serviço Social em Angola está intimamente ligada com a implantação do trabalho assalariado neste país, em articulação com um conjunto de fatores internos e externos próximos e presentes à sua institucionalização. Esta síntese da análise do contexto da institucionalização do Serviço Social em Angola é verificável nas fontes e fatos históricos consultados como apresentamos a seguir.

Fim “oficial” do trabalho escravo – Segundo um artigo em que Valério e Fontouna (1994) “examinam as principais transformações da economia angolana durante o século que

mediou a abolição da escravatura e a independência”, isto é, de 1876 a 1975, ambos constatarem que,

Quando, em 1876, os últimos escravos angolanos terminaram o período de serviço que a Lei de 25 de fevereiro de 1869 os obrigava a prestar aos seus antigos senhores, Angola era constituída por quatro distritos (Zaire, Luanda, Benguela e Moçâmedes), abrangendo uma área de cerca de 100 000 km² na planície litoral e um vago controle sobre entrepostos comerciais no interior. Cerca de 3000 pessoas de origem europeia e quase meio milhão de indígenas habitavam este território, cuja situação económica não era invejável, restringidas as exportações a bens resultantes de actividades de predação, tais como o tradicional marfim ou a cera, e à produção de algumas escassas plantações, principalmente de café.

Um século depois, quando, em 1975, Angola se tornou um Estado independente, a situação era completamente diferente. O território alargara-se, sobretudo com o controle dos planaltos do interior, até uma extensão de cerca de 1 247 000 km². A população de origem europeia aumentara até cerca de meio milhão e a população de origem africana atingia perto de 6 milhões. A economia apresentava-se próspera, quer devido à existência de exportações consideráveis de produtos agrícolas (café, algodão, açúcar, sisal e outros provenientes de plantações; milho proveniente de explorações tradicionais) e minerais (diamantes, ferro e petróleo) e mesmo de serviços (particularmente através de trânsito para o Shaba, antigo Catanga, pelo caminho de ferro de Benguela), quer devido ao início de um processo de industrialização (VALÉRIO; FORTUNA, 1994).³

E continuam:

Durante o primeiro período colonial, o domínio europeu restringia-se à faixa litoral e a parte da vida económica que ultrapassava os quadros do autoconsumo estava virada para o tráfico de escravos (destinados basicamente ao Brasil) e, secundariamente, para a exportação de marfim. A abolição do tráfico de escravos (legislada em 1837, mas só efectivada na década de 1850) rompeu o principal elo comercial entre a colónia e a economia internacional (VALÉRIO; FORTUNA, 1994).

De fato, como se pode constatar, o segundo período de colonização de Angola se inicia com a abolição “oficial” do tráfico e trabalho escravo, sendo marcado por maior exploração do território e das populações autóctones por via do assalariamento e pela corrida pela ampliação das fronteiras território, o que demandou maior presença portuguesa. É exatamente neste contexto de implantação do trabalho assalariado que se começam a criar as

³ A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

condições imediatas para a institucionalização do Serviço Social em Angola. Ao referir-se ao período em análise, Valério e Fortuna (1994) identificam que,

No segundo período colonial verificou-se a construção de uma economia nacional — condicionada pelos interesses económicos da metrópole e pelas oscilações dos mercados externos — que serviu de suporte à abertura da economia angolana ao exterior, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, e potencializou-se a viragem da estrutura produtiva na década e meia que antecedeu a independência com a implantação de uma base produtiva dinâmica e diversificada.

A exploração económica do território angolano foi impulsionada pelos acontecimentos políticos externos, fim da escravatura e em particular a partilha de África entre as potências europeias. Após a Conferência de Berlim (1885), seguiu-se um renovado interesse pela exploração e «pacificação» do interior, enquanto a antiga classe «mercantil» procurava criar novos polos de interesse económico após a perda do tráfico de escravos (VALÉRIO; FORTUNA, 1994).

A expansão territorial de Angola, resultante da corrida e disputa europeia pela partilha da África (conferência de Berlim), foi agravada para o caso de Angola pelo fato de Portugal ter perdido o Brasil. Tal processo, além de aumentar a presença portuguesa no território hoje definido como Angola, acentua a diferença entre os habitantes de origem europeia e os autóctones e introduz um novo modo de produção e reprodução da vida social, até então inexistente — o trabalho assalariado, e com ele todas as consequências que tal modo de produção e reprodução exige para manter o modelo capitalista. Tal constatação é abundantemente reconhecida pelos diferentes autores que estudam este período. Porém a título de exemplo trazemos apenas alguns extratos de Valério e Fortuna (1994) por nos parecerem mais expressivos, que serão complementados mais adiante pelos depoimentos de alguns Assistentes Sociais formados no tempo colonial:

A definição diplomática das actuais fronteiras de Angola foi feita entre 1885 e 1891. Angola adquiriu, assim, a extensão territorial que ainda tem hoje (salvo pequenas correcções posteriores em alguns pontos da fronteira). Tal como na maior parte das delimitações feitas pelas potências coloniais em finais do século XIX, foram frequentes as divisões de uma mesma tribo por duas colónias. Foi particularmente o caso dos Baongo, divididos pelo Congo Francês (hoje Congo), pelo Congo Belga (hoje Zaire) e por Angola, dos Jaga e dos Lunda, divididos pelo Congo Belga e por Angola, e dos Ovambo, divididos por Angola e pelo Sudoeste Africano alemão (hoje Namíbia).

A população de Angola foi legalmente dividida em três grupos: os cidadãos (constituído pelos habitantes de origem europeia), os assimilados (eram constituídos pelos habitantes de origem africana em condições de acederem à cidadania

portuguesa plena. Na prática, eram os alfabetizados com emprego permanente no sector moderno da economia) e os indígenas. O grupo dos indígenas era constituído pelos habitantes de origem africana que continuavam a viver no contexto de sociedades tribais ou que, apesar de terem passado a viver fora do contexto dessas sociedades, não estavam alfabetizados ou não tinham emprego permanente no sector moderno da economia (não eram assalariado). Os cidadãos (os de origem europeia mesmo que tenham nascido em Angola ou mesmo analfabetos) bem como assimilados constituíam ambos o que outros denominam conjuntamente como o grupo dos civilizados que era constituído pelos habitantes de origem europeia e pelos habitantes de origem africana em condições de acederem à cidadania portuguesa plena (na prática, alfabetizados com emprego permanente no sector moderno da economia).

O grupo dos civilizados gozava de cidadania plena, elegendo uma assembleia legislativa local e representantes no parlamento português. Apesar disso, o controle do governo da colónia pelo governo central foi sempre muito estreito, exercendo-se através da figura de um governador-geral ou alto comissário. Em termos quantitativos, os indígenas representaram sempre a esmagadora maioria. Em 1960 o número de indígenas ultrapassava os 4 milhões, enquanto o número de civilizados não chegava aos 200 000, dos quais os de origem europeia eram em número ligeiramente superior aos de origem africana (VALÉRIO; FORTUNA, 1994).

Implantação e aceleração do trabalho assalariado e suas consequências – Como vimos analisando, a escravatura tinha sido legalmente abolida por não interessar mais ao capital imperialista colonial, uma vez que cumprira o seu papel na acumulação que favoreceu a Revolução Industrial e se apresentava inadequada ao novo estágio de desenvolvimento do capitalismo. Em um novo quadro político em que sopram os ventos de liberdade em toda África, marcados pela intensificação das reivindicações e lutas cada vez mais violentas por liberdade e melhores condições de trabalho, o surgimento formal dos movimentos de libertação nacional e início oficial das lutas armadas pela libertação nacional, o governo colonial português muda o modo de olhar Angola.

Segundo Valério e Fortuna (1994), após a abolição do tráfico de escravos, a ideia de Angola continuar associada ao próspero Brasil teve muitos adeptos. A facção pró-portuguesa ganhou e procurou desenvolver esforços para estimular uma economia de exportação tropical. Para isso apoiou-se na manutenção de trabalho forçado - que permaneceu de forma mais ou menos camuflada até ao fim do Estado Novo apesar das reformas que Norton de Matos procurou introduzir em 1921-1924 -, e nas riquezas naturais da região. Assim, fomentou-se a produção agrícola e a exploração mineira. A orientação da pauta de 1892 seria consolidada com o Ato Colonial de 1930, que definia o princípio do comércio preferencial, reservando às colónias o papel de fornecedoras de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, e o condicionamento industrial, que vedava às colónias as indústrias que concorressem com as da metrópole. O resultado geral foi a inibição da industrialização em

Angola, que só se tornaria possível com as alterações introduzidas na década de 1960. Os autores continuam afirmando que

[...] o sector produtivo moderno existente até à década de 60 era, portanto, basicamente constituído por plantações e minas. Uma importante rede de vias férreas assegurava a ligação entre o litoral e o interior e tornava possível a relação da economia de Angola com a economia internacional. Apesar da expansão económica assinalada durante o «ciclo do café», a taxa de crescimento da economia foi moderada, quando comparada, por exemplo, com o crescimento que se seguiria ao fim do Pacto Colonial e à industrialização do território na década de 60 e primeira metade da década de 70 (VALÉRIO; FORTUNA, 1994).

Como se pode notar na citação acima, a implantação e a **aceleração do trabalho assalariado** na década de 1960 e início da década de 1970, que impulsionaram a taxa de crescimento da economia, são acompanhadas pela industrialização da produção e criação de vias de escoamento dos produtos (caminhos-de-ferro), processo que para o capitalista colonial vai significar crescimento econômico e para o angolano autóctone significou intensificação da exploração do trabalho pelo assalariamento com consequências negativas para estes.

Em Angola o ato de apropriar-se do trabalho alheio para criar mais-valia, segundo Mendes (1966, p. 117-165; 292-306), não só cria um choque com o modo de organização política e econômica própria do Bantu, mas será interpretado simplesmente pelo capitalista como absentismo laboral do africano motivado por este ser um “preguiçoso”, como uma simples instabilidade da mão-de-obra para o trabalho assalariado ou ainda falta de consciência profissional. Situação que vai evocar a necessidade de o patrão explorador melhorar as relações humanas com o explorado, para garantir sempre que possível a cultura e os valores dos explorados, bem como a preservação ecológica. Tal fato é assim descrito por Mendes (1966) quando analisa a situação das comunidades angolanas da época, que ele chama de costumeiras:

As sociedades aborígenes atuais sofreram uma profunda influência da cultura lusitana. Essa aculturação, cada vez mais sensível e intensa, deu origem a uma nova estrutura tribal e acentuada evolução da orgânica familiar. Uma outra escola de valores foi por eles adoptada. A disciplina clânica ou tribal, outrora tão rígida e severa, cedeu à ordem administrativa, caracterizada pela brandura e liberalização e por abranger apenas as grandes normas da vida em sociedade. Houve um notório abrandamento dessa disciplina, avolumado pela largueza da malha administrativa e pelo afastamento, por parte dos seus funcionários, dos meios tradicionais. (MENDES, 1966, p. 161-162).

A exploração do angolano pelo trabalho assalariado precisava não só da industrialização e dos caminhos de ferro, mas também da eliminação de uma cosmovisão própria, da destruição do modo de produção e reprodução da vida social do Bantu que o autor caracteriza como disciplinada, rígida e severa. A exploração do angolano precisava de “brandura” para fazê-lo seguir “a ordem administrativa” e as “normas da vida em sociedade” que alienam o homem e se apropriam do seu trabalho.

Porém como tal processo de garantir “*a ordem administrativa*” exploratória do governo e capitalista coloniais não foi capaz de derrubar na plenitude os valores Bantu, aqui reconhecidos com os adjetivos de disciplinados, rígidos e severos, uma vez que estes desencadearam os movimentos de libertação nos meados da década de 1950 e início da década de 1960. Considerando que os explorados “*disciplinados e rígidos*” intensificaram as lutas por libertação nacional oficialmente em 1961, face aos ventos de liberdade que sopravam na África inteira nesta década e à pressão da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho que se assistia na Europa, para garantir a continuidade da exploração do angolano pelo trabalho assalariado governo e capitalista coloniais contaram não apenas com a “*outra escola de valores caracterizada pela brandura e liberalização*” de que a educação estava ao serviço, mas também com forte dispositivo fiscalizador e repressivo para garantir a ordem exploratória. Sobre esse tema, quando Mendes (1966) analisa a produtividade em Angola no que tange às relações entre trabalhadores, quadros e direção nesta década, assim se refere:

Não há a menor dúvida que uma fiscalização adequada constitui o primeiro passo para uma maior produtividade. [...] são inúmeros os exemplos de que a simples mudança de pessoas e os processos de fiscalização se traduziu em substancial acréscimo de rendimento do trabalho. Reconhecendo o importante papel desempenhado pela fiscalização (capatazia), quer na produtividade, quer no bem-estar psicológico da mão de obra, em vários países os quadros são selecionados rigorosamente, pela prévia prova de testes psicotécnicos e por um curso intensivo acerca da sua futura missão. [...] (MENDES, 1966, p. 47)

O autor, evidenciando o controle e a repreensão como mecanismos de garantir a exploração capitalista colonial pelo trabalho assalariado, também sublinha a importância do capataz nos meios africanos do trabalho, estipulando ainda as características principais do capataz ideal:

Superioridade técnica indiscutível.

Atitude média entre um Comando demasiado severo e um paternalismo demasiado benevolente.

Severidade, mas justiça.

Conhecimento da língua, costumes, e escalas de valores observados pela mão-de-obra.

Convicção de que o Europeu é para o Africano um professor. Noção de que o exemplo é o mais importante fator de ensino, pelo que não deve hesitar em mostrar aos subordinados como se realiza o trabalho.

Qualidades de simpatia humana, de intuição e de personalidade (MENDES, 1966, p. 145-146).

Não obstante o conjunto de mecanismos de fiscalização e repressão, para garantir a exploração capitalista colonial pelo trabalho assalariado face às diversas pressões internas e externas tendentes à ampliação dos direitos da classe trabalhadora e a emancipação política dos angolanos, o governo e o capital colonialista institucionalizaram o Serviço Social em Angola e implementaram um conjunto de mecanismos de aumento de produtividade e exploração que ao mesmo tempo vão também significar pequena conquista de direitos dos trabalhadores angolanos. Tal mecanismo faz jus ao que nos recordam Iamamoto e Carvalho (2014) sobre o significado dos serviços sociais integrados nas políticas públicas do Estado capitalista, podendo funcionar contraditoriamente como uma faca de dois gumes: por um lado, serem de fato resultados de conquistas da classe trabalhadora e, por outro, servirem de ferramentas de exploração para o capital.

Braverman (1981), em outro contexto, também chama atenção para a dialética dos serviços sociais na lógica do capital, quando afirma que “para o capitalismo o que importa não é determinada forma de trabalho, mas sua forma social...Assim, os próprios serviços sociais, que deveriam facilitar a vida social e a solidariedade social, têm o efeito contrário” (BRAVERMAN, 1981, 82).

Mendes (1966) quando analisa os métodos de aumento da produtividade em Angola na década de 1960, constata que

[...] entre a maior parte dos empregadores da província (entenda-se província Angola na altura), a produtividade é tomada como resultante apenas do maior ou menor esforço da mão-de-obra. Esse errado conceito, em si mesmo consequência de clara desatualização, não facilitou a consagração aos demais fatores influentes na produtividade, com manifesto prejuízo geral (MENDES, 1966, p. 169-170)

Nesta passagem vê-se claramente como para o governo e o capitalista colonial a exploração da “mão-de-obra” só pelo uso e abuso do esforço do trabalhador era o principal mecanismo de extração de mais-valia. Porém, tal como o autor citado, reconhece a “desatualização” de Portugal com a necessidade de abertura e ampliação dos direitos dos trabalhadores na sociedade capitalista, o que Mendes chamou de “demais factores influentes na produtividade”, portanto elementos favorecedores da exploração do trabalho pelo capital como nos ensinou Iamamoto (2014). Num tom de tristeza Mendes reconhece tal fato como provocador de “manifesto prejuízo geral”, pois isso agudizou a sempre latente revolta dos angolanos, favoreceu os ataques da luta pela libertação, enfim fez com que os “valores da nova escola” caracterizados pela “brandura”, capaz de seguir “a ordem administrativa”, as “normas da vida em sociedade” que alienam o outro homem apropriando-se do seu trabalho, “valores” que se julgavam já incorporados fossem abalados.

Face à reconhecida “clara desatualização” do governo e do capitalista colonialista, que estando preocupados com o “manifesto prejuízo geral” que tal desatualização provocara, não vislumbraram outra alternativa de existência do seu sistema de produção e reprodução senão pela exploração do trabalho alheio, pressionados pelos processos internos e externos, muito especialmente pelos ventos de liberdade e ampliação dos direitos humanos. Diante desse quadro como o sistema colonial lidou com a influência do Direito Internacional do Trabalho em Angola? Que mecanismos de aumento da produtividade adotara e qual é o papel do Serviço Social neste processo? Para que o Estado (pai e provedor) e a Igreja (mãe e mestra) estabelecem um pacto e “geram o menino Serviço Social” em Angola?

Antes de nos determos nas respostas a estas questões, vejamos primeiro de modo muito sumário que influência teve o Direito Internacional na exploração pelo trabalho assalariado em Angola, para que seja mais fácil compreender os mecanismos de exploração do trabalho e alargamento da mais-valia e sua relação com a “gestação do menino Serviço Social pelos seus pais”: “senhor” Estado Capitalista Colonial e “senhora” Igreja Católica.

Influência do Direito Internacional do Trabalho nas províncias ultramarinas portuguesas - Constatando que a origem do Serviço Social em Angola está intimamente ligada com a implantação do trabalho assalariado neste país, em articulação com um conjunto de fatores internos e externos próximos e presentes à sua institucionalização, é de tudo importante, embora de maneira muito breve, fazer uma incursão sobre as diferentes formas sociais de produção e reprodução da vida em Angola, pré-existentes à chegada do colono capitalista e as que se impuseram com a chegada deste. Ou seja, para se ter uma melhor

compreensão da relação entre a institucionalização do Serviço Social em Angola e a implantação do trabalho assalariado, é preciso ter noções básicas sobre a organização do trabalho em Angola, antes e pós presença colonial.

Assim sendo, embasados no fundamento marxista e marxiano segundo o qual o trabalho é uma categoria ontológica do ser social, já que constitui a primeira mediação de produção e reprodução do ser social, podemos afirmar que o trabalho sempre esteve presente também entre os africanos, pois se tal não fosse verdade estes não existiriam pois não há possibilidade de existir sociedade sem trabalho.

Variadíssimos cientistas sociais que se dedicam a estudar a África em geral e Angola em particular nos mais variados aspectos da vida social, identificam e descrevem uma organização política, militar, econômica e social própria entre os povos Africanos em geral. Só a título ilustrativo, estudiosos como Altuna, (1993), Estermann (1983), Kajibanga (1996) e outros textos não publicados, Ki-zerbu (s/d), entre tantos outros, identificam uma organização socioeconômica própria entre os Bantu de Angola.

Segundo estes estudiosos, embora se encontrem registos de formas de trabalho escravo entre os Bantu antes da chegada portuguesa em Angola, este tinha características totalmente diferentes da implementada pelos europeus. Pois o trabalho escravo no Bantu era feito por prisioneiros de guerra de tribos rivais e não visava o lucro mas a humilhação e a demonstração da submissão dos vencidos ou capturados. O escravo nas antigas formas tinha direito a sua propriedade privada e era um mecanismo de pressionar a tribo do escravo a negociações. Uma vez firmados os acordos estes eram devolvidos. Estes e muitos outros cientistas que se dedicam ao estudo da vida social em África e, sobretudo, de Angola, não encontram registos do trabalho assalariado no padrão capitalista de produção e reprodução da vida social em África em geral e em particular em Angola.

Desta feita se conclui então que a presença europeia em Angola veio trazer novas formas de organização das relações de trabalho que conflitavam com as pré-existentes. Disto é testemunha eloquente a constatação de Mendes:

As sociedades aborígenes atuais sofreram uma profunda influência da cultura lusitana. Essa aculturação, cada vez mais sensível e intensa, deu origem a uma nova estrutura tribal e acentuada evolução da orgânica familiar. Uma outra escola de valores foi por eles adoptada (MENDES, 1966, p. 161).

O seu mundo tribal, com uma escala de valores e concepções próprias, acabará por sofrer, quer no espírito dos respectivos componentes, quer na sua estrutura

socioeconômica, os efeitos desses contatos com as culturas e coisas externas (MENDES, 1966, p.162-163).

A valorização dos produtos agrícolas e o seu fácil escoamento através dos mercados rurais e do comércio deram origem a uma pouca desenvolvida economia de mercado, que já procurava excedentes para satisfação de necessidades secundárias...os chefes costumeiros veem a sua autoridade e influência diminuir e a antiga coesão tribal dar lugar a uma solidariedade mais frouxa e nem sempre observada...a vida costumeira é mais e mais penetrada pela ideia do lucro, do valor, do valor da produção e do conceito da propriedade privada (MENDES, 1966, p.162-163).

Conforme se pode notar nos trechos apontados, fica claro que realmente a presença do capitalista colonial em Angola capta todas as dimensões da vida social dos povos autóctones, introduz o conceito de trabalho enquanto produção de valores de troca capazes de criar mais valor. Os angolanos, sempre habituados com outra maneira de produção e reprodução da vida social pelo trabalho, veem-se obrigados a entrar na lógica de expandir o lucro pela apropriação do trabalho alheio.

Sendo assim, se a presença do capitalista colonial introduz a ideia do lucro, do valor e do mais valor criado no processo de produção, assentado no conceito da propriedade privada, tendo o capitalista colonial chegado em Angola em 1482, como sustentar a tese de que a institucionalização do Serviço Social em Angola está vinculada com a implantação do trabalho assalariado se essa ocorre apenas em 1962? Como explicar a verdade segundo a qual o Direito Internacional do Trabalho teve influência no trabalho assalariado em Angola e foi um fator correlacionado à institucionalização do Serviço Social neste país? Como explicar que a institucionalização do Serviço Social em Angola surge também como resposta aos gritantes apelos à violação dos direitos trabalhistas em Angola e como mecanismo de extração de mais-valia pelo assalariamento e de perpetuação do sistema político-econômico existente?

Além das claras respostas que encontramos nas diferentes fontes a que tivemos acesso, tal como demonstraremos mais adiante, é importante compreender as diferentes fases da organização das relações do trabalho antes e com a presença do capitalista colonial português. Vejamos o que diz Mendes (1966, p. 35-43; 161-169):

- **Trabalho não assalariado, não guiado pelos princípios do lucro e do mercado livre.** Esta forma vigorou antes da chegada portuguesa e foi destruída com a sua presença.
- **Utilização geral e sistemática do trabalho escravo.** Segundo o autor, esta forma de trabalho apresenta-se em Angola desde os primeiros momentos e ganhou maior

força no momento em que a agricultura do ultramar começou a ser explorada com vista à exportação. Embora antecedido por vários outros diplomas, Mendes diz que se pode considerar o Decreto de 14 de dezembro de 1836 não só como o instrumento decisivo para a imediata extinção do tráfico, mas ainda como o início da caminhada para a abolição da escravatura.

● **Restrição do emprego do trabalho escravo e da sua utilização simultânea com o trabalho obrigatório.** Segundo Mendes, a utilização simultânea do trabalho escravo e do trabalho forçado começa a sofrer o seu primeiro ataque por meio do decreto de 14 de dezembro de 1854, em que se previa a passagem da condição de “liberto”, ou seja, todo o ex-escravo tinha a obrigação de trabalhar para o seu antigo amo durante determinado número de anos e nas condições de qualquer trabalhador compelido. Uma lei de 5 de julho de 1856 aboliu a escravatura no distrito de Ambriz. Em 29 de Abril de 1858 prescreveu-se a abolição da escravatura em todo o território da monarquia portuguesa, vinte anos depois, isto é, em 1878. Contudo, onze anos depois, ou seja, aos 25 de novembro de 1869, um novo decreto aboliu definitivamente a escravidão.

● **Trabalho obrigatório.** O autor atesta que esta fase é caracterizada pelo sistema dos “libertos” que durou até 29 de abril de 1875.

● **Trabalho livre.** Iniciou-se, segundo Mendes, com o regulamento de 21 de novembro de 1878. Este diploma para o autor constitui a mais completa consagração da liberdade do trabalho até então vista na África portuguesa. Porém, Mendes destaca que não encontrando apoio nem na prática nem na mentalidade de patrões essa forma de trabalho encontrou oposição, o que levou à criação de outro diploma, em 9 de novembro de 1899, que marca um nítido retrocesso na conquista da liberdade de trabalho. O seu artigo I diz que,

Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade de para escolher o modo de cumprir essa obrigação, mas, se não cumprem de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento (MENDES, 1996, p. 163).

● **Trabalho livre, com possibilidade, em certas circunstâncias, de recurso ao trabalho obrigatório.** Como se pode notar no artigo citado, concordando com Cunha apud Mendes (p. 37), “consagrava-se assim o princípio da coercibilidade ao trabalho,

pelas autoridades, dos indígenas que, voluntariamente, não procurassem auferir pelo esforço próprio os meios de subsistência”. Aqui não se trata, portanto, de “procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social” (idem), como se os africanos que o capitalista colonial chamou de indígena não vivessem do trabalho antes de sua chegada. A coerção era, ao contrário, para aqueles que resistissem às formas de trabalho baseadas na exploração do trabalho pelo capital. O que o texto da lei chama de obrigação moral tem relação com a prestação de trabalhos grátis desde que esses tivessem a denominação de fim público, mas na verdade não serviam todo público.

● **Trabalho assalariado não obrigatório.** Esta forma de organização do trabalho só aparece em Angola em 6 de setembro de 1961, com o Decreto-lei nº 43893, cujo preâmbulo considera “o condicionalismo político e social das nossas províncias da terra firme de África”, uma clara alusão aos atos de subversão de 04 de janeiro na Baixa de Cassange em Malanje, 04 de fevereiro em Luanda e 25 de março no Uige. Acontecimentos históricos de revolta que hoje marcam o início oficial da luta armada pela independência de Angola, protagonizada por nacionalistas dos três movimentos de libertação de Angola.

Essas razões levaram à extinção do regime do indigenato e, conseqüentemente, ao fim de todos os sistemas e processos específicos e exclusivos à população de origem africana. Configura-se assim nova situação de tal forma que o regime legal de trabalho que vinha vigorando tacitamente para a população de origem africana fosse revogado e os angolanos passassem juridicamente a ser regulados pela legislação comum àqueles que outrora se chamavam cidadãos, pelo simples fato de serem de origem europeia ou serem assimilados, como os africanos que tinham adotado os valores e costumes portugueses.

Temos então desde 1961, de modo abrupto, a extinção plena de um direito até então dominante em Angola e, em conseqüência, a implantação de um regime de relações de trabalho juridicamente caracterizado pela ausência de sanções penais; interdição completa de qualquer forma de trabalho compelido; unidade de regulamentação para toda a mão-de-obra sem distinção de capacidade profissional ou de tipo de trabalho; e limitação acentuada na proteção desequilibrada do Estado em relação aos trabalhadores, reconhecendo a estes a capacidade plena de defesa de seus direitos e de organizarem sindicatos.

Na mesma seqüência, em 27 de abril de 1962, ano da institucionalização do Serviço Social, é aprovado o Decreto nº 44309 que regulamenta o Código do Trabalho Rural e que

com algumas exceções manteve o reconhecimento e a ampliação dos direitos consagrados pelo Decreto-Lei nº 43893. Os princípios contidos no Código do Trabalho Rural encontram-se sintetizados no preâmbulo do Decreto nº 44309, de que transcrevemos o seguinte extrato:

É afastada qualquer distinção entre grupo étnicos ou culturais, passando todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua filiação cultural, a regular-se pela mesma lei; não é admitida nenhuma forma de trabalho compelido; não se preveem sanções penais por falta de cumprimento do contrato de trabalho, não existe qualquer tutela paternalista dos trabalhadores; não é permitido o angariamento de trabalhadores com intervenção ou facilidades das autoridades; não há qualquer intervenção da autoridade na formação dos contratos de trabalho; não se admite qualquer diferenciação de tratamento entre homens e mulheres nas relações do trabalho, salvo os especiais direitos reconhecidos àquelas por imposição da sua natureza (DECRETO-LEI n. 44309 apud MENDES, 1996, p. 30).

Como se nota, só mesmo no início da década de 1960 é que se torna evidente a influência do Direito Internacional do Trabalho nas relações de trabalho em Angola. Porém fica igualmente claro que esta evolução na ampliação de direitos é resultante de uma conjuntura de pressões nacionais e internacionais. É exatamente no ano que inicia oficialmente a luta armada pela libertação de Angola que o governo e capitalista colonial se vêem obrigados a ceder na ampliação de direitos aos angolanos. No mesmo ano criou-se, pela primeira vez, o ensino superior em Angola e no ano seguinte, em 1962, institucionalizou-se o Serviço Social no país, num acordo entre o Governo Colonial e a Igreja Católica. É de se destacar que tudo isso enquadrado no conjunto de mecanismos para manutenção do sistema político-econômico vigente, como mais adiante iremos demonstrar com extratos de textos da época e com os testemunhos de Assistentes Sociais formados na época e por nós entrevistados.

De acordo com Valério e Fortuna (1994), a reativação econômica de Angola ocorreria após a crise de 1929-1933 e a elevação do preço das matérias-primas que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. A produção mais beneficiada foi a do café, que veio a constituir a principal exportação entre 1946 e 1972, depois substituída pelo petróleo. A alta do café teve importantes consequências para Angola ao tornar-se um poderoso atrativo sobre a imigração portuguesa. Em 1930 havia na colônia cerca de 30 000 brancos e 53 000 mestiços, representando cerca de 5% da população total (4,8 milhões). Isto significava um importante mercado interno, que viria a constituir os fundamentos da industrialização dos anos de 1960. O setor produtivo moderno existente até à década de 1960 era, portanto, basicamente constituído por plantações e minas e para assegurar todo este processo de produção uma

importante rede de vias férreas fazia a ligação entre o litoral e o interior e tornava possível a relação da economia de Angola com a economia internacional.

Toda esta nova dinâmica de exploração interna de que nos recorda Valério e Fortuna (1994), como a industrialização dos anos de 1960; a consideração de Angola não mais como um simples fornecedor de matéria-prima, como foi por muito tempo; a necessidade de criação de vias para a ocupação e exploração do interior de Angola, entre outras, significaram também a intensificação da exploração do trabalho não mais escravo oficialmente falando, mas muito próxima dela. As condições e relações de trabalho lesavam a sensibilidade da humanidade, que tendo vivido os horrores da primeira e segunda guerras mundiais se propunha uma sociabilidade baseada nos direitos humanos e no Direito Internacional do Trabalho, cuja existência e influência não podiam mais ser menosprezadas uma vez que a Europa enfrentava as lutas da classe operária por mais direitos e no contexto africano sopravam os ideais de libertação, muitos deles sob inspiração socialista.

Mendes (1966, p. 32), quando se refere ao trabalho assalariado em Angola no tempo colonial, reconhece a influência do Direito Internacional do Trabalho na legislação social dos países Africanos e no ultramar Português. Para testemunhar tal fato cita o ministro do trabalho da Nigéria quando da sessão de abertura da I Conferência Regional Africana da Organização Internacional de Trabalho (OIT), realizada em Lagos em 1960:

Quase todos os textos da nossa legislação do trabalho, por exemplo, mesmo aqueles que remontam a uma trintena de anos atrás, inspira-se, em larga medida, nos princípios enunciados, aceites e sistematicamente definidos pela OIT. O mesmo sucede, em vários graus, com maior parte dos países e territórios de África aqui representados neste momento, do que todos vós podeis dar conta examinando o número de convenções ratificadas pelos Estados Africanos membros da OIT (MENDES, 1996, p. 32).

Nesta citação é possível constatar como outros países de África, sobretudo de colonização Inglesa e francófonos, estavam na década de 1960 relativamente mais avançados não só na emancipação política, firmando-se como países independentes, mas também no alargamento dos direitos trabalhistas defendidos pela Organização Internacional do Trabalho. Nota-se que nestes países a influência do Direito Internacional do Trabalho remon à década de 1930.

Já em Angola, como em muitos outros países africanos colonizados por Portugal, não só a emancipação política destes povos chega muito tardiamente, mas também enquanto

outros povos já viviam ventos de liberdade e ampliação de direitos, a industrialização da produção em Angola nesta data significou aumento da exploração pelo trabalho assalariado.

Mendes (1966, p. 42-43) afirma que apenas em 30 de novembro de 1961, ano de início da luta armada pela libertação de Angola (janeiro a março), “o Governo de Portugal informou o diretor-geral que considerava as províncias portuguesas do Ultramar como fazendo parte integrante do território nacional do Estado Português no que respeita à aplicação das convenções ratificadas” sobre o trabalho.

Portanto, embora o trabalho assalariado não obrigatório tenha sido instituído em Angola aos 6 de Setembro de 1961, através do Decreto-Lei nº 43893, somente dois meses depois, em 30 de Novembro de 1961, nenhuma das vinte e sete convenções ratificadas por Portugal era extensiva ao Ultramar Português após cumpridas certas formalidades, já que segundo os nºs II e III da base LXXXIII da Lei Orgânica do Ultramar Português, os diplomas ratificadores das convenções seriam postos em vigor nas províncias ultramarinas por meio da portaria do ministro do Ultramar, publicado em Boletim Oficial de cada província.

Ora, as mudanças registradas em 1961 e 1962 na legislação sobre o trabalho em Angola, que se consubstanciaram na adoção dos princípios do Direito Internacional do Trabalho ratificados por Portugal, faziam parte do conjunto de mecanismos de “tapar o sol com a peneira”, mas não eram os únicos que o governo capitalista colonial encontrara na tentativa de perpetuar seu sistema ideológico e de exploração. Para fazer frente aos ventos de liberdade que se verificavam um pouco por toda África e aos movimentos de trabalhadores na Europa que ameaçavam seus intentos, o governo e capitalista português viram-se forçados a implantar outro conjunto de serviços visando perpetuar o seu sistema de exploração. Tais serviços aos autóctones requeriam a presença de especialistas do Serviço Social. Como a Igreja Católica interpretava os fenômenos da época à luz da Doutrina Social da Igreja, concebendo a “questão social” como sinônimo de problema de ordem moral, estavam criadas as condições do “casamento” que gerou o Serviço Social em Angola. Vejamos a seguir os demais mecanismos de exploração e aumento da produtividade implementados, bem como o papel do profissional do Serviço Social nestes serviços.

4.1.2 Os rearranjos do governo colonial e o papel da Igreja “Católica”

Foram múltiplas as frentes abertas por Portugal. Nesta direção Mendes (1966 p. 169-260) descreve as seguintes saídas para o aumento da produtividade do trabalho em Angola:

- Estímulo pecuniário ao rendimento;
- Estímulo pecuniário à assiduidade;
- Estímulo pecuniário à estabilidade, uma vez que a adesão do angolano ao trabalho assalariado severamente explorado era um problema para o capital;
- Remuneração por peça ou remuneração de acordo com a produção apresentada e julgada apenas sob o critério do empregador colonialista.

Considerando os diferentes autores consultados - Valério e Fortuna (1994), Mendes (1966), entre outros -, no conjunto de esforços para “tapar o sol com a peneira” de modo a garantir a continuidade da exploração capitalista pelo trabalho assalariado, além das medidas anteriormente descritas acrescenta-se ainda:

- A imposição da cultura do trabalho pelo assalariamento asseguradas temporariamente pela coerção e educação que visavam garantir a observância das “normas da vida em sociedade”, exploração com “brandura”, como apresentamos;
- Fim da lei do indigenato que classificava os angolanos segundo a cor da pele ou da maior ou menor aproximação com a cultura europeia, com consequências nas relações desiguais de trabalho (Decreto-Lei 43893/61 de 09 de setembro que revoga o Decreto-Lei n.º 39666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique), também desenvolvido nos pontos anteriores;
- A criação e implementação da política salarial por níveis e rearranjos nas condições gerais do trabalho.

No que tange, por exemplo, à política salarial por níveis vão surgir as regulamentações sobre as modalidades de pagamento aos trabalhadores, uma vez que o salário incluía quer um valor monetário quer um conjunto de serviços e ou benefícios. Porque os outros “benefícios” eram de difícil cálculo e sempre mensurado a critério do colonialista, nesta década regulamenta-se que “o trabalhador pode exigir a remuneração total em dinheiro e suportar por sua conta os encargos relativos à sua manutenção, alojamento e vestuário”, e que “a soma dos

descontos pela alimentação e vestuário nunca pode exceder metade da importância total do salário” (Artigos 80º e 77º, nº 2, do CTR respectivamente). A política de salários vai ainda definir diretrizes para trabalhadores migrantes e não migrantes, modo de pagamento e evolução dos salários. “Os salários da mão-de-obra são geralmente compostos por uma parte de dinheiro e outra em benefícios de diversa natureza (alimentação, alojamento, vestuário, assistência médica, e outros)”. (MENDES, 1966, p. 191).

O que acima acabamos de apontar parece-nos que corresponde claramente à resposta que Iamamoto e Carvalho (1994) formulam quando se debruçam sobre o significado dos serviços sociais. De acordo com os autores:

A expansão dos Serviços Sociais, no século XX, está ligada ao desenvolvimento da noção de cidadania; a luta pelos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo, presente até os nossos dias. Os serviços sociais são assim nada mais e nada menos, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade sob a forma de serviços sociais; assim, aparecem como benefício, expressão humanitária do Estado e/ou da empresa privada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 96).

Depreendemos assim que para os autores, na verdade, na sua substância, a generalização dos serviços sociais é expressão da vitória da classe trabalhadora na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa, que estando a perder terreno vê o Estado assumir os encargos sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 97).

Porém, em Angola, os serviços sociais além de ser expressão dos direitos sociais, do direito dos trabalhadores reconhecido pelo próprio capital, são manipulados de tal forma que se tornam também um meio para reforçar a visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo não o “coronelismo” presente na história política brasileira, mas sim “o patronato de escravos” agora instaurado no próprio aparelho do Estado. Contudo, da mesma forma, o novo “coronel” para o caso de Angola, o novo “patrão” passa a ser o Estado, e os serviços sociais transfigurados em assistência social tornam-se uma das pontes para o estabelecimento das relações para com os seus súditos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 100).

De fato, não restam dúvidas em se relacionar o aparecimento do Serviço Social em Angola com as mazelas próprias da ordem burguesa colonialista portuguesa neste país, no evoluir do capitalismo no âmbito do binômio industrialização/urbanização. Neste país o processo de industrialização e a ampliação da exploração do trabalho que ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 foram acompanhados pela melhoria das condições gerais do trabalho,

uma vez que já não se podia mais ignorar tal processo face ao contexto de crise política que Portugal vivia.

Relativamente aos rearranjos nas condições gerais do trabalho, Mendes (1966, p. 208-257; 277-338), na obra citada, faz-nos entender que simultaneamente aos serviços sociais “oferecidos” aos angolanos, que significavam conquistas e ampliação de direitos, os mesmos eram utilizados e favoreciam “mecanismos de aumento de produção” tal como o autor os denomina. Portanto, para o capitalista colonialista esses serviços sociais eram concessões e não direitos da classe trabalhadora assalariada.

Desta feita, para compreender o porquê e o para que o Serviço Social nasce em Angola e somente no início da década de 1960 sob os auspícios da Igreja Católica em colaboração com o Estado colonial, além de procurarmos entender os movimentos da Igreja nesta época, faz-se necessário entender antes as razões que levam a Igreja a ter tais posicionamentos. Considerando que o Serviço Social em Angola é “filho do pai e provedor Estado no casamento com a mãe e mestre Igreja Católica”, faz-se também necessário fazer uma breve análise do conjunto de ações levadas a cabo pelo Estado colonial nesta época, pois elas justificaram a criação da profissão e uma vez criada será chamada a ser um dos executores das políticas e programas sociais.

Mendes (1966) denomina este conjunto de ações de “mecanismos de aumento da produtividade” e os integra em dois grandes grupos: mecanismos de aumento da produtividade da mão-de-obra rural e mecanismos de aumento da produtividade da mão-de-obra especializada. Nas páginas que se seguem abordaremos estes mecanismos, bem como o posicionamento da Igreja Católica face à questão social e ao avanço do socialismo. Relembramos que o esforço é procurar entender as diferentes determinações sóciohistóricas que deram origem e significado ao Serviço Social em Angola, e que permeiam a natureza desta profissão até os nossos dias.

4.1.2.1 Mecanismos de aumento da produtividade da mão-de-obra rural

Segundo se pode constatar em Mendes (1966, p. 208-257; 277-338) e na legislação sobre a temática do trabalho da década da institucionalização do Serviço Social em Angola, para a melhor exploração da força de trabalho assalariada do trabalhador angolano rural, ou seja, aquele que não tinha nenhuma escolarização ou formação técnico-profissional, além da

implementação da política de salário, de que fizemos referência nos pontos anteriores, o governo colonial capitalista português viu-se obrigado a organizar as condições gerais dos processos de trabalho, cuja implementação requereu a presença do trabalhador social, incluindo aqui o Assistente Social. Tais ações podem ser resumidas em:

- **Duração da jornada de trabalho:** Estabelece-se o princípio da duração máxima de quarenta e oito horas para a semana de trabalho (nº 1 do Artigo 90º do CTR) e das oito horas diárias (Artigo 93º do CTR). Podendo este tempo ser ampliado se “ocorrer necessidades extraordinárias de serviço, mediante Inspeção do Trabalho”; “a fim de compensar perdas de trabalho, nos termos legais, não podendo exceder duas horas por dia”; “no caso de acidente grave, produzido ou iminente”; “nos trabalhos de interesse público, geral ou local”; e “em relação aos serviços que, por natureza, não possam estar sujeitos a horários e como tal sejam reconhecidos pelo governo da província” (Artigo 93º do CTR).
- **Habitação:** Neste tópico regulamenta-se a superfície e altura mínima da residência do trabalhador, desestimulam-se as residências coletivas dos trabalhadores, incentiva-se que os trabalhadores vivam acompanhados com seu grupo familiar e o mais próximo possível ao local de trabalho e se definem os serviços que tal residência deve possuir.
- **Alimentação:** Além de se definirem as quantidades de alimentos que os patrões empregadores deveriam proporcionar aos trabalhadores de modo a assegurar o aporte protéico-calórico necessário para o trabalhador produzir, regulamenta-se por exemplo a “entrega dos géneros ou das refeições já confeccionadas, conforme o desejo dos trabalhadores”, a composição das refeições e a necessidade de os estabelecimentos com mais de trinta trabalhadores terem uma cozinha. Porém, todas estas políticas não passavam de meros mecanismos de exploração do trabalhador para aumento de produção pelo governo e capitalista colonial português. A alimentação e outros serviços que se ofereciam aos trabalhadores eram uma forma de tornar menos oneroso o trabalho, era uma das maneiras mais baratas de explorar o trabalho alheio do angolano com salário não em dinheiro, mas em serviços e em produtos. Quando Mendes, em sua obra fala, das vantagens da política da alimentação ao empregado angolano se refere nestes termos:

É necessário educar o Africano na melhor maneira de se alimentar e viver à custa do salário. Só pela experiência direta o trabalhador adquire os hábitos que lhe permitem a boa administração do seu ganho. Assim, convirá, quando houver possibilidade de efetuar a aquisição dos géneros, permitir-lhe que o faça. (MENDES, 1966, p. 219).

- **Regime de férias:** Aplicando-se em Angola as convenções que Portugal havia ratificado em matérias do trabalho, e não tendo Portugal ratificado a Convenção nº 101, da OIT, em Angola na década da institucionalização do serviço social “o período mínimo de férias por cada doze meses é de duas semanas... que deverão ser gozadas em dias seguidos e no ano civil a que se respeitem” (MENDES, 1966, p. 219).
- **Vestuário:** Regulamenta-se que os trabalhadores migrantes tenham o direito de receber das empresas o vestuário adequado; ou a faculdade dada ao trabalhador de poder prescindir dessa prestação e passar a receber o equivalente em numerário. Estipulam-se os tipos de roupa para cada tipo de trabalho. O recebimento em dinheiro acarretava um desconto no salário numeral, sendo que muitos trabalhadores preferiam esta alternativa para ampliar seus ganhos e poder sobreviver “à custa do salário”, uma vez que quando tal não fosse possível eram tidos como “esbanjadores” e “mal-educados”. Nas palavras de Mendes (1966 p. 218-219): “No decurso de 1965, [...] estimamos, no entanto, que entre 40% e 50% da mão-de-obra optou pelo recebimento do dinheiro em vez do vestuário, pois assim podiam elevar o dinheiro para outras necessidades básicas e de sobrevivência, uma vez que para o governo e capitalista explorador português o trabalhador africano é, em regra, imprevidente, que precisa ser educado aos bons hábitos de poupança... e é um trabalhador que ignora as suas necessidades dietéticas”.
- **Transporte:** Os serviços de transporte implementados como mecanismos de aumento da produção pela exploração do trabalho assalariado do angolano, segundo Mendes (1966, p. 224-225) se destinavam fundamentalmente em “proporcionarem transporte aos seus trabalhadores com contrato escrito, desde o local de sua residência habitual ou de recrutamento até ao do trabalho, e no regresso. Os familiares que acolhem os trabalhadores se beneficiavam de igual privilégio”.
- **Assistência médica:** De acordo com Mendes (1966, p. 225-226) um dos direitos inderrogáveis do trabalhador é “receber assistência médica gratuita para si e para os

familiares que com ele convivam”. Esta assistência médica compreendia a) os cuidados médicos de clínica geral e especialista, incluídas as visitas domiciliares; b) os serviços de enfermeiros, tanto no domicílio como em hospital ou posto médico; c) o fornecimento de produtos farmacêuticos essenciais; d) a hospitalização, quando necessária; e) eventualmente, a manutenção de um hospital ou posto médico.

- **Ação social:** No conjunto de dispositivos sociais destinados a favorecer o aumento da produtividade pelo governo e capitalista colonial, a ação social é outra ferramenta utilizada. “Não esquecida pelo legislador a ação social a desenvolver junto da mão-de-obra rural. Procura-se, dessa forma, transformar a empresa num centro irradiador da cultura ocidental, proporcionar aos trabalhadores o máximo de bem-estar possível e os instrumentos indispensáveis à sua formação”. (Mendes 1966, p. 234). O autor (1966, *idem*) cita ainda os artigos 191º, 192º e 196º do CTR para identificar o fim a que se destinava a ação social.

O artigo 191º determina que as empresas envidem “todos os esforços e tomem todas as medidas aconselháveis para:

Desenvolver entre os trabalhadores a higiene individual, nomeadamente facultando-lhes a utilização de instalações sanitárias e de balneários;

Combater o alcoolismo, a tuberculose, as doenças venéreas e a prática de jogos de azar;

Desenvolver a força e a saúde dos trabalhadores pela prática de desportos que lhes permitam a livre expansão das suas forças e os dotem de novas qualidades de iniciativa e de emulação;

Desenvolver o ensino profissional e geral, quer instituindo escolas e outras organizações para uso dos seus trabalhadores, quer facultando-lhes a frequência de escolas oficiais.

Já o artigo 192º busca que as “empresas proporcionem à sua mão-de-obra os meios convenientes ao bom aproveitamento das horas de lazer, os descansos semanais e as férias, desviando-a assim de passatempos nocivos à saúde física e moral”.

Sobre como o governo e o capitalista colonial arquitetaram a ação social como mecanismo de exploração do trabalhador angolano de modo a aumentar o seu lucro, Mendes destaca:

É grande o entusiasmo gerado à volta das competições entre empresas, e até grupos da mesma empresa. Além do propósito de fomentar-se a cultura física e o espírito de disciplina, quer dos praticantes, quer dos próprios assistentes, as empresas vêm lançando mão do desporto como meio óptimo de ocupar as horas livres e de suscitar o sentimento de agrado e de atração pelo trabalho (MENDES, 1996, p. 237).

Outra forma de ação social preconizada está no artigo 196º:

[...] a distribuição aos trabalhadores, pelas empresas, de pequenas parcelas de terreno, que eles cultivarão de sua conta e onde podem experimentar certas das técnicas aprendidas na exploração agrícola que os emprega. Quer como meio de fixação da mão-de-obra, quer como sistema educativo e até processo de aumento dos proventos do trabalhador, a ideia é muito feliz (MENDES, 1996, p. 253).

● **Previdência social:** Sobre este tópico Mendes (1966, p. 252-257) assinala que a previdência social em Angola na década de 1960 não previa o subsídio de desemprego, pensões de velhice e de invalidez quer para o que ele chama de “mão-de-obra” rural quanto para a especializada. Justifica tal ausência no fato de se pagarem salários muito baixos, no fato de “no trabalho rural as empresas agrícolas produtoras de tabaco e as cafeicultoras empregarem grande número de menores de idade e por se ter optado por uma política de vínculo de trabalho instável para o trabalhador uma vez que o governo e as empresas coloniais preferiam ter uma mão-de-obra periodicamente renovada”. Tal situação, segundo o autor, seria ultrapassada com a efetivação dos seguintes prognósticos:

Pre vemos que a elevação dos salários, o progresso na mecanização e o aparecimento de uma pequena indústria rural verificar-se-ão, progressivamente, no decurso da próxima década, e que neste período, muitos dos atuais trabalhadores rurais hão de obter colocação nas empresas industriais ou nos centros urbanos. A ser assim, um esquema que não abranja essa mão-de-obra, pelo menos em certas eventualidades de seguro deferido (pensão de velhice e de invalidez e subsídio por morte), obsta à criação de condições necessárias (capitalização) para que no futuro aos ex-trabalhadores rurais e à própria mão-de-obra não qualificada possam atribuir-se pensões de nível aceitável (MENDES, 1996, p. 253).

Desta feita, as modalidades de previdência social que estavam em vigor quando da institucionalização do Serviço Social em Angola para a mão-de-obra rural previam apenas apoio pecuniário em caso de doença e de maternidade, acidentes de trabalho e doenças profissionais. No caso da maternidade, segundo Mendes (1966, p. 254), “o apoio pode chegar aos três meses, sendo o primeiro pago por inteiro e os restantes por restante dos salários habituais”.

4.1.2.2 Mecanismos de aumento da produtividade da “mão-de-obra” especializada

Os rearranjos do governo e capitalista colonial para fazer frente às tendências de liberdade em curso no país visavam garantir o aumento da produtividade também à “mão de especializada”, mas com variações em relação às regras aplicadas ao trabalhador rural, conforme demonstra (MENDES, 1966, p. 277-443). Em linhas gerais essas medidas envolveram:

- **Definição de salários:** A definição da política salarial foi outra medida que o governo e o capitalista português tomaram face às pressões que viviam, pois tal como Mendes (1966, p. 312) reconhece, “*em Angola o problema salarial viveu um pouco à margem de toda evolução*”. O governo e capitalista colonial português habituados durante centenas de anos a lucrar à custa do trabalho escravo, uma vez obrigados pelas circunstâncias históricas a adaptar-se ao trabalho assalariado, viram-se confrontados com a definição de critérios para estabelecimento de salários e acréscimos relativos. “Tem sido tendência crescente a evolução dos salários dos trabalhadores especializados, nos últimos dez anos. Com base nas suas médias ponderadas, esses salários, de 1955 a 1964, aumentaram 47%, o que dá a média anual de 4,7%” (MENDES, 1966, p. 326),

Não obstante este relativo crescimento salarial, os critérios de sua aplicação eram subjetivos e segundo Mendes (1966, p. 313), embora no preâmbulo da última tabela de salários mínimo promulgada em Angola em 1959, antes dos confrontos que marcam o início da luta oficial pela independência, dizia a certa altura que,

[...] a dignificação do trabalho e a justa remuneração do trabalhador têm sido objetivos constantes do Governo, no elevado propósito de valorização da pessoa humana” e mais adiante estabelece que “a remuneração está ligada a manutenção do trabalhador, e da sua família, o alojamento, o vestuário, o calçado, a educação dos filhos e, de um modo geral o seu bem-estar (MENDES, 1966, p. 313).

Estas disposições legais embora enunciem o conceito oficial acerca da remuneração e do “salário justo” não definem concretamente o sentido de justiça, até porque no nosso entender tal aspiração humana é impossível com o assalariamento já que este não representa o valor total do trabalho, mas apenas parte dele. Entendemos que relacionar o salário à manutenção do trabalhador e da sua família, incluindo o alojamento, o vestuário, o calçado, a educação dos filhos embora não garanta o seu bem-estar no modo de produção capitalista, são também mecanismos necessários para a reprodução social do trabalhador e família e para a continuidade da própria exploração.

Além de tardia, a promulgação da política salarial em Angola também apresentava problemas como a indefinição da categoria salarial:

A insuficiência da referida tabela é flagrante. A simples menção de tão poucas profissões e categorias profissionais é elucidativa a tal respeito. Ignora muitas atividades já então existentes, como sejam os caminhos de ferro, a indústria mineira, a condução de automóveis, a construção civil, a montagem de instalações elétricas, os serviços de matadouros e talhos, etc., etc. (MENDES, 1966, p. 317)

Em Angola os salários mínimos no trabalho especializado são uma medida absolutamente necessária. Na realidade, o tradicional e ainda por muitos anos predominante sistema de formação profissional e o fenómeno urbanístico deixam sujeitos à eventual ganância ou carência de escrúpulos de certas entidades patronais os trabalhadores semiespecializados dos meios citadinos. De facto, uma vez que estes não dispõem de meios de subsistência além do salário, são forçados a aceitar as remunerações que lhes oferecem (MENDES, 1966, p. 319-320).

- **Qualificação ou formação profissional:** Reconhecida a insuficiência da política salarial e a necessidade de considerar as diferentes atividades que mesmo contribuindo para a mais-valia do colonialista português estavam fora da lista de profissões que o Governo colonial oficialmente designara; sentindo fortemente as ameaças que seu sistema de exploração vivia; sabendo que a aplicação dos salários com base em critérios subjetivos desencadearia revoltas que agravariam a situação já instável; e desejando manter a sua base ideológica e de exploração minimizando a tendência de crescente desmotivação e revolta dos trabalhadores angolanos com a

política pública salarial, o Governo reconheceu que a formação profissional era um instrumento necessário para a criação do que Mendes chama de “qualificação profissional”, ou de “avaliações das funções” que seriam a base de critérios objetivos para estabelecimento de salários.

Para tal empreitada era preciso o concurso dos trabalhadores sociais incluindo os Assistentes Sociais. Nesse contexto, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII teve um papel preponderante, como veremos mais adiante.

A classificação profissional na província pode afirmar-se que é inexistente, uma vez que, oficialmente, apenas são conhecidas 203 profissões. Note-se que essas profissões apenas estão designadas, não definidas. Nesta situação, é difícil ou mesmo impossível enquadrar com propriedade os trabalhadores nas profissões oficializadas, tão grande é a multiplicidade das atividades conhecidas e tão restrita a lista referida dessas profissões (MENDES, 1966, p. 275).

Na esteira de suas constatações em jeito desesperado de propor soluções Mendes continua:

Conhecida a preponderância dos salários entre as condições gerais do trabalho, é lógico que com a sua estruturação haja por parte das empresas cuidados especiais. O conceito que cada trabalhador faz da valia do seu serviço e do que seus companheiros executam é fator fundamental nessa estruturação. Se tal aspecto não for tido em consideração, é quase certo surgir descontentamento entre os trabalhadores a propósito da relatividade dos salários. E, devemos dizê-lo, descontentamento em parte justificável, já que os salários fixados sem recurso ao método da “avaliação das funções” obedecem, em regra, à subjetividade dos gerentes ou donos das empresas, à concorrência do mercado do trabalho e as pessoas que o executam (MENDES, 1996, p. 341-342).

Considerando as citações apresentadas, parafraseando Netto (2011), vê-se na verdade, que o estabelecimento da política pública salarial e de formação profissional foram mecanismos através dos quais

[...] o Estado burguês no capitalismo monopolista converte as refrações da questão social em problemas sociais. É assim que as condições que o marco do monopólio estabelece para a intervenção sobre os problemas sociais não destroem a possibilidade de enquadrar os grupos e os indivíduos por eles afetados numa ótica de individualização que transfigura os problemas pessoais. Esta inserção responde a própria dialética do processo social na moldura da sociedade burguesa madura e consolidada (NETTO, 2011, p. 36).

O que se passou em Angola na década da institucionalização do Serviço Social, com a exclusão na menção legal das profissões dos diferentes trabalhadores dos caminhos de ferro, da indústria mineira, da condução de automóveis, da construção civil, da montagem de instalações elétricas, dos serviços de matadouros e talhos, para citar apenas os que Mendes faz referência, e sua justificação por não possuírem certificação de tais competências, quer dizer culpabilizando os trabalhadores e individualizando a questão social, faz-nos de fato concordar com Netto quando constata e afirma que,

[...] a incorporação do caráter público da questão social vem acompanhada de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais. Na escala em que se implementam medidas públicas para enfrentar as refrações da questão social, a permanência das suas sequelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam (NETTO, 2011, p. 36)

A intervenção do Governo capitalista colonial na questão salarial e na formação profissional, tornando-as políticas públicas não só constitui um rearranjo em face da crise estrutural que experimentava, mas mecanismo de aumento de produtividade. Sobre isso Mendes, apontando saídas ao então Governo e capitalista colonial, sustenta:

A formação profissional não só é indispensável ao desenvolvimento económico, mas também constitui um dos mais importantes fatores de promoção social...em Angola, se nos é permitida a força de expressão a formação profissional é neste momento tão necessária como o influxo de capitais metropolitanos ou estrangeiro (MENDES, 1966, p. 344).

Numa clara preocupação e desespero face ao atraso e desatualização dos mecanismos de exploração do trabalho angolano pelo Governo e capitalista português, o autor continua: “já começam a surgir carências aqui e além, de custosa solução, relativamente ao trabalho especializado. Se não forem tomadas medidas especiais, corre-se o risco de a falta de artífices capazes entravar o própria crescimento industrial” (MENDES, 1966, p. 344).

Se numa primeira fase a formação do angolano de modo geral era reservada à iniciativa “caritativa” da empresa empregadora, tal processo podia ser um fator que dificultaria sua duradoura exploração e capacitação profissional uma vez que não competia a esta atribuir um certificado que garantisse a remuneração do trabalhador como profissional. Conosiderando ainda as convulsões que ameaçavam o sistema produtivo do capitalista

colonial, o Governo de então se viu obrigado a assumir tal processo como política pública, o que nos leva a concordar com Netto quando afirma que,

A experiência histórica revela, contudo, que não temos invariavelmente uma sequência regular, antes se configurando situações complexas: a perspectiva privada pode ganhar destaque em fases de crescimento, quando não há políticas sociais setoriais suficientemente articuladas ou ainda quando suas potencialidades coercivas não se mostram com um mínimo de eficácia, alternativamente, a perspectiva pública pode manter-se dominante em fases de conjunturas críticas, quando a intercorrência de agudas refrações da questão social com rápidos processos de mobilização e organização sócia – política das classes subalternas sinaliza possibilidades de ruptura da ordem burguesa (NETTO, 2011, p. 37).

Tal arranjo que levou o Estado a intervir nas refrações da questão social em Angola foi apadrinhado pela Igreja Católica, que movida pelos fundamentos da sua Doutrina Social acredita poder haver justiça no modo de produção capitalista. Para trabalhar neste conjunto de serviços-rearranjos, o “pai e provedor” Governo e capitalista colonial precisaram de trabalhadores sociais, especialmente Assistentes Sociais, que só foram gerados através do casamento com a “mãe e mestre” Igreja Católica. Sobre isso Mendes escreve:

A utilização de trabalhadores sociais ainda constitui exceção entre as empresas agrícolas da província. Algumas das maiores, com milhares de trabalhadores rurais, não dispõem de um único desses elementos tão úteis no serviço social. Mas já outras revelam interesse nos serviços de assistentes ou agentes de trabalho social. Em curso intensivo, levado a cabo pelo Fundo de Ação Social do Instituto do Trabalho, com o apoio didático do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, preparam-se cerca de duas dezenas de auxiliares de família, das quais uma parte foi logo absorvida por algumas empresas. Esta feliz iniciativa teve o condão de revelar que muitos dos responsáveis pelas empresas têm a noção da necessidade existente de um serviço social para os trabalhadores (MENDES, 1966, p. 237-238).

Para realçar a importância dos trabalhadores sociais no processo de manutenção da ideologia colonialista e do seu sistema de exploração, bem como o papel do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, o mesmo autor continua destacando: “as atuais dificuldades de recrutamento de trabalhadores sociais para os meios rurais deverão, dentro de breves anos, desaparecer à medida que o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII os vá formando”. (MENDES, 1966, p. 237-238).

Tais constatações são condizentes com os depoimentos das Assistentes Sociais formadas nesta época que entrevistamos, porém antes de nos determos em seus testemunhos e pontos de vista, vejamos ainda outros dois mecanismos de aumento da produtividade dos

trabalhadores angolanos especializados que ao mesmo tempo representam direitos sociais conquistados que demandaram a necessidade do Assistente Social.

- **Previdência social:** Outra “faca de dois gumes” utilizada pelo capitalista colonial em Angola e viabilizada através do seu “*comitê executivo*” - a previdência social. Face à crise do seu sistema ideológico de reprodução, para propiciar as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital colonialista portuguesa, a previdência social foi um desses mecanismos que funcionou como “faca de dois gumes”, pois se de um lado serviu à reprodução e valorização do capital, por outro também representou uma conquista embora simbólica de direitos sociais pelo trabalhador angolano. O papel do Estado neste processo faz jus ao que Netto afirma:

O Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista (NETTO, 2011, p. 26).

O capitalista colonial português, ciente dos riscos que representava o débil sistema de previdência social, fundamentalmente de tipo mutualista que apenas assegura alguns poucos direitos a quem ainda dispunha de capacidades para vender a sua força de trabalho, através do Estado viu-se obrigado a desdobrar-se num conjunto de medidas que garantissem a reprodução e manutenção da força de trabalho, pois como diria Netto,

O Estado como instância da política econômica do monopólio é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelida a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2011, p. 27).

Em Angola, de acordo com Mendes, o sistema de previdência social para os trabalhadores era quase ausente, tendo iniciado pelo mecanismo da mutualidade: “em Angola se começou pelo mutualismo. Foi a aplicação ao Ultramar do Decreto nº 1895, regulamentar das associações de socorros mútuos, que impulsionou o aparecimento e consolidação de várias dessas associações” (MENDES, 1966, p. 399).

Para as associações e empresas que tinham tal sistema de previdência social, Mendes (1966) atesta que a legislação da província (portanto Angola enquanto província do Ultramar) impunha a cobertura generalizada dos seguintes riscos sociais: seguro-doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais e abono de família.

Não obstante esta obrigatoriedade legal, a previdência mutualista em Angola era não apenas insuficiente mas também muito pouco aplicada pelas empresas que utilizavam critérios não objetivos para se acessar tais serviços. Tal constatação levou Mendes a reconhecer que,

Os fundamentos da previdência social atrás expostos [se refere a razões económicas, políticas, sociais e morais] têm plena aplicação em Angola. A posição presente dessa prometedora parcela portuguesa – integrada num continente em ebulição social e política, ela própria alvo das cobiças alheias e dos ataques de vários dos países do grupo afro-asiático, lutando ainda contra as incursões de terroristas que o estrangeiro apoia, abastece, estimula e acoita – imprime ao problema de previdência uma acuidade muito excepcional (MENDES, 1966, p. 410).

Neste trecho, retirado de uma obra escrita em 1966 por um ex-colono, fica clara a nossa hipótese segundo a qual o Serviço Social foi gerado por um contexto sócio-histórico marcado por pressões nacionais e internacionais por emancipação política e social, e que a profissão nasce no quando de um conjunto de instrumentos não só de aumento da produtividade mas também de aprofundamento dos mecanismos para perpetuar o sistema político económico vigente. Importa destacar que em 1966, enquanto outros países de África respiravam os ares da independência política de seus países, para Mendes (1966), nesta época Angola ainda continuava a ser uma “prometedora parcela portuguesa”, atribuindo a “ebulição social e política” às cobiças alheias e estrangeiras que tratam como “terroristas” os protagonistas de heróicas ações de luta pela emancipação política que custaram a vida de milhares de angolanos. Isto revela claramente como Portugal, já em meados da década 1960, ainda tentava manter o seu regime de exploração colonial capitalista, julgando tratar as mais altas e nobres aspirações humanas pela liberdade com simples reajustes de políticas públicas que requeriam, demandaram e deram significado social ao Serviço Social. Vejamos outras constatações:

Estamos, portanto, com mais de um décimo da população da província dependente do salário, interrogando-se dia a dia, consciente ou instintivamente, acerca do futuro, sobressaltando-se perante a hipótese de o respectivo chefe de família ser atingido por um dos riscos (desemprego, doença, invalidez, velhice e morte) que sobre ele impendem. Tal incerteza, esse sobressalto e as constantes dificuldades financeiras do

dia-a-dia criam um clima de insatisfação muito propício às atitudes extremas, ao ambiente social de descontentamento (MENDES, 1966, p. 410).

Face a tais constatações tardias, o autor apresenta a seguinte proposta, a nosso ver também tardia e incapaz de frear o ritmo da luta pela emancipação política e social dos angolanos: “Torna-se, pois, indispensável criar um esquema que assegure a esses trabalhadores e seus familiares a proteção contra alguns riscos apontados, que lhes retire pelo menos os mais fortes motivos de descontentamento e conceda o que a sociedade pode e deva dar-lhes” (MENDES, 1966, p. 410). Na senda de suas constatações e propostas o autor continua:

São, pois, razões de ordem política, que assumem uma premência muito excepcional, aliadas a válidos fundamentos de ordem moral e até a motivos de ordem econômica, que, em nosso critério, parecem aconselhar o estabelecimento de um sistema de previdência social na província (MENDES, 1966, p. 410).

Ação social no trabalho: Este era um outro direito conquistado, mas também mecanismo de aumento produtividade, que se aplicou aos trabalhadores especializados e requeriam o profissional do trabalho social. Mendes (1966), referindo-se à ação social no trabalho, afirma que a finalidade dos serviços sociais não é, exclusiva ou até principalmente, procurar o aumento da produtividade, mas sim: “Ajudar os indivíduos e os grupos a adaptarem-se às suas situações de trabalho e a satisfazerem as suas exigências [...] Incitar os responsáveis a adaptarem as situações de trabalho às exigências da justiça social e as necessidades sociais dos trabalhadores [...] Contribuir para um funcionamento mais perfeito da empresa pela melhoria da atuação do pessoal no seu conjunto” (MENDES, 1966, p. 413).

Estes serviços, ao visarem em primeiro lugar a adaptação dos trabalhadores às situações de trabalho e a satisfazerem suas exigências, procuram somente incitar e não obrigar o patronato a adaptar as condições de trabalho às exigências da justiça social, para que contribuíssem para o funcionamento perfeito da empresa.

Segundo Mendes (1966), a Ação Social no Trabalho, política que vai requerer a incorporação de Assistentes Sociais, foi criada através da Portaria Ministerial nº 4, de 30 de junho de 1962, em conjunto com o Fundo de Ação Social no Trabalho (FASTA), que era consagrado à manutenção de creches, dispensários e outras instituições similares, com o fim de amparar, proteger e alimentar as “crianças necessitadas”. Estava também destinado ao apoio financeiro de iniciativas de caráter caritativo (sopa dos pobres, albergues, casas dos

rapazes, internato feminino, asilo, etc), à assistência sanitária, à aquisição de medicamentos, aparelhos ortopédicos, etc. Segundo o autor, o FASTA desenvolvia atividades como fomento à habitação, cozinhas-refeitórios, pousadas para trabalhadores, centros de férias e casas do povo. Os Assistentes Sociais que estavam enquadrados nas empresas eram responsáveis por este tipo de serviços, cujos objetivos foram explicitados anteriormente.

4.1.2.3 A Igreja Católica em Angola face à “questão social” e ao avanço do socialismo

Não pretendemos com este título fazer uma descrição dos princípios que fundamentam o pensamento social da Igreja Católica, muito bem explanados nos diferentes documentos oficiais que constituem a Doutrina Social da Igreja. Na senda de identificar e analisar as determinações sóciohistóricas que estão na origem e permeiam a natureza do Serviço Social em Angola, esta abordagem visa somente buscar responder a seguinte inquietante questão:

Porque o Serviço Social em Angola nasce sob auspícios da Igreja Católica com a colaboração do governo colonial e no início da década de 1960? Que determinações sócio históricas estão na gênese do Serviço Social em Angola, lhe dão significado e permeiam a sua natureza?

Tendo já apresentado parte do conjunto de medidas dos “rearranjos” que o Governo e o capitalista adotaram face aos eventos de emancipação política e social dos angolanos, na busca de respostas a estas instigantes indagações consideramos necessário organizar esta parte do texto orientados pelas seguintes questões complementares:

- O que significava ou representava a Igreja Católica em Angola para os objetivos de Portugal colonial?
- Que consequências trouxe o problema da emancipação política e social dos Africanos em geral e de Angola em particular na consciência Católica Portuguesa?
- Qual foi o posicionamento da Igreja Católica em Angola e dos movimentos de libertação nacional? Como a Santa Sé interpretou este movimento face ao avanço do socialismo, do protestantismo e das religiões sincréticas nos países que ascendiam à independência na África?
- Que relação existe entre o entendimento da “questão social” pela Igreja Católica e a institucionalização do Serviço Social em Angola? É uma simples coincidência que a primeira escola do Serviço Social em Angola se chamasse Pio XII?

A distinta e diversa bibliografia consultada, que nos ajudou a ler o contexto nacional e internacional prévio e posterior à institucionalização do Serviço Social em Angola, em 1962, de modo mais direto Montenegro (2010), nos faz concluir que para uma análise de Angola nas décadas de 1950/60 não se pode prescindir de situar o papel da Igreja Católica, pois a encíclica *Fidei Donum* sobre “a Situação das Missões Católicas particularmente da África” divulgada pelo Papa Pio XII em 21 de Abril de 1957 lança as bases dos esforços da Igreja Católica a partir deste momento na África em geral. Nesses termos, o nome da primeira escola de formação de trabalhadores sociais (Assistentes Sociais, Educadores Sociais, Educadores de Infância, Monitoras de Infância) - Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII – não foi certamente mera coincidência, mas uma explícita homenagem àquele Papa da *Fidei Donum*.

Esta Encíclica referia-se ao “contexto histórico marcado pela Guerra Fria e pela gritante desigualdade que a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial havia criado, suscitando grande desenvolvimento de alguns povos deixando outros no subdesenvolvimento e muito mais pobres”. E continua apontando “a descolonização do continente africano sob base ideológica do socialismo em claro abandono às bases religiosas dos países colonizadores”. Foi neste contexto que a encíclica *Mater et Magistra* é publicada, em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum*.

A Igreja Católica viu-se obrigada a atualizar e reafirmar o seu Magistério sobre as questões novas e antigas que ressurgiam com nova roupagem nos “anos 1960”, se apresentando como “Mãe e Mestra da Humanidade”. Reiteradamente é reafirmada e ampliada a preocupação do Papa João XXIII com a situação da Igreja na África face às independências que “rompiam” com a religião dos países europeus colonizadores, abraçavam o socialismo e permitiam o avanço do protestantismo e das religiões Africanas, situação já demonstrada em 1957 na encíclica *Fidei Donum*, revelando uma política mundial da Igreja contra o comunismo, o “espiritismo” e o protestantismo, com fortes repercussões na África.

Nestas encíclicas, apoiando-me em Montenegro (2010), a Igreja em todo mundo é convocada, “padres europeus, americanos do Norte e canadenses são convocados para atuar inicialmente na África e em seguida na América Latina, onde há, segundo a Igreja, carências de vocações sacerdotais”. Esse fato, continua Montenegro, “associado ao avanço dessas três forças – comunismo, espiritismo e protestantismo -, é visto como um grande perigo para a Igreja, que corre risco de perder a hegemonia religiosa sobre a população desses continentes”. O convite do Papa é dirigido nestes termos: “se alguma diocese pobre ajudar a outra, não se tornará mais pobre por isso; seria impossível. Deus não se deixa vencer em generosidade” (SANTA SÉ, Encíclica *Fidei Donum*, n. 27). Continua o Papa:

Alguns bispos; embora lhes custe, consentem em que um ou outro sacerdote saia da diocese para ir, por algum tempo, pôr-se à disposição dos ordinários da África. É grande esse auxílio, exortamos-vos de bom grado a essas oportunas e frutuosas iniciativas. Se prudentemente preparadas e realizadas, trarão inapreciáveis vantagens à Igreja católica na África, portadora de tantas dificuldades e esperanças (SANTA SÉ, Encíclica *Fidei Donum*).

No final da década de 1950, concretamente em 1957, o Papa Pio XII, já convocava os padres europeus, por intermédio da encíclica *Fidei Donus*, a ajudar os países africanos. Este convite, segundo Montenegro (2010), revelava por parte do Papa “um grande receio de que, em face do reduzido número de padres naquele continente, ele fosse subsumido pelo comunismo”. (MONTENEGRO, 2010).

Como se pode notar, este movimento em relação à África estendeu-se a outros continentes pois o Papa João XXIII, que sucedeu a Pio XII em 1958, reforçou o convite à colaboração do clero de alguns países em que existia em número significativo, tendo em vista a necessidade de socorrer a Igreja da América Latina numa cruzada contra o comunismo, o espiritismo e o protestantismo (MONTENEGRO, 2010).

Tal constatação faz sentido porque como veremos mais abaixo a maior parte das congregações religiosas presentes em Angola chegam nessa época, portando em atendimento ao convite Papal e não por mera coincidência. Por esta razão, defendemos que para compreender o porquê de o Serviço Social em Angola nascer sob os auspícios da Igreja Católica em aliança com o Governo colonial português em 1962, e como isso pode permear a natureza da profissão hoje é preciso primeiro analisar como a história responde às seguintes questões.

1. Qual foi o papel da Igreja nas colônias africanas, em particular em Angola, sobretudo na década próxima da institucionalização do Serviço Social? O que significava ou representava a Igreja Católica em Angola para os objetivos de Portugal colonial?

De acordo com Matos (s/d) em sua obra *Guerra Colonial 1961-1974* e no mesmo espírito encontramos referências em Murargy, (s/d), Gabriel (1978), CEAST (1990), Muaca, (1991), Agência Eclésia (2009), a Igreja Católica teve papel decisivo na ascensão e na queda do colonialismo português durante o Estado Novo (1926-1974). Matos continua sublinhando que a aliança entre a administração pública portuguesa, as Forças Armadas portuguesas e a Igreja Católica criara um Estado de ordem moderno, assente no monopólio da soberania daquelas três instituições.

O Estado Novo tinha desde o seu início a defesa das colónias como um dos objetivos, considerando como inimigos quaisquer elementos na metrópole, no ultramar ou no estrangeiro que representassem antagonismo com os objetivos de Portugal. Matos observa que também neste campo foi decisivo o papel da Igreja na aliança. O seu símbolo era o Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé assinado no mesmo dia da Concordata, em 7 de maio de 1940, e que vigorou enquanto se manteve a soberania portuguesa na África, neste caso também em Angola.

O Acordo concedia ao Governo o direito de vetar as nomeações de bispos residenciais, subordinava todos os missionários àqueles prelados, entregava todo o ensino elementar dos indígenas (entenda-se os angolanos pretos) à Igreja Católica e obrigava o Estado a financiar as missões. O apoio do Estado à Igreja decorria do fundamento de que o Estado era laico e a Igreja civilizadora. A Igreja, de acordo com as concepções da época e reforçada pela encíclica *Mater et Magistra*, aceitava de bom grado este papel uma vez que se auto definia como mãe e mestra, e percebia que para evangelizar era necessário civilizar e civilizar para o Governo colonial significava aporuguesar. Nesses termos não surpreende que a proposta de criar uma escola que formasse técnicos sociais para implementar os vários mecanismos de exploração e de rearranjos para apaziguar as sanguinárias revoltas de angolanos que se batiam para sua emancipação política e social tivesse o imediato apoio do Governo colonial português.

Matos continua constatando que a maior parte do financiamento do Estado às missões católicas ia para as escolas. O colonialismo português necessitava delas devido à presença das missões protestantes, quase exclusivamente estrangeiras e tidas pela maioria dos quadrantes políticos portugueses como ameaça desnacionalizadora. Mas, por muito que as execrassem, não podiam proibi-las porque o Ato da Conferência de Berlim garantia, desde 1884, a liberdade de instalação de missionários. O Estado precisava também das missões católicas, pois elas foram até ao começo dos anos 1960 a única presença visível e produtiva da soberania portuguesa em grande parte de vastos territórios angolanos, ignorados pela administração pública e pelas empresas portuguesas, conforme afirma Matos. A Igreja Católica, por sua vez, dependia e muito dos recursos do Estado já que acreditava que com eles podia contribuir para uma melhor redistribuição da riqueza aos mais empobrecidos e assim criar uma sociedade justa nos termos da sua doutrina social e dos princípios evangélicos.

Fruto desse interesse bilateral entre o Governo colonial e a Igreja, segundo Matos, o começo das independências em África não impediu a Igreja Católica em Portugal de continuar a apoiar a presença portuguesa na África, o que é demonstrado eloquentemente pela atitude dos Bispos de Portugal quando aos 13 de Janeiro de 1961, nove dias depois dos massacres dos

heróis da Baixa de Cassanje em Malanje e da eclosão oficial do conflito em Angola pela independência, uma nota do episcopado da metrópole redigida pelo cardeal Cerejeira afirmava: “A guarda e conservação e desenvolvimento da herança, que todo o Portugal considera ter-lhe sido confiada pela Providência, está no ‘sentido’ da sua história, tem a significação e o valor de serviço ao homem, à família, à sociedade, à ordem, à civilização, ao mundo” (Matos, s/d).⁴

O episcopado português deixou claro desde o início da guerra que não aceitaria qualquer contestação católica africana à política do Governo. O autor reafirma que na sequência da «perda de Goa» os bispos voltaram ao tema na «Nota Pastoral de Confiança e Exortação Nacional», reafirmando que não terminara a «missão histórica de Portugal [...] e acentuando a obrigação de «obedecer constante e lealmente à autoridade pública», tanto mais que o comunismo [...] assesta contra a nossa pátria todas as suas peças de assalto». (20 de janeiro de 1962).

2. Que consequências trouxe o problema da emancipação política e social dos Africanos em geral e de Angola em particular na consciência Católica Portuguesa?

Segundo Matos (s/d) o problema africano dividiu profundamente a consciência católica portuguesa, divisão que ocorreu tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas, para usarmos a terminologia do autor.

Matos constata que em Portugal a questão colonial desperta cedo uma sensibilidade particular nas correntes católicas oposicionistas ao colonialismo. Menciona nomes como de António Alçada Baptista e Francisco Lino Neto que não assinaram o Programa para a Democratização da República (1961) por considerarem que faltava uma referência ao direito à autodeterminação.

No seio Católico Português, segundo Matos, as primeiras manifestações de anticolonialismo foram clandestinas e menciona a título de exemplo o boletim «Direito à Informação», iniciado em 1963 na esteira da encíclica «*Pacem in Terris*», do Papa Paulo VI, e que dava particular relevo às questões coloniais.

O desenvolvimento de ações anticoloniais católicas acentuou-se depois da conclusão do Concílio do Vaticano II. Matos destaca que em 1970 o padre Mário Pais de Oliveira, pároco de Macieira de Lixa na diocese do Porto, é julgado no Tribunal Plenário daquela

⁴ MATOS, Luís Salgado de. Guerra colonial. Disponível em: <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=210>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

cidade por ter criticado nas suas homílias a guerra da África e sustentado o direito à independência.

O Dia Mundial da Paz, coincidindo com o dia de Ano Novo - iniciativa das Comissões Justiça e Paz criadas por Paulo VI -, passou a polarizar a luta anticolonial de setores católicos. A maior parte dos bispos portugueses não institucionalizou aquelas comissões diocesanas ou manteve-se em surdina para evitar problemas com o Governo, conclui Matos.

Outro sinal eloquente da posição da Igreja de Portugal em acordo com o Governo colonial face à “questão social” e o modo do seu enfrentamento foi a presença dos capelães militares que, segundo Matos, constituíram um obstáculo de fixação dos opositores católicos à guerra de libertação, pois simbolizavam a aliança do trono e do altar, o apogeu do catolicismo constantiniano que o Concílio do Vaticano II viera ultrapassar. Alguns capelães militares, sobretudo no começo da guerra pela libertação de Angola, proferiram declarações patrióticas e belicistas, cujo caráter mais político do que religioso haveria de ser sublinhado. Embora as suas atividades concentraram-se no apoio moral e religioso às tropas portuguesas, sendo esporádicos os contatos com a população africana, sua presença era simbólica na aliança entre governo colonial e Igreja Católica Portuguesa e uma clara oposição para os setores clericais anticolonialistas.

Porém tal incursão ao anticolonialismo do governo colonial Português e de alguns setores da Igreja Portuguesa não intimidou outros setores da Igreja em Portugal e em Angola que defendiam a emancipação política e social dos angolanos e a ampliação dos direitos. A escola do Serviço Social Pio XII sofrerá com estas posições e se constituirá mesmo num campo de lutas ideológicas. Por não ser nosso objetivo aflorar este detalhe, neste trabalho não aprofundamos esta vertente necessária à compreensão do Serviço Social em Angola, embora alguns dados que colhemos e dispomos, como veremos, nos permitem afirmar que o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII e o trabalho dos Assistentes Sociais da época era marcado com as posições pró e anticolonialismo. Vejamos:

3. Como as posições pró e anticolonialismo entre os Católicos Portugueses vão se repercutir em Angola? Em que medida as mudanças operadas pelo Concílio Vaticano II favorecem o surgimento da primeira e única escola de Serviço Social em Angola e o alargamento de outros direitos sociais?

Depois do Concílio a Igreja de Angola constituiu a sua própria conferência episcopal e, assim, tornou-se “independente” da metrópole colonizadora. O Concílio do Vaticano II propôs um modelo de evangelização centrado na «inculturação» da fé católica e,

consequentemente, rejeitou a “civilização” como condição da cristianização. Ora se na concepção do Portugal colonial civilizar era sinônimo de aportuguesar, não sendo mais condição *sine qua non* aportuguesar para evangelizar, ou seja, podendo-se desde agora evangelizar sem aportuguesar então se podia evangelizar angolanizando. E neste caso o trabalho na formação dos técnicos sociais no Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, que nascera a princípio apenas para formar quadros executores do conjunto de políticas sociais, na lógica de civilizar/aportuguesar passa a ser também um espaço de disputa entre civilizar/aportuguesar e civilizar/angolanizar. Portanto, “o Concílio do Vaticano II ao propor um modelo de evangelização centrado na «inculturação» da fé católica favoreceu o desenvolvimento de um clima de circulação internacional das ideias e de crescente desapego da Igreja aos Estados nacionais e ao colonialismo e a presença dos missionários estrangeiros Católicos e não Católicos reforçou este clima”, conclui Matos.

De acordo com o autor, a Igreja Católica manteve em ambos os territórios (Angola e Portugal) silêncio sobre a condução da guerra e o direito à autodeterminação e, dia após dia, esta omissão era vista internacional e nacionalmente como apoio ao regime português. Esse silêncio foi atacado por uns e defendido por outros. O nosso autor continua:

A eclosão do conflito e a afirmação do direito à autodeterminação constituíam desafio para o qual os missionários portugueses estavam mal preparados (...). Nos seminários, na metrópole, tinham-lhes inculcado que Portugal era católico por essência, que a sua grande função era missionar, civilizando, que Salazar se ajustava a este desígnio - e tinham ocultado qualquer aspecto negativo da sua ação. (MATOS, s/d)

Uma vez em África, ensinavam os indígenas a ler, medicavam-nos, assistiam-nos e defendiam-nos dos excessos da administração e dos colonos, mas a sua escassa cultura política não lhes permitia interiorizar a reivindicação da independência. (MATOS, s/d)

Com este grupo de missionários pró-colonialismo defronta-se outro pequeno agrupamento constituído pela minoria de sacerdotes angolanos, cujo ícone é Joaquim Pinto de Andrade e o Cardeal Alexandre de Nascimento, que foi professor no Pio XII, e por um número também reduzido de padres portugueses cuja referência é o venerado Cônego Manuel Joaquim Mendes das Neves, mais próximos culturalmente do espírito do Concílio Vaticano II e das encíclicas Papais da época, mormente a *Populorum Progressio*.

Para demonstrar a veracidade da existência de divergências entre os missionários pró e anticolonismo, essas posições repercutiram no modo de pensar e fazer a pastoral social, conforme Matos adverte:

O começo das hostilidades em Angola, em janeiro, fevereiro e março de 1961, foi seguido de perseguições às igrejas protestantes consideradas aliadas dos «terroristas» - e da repressão do clero africano da arquidiocese de Luanda. O vigário-geral, monsenhor Manuel Mendes das Neves, (Cónego Manuel das Neves) foi preso (e morreu, exilado em Portugal, em 11 de dezembro de 1966), sendo os restantes padres desterrados para Portugal. Entre eles, o atual cardeal Alexandre do Nascimento e Joaquim Pinto de Andrade. A sensatez do espiritano D. Moisés Alves de Pinho, o chefe da Igreja em Angola (1932-1966), que condenou os excessos da luta anticolonialista, sempre aplicou a doutrina social da Igreja e soube pilotar a africanização dos quadros, apesar da oposição oficial. Contribuiu para amortecer os conflitos entre a Igreja e o Estado português e entre o clero angolano e as outras igrejas africanas, mas não os evitou totalmente (MATOS, s/d).

Na linha de constatação e demonstração dos antagonismos entre os membros do clero Católico em Angola, sobre a “questão social” e o modo do seu enfrentamento, Matos prossegue:

Em dezembro de 1972, o espiritano padre Jorge Sanches publicou na revista católica «Spiritus» um artigo a acusar os bispos de «incapazes de tomar a peito a liberdade da Igreja e a defesa dos oprimidos» o primeiro ataque católico internacional à Igreja católica em Angola. Respondeu-lhe o arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel, apoiado pelos superiores espiritanos locais: os bispos de Angola têm tido quase uma «obsessão» pela «questão social», e defender a independência política seria «cair em novo clericalismo». Aquelas oposições não abalaram a unidade do episcopado angolano, que viu a sua posição conciliadora legitimada pela nomeação, estimulada pela Santa Sé, contrariada por Lisboa, do primeiro bispo negro da evangelização moderna portuguesa, D. Eduardo André Muaca (auxiliar de Luanda, 1970; residencial de Malanje 1973) (MATOS, s/d)

A divergência de pontos de vista sobre a “questão social” em Angola e os modos de seu enfrentamento vai repercutir não só na nova e única escola de formação de trabalhadores sociais em Angola - o Instituto de Educação e Serviço Social em Angola - mas também no azedar das relações entre o Governo de Portugal e a Santa Sé. Mendes destaca aqui um fato histórico sobejamente conhecido:

O colonialismo português esteve também no centro do agravamento das relações entre o Governo de Lisboa e a Santa Sé. Em 5 de Julho de 1969, a Frelimo (Urias Simango), o MPLA (Agostinho Neto) e o PAIGC (Amílcar Cabral) tinham dirigido uma carta aberta ao simpósio dos bispos africanos: acusavam a Igreja Católica romana de «apoiar explicitamente» a guerra feita por Portugal e condicionavam a

«atitude futura» dos seus povos face à Igreja, de acordo com a «posição que a Igreja hoje tomar». Era difícil falar mais alto e ser mais claro. Em 1 de Julho de 1970, Paulo VI recebeu dirigentes daqueles movimentos nacionalistas: Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, tendo a audiência provocado uma tempestade nas relações entre Lisboa e a Santa Sé (MATOS, s/d).

Segundo Matos (s/d) “a ruptura estava iminente, só não ocorreu porque o Vaticano declarou que aqueles dirigentes foram recebidos na qualidade de cristãos, tendo o Governo português preferido aceitar esta pia justificação”, e não como líderes nacionalistas que defendiam não apenas a melhoria de condições de vida dos Africanos mas sobretudo o direito a sua autodeterminação como povo livre do colonialista português.

Do ponto de vista da formação e atuação dos trabalhadores sociais que o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII formava, a divergência de pontos de vista sobre a “questão social” em Angola e os modos de seu enfrentamento também terão os seus reflexos na nova e única escola de formação de trabalhadores sociais. Esta contradição não será em relação ao eixo central ideológico desta instituição participar no processo de construir um mundo justo, muito bem desenhado nos evangelhos e na doutrina social, mas em relação ao significado desse mundo justo e ao modo como estes quadros participariam em tal construção:

1. Para alguns, os trabalhadores sociais formados participariam na construção de um mundo justo fornecendo à população empobrecida o conjunto de serviços que Portugal adotara como políticas públicas, também chamados por Mendes de “mecanismos de aumento da produtividade”, mas sempre reafirmando que Portugal recebera “a missão divina de civilizar/aportuguesar”;
2. Para outros, os trabalhadores sociais formados no Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII participariam na construção de um mundo justo, fornecendo o conjunto de serviços enquadrados nas diversas políticas públicas e civilizar sem aportuguesar, mas sim angolanizando. Estes tinham como fundamento as orientações da inculturação do Vaticano II e aqueles resistiam com o argumento do avanço do socialismo e do protestantismo.

No campo da formação e da prática profissional dos trabalhadores sociais também se colocavam problemas sobre a visão de promoção e desenvolvimento humano e de comunidades. Vejamos os depoimentos da Assistente Social A2:

Meu filho, não sei se tens tempo e se entendi bem suas curiosidades, creio que sim...nós precisamos sentar e falar. Bem, nós já não temos forças, mas vocês têm

ainda energia, e você pode, você deve, você tem que fazer isso...Depende, vamos aos poucos. Você devia entrevistar o Cardeal Alexandre, ele foi professor no Pio XII, mas depois deixou...Porque deixou a gente não sabe direito...Aquele mais velho tem muito para dizer, mas pronto (silêncio) ...mesmo nós quando íamos às comunidades tinha lá agentes da PIDE infiltrados, para verem o que ensinávamos e o que fazíamos...eles já desconfiavam... (silêncio) Claro! Eles conheciam os professores que tínhamos...

Quando chegou o DC...Isso mesmo, Desenvolvimento Comunitário, nós fizemos um lindo trabalho de comunidades...mas meu filho o que significava Desenvolvimento Comunitário naquela época de convulsão política? O que? Bem, havia até entre nós, (silêncio) isso dependia:

Para uns era ensinar as mães pretas nos cuidados de saúde e tudo mais, alinhar as residências na construção, fazer o trabalho social com os trabalhadores e nada mais! Para outros, DC era tudo aquilo e mais outra coisa...por exemplo informar o que estava a acontecer no Norte e porque, como responder com alguns patrões, dar panfletos proibidos, ensinar práticas de higiene, mas lavando a cabeça do angolano? Alinhar as casas mas entortar as consciências? Enfim, fazíamos tudo isso...o feitiço há vezes que virava para o feiticeiro. Mas pronto, desviei demais, ve nisso o que dá.

4. Que relação existe entre o entendimento da “questão social” pela Igreja Católica e a institucionalização do Serviço Social em Angola?

A análise das várias informações coletadas encoraja-nos a afirmar que a implantação de diferentes serviços sociais enquadrados nas políticas sociais, além de servirem aos direitos sociais conquistados pelos angolanos também se constituíram em “mecanismos de aumento da produtividade”. É nossa convicção que foi exatamente sua concepção e execução que demandaram a institucionalização do Serviço Social em Angola com a criação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, ao mesmo tempo em que o Concílio Vaticano II destruiu o modelo de missionarismo no qual tinha sido formado o clero que estava em Angola. Com o Concílio os missionários passaram agora a ter o dever de implantar a “Revelação Evangélica” nas culturas locais, ficando proibidos de as subverter pela civilização ocidental. A adaptação seria rápida, mas difícil, e um dos seus frutos viria a ser o reforço dos catequistas africanos e a criação na prática de estruturas eclesiais inovadoras, o que foi realizado em clima de guerra.

Conforme se pode constatar em alguns depoimentos a seguir apresentados, neste conjunto de estruturas eclesiais inovadoras encontramos a primeira escola de Serviço Social em Angola. Porque como diz Matos “a obra das missões fora assinalável nos campos do

ensino, da saúde e da assistência, para este trabalho social, a Igreja via-se cada vez mais necessitando de pessoas formadas”.

De acordo com as diferentes fontes consultadas sobre o assunto, sejam orais ou escritas, como Matos, (s/d), Murargy, (s/d), Gabriel (1978), CEAST (1990), Muaca, (1991), Agência Eclésia (2009) para citar apenas alguns, e como se constata em alguns depoimentos dos entrevistados, a população que os missionários evangelizavam estava estratificada. Os brancos naturais de Portugal tinham mais privilégios do que os naturais de Angola. Os mestiços (assimilados por natureza) tinham direito ao ensino oficial, mas não ao serviço militar. Os pretos que sabiam ler e escrever eram assimilados por promoção e tinham os mesmos direitos que os mestiços.

Para prestar serviço religioso aos três grupos estavam os padres Diocesanos (europeus, euroafricanos e assimilados), com estruturas paroquiais à maneira de Portugal. Os indígenas (pretos que viviam segundo os usos tradicionais) estavam entregues aos missionários religiosos, salvo raras exceções. As relações entre os diversos grupos sociais eram teoricamente abertas, mas na prática cada um procurava conviver com pessoas da sua condição social. A condição do assimilado era a mais dramática. Não convivia nem com o europeu nem com o indígena, atesta Monsenhor Alves da Cunha.

Considerando que a educação “formal ocidental” era um fator de promoção social, podendo o angolano por isso sair da classe de indígena, portanto de não-cidadão para assimilado, o que representava acesso a alguns direitos; e porque a educação é um fator de clarificação da consciência política, o ensino indígena foi sempre negligenciado e temido por todos os governos coloniais. Portugal confiara a instrução dos indígenas às Missões Católicas, mas sem lhes atribuir verbas para isso. Os missionários alfabetizaram Angola à suas custas.

A situação do financiamento da educação do angolano indígena mudou um pouco depois de 1961 com a assinatura dos acordos entre Portugal e a Santa Sé, mas estava longe de corresponder às necessidades da população indígena. O ensino indígena começou por se chamar *ensino rudimentar* e durava três anos. Depois passou-se a chamar *ensino de adaptação* com duração também de três anos. Em ambos os casos, no terceiro ano, a criança podia fazer o exame oficial. Mas, na prática, não o fazia, pelo fato dos pais não poderem apresentar “Bilhete de Identidade” por serem indígenas.

Os missionários sofriam com os entraves que encontravam na promoção dos indígenas já que a instrução era também necessária para o aprofundamento das questões da fé católica mas para o Governo colonialista português, as Missões eram um meio não apenas de difundir o catolicismo (religião oficial do país), mas de promover as populações. A escola, a oficina e

o trabalho rural eram atividades que não faltavam na grande maioria das Missões. A Missão era frequentemente o único centro de ensino intelectual e profissional para a grande maioria das populações rurais, destaca a Agência Eclésia.

A guerra da independência, que durou 14 anos, trouxe grandes sofrimentos e muitos benefícios. Foi extinta a Lei do Indigenato. As escolas oficiais foram abertas a todos. Os contratados começaram a ser tratados com mais dignidade. Construíram-se estradas e aeroportos. Na década de 1960 a fuga das populações rurais para as cidades motivou especial atenção por parte da Igreja. Neste trabalho de evangelização foi notório e imprescindível o papel desempenhado pelos catequistas. Começou a elaborar-se para eles uma formação cultural, pedagógica e religiosa em cursos de dois anos, já segundo as orientações do Vaticano II. A construção de igrejas nas cidades e sedes de Missão revela florescimento religioso. Proliferaram igualmente os Movimentos católicos: Apostolado da Oração, Legião de Maria, Cursos de Cristandade, Conferências Vicentinas, Escuteiros.

Em 1961 foi fundado o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, em Luanda, com orientação católica. Este Instituto formou durante anos assistentes sociais, educadoras de família e da infância.

A Igreja Católica sob inspiração bíblica e neotomista, por via dos Documentos da Doutrina Social da Igreja, interpreta o confronto e o conflito entre o capital - representado pelo colonialista português - e a classe indígena, - autóctone primeiro reduzida à máquina escrava da produção e agora super explorada no trabalho assalariado - como um problema moral consubstanciado no mau uso do direito “divinal” e “natural” à propriedade privada. E portanto face as tendências de respostas que a sociedade em geral oferecia a esta contenda (capitalismo ou socialismo), entendendo que a propriedade privada é um direito “divinal” e “natural” desde que iluminado por princípios evangélicos resumidos na Doutrina Social da Igreja cuja expressão máxima é a *Rerum Novarum*, *Populorum Progressio*, *Mater et Magistra*, e *Pacem in Terris*, neste quadro a Igreja Católica cria a primeira Escola do Serviço Social em Angola, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, cujos formandos Assistentes Sociais e outros seriam como que a “luz nas trevas”, o “fermento na massa”, o “sal da terra”, pois uma vez selecionados com base em critérios de *competência* (conclusão do liceu ou equivalente) e de *pureza ética* (ser indicado pelo pároco ou ser considerado eticamente equilibrado) e formados com *base técnica*, estes quadros contribuiriam para a construção do mundo justo tal como idealizado pelo Catolicismo.

Passado não muito tempo as mudanças trazidas pela conjuntura política e no seio da Igreja pelo Concílio Vaticano II sobre a necessidade da inculturação do evangelho trouxe

como fundamento legal e explícito as tendências de setores do clero em Angola, majoritariamente composto por angolanos e uns poucos estrangeiros, sobre o que significava evangelizar. A partir de então evangelizar compreendia civilizar e promover a dignidade da pessoa humana e dos povos, porém este processo não significava necessariamente aporuguesar. Pelo contrário, evangelizar implicava também o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, evangelizar significava também libertar.

Este movimento rapidamente teve repercussão na formação dos trabalhadores sociais. Senão de modo oficial e direto por via dos currículos, o foi indiretamente por via de alguns professores e por via do trabalho de muitos técnicos que nos seus espaços sócio ocupacionais, sob muitos riscos, souberam e puderam desenvolver ações que iam contra a ordem vigente despertando e agudizando os mais profundos e humanos sentimentos de liberdade sempre presentes entre os angolanos. Tal constatação real, factual e histórica da realidade sobre a institucionalização do Serviço Social em Angola, faz-nos concordar com Iamamoto (2014) quando se refere ao carácter contraditório do trabalho do Assistente Social na sociedade capitalista e alerta dizendo que é,

[...] importante considerar que os organismos institucionais dependem da adesão, pelo menos passiva, de seus agentes, para a consecução das metas e estratégias de classe que implementam. Se o Assistente social, enquanto trabalhador assalariado, tem o dever responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de uma relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais; ele é corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades pelas formas de conduzi-las. A imprecisão quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidade de redefinição de suas estratégias de trabalho. (IAMAMOTO, 2014 p. 129)

Na senda de procurarmos compreender as determinações sóciohistóricas que demandaram a institucionalização do Serviço Social em Angola e permeiam a sua natureza, trazemos os depoimentos de três Assistentes Sociais formadas na época colonial. Como fizemos referência em relação a apresentação dos dados, os nomes civis das nossas entrevistadas foram conservados em segredo tendo-se atribuído “fictícios” aos nossos participantes de modo a garantir a confidencialidade das suas informações.

Em relação ao **contexto sóciohistórico da institucionalização do Serviço Social em Angola**, transcrevemos os depoimentos a seguir.

Depoimento da Assistente Social A1 colhido em janeiro de 2015:

No início da década 60, concretamente em 1962, portanto época colonial e de lutas de libertação, você já sabe o que significa... O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, que leccionava Serviço Social, cursos médios de educadores de infância e sociais e cursos básicos de monitores de infância e auxiliares de família é a primeira escola de Serviço Social em Angola. Consulte a dissertação de mestrado da professora Felisbela, Amor.

Depoimento da Assistente Social A2 colhido em janeiro de 2015:

Olha, Pio XII foi a primeira instituição particular e superior de Angola. Chamou-se de Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII foi criado pelo Decreto no 44.159/62, de 18 janeiro e com a posterior Portaria nº 12.471/62 de 03 de dezembro. Teve o seu início de formação em janeiro de 1963, ano letivo 1962/63 e formou os primeiros Assistentes Sociais em Luanda, nomeadamente Maria Cândida Lopes, que depois da independência foi nomeada diretora do Instituto aquando da nacionalização pelo Governo. Após um período em que o instituto foi gerido por uma comissão sob a coordenação do Antropólogo Mesquitela Lima, professor. 1977, foi a altura do encerramento do Instituto por razões político-administrativas...veja documentos do I Congresso do MPLA.

O Instituto surgiu da necessidade de técnicos sociais e de infância que não existiam (existiam somente duas Assistentes Sociais em Luanda, uma das quais a trabalhar na fábrica de cerveja CUCA) em Angola, aquando do rebentar da guerra no Norte de Angola. Por esta ocasião foi formada em Luanda uma Comissão de Apoio e Assistência para as pessoas que fugiam aos massacres e se refugiavam aqui, ou queriam ir para Portugal, nomeadamente crianças...SOS, Cruz Vermelha, Cáritas, IASA, etc., a que se juntou um grupo de Assistentes sociais e Educadoras de Infância normalmente ligadas às Escolas de formação Portuguesas (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e outras) encaminhadas pelo Ministério do Ultramar, grupo este que passou a superintender toda a ação social. Logo de imediato formaram um curso de cerca de dez meses na área social e de infância e no ano seguinte foi autorizada a abertura do IESS-PIO XII, pelas mesma técnicas, com apoio do IASA, para onde a maior parte dos quadros eram direcionados fazendo assim a cobertura das necessidades de técnicos a nível de todas as instituições de infância, de jovens, adultos com carências em todas as áreas sociais: alimentação, ensino, habitação, assistência médica e medicamentosa dentro e fora de Angola. Estes primeiros alunos foram cooptados a nível de algumas instituições como o Ministério do Trabalho, o IASA, Caminho de Ferro de Benguela, para esta formação, para onde voltaram e 4 anos depois voltaram para completar um ciclo normal então já em funcionamento.

O Instituto Pio XII, apesar de assim se chamar e de ter todo o apoio e influência da Igreja Católica de Angola, não era uma Instituição da Igreja, era uma instituição particular, que subsistia de doações do Governo, da Fundação Caloust Goulbenkian, de subsídios dos Bispos e Missões, entidades particulares, etc., o que lhe permitiu até, construir o edifício onde hoje funciona o Instituto Superior João Paulo II. Fizeram parte do primeiro grupo de Assistentes Sociais, Dra. Maria Palmira Duarte que no Ministério do Ultramar coadjuvava o Ministro Adriano Moreira, nos assuntos dos Institutos de Serviço Social aberto em Angola e noutras Províncias Ultramarinas, Maria Gabriela Ferreira, Maria Susana de Almeida (Madre, Assistente Social e formada em Louvain em Políticas Sociais), Maria Isabel Pimentel (tia da Pimentel que conheces das publicações por nós usadas), tendo sido esta a primeira diretora do IESS-Pio XII e secundada dois anos depois

por Maria Susana de Almeida que dirigiu a instituição até que abandonou Angola em Julho de 1974 (...silêncio, tristeza). Acompanhada de quase totalidade de professores e alunos do Pio XII, pelas dificuldades de compreensão e aceitação do modo como se processou o período muito turbulento anterior à independência de Angola, com forte repercussão a nível do ensino superior em Luanda (Universidade) e como tal também no Pio XII.

Depoimento da Assistente Social A3, colhido em janeiro de 2015.

Amor, a formação de Assistentes Sociais em Angola só começa com o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII e este facto marca sim a institucionalização do Serviço Social. Mas isso não significa que não existia Assistentes Sociais portugueses em Angola. Para entenderes bem precisas primeiro saber porque começaram a vir Assistentes Sociais Portugueses em Angola, tenho que te explicar o contexto sócio histórico que surge o Pio XII:

Na década 50, o governo Português estava a implementar os colonatos nas províncias ultramarinas, pelo menos em Angola e outras de África, era uma espécie e estratégia de povoar as colónias com brancos ou pelo menos de fortificar a presença branca nessas colónias. Porque nesta década Amor, vamos lá você sabe bem...pois, os brancos quando chegavam de Portugal recebiam terras, meios de subsistência e cada vez mais os angolanos eram empurrados para as áreas secas, inférteis. Os primeiros Assistentes Sociais vieram exatamente para Angola para apoiar estes brancos que estavam nos colonatos que se criavam (Sela, Kakonda, Banca, Moxico, etc.,) porque eles traziam crianças e esposas.

O trabalho dos Assistentes Sociais para estes brancos era uma espécie de benefício social para esta camada de brancos. Meu filho, esta presença cada vez maior dos brancos aumentou também os maus tratos aos indígenas e isso veio reforçar as tendências de revolta, porque cada vez mais ficavam sem-terra, tinham um trabalho assalariado, mas pura exploração! (...) Em 1961 quando rebenta a revolta no norte de Angola promovida pela UPA/FNLA, depois a revolta dos camponeses na Baixa de Kassanje em Malanje e logo em Luanda a luta das catanas que marca a data oficial de início da luta armada para a independência, o governo Português face a tudo isso mudou de estratégia, estende a atenção, o trabalho dos Assistentes Sociais também para a população indígena, cria o IASA- Instituto de Assistência Social de Angola, esse facto exige mais e mais técnicos e se forem indígenas que falam as línguas nacionais melhor.

No que se refere à **marca da institucionalização do Serviço Social em Angola**, assim se expressaram.

Depoimento da Assistente Social A1 colhido em janeiro de 2015:

A criação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII e o emprego dos Assistentes Sociais pelo Estado colonial.

Depoimento da Assistente Social A2 colhido em janeiro de 2015:

Amor, como podes verificar, não há qualquer dúvida de que a criação da primeira escola de que já te falei marca a institucionalização do Serviço Social. Porque esta era como que o viveiro em que o Estado colonial podia encontrar este quadro tão importante para a implementação dos seus projetos, por este motivo o governo colonial enquadrava os Assistentes Sociais e outros técnicos que a escola formava, aliás muitos destes eram já trabalhadores e eram enviados para a escola pelas instituições onde já trabalhavam.

Depoimento da Assistente Social A3 colhido em janeiro de 2015:

(...sorriso) A Igreja Católica sob direção de Dom Alves Pinho aproveita esta necessidade e em concertação com o governo português mandaram vir de Portugal duas freiras Assistentes Sociais a Isabel Pimentel e a Suzana de Almeida ambas do Instituto de Serviço Social de Milelo em Lisboa para estudar o modo como se devia atender os indígenas. Como em 1962 pela primeira vez se cria o ensino superior em Angola, com a criação dos Estudos Gerais Universitários, através do decreto-lei 44530, de 21 de agosto de 1962, então a Igreja também aproveitou a ocasião e começou a se organizar e no mesmo ano, em dezembro, através da Portaria 12 472, de 3 de dezembro, se a memória não me falha, se cria o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII. O governo provincial cedeu o espaço onde até hoje funciona o Instituto Superior João Paulo II, aquelas paredes em que tu e eu hoje trabalhamos, e a Igreja Católica fez a construção e a gestão do instituto. A Isabel Pimentel se tornou a diretora do Instituto e a Suzana de Almeida a diretora do Lar que acolhia os estudantes vindos de Paróquias e áreas distantes. Ambas eram freiras da Congregação das Filhas de Maria. Em contrapartida ficou estabelecido que a Igreja Católica formaria neste instituto alunos diversos que seriam enviados pelas diferentes paróquias embora estivesse aberta para todos e o governo apoiaria com bolsa de estudo os alunos que tinham até 12 anos, através dos fundos que a Mocidade Portuguesa, organização infanto-juvenil portuguesa arrecadava. Assim começou o Pio XII a formar não só Assistentes Sociais, mas também Educadores Sociais, Monitores de Infância, Auxiliares de Infância, Auxiliares de Família. Podemos então dizer que a institucionalização do Serviço Social em Angola é marcada com a criação da primeira escola do serviço social pela Igreja Católica em colaboração com o governo colonial que emprega estes quadros. Você está a entender filho?

Ao serem indagadas sobre **os principais empregadores dos Assistentes Sociais** responderam:

Depoimento da Assistente Social A1 colhido em janeiro de 2015:

O Estado sobretudo por via Instituto de Assistência Social de Angola - IASA, hospitais, escolas, alguns privados – Caminho de Ferro do Lobito, CUCA, Projetos

de Desenvolvimento Comunitário, de Extensão Rural de Angola, Junta de Povoamento, etc.

Depoimento da Assistente Social A2 colhido em janeiro de 2015:

Penso que quererás dizer IASA, que significava, Instituto de Assistência Social de Angola, que tomou mais tarde o nome de Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais e presentemente é o MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social). O IASA, era, pois, a instituição como disse, que era a responsável do Governo por todas as ações de assistência às populações mais carenciadas. Por volta da década 50/60 (?)... a assistência às populações pobres e podemos dizer negras, deixou de ser praticada pelas Missões e depois pelo Ministério da Saúde e Assistência e este dividiu-se e a parte da Assistência passou para um Instituto que se tomou posteriormente independente e assumiu tudo, o IASA. Este fazia parte da Mesa de direção do Pio XII.

O reconhecimento social dos Assistentes Sociais e outros técnicos foi sendo feito tal como agora pelas instituições para onde se ia fazer os estágios, que obrigatoriamente se faziam no 3º ano fora de Luanda (sempre que possível). Todas as grandes empresas tinham Assistentes Sociais (Caminho de Ferro de Benguela, Diamang, todos os grandes hospitais, centros de saúde, Junta Provincial de Assistência, Junta do Café, Junta Provincial de Povoamento), o que significa que já havia Assistentes Sociais espalhados por Angola, até porque todas as províncias, antes distritos, tinham representação do IASA e tinham Assistentes Sociais a dirigi-los e também todas as instituições dele dependentes- lares de 3º idade, de jovens, comunidades, etc. Havia Assistentes Sociais, naquilo que hoje serão os governos municipais e os tribunais especialmente de menores. É interessante que a nível destes, os Assistentes Sociais do IASA principalmente nas províncias, eram praticamente obrigados a fazer os inquéritos dos tribunais de menores...por causa dos abusos e trabalho infantil.

Depoimento da Assistente Social A3 colhido em janeiro de 2015:

O principal empregador dos Assistentes Sociais era o Estado por meio do IASA- Instituto de Assistência Social de Angola. Este estava organizado com Delegações Distritais que hoje se equivalem a Direções Provinciais. E em todos os distritos o IASA era responsável pela coordenação dos centros sociais, centros infantis, cadeia de menores, hospitais, casas-pia que eram duas a de Luanda e a que estava em Cacuaco, instituições responsáveis para o atendimento de crianças, idosos, doentes, órfãos, abandonados, jovens e famílias desfavorecidos. A Junta Provincial do Café, a Junta Provincial do Povoamento.

Além do Estado também muitas empresas empregavam Assistentes Sociais como os Caminhos de Ferro de Luanda, de Benguela e do Namibe, a Cuca, a Nocal, a Testang, a Mabor eram outros espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais. Além da atenção aos grupos vulneráveis que mencionei.

Em relação às **principais demandas de trabalho dos Assistentes Sociais** fizeram as observações a seguir.

Depoimento da Assistente Social A1 colhido em julho de 2015:

Dependia do empregador e pouco diferia das demandas atuais, salvaguardando os contextos.

Depoimento da Assistente Social A2 colhido em julho de 2015:

Como referi, praticamente todos os campos estavam cobertos mesmo que ainda não a 100% e a nível de todas as Províncias. Até porque dos qualificadores (quadro dos técnicos necessários) das instituições faziam parte um número determinado de Assistentes Sociais, cuja cabimentação era feita gradualmente e anualmente conforme as necessidades. Assim todos os Assistentes Sociais já sabiam onde iam concorrer após a formação. O Pio XII era uma escola que funcionava para estudantes normais que logo que acabassem se preocupavam em trabalhar na área, porém O IASA, fazia cursos especiais por vezes: para militares, para funcionários e assim os demais eram estudantes regulares. Um só campo era difícil de entrar, tal como hoje, a educação. Mas nos últimos anos já iam estudantes para as escolas secundárias e havia Assistentes Sociais no Ministério. A Educação é um campo ideológico e os Assistentes Sociais nem sempre se enquadram sem pensar e fazer pensar e por isso havia receio de enquadrá-los neste sector...mas se enganavam, Amor, na mesma fazíamos o proibido até em pensar.

Depoimento da Assistente Social A3 colhido em janeiro de 2015:

A saúde, a educação, a assistência social, a assistência psicossocial nas sanzalas. Ensinávamos hábitos de higiene, trabalhávamos em programas de vacinação da população indígena, alfabetização, cultura, nutrição e alimentação, como técnicas de amamentação, melhoria de hábitos alimentares, criação de animais, práticas agrícolas como plantar, regar e colher, introdução do leite e do ovo na dieta sobretudo de crianças. Por causa das desconfianças do governo colonial face aos acontecimentos de revoltas, de uma certa forma nestas equipas também se fazia um certo controlo de tendências independentistas, infiltravam também agentes da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a Igreja embora parceira, ultimamente começou a ser também vigiada...Fazíamos um trabalho lindo, lindo, mas era muito complicado para nós. Mas pronto (respiração profunda) graças a Deus passou. Este trabalho era feito sempre em equipas que iam até as sanzalas ou comunidades. As equipas eram normalmente compostas por educadores sociais, auxiliares de família, regentes agrícolas, engenheiros agrónomos, mas era o Assistente Social que liderava estas equipas.

Um pouco mais tarde, quando surge o DC - Desenvolvimento Comunitário, se fez a experiência em Angola e todo este trabalho e a assistência psicossocial ficou a ser integrado nas Brigadas Regionais de Desenvolvimento. Com a intensificação cada

vez maior das tensões entre o governo colonial e os autóctones que cada vez mais lutavam para a libertação nacional, as Brigadas Regionais de Desenvolvimento faziam cada vez mais um trabalho intenso nas comunidades que se denominou Programas de Extensão Rural. Aqui já não mais se esperava que as diferentes paróquias, instituições do governo colonial e empresas coloniais mandem técnicos para Luanda a fim de serem formados, as Brigadas é que se deslocavam para formar os extensionistas, ou seja, pessoas das comunidades, que vivem nas comunidades e falavam as línguas nacionais locais de modo a facilitarem e estenderem o trabalho das equipas lideradas por Assistentes Sociais. Para estes, bastava que tivessem a 4ª classe. Como a demanda de trabalho era muito grande e tinha poucos técnicos vinham para Angola também Educadores Sociais e auxiliares portugueses e Cabo-Verdianos formados em Portugal para trabalhar em Angola.

Da análise geral sobre o contexto da institucionalização do Serviço Social em Angola, partindo do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão que se insere como trabalho especializado no contexto da divisão social e técnica do trabalho, somos levados a concluir com Raichelis (2009) quando acautela: “As profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem”. (RAICHELIS, 2009, p. 377).

De fato, sendo o Serviço Social uma profissão e um trabalho especializado, seu significado, sua inteligibilidade, a compreensão da sua natureza só é possível no esforço de analisá-lo no quadro do movimento da sociedade na qual se insere. Por esta razão, movidos pelo interesse de ir descortinando a natureza do Serviço Social em Angola, impôs-se-nos a necessidade de interpretar as determinações sóciohistóricas que demandaram a criação do Serviço Social em Angola, lhe dão significado e permeiam sua natureza.

Assim, considerando o contexto da institucionalização do Serviço Social em Angola, marcado pelo movimento de lutas pela ampliação dos direitos e emancipação política não só internos mas também externos, atendendo à pressão dos movimentos de libertação nacional e à pressão da comunidade internacional sobre a situação socioeconômica e política de Angola, para manter a exploração do angolano pelo trabalho assalariado, o Governo colonial criara um conjunto de serviços sociais que também serviram de “*mecanismos de aumento da produtividade*”, que se traduziram em políticas públicas cujo processo de execução junto a classe trabalhadora angolana requereu um conjunto de trabalhadores sociais, entre os quais os Assistentes Sociais.

A Igreja Católica movida pela crença de que é capaz de promover e contribuir para a construção de um mundo mais justo, nos termos dos princípios da sua Doutrina Social, encabeçou a formação do Assistente Social em Angola, projeto abraçado pelo Governo colonial, cujos objetivos e trabalho profissional lhe interessavam.

Desta feita, em pleno acordo com Mendes (1966 p. 388-390), Santo (2008) e Fernando (2012, p. 57-58), com base nas fontes escritas e orais que consultamos, podemos afirmar que a institucionalização do Serviço Social em Angola, marcada pela criação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, em 1962, através do Decreto nº 44 159, de 18 de Janeiro de 1962, do Ministério do Ultramar e posterior Portaria 12 472, de 13 de Dezembro, do mesmo ano, deve-se a razões de ordem socioeconômica, socioreligiosa e sociopolítica.

Razões socioeconômicas – Mendes (1966), para fundamentar a necessidade de instituir aquilo que designou chamar de “um esquema geral de previdência”, socorre-se também de motivos econômicos que preferimos aqui chamar por socioeconômicos. Afirma que em Angola

O aforo individual é cada vez mais escasso, à medida que o custo de vida vai aumentando e as necessidades vão abrangendo uma gama cada vez maior de produtos, que os mercados fornecedores apresentam em abundância (...). E, pelos resultados obtidos, com uma longa e dispersa experiência, essa poupança também não é incrementada pelo aumento dos salários. Em regra, a um melhor ganho corresponde mais completa satisfação das necessidades, isto é, um aumento de consumo. A segurança e a previdência social têm sido, por vezes, subsidiariamente aproveitadas como meio de aforo a escala muito ampla, com cuja capitalização poderiam financiar-se empreendimentos vultosos e irrealizáveis sem este recuso. (MENDES, 1966, p. 389)

Como foi dito anteriormente, o fim da exploração do angolano com o trabalho escravo e a implementação da exploração capitalista pelo assalariamento trouxe grandes consequências ao Governo e capitalista colonial português. E para ter que manter e garantir o seu lucro viram-se obrigados a implementar um conjunto de “mecanismos de aumento da produtividade” que incluía o aumento salarial, entre outros. Porém isto não era suficiente, pois não permitia a poupança nem a implementação de Serviços que justificaram e requisitaram o surgimento do Serviço Social em Angola, como a segurança e a previdência social, que uma vez capitalizados com vista à extração da mais-valia, “*financiavam empreendimentos vultosos e irrealizáveis sem este recurso*”.

Razões sócio-religiosas – Embora como reconhecem Santo (2008) e Fernando (2012), o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII fosse criado como uma instituição regular, “*não deixou de sofrer influências religiosas, na medida em que o grupo que conduziu o processo era integrado por membros ativos da Igreja Católica, embora como uma visão mais progressista e crítica*”, porém dentro da visão Católica do mundo e do homem. Mendes

(1966) se refere assim às razões que fundamentaram a instituição do conjunto de serviços sociais que demandaram e deram significado ao Serviço Social:

O respeito pela pessoa humana, hoje comumente garantido nos diplomas constitucionais dos Estados e dos organismos internacionais mais responsáveis, embora nem sempre observado, torna intolerável a perspectiva da miséria e da mendicância para os que, tendo durante longos anos prestado à sua comunidade o esforço e trabalho normais, são atingidos pela doença, o desemprego, a invalidez e a velhice. Considera-se que é à comunidade que compete assegurar uma existência digna ao trabalhador em tal situação [...]. A segurança ou a previdência social é, portanto, um dever que a sociedade vê a si mesma imposto, por conceito moral indiscutível (MENDES, 1966, p. 389-390).

Verifica-se nesta citação uma influência da filosofia tomista, que muito acompanhou e acompanha o pensamento Católico. O *princípio da dignidade da pessoa humana*, embora não dito por ser “imagem e semelhança de Deus”, e o *princípio da sociabilidade da pessoa humana*, que apela ao direito de o ser humano encontrar na sociedade as condições necessárias para sua realização como pessoa humana, são exemplos emblemáticos. E ainda as manifestações da questão social como “miséria” e “mendicância”, “doença”, “desemprego”, “invalidez” e “velhice” de quem “durante longos anos” trabalhou, citadas como problemas que se resolvem com políticas públicas próprias dos Estados modernos, sem que se proponham mudanças radicais dos processos e relações de trabalho que provocaram estes males, em coerência com as propostas da Doutrina Social da Igreja.

Razões sociopolíticas – Como diria Mendes (1966, p. 388-389) “as sociedades têm precisão de eliminar do seu seio o perigo social que representam os miseráveis e os doentes, porque estes estão na base da delinquência e da propagação das doenças”.

Verificamos neste autor - filho, fruto e representante intelectual do sistema capitalista colonial português - uma certa visão deficiente sobre as diferentes manifestações da questão social e dos grupos sociais empobrecidos. As constantes contradições e conflitos de interesses entre a classe trabalhadora e o capital que caracterizam o modo de produção capitalista são interpretadas como “perigo social” e a classe trabalhadora empobrecida como delinquente e doente. Tal inferência torna-se mais clara quando afirma:

Os descontentes por via de sua insegurança econômica são, em regra, elementos inclinados à agitação violenta, pouco produtivos, geradores de perturbação. Se este número é grande, a própria coletividade será contagiada por tal descontentamento e as consequências que dele resultam. Nessas circunstâncias, é do interesse imediato e essencial da comunidade nacional e internacional acabar ou reduzir ao mínimo a

extensão de tais fatores, e daí a justificação da previdência ou da segurança social. (MENDES, 1966, p. 388-389).

Como se verifica fica explícita na visão deste ilustre representante do Capitalista colonial português, que o valor ontológico da liberdade e do desejo de emancipação política pelos Angolanos é tido apenas como mero descontentamento pela insegurança econômica, o que já seria legítimo; a luta armada pela independência que durou 14 anos, que os angolanos foram obrigados a fazer, já que Portugal pretendia eternizar a exploração colonial como se isso fosse possível, bem como as reivindicações por melhoria nas relações do trabalho e da dignidade do angolano são interpretadas pelo autor como simples agitações violentas de descontentes pouco produtivos. Porém, sabendo o autor que o número dos “descontentes” crescia cada vez mais e sua voz não podia mais ser silenciada, traz como fórmula de resolução a instituição de serviços sociais amparados em políticas sociais, que ele bem reconhece como “mecanismos de aumento da produtividade”, já que ele representa o capital. É para este fim que oficialmente se institucionaliza o Serviço Social em Angola.

Desta ideia corrobora Santo (2008), citado por Fernando (2012), que reconhece no seu estudo que

O Instituto de Educação e Serviço Social foi criado por falta de trabalhadores sociais em Angola, que prosseguissem o caminho encetado anteriormente, com a formação de agentes de trabalho social. O interesse na criação de uma escola no âmbito social e a conjuntura política que Portugal atravessava com problemas internos e externos, completou a percepção de que uma escola de serviço social formaria quadros que complementariam de alguma maneira “o programa da psicologia”. Nesses programas, os militares desenvolviam atividades de apoio às populações, tais como a escolarização e a saúde – incentivando-as a regressar das “matas” e concentrar-se em aldeias – “aldeias da paz”, construídas para controlar essas populações (SANTO apud FERNANDO, 2012, p. 57).

Na verdade, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII foi criado para que os trabalhadores sociais que formasse “*prosseguissem o caminho encetado anteriormente*”, com a formação de “*agentes de trabalho social*” de modo que o Assistente Social “*complementasse de alguma maneira o programa de psicologia*”, ou seja, conscientizar e prestar serviços que assegurassem os objetivos de Portugal colonial, estimulando os angolanos “*a regressar das matas*” onde podiam traçar estratégias de ataque militar contra interesses coloniais e “*concentrá-los nas aldeias da paz*”, mas paz somente aos interesses do capitalista colonial português. Portanto, emprestando de Iamamoto (2014) as palavras,

diríamos que o Serviço Social nasce como um dos mecanismos de “*controle social*”. Porém, como a autora chama atenção:

[...] o controle social não se reduz ao controle governamental e institucional; é exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social. Importante ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente. Em outros termos: a difusão e reprodução da ideologia dominante é uma das formas de exercício do controle social (IAMAMOTO, 2014, p. 80).

Na sua origem a natureza do Serviço Social em Angola é apenas permeada para ser um instrumental a serviço do Governo e do capitalista colonial português? Embora fizesse parte do complexo ideológico capitalista colonial nos termos de Iamamoto (2014), não houve *possibilidades de, no espaço da prática profissional, construir-se outras formas de pensar e agir?*

Acredito que não. Primeiro porque em nosso entender, e com base nos dados que dispomos e apresentamos nesta parte do trabalho, afirmar que o Serviço Social em Angola nasceu exclusivamente como um instrumental a serviço do Governo e do capitalista colonial português e que não houve possibilidade de *construírem-se outras formas de pensar e agir no campo profissional* representaria um grave equívoco de compreensão sobre o “*significado dos serviços sociais no capitalismo*”. Se assim fosse estaríamos afirmando que o conjunto de serviços sociais enquadrados nas diferentes políticas sociais do Governo colonial representam apenas *mecanismos de aumento da produção*, o que seria negar o chão real do qual partimos, abstraímos e nele regressamos. Aquele conjunto de serviços sociais que evocaram a presença do Assistente Social representam também conquistas da classe social Angolana explorada, conquistas árduas que custaram milhares de vida. A instituição daquele conjunto de serviços sociais aos angolanos não foi uma sorte, resultado de uma ideia brilhante de um gênio colono, ou de um inspirado santo católico, representa também uma saída falida, um rearranjo do que não se pode arranjar por parte do colono português e seus parceiros.

Em segundo lugar, na sua origem a natureza do Serviço Social em Angola não é apenas permeada por objetivos instrumentais a serviço do Governo e do capitalista colonial português e uma das estratégias de construção de um mundo justo segundo o ideal católico. Embora fizesse parte do complexo ideológico capitalista colonial nos termos de Iamamoto

(2014), houve sim “*possibilidades de, no espaço da prática profissional, construir-se outras formas de pensar e agir*”.

Se tal assertiva é falsa, então também é falso que após o Concílio Vaticano II a Igreja Católica não reorientou a forma de exercer seu missionarismo baseando-se na “*inculturação do evangelho*”; se tal afirmação é falsa então também é falso que a Santa Sé nomeara D. Eduardo André Muaca, primeiro bispo negro na segunda evangelização de Angola apesar do descontentamento de Portugal; se o Serviço Social em Angola na época colonial foi apenas um instrumento a serviço do Governo e do capitalista colonial português, então também temos que afirmar que muitos dos seus agentes diretos e indiretos não foram perseguidos pelo regime colonial; temos que afirmar também que os nacionalistas Pe. Joaquim Pinto de Andrade, cónego Manuel Nunes Neves, o escritor Óscar Ribas, o Cardeal Alexandre do Nascimento, para citar apenas alguns, e estes dois últimos na época professores do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, não foram perseguidos e desterrados para Portugal pelo regime de exploração capitalista colonial vigente em Angola; se assim for também temos que afirmar que António Agostinho Neto, na época presidente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e seus homólogos não foram recebidos pelo Papa Paulo VI em 1961; e ainda que nunca existiram missionários dentro e fora da Escola do Serviço Social que tinham propostas diferentes sobre a “*questão social*” em Angola e seus modos de enfrentá-la em oposição às propostas oficialmente defendidas pelo Estado e pela Igreja.

Em terceiro lugar, afirmar que o Serviço Social em Angola era apenas um instrumento a serviço do Governo e do capitalista colonial português e que não houve “*possibilidades de, no espaço da prática profissional, construir-se outras formas de pensar e agir*”, além dos argumentos já expostos, significaria também contradizer as evidências que os dados que dispomos nos revelam. Vejamos os seguintes extratos de alguns depoimentos dos muitos que existem:

Um só campo era difícil de entrar, tal como hoje, a educação. Mas nos últimos anos já iam estudantes para as escolas secundárias e havia Assistentes Sociais no Ministério. A Educação é um campo ideológico e os Assistentes Sociais nem sempre se enquadram sem pensar e fazer pensar e por isso havia receio de enquadrá-los neste sector...mas se enganavam, Amor, na mesma fazíamos o proibido até de pensar (Extrato do depoimento da Assistente Social A2).

Por causa das desconfianças do governo colonial face aos acontecimentos de revoltas, de uma certa forma nestas equipas também se fazia um certo controlo de tendências independentistas, infiltravam também agentes da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a Igreja embora parceira, ultimamente

começou a ser também vigiada...Fazíamos um trabalho lindo, lindo, mas era muito complicado para nós (Extrato do depoimento da Assistente Social A3).

Do que acabamos de expor consideramos que nos espaços profissionais, mesmo sob vigilância policial, os Assistentes Sociais podiam fazer o que até era proibido só em pensar. Tal constatação leva-nos a concordar com a tese da contradição da realidade social analisada por Iamamoto (2014), para quem

[...] a contradição é o motor da história e é através da consideração de que as relações sociais se caracterizam pela contraditoriedade, que podemos apontar que os mecanismos de dominação e as necessidades da classe trabalhadora são duas faces de uma mesma moeda. É a partir dessa compreensão que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2014, p. 80-81).

Nesses termos fica compreensível o porquê de os Assistentes Sociais angolanos, enquanto assalariados do Governo ou de empresas capitalistas coloniais, tiveram que responder aos interesses de seus empregadores, mas também puderam criar “*possibilidades de, no espaço da prática profissional, construir-se outras formas de pensar e agir*”.

Por isso, reafirmamos que o Serviço Social como profissão e como trabalho especializado se inscreve no processo de produção e reprodução das relações sociais, “fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora”, e nesse processo participa do processo de dominação considerando a contraditoriedade presente nas relações sociais. Por isso ressaltamos, como Marilda Iamamoto (2014), a necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, pois essa “reflexão é condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 81).

4.1.3 A formação do Assistente Social na época colonial 1962-1975

A passagem pelo tema da formação profissional do Assistente Social, quer na época colonial como na Angola independente, num trabalho cujo objetivo central está voltado para a compreensão da natureza do Serviço Social neste país, tem como razão de ser o entendimento que adotamos sobre o significado do Serviço Social como uma profissão inserida e participante no processo de (re) produção da sociedade capitalista. Tendo como referência uma direção social estratégica que se pretende legitimar, o Serviço Social está sempre em tensão, pela luta de classes, participando da reprodução dos antagonismos de classe e das contradições que permitem que construa uma estratégia político-profissional para colocar-se a serviço de um dos polos dessa contradição, ou seja, a classe trabalhadora. Nesse sentido, também é necessário termos uma ideia, mesmo que mínima, da formação profissional enquanto processo de apropriação de uma visão de homem e de mundo pois que a linha ideológica sempre presente nos processos educativos de formação profissional não apenas do Assistente Social, o que tem grande influência e relação com o modo de fazer e pensar a profissão, permeando por isso mesmo a sua natureza. Por esta razão, consideramos a formação profissional uma categoria necessária a ser considerada quando nos propusemos compreender a natureza da profissão, neste caso na realidade Angolana.

De outro lado, se a formação profissional é uma categoria necessária para compreender a natureza da profissão em Angola, com base nos referenciais que iluminam nossa visão neste trabalho consideramos igualmente importante a sua compreensão a partir de uma análise sóciohistórica do cenário em que ela se desenvolve, já que a educação e a formação profissional são demandadas pelo contexto e visam sempre responder aos interesses “hegemônicos” presentes.

Tal como optamos pelo pressuposto de que a natureza do Serviço Social só é compreensível no quadro da leitura sóciohistórica pelo viés marxista e marxiano, entendemos igualmente que as categorias que procuramos trabalhar (gênese do Serviço Social em Angola, formação profissional, concepções dos agentes do Serviço Social sobre esta profissão e sua prática profissional) para ir descortinando a natureza da profissão, também são apenas compreensíveis dentro do mesmo marco teórico-metodológico.

Netto (2011) nos alerta que “enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem” (NETTO, 2011, p. 77). Desta forma, para entendermos a natureza do Serviço Social em Angola precisamos descortiná-la no seio do conjunto de projetos conservadores, e neste quadro encontramos a formação de modo geral e a em particular a formação profissional do

Assistente Social. De fato, a formação profissional do Assistente Social em Angola na época colonial, isto é de 1962 a 1975, é um projeto reformador que contemplava reformas mas dentro desta mesma ordem, a capitalista colonial portuguesa. Como e porque assim afirmamos?

Porque sendo o Serviço Social um dos rearranjos que o governo colonial encontrara na tentativa frustrada de procurar perpetuar o seu sistema político-ideológico de exploração capitalista, estando os agentes do Serviço Social integrados nas diversas empresas e instituições do Estado colonial para prestar os serviços sociais, sendo “faca de dois gumes”, representavam para a classe trabalhadora Angolana a ampliação de direitos sociais e simultânea e contraditoriamente representavam para o Governo e capitalista português “*mecanismos de aumento de produtividade da mão de obra*”, não podendo a formação deste agente estar fora desse processo. Disso testemunham os depoimentos dos entrevistados e também Fernando (2012) quando atesta que :

O Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, para a implantação e o desenvolvimento do Serviço Social em Angola [...] tornou-se a primeira de nível superior em Angola, e a sua abertura foi precedida da constituição de uma equipa de profissionais de Serviço Social e da Infância, integrou na concepção ideológica do Estado que se seguiu início da guerra colonial (FERNANDO, 2012, p. 55).

A formação profissional do Assistente Social bem como os objetivos do fomento e ampliação da educação em Angola exatamente desde 1961, ano de início oficial da luta armada pela independência de Angola que veio a durar catorze (14) anos, enquadra-se de fato no conjunto de rearranjos do Governo colonial para perpetuar em Angola sua exploração capitalista colonial e um dos “mecanismos de aumento da produtividade” junto da “mão-de-obra”. Disso é mais do que eloquente a constatação abaixo:

Os objetivos de ampliação da educação formal e das medidas de caráter social consistiam em integrar os aspectos de maior utilidade ao sistema económico e mobilizar ideologicamente a população para a causa colonial. Neste contexto, a educação foi um instrumento de relevo, servindo de barreira à guerra e de expansão e consolidação da ideologia da sociedade colonial e da sua reprodução. (SANTO apud FERNANDO, 2012, p. 55).

A constatação de que no tempo colonial a educação e conseqüentemente a formação profissional, incluindo aqui a do Assistente Social em Angola, era “um instrumento” de

“utilidade ao sistema económico e mobilizar ideologicamente a população para a causa colonial” portuguesa é reforçada pelo perfil de cursos que se criaram:

Os Estudos Gerais Universitários, criados em 21 de agosto de 1962, desde o início se consagraram aos cursos predominantemente técnicos e, aos ramos que se presumia viessem a solicitar maior número de especialistas. Assim, ensinam medicina, engenharia (civil, minas, mecânica, eletrotécnica, e químico-industrial), agronomia, silvicultura, medicina veterinária e pedagógicas (MENDES, 1966, p. 347).

A opção por cursos fundamentalmente técnicos que estivessem a serviço da indústria capitalista colonial é igualmente revelada no estudo de Carvalho (2012):

O ensino superior foi implantado em Angola (então colónia portuguesa) somente no ano de 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. À criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola seguiu-se a criação de cursos nas cidades de Luanda (medicina, ciências e engenharias), Huambo (agronomia e veterinária) e Lubango (letras, geografia e pedagogia) (CARVALHO, 2012, p. 51).

Curioso notar que os cursos são maioritariamente técnicos porém numa aliança com a Igreja Católica o Serviço Social não foi esquecido como curso de “utilidade ao sistema económico e mobilizar ideologicamente a população para a causa colonial”, é que este é confiado à Igreja Católica que não por mera casualidade, se é que isso existe, batiza o instituto com o nome do Papa da “*Fidei Donum*”, encíclica que como frisamos apela a Igreja Universal a ir em socorro da Igreja em África que se via ameaçada com o avanço do protestantismo e do comunismo com os processos de independência.

Porém, o fato de se confiar a gestão da escola dos trabalhadores sociais tão necessários para as políticas públicas ora criadas a fim de “tapar-se o sol com a peneira” e a condução desta formação à Igreja Católica, não significou que o Estado colonial deixara de manter sua influência na formação e na escola. Antes e pelo contrário, o Governo português tinha presença permanente e forte neste processo já que era representado na mesa da Assembleia Geral do Instituto de Educação e Formação Profissional através do Instituto de Assistência Social de Angola (IASA):

[...] a assistência às populações pobres e podemos dizer negras, deixou de ser praticada pelas Missões e depois pelo Ministério da Saúde e Assistência e este dividiu-se e a parte da Assistência passou para um Instituto que se tomou

posteriormente independente e assumiu tudo, o IASA. Este fazia parte da Mesa de direcção do Pio XII (Extrato do depoimento da Assistente Social A2).

As empresas capitalistas coloniais tinham igualmente influência nesta escola, já que ao lado das instituições de Estado eram elas que mandavam seus trabalhadores para frequentarem este curso e voltarem para estar a serviço delas; eram também elas que recebiam e participavam na organização dos estágios destes profissionais e por esta tamanha razão tinham grandes expectativas e absorviam nos seus quadros de pessoal estes trabalhadores.

[...] Para todos os cursos era muito importante ser educado, ter bom comportamento, apresentar-se decentemente, ser uma pessoa íntegra. Por isso os Párocos mandavam gente preparada e outra boa maioria eram os assimilados (mulatos ou indígenas que assumiam a cultura portuguesa, tinham escolaridade). Diga-se que outro critério era sim ser encaminhado pelo Pároco ou pela instituição onde o candidato trabalhava” (Extrato do depoimento da Assistente Social A3).

Sobre o pacto do Estado colonial com a Igreja Católica na formação dos Assistentes Sociais e sobre a expectativa dos empregadores com os trabalhadores sociais que o Pio XII formava, Mendes (1966) se refere nestes termos:

A utilização de trabalhadores sociais ainda constitui exceção entre as empresas agrícolas da província. Algumas das maiores, com milhares de trabalhadores rurais, não dispõem de um único desses elementos tão úteis ao serviço social [...] Em curso intensivo, levado a cabo pelo fundo de Ação Social do Instituto do Trabalho, com o apoio didático do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, preparam-se cerca de duas dezenas de auxiliares de família, das quais uma parte foi logo absorvida por algumas empresas [...] As atuais dificuldades de recrutamento de trabalhadores sociais [...], deverão dentro de breves anos, desaparecer à medida que o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII os vá formando (MENDES, 1966, p. 237-238).

Fica fátual e historicamente demonstrado que o Serviço Social em Angola surge no tempo colonial como resultado de um “casamento” entre o seu “pai e provedor” Estado colonial Português com sua “mãe e mestre” Igreja Católica. Desta feita se pode sim afirmar analogamente que se o Serviço Social na época colonial em Angola (1966-1975) foi gerado para ser diante de seu “pai e provedor”, Estado colonial Português, “um instrumento” de “utilidade ao sistema económico e mobilizar ideologicamente a população para a causa colonial”, diante de sua “mãe e mestre”, a Igreja Católica, o “menino” Serviço Social na época colonial em Angola serviu de “instrumento” de “expansão e manutenção da hegemonia

católica por via da prestação de serviços sociais”. Assim também parece nos dizer a Assistente Social Santo formada neste período:

Durante a preparação para a criação do IESS (entenda-se Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII) de Luanda, houve a preocupação, de informar e solicitar conselho e orientações das autoridades eclesiais responsáveis pela Igreja em Angola, na pessoa do Arcebispo de Luanda D. Moisés Alves de Pinho, especial cuidado na preparação filosófica, moral e religiosa dos alunos; preocupação de dotar a escola de um corpo docente capaz de formar competentes trabalhadores sociais cristãos e necessidade de fazer assentar a escola na perenidade da Igreja, de modo a não estarem sujeitas à mudanças de orientação devido às guerras políticas (SANTO, apud FERNANDO, 2012, p. 58).

A autora citada diz sinteticamente que os objetivos da formação profissional do Assistente Social bem como o perfil deste profissional se podiam resumir em “contribuir para a promoção global das populações e em particular, das populações vulneráveis, formação de quadros profissionais competentes, para atuar nos diferentes campos da Educação e Serviço Social”, porém dentro dos princípios e orientações católicas. Isto porque se começa por em xeque a sua hegemonia, uma vez que muitos países Africanos que ascendiam à independência optavam pelo regime político-ideológico do socialismo, favoreciam o estabelecimento do protestantismo nos seus territórios e para Angola o cenário não se mostrava diferente em função da posição oficial que a Igreja tomara a favor do Governo colonial português que tinha o Catolicismo como religião oficial. Lembramos a seguir o aviso explícito dos Movimentos de libertação aos Bispos de África, um dos motivos que levou o Papa Paulo VII a receber estes líderes no Vaticano mesmo contra a vontade de Portugal:

Em 5 de julho de 1969, a Frelimo (Urias Simango, Moçambique), o MPLA (Agostinho Neto, Angola) e o PAIGC (Amílcar Cabral, Guiné-Bissau e Cabo Verde) tinham dirigido uma carta aberta ao simpósio dos bispos africanos: acusavam a Igreja Católica romana de «apoiar explicitamente» a guerra feita por Portugal e condicionavam a «atitude futura» dos seus povos face à Igreja, de acordo com a «posição que a Igreja hoje tomar». Era difícil falar mais alto e ser mais claro. Em 1 de Julho de 1970, Paulo VI recebeu dirigentes daqueles movimentos nacionalistas: Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, tendo a audiência provocado uma tempestade nas relações entre Lisboa e a Santa Sé (MATOS, s/d).

De fato, em face desta advertência e considerando as experiências dos países já independentes, a Igreja temia sobre o seu futuro nesses territórios e por isso a formação de Trabalhadores Sociais que junto das empresas e instituições do Estado implementassem as

políticas públicas nos “ditames” da Doutrina Social era uma saída para uma situação de desespero.

Em paralelo com este objetivo, Santo (2012, p. 58) afirma que o curso de Assistentes Sociais, que em Angola já nasceu como curso superior e com duração de quatro anos, tinha como princípios e objetivos:

- Preparar Assistentes Sociais de formação polivalente para exercerem suas funções em todos os setores, onde o progresso social deve surgir e caminhar lado a lado com o progresso econômico;
- Preparar Assistentes Sociais para lançar ou colaborar nos planos de ação sanitária e educativa que contribuíssem para a saúde física, mental e espiritual das populações;
- Preparar Assistentes Sociais para lançar e orientar o serviço social de comunidades e colaborar nos planos de desenvolvimento comunitário;
- Preparar Assistentes Sociais capazes de chefiar instituições e obras de assistência, de serviço social, de educação social, colaborar e executar planos de ação social.

E continua dizendo que com curso de Serviço Social se pretendia igualmente formar um profissional com capacidade de estabelecer um relacionamento ético, embasados nos valores humanos emanados da Doutrina Social da Igreja (SANTO apud FERNANDO, 2012, p. 58).

Com base nisso é razoável afirmar que se tratava de formar um profissional que do ponto de vista ideológico deveria ser capaz de liderar instituições de serviços sociais e de educação social sem pôr em questão as relações sociais existentes. Ora, segundo Carvalho:

No período colonial, o acesso ao ensino superior destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social, podendo mesmo dizer-se que, nos primeiros anos de implantação em Angola, era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse acesso ao ensino superior. O local de nascimento, o local de residência e a posição social determinavam claramente o acesso a este nível de ensino, que reproduzia para as gerações seguintes a estratificação social da Angola colonial (CARVALHO, 2012, p. 51).

Considerando os objetivos e princípios que o curso de Serviço Social perseguia, quem eram os candidatos a esse curso e que critérios de acesso eram considerados? Os depoimentos de algumas Assistentes Sociais formadas neste período são esclarecedores.

Em relação aos **critérios de seleção para admissão no curso de Serviço Social** assim se expressaram:

Depoimento da Assistente Social A1 colhido em janeiro de 2015:

Para o curso de serviço social exigia-se a escolaridade completa – 11 anos, tendo as habilitações para ingresso na universidade.

Depoimento da Assistente Social A2 colhido em janeiro de 2015:

Os critérios básicos de admissão no Pio XII eram: escolaridade 12º ano do liceu ou de qualquer curso que desse ingresso numa universidade. Havia também entrevistas e havia um acompanhamento muito forte ao comportamento dos estudantes, chegando alguns a serem convidados a abandonar o curso por se considerarem não ter perfil.

Depoimento da Assistente Social A3 colhido em janeiro de 2015:

Os critérios para admissão era o nível de escolaridade. O 4º, o 5º, 6º e o 7º ano conforme o curso. Para o Serviço Social era necessário o médio, ou seja, o liceu ou outro curso equivalente. Agora me diga meu filho quem naquele tempo tinha estas classes e podia estar em Luanda para frequentar o curso? (...silêncio), Quem? Para todos os cursos era muito importante ser educado, ter bom comportamento, apresentar-se decentemente, ser uma pessoa íntegra. Por isso os Párocos mandavam gente preparada e outra boa maioria eram os assimilados (mulatos ou indígenas que assumiam a cultura portuguesa, tinham escolaridade). Diga-se que outro critério era sim, ser encaminhado pelo Pároco ou pela instituição onde o candidato trabalhava.

Os depoimentos falam por si. Certamente, embora não houvesse barreiras legais que impedissem o acesso a esta formação, podemos notar que para acessar ao curso de Serviço Social no tempo colonial havia empecilhos de ordem geográfica, cultural e econômica e também, podemos afirmar, existiam fatores facilitadores como estar laboralmente vinculado a um trabalho assalariado e com escolaridade média e ser Católico, pois não nos parece que naquele contexto os párocos considerassem como “gente preparada”, com “bom comportamento” e “pessoa íntegra” quem não fosse Católico.

Alías, estes agentes eram enviados pelas Paróquias e a elas voltavam para participar na evangelização usando a técnica da “bíblia revestida de serviços sociais”, útil para a população. Isso está de acordo com as constatações de Carvalho (2012) segundo as quais o acesso ao

ensino superior “destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social, podendo mesmo dizer-se que nos primeiros anos de implantação em Angola era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse acesso ao ensino superior”; e com as ponderações de Fernando (2012) quando afirma que “os candidatos eram provenientes de uma classe média ou média alta da época: jovens, de ambos os sexos, com predominância do sexo feminino, filhos de funcionários públicos, fazendeiros, com 7º ano de nível médio concluído ou proveniente de qualquer outro ramo de ensino que desse acesso à Universidade” (CARVALHO, 2012, p. 51-58).

Considrando então a conjuntura sóciohistórica em que emergiu o Serviço Social, analisando o contexto que demandou a institucionalização da profissão em Angola, bem como os objetivos e o perfil desejado dos seus agentes, embora Santo (2008 apud FERNANDO, 2012, p. 57) e tantos outros reconheçam que “o grupo que conduziu o processo” da institucionalização da primeira escola de Serviço Social em Angola “era integrado por membros ativos da Igreja Católica, com visão mais progressista e crítica”, parafraseando Netto (2011) podemos dizer que se reconhecemos como *progressista e crítica* as visões do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII e conseqüentemente a formação de Assistentes Sociais naquele contexto, estas não deixavam de ser críticas e progressistas, mas dentro da mesma ordem que a criara como uma instituição colonial católica que “contemplava reformas, mas dentro dessa ordem” colonial católica.

4.1.4 A Formação do Assistente Social de 1975 aos nossos dias

A compreensão do processo de formação profissional do Assistente social na Angola independente não é um elemento isolado que se deva analisar fora do contexto geral da formação superior em Angola e contexto sociopolítico e ideológico que o país viveu e vive na atualidade.

Como dissemos, a implementação e o desenvolvimento do ensino superior formal em Angola só pode ser analisado, historicamente, a partir do ano de 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários, através do decreto-lei 44530, de 21 de agosto da Administração Portuguesa. Em 1968, os Estudos Gerais Universitários passaram a designar-se Universidade de Luanda, porém sempre como entidade única e congregadora de todos os cursos de formação superior.

Com a proclamação da independência política de Angola, em 1975, as autoridades Angolanas “herdaram” apenas duas instituições de formação superior: a Universidade de Luanda que em 1976 (pública) que, passou a designar-se Universidade de Angola mantendo-se uma única instituição de ensino superior de âmbito nacional, e o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII (privada, da Igreja Católica), que veio a ser encerrada oficialmente no ano seguinte, em 1977.

Na Angola independente, entre outras medidas tomadas no âmbito da educação, destacam-se o rompimento com a cultura colonialista, o desenvolvimento de um sistema educacional voltado à valorização da cultura nacional, o desenvolvimento das ciências e técnicas nacionais, o desenvolvimento da democracia política e da justiça social, a reforma agrária visando maior integração social e produtividade, o estabelecimento da unidade nacional e africana, conforme se pode verificar no Programa Maior do MPLA presente nos Documentos do MPLA (1977, p. 65-77).

O MPLA, de orientação política “marxista-leninista”, procurou organizar uma política educativa como forma de responder às “necessidades do país”, difundir sua ideologia e consolidar a independência nacional. Esta política, como atestam os documentos e discursos políticos da época, é caracterizada, essencialmente, pelos princípios de igualdade de oportunidades, da gratuidade no acesso à escola e da continuidade de estudos. No quadro destes objetivos, no ano de 1985, a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto em homenagem ao primeiro presidente da República Dr. António Agostinho Neto e a mesma se manteve até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país.

Segundo Ngulube (2006, p. 78), a organização do sistema educacional (1976) partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdara do colonialismo português - classificado como ineficiente, limitado e voltado ao domínio cultural de Portugal. O sistema educacional português exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola.

Angola, tendo se tornado independente já em guerra travada pelo partido no poder com os outros dois movimentos de libertação nacional por divergências ideológicas - já que o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido no poder, era apoiado pelo bloco socialista, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) pelo regime do Apartheid da África do Sul e pelos Estados Unidos da América e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) pela China e pela atual República Democrática do Congo - o MPLA, embora ambicionasse um ensino para todos nos moldes do pensar socialista, viu-se

sem condições materiais para cumprir tal desiderato. Até 2009 a Universidade Agostinho Neto continuou sendo a única instituição de ensino superior pública e estava apenas presente em 7 das 18 províncias de Angola: Luanda, Huambo, Huíla, Benguela, Uíge, Cabinda e Kwanza-Sul. Segundo Carvalho (2012) e Nguluve (2006) “*funcionavam, até a altura, 31 cursos de licenciatura*”, porém o curso de Serviço Social extinto em 1977 com o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII não constava de tal lista.

A partir de 1990 o Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho (MPLA-PT), retirou na sua designação oficial o Partido do Trabalho e abandonou o marxismo-leninismo como sua ideologia política. O país mudou a política de partido único para dar espaço ao multipartidarismo - resultado das negociações entre o MPLA e a UNITA para terminar a guerra civil - o que permitiu a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas em Angola. Depois das eleições, em setembro de 1992, o governo no poder (MPLA) adotou a política de economia de mercado (capitalismo).

Agora diferentemente dos ideais de educação do socialismo (que defende “as necessidades ou ideais da maioria”), as relações e objetivos da educação no sistema de produção e reprodução capitalista (sob a base de economia de mercado) e os pressupostos filosóficos e políticos de formação visam acima de tudo preparar a mão-de-obra “qualificada”, que permita ao capitalista a obtenção do maior lucro possível. Enquanto no socialismo o foco estava voltado para a vitória e “bem-estar” da população como um todo, no capitalismo o foco do sucesso passou a ser o indivíduo que busca para si a vitória e seu bem-estar. Como diria Nguluve (2006, p. 139), no capitalismo “o ensino é importante na medida em que é necessária a manutenção da força de trabalho especializada”. Este dado é central para compreender a natureza do Serviço Social em Angola: analisando a história do país esta profissão emerge no modo de produção capitalista, é “congelada” ou extinta no socialismo e é outra vez recriada no modo de produção capitalista, mas sempre com a iniciativa privada da Igreja Católica, como veremos.

Com a abertura para a economia de mercado, houve necessidade de adequar o sistema educativo nacional ao novo sistema político-ideológico. A marca desta reforma educativa é a Lei nº 13/01, Lei de Bases do Sistema de Educação que visa fundamentalmente escolarizar as crianças, reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e aumentar a eficácia educacional e, com isso, dar respostas às mudanças profundas que têm ocorrido no sistema socioeconômico angolano. A transição de uma economia de orientação socialista para uma economia de mercado de alguma forma exige novos critérios organizacionais do sistema

de educação e formação humana necessária, pois segundo a lei deve garantir o “progresso socioeconômico da sociedade angolana”, mas dentro do modo de produção capitalista.

Sendo esta a Lei que regula todo o processo educativo do país, a formação de Assistentes Sociais também deve respeitar os seus objetivos gerais, expressos no Art. 3 da mesma Lei n. 13/01, quais sejam:

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática; elevar o seu nível científico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Angola;
- b) Formar indivíduos capazes de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos;
- c) Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, pela unidade nacional, a preservação do ambiente e a conseqüente melhoria da qualidade de vida;
- d) Fomentar o respeito aos outros indivíduos e aos superiores interesses da Nação Angolana na promoção do direito à vida, à liberdade e à integridade pessoal;
- e) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos, em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo.

Com base na mesma Lei n.º/01, Lei de Bases do Sistema de Educação (LIBES) de 31 de dezembro de 2001, o sistema educacional atual estrutura-se em três níveis fundamentais: 1) Educação Pré-Escolar, 2) Ensino Geral, subdividido em Primário e Secundário; e 3) o Ensino Superior.

O ensino superior está estruturado em graduação e pós-graduação. E a graduação por sua vez subdivide-se em bacharelado e licenciatura. O bacharelado visa permitir ao estudante, segundo o parágrafo 2 do Art. 38 da Lei de Base do Sistema de Educação (LIBES) (2001), “a aquisição de conhecimentos científicos para o exercício de uma atividade prática no domínio profissional respectivo, em área a determinar, com carácter terminal”. O curso de bacharelado corresponde a ciclos curtos, com a duração de três anos. A licenciatura corresponde a uma formação mais alargada de quatro a seis anos de duração, dependendo do curso e, ainda de acordo com o artigo citado, parágrafo terceiro, a licenciatura tem como objetivo a “aquisição

de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais dentro do ramo do conhecimento respectivo e da subsequente formação profissional ou acadêmica específica” (Art. 38 da LIBES, 2001).

A pós-graduação está estruturada em mestrado acadêmico de dois a três anos de duração e visa essencialmente enriquecer e desenvolver competências técnico-profissionais do indivíduo licenciado. A pós-graduação profissional, que compreende a especialização de um ano de duração, visa proporcionar a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissionais do licenciado. O doutoramento, de quatro a cinco anos de duração, tem por objetivo proporcionar, segundo o parágrafo 6º do Art. 39 da LIBES (2001), a “formação científica, tecnológica ou humanista, ampla e profunda aos candidatos diplomados em cursos de licenciatura e/ou mestrado”.

Em Angola o curso de Serviço Social é uma licenciatura e, nos termos da Lei de Bases do Sistema de Educação, deve ter no mínimo quatro anos de duração e cinco no máximo. Tem acesso ao curso de Serviço Social quem terminou o médio completo ou equivalente.

Tal como dissemos, a formação de Assistentes Sociais não só é uma marca que aparece apenas nas fases históricas de produção capitalista, sendo extinta nos períodos socialista, mas também é sempre em primeiro lugar uma iniciativa privada e da Igreja Católica, seguida pelo Estado mais tarde. Este fato permite afirmar que quando existem limitações legais para iniciativas educativas privadas, ou seja, quando é o Estado o responsável exclusivo de “oferecer” serviços de Educação, verificamos a inexistência do curso de Serviço Social.

Na Angola independente o ensino privado aparece oficialmente autorizado pela publicação do Dec. 21/91 de 22 de junho e traduz, por um lado, a incapacidade do Estado em satisfazer a procura de educação e, por outro lado, a pressão exercida pela burguesia emergente desejosa de protagonizar dinâmicas próprias dos países capitalistas, vendo assim também a educação como mercadoria valiosa.

Com a abertura do Sistema de Ensino em Angola à iniciativa particular, o Governo de Angola concede à Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, (CEAST) autorização de criar a Universidade Católica de Angola (UCAN) como única instituição de ensino superior da Igreja Católica através do Decreto nº 38-A/92 de 7 de agosto, aparecendo assim como a primeira instituição privada de ensino superior na Angola independente.

Porém, embora a criação desta Universidade tenha sido oficializada em 1992, as atividades letivas só começaram a 22 de fevereiro de 1999, portanto sete anos depois, e embora, quer no tempo colonial quando após a independência, a formação de Assistentes

Sociais fora iniciativa da Igreja Católica em primeiro lugar, após o arranque das atividades letivas em 1999, foram precisos mais seis (6) anos para a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) criarem o curso de Serviço Social, o que ocorreu somente em 2005.

Se isso é o que se constata na Escola Católica, o que acontece com a formação do Assistente Social no ensino superior público e nas outras instituições privadas não católicas?

A Universidade Agostinho Neto se manteve até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país. Neste ano, parafraseando Carvalho (2012, p. 51-58),

[...] a Universidade Agostinho Neto (UAN) foi “partida” em 7 universidades de âmbito regional, mantendo-se a UAN a funcionar em Luanda e na província do Bengo, enquanto as faculdades, institutos e escolas superiores localizados nas demais províncias passaram a ficar afetos às demais seis novas universidades estatais (CARVALHO, 2012, p. 51).

- Benguela – Universidade Katyavala Bwila (atua nas províncias de Benguela e Kuanza-Sul)
 - Cabinda – Universidade 11 de Novembro (Cabinda e Zaire)
 - Dundo – Universidade Lueji-a-Nkonde (Luanda-Norte, Lunda-Sul e Malanje)
 - Huambo – Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico)
 - Lubango – Universidade Mandume ya Ndemofayo (Huíla, Cunene, Kuando-Kubango e Namibe)
 - Uíge – Universidade Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte)

Portanto, até a data de coleta de dados do presente trabalho existia em Angola desde 2009 o registro de 7 universidades, 7 institutos superiores e 2 escolas superiores estatais (estas últimas também autónomas), porém apenas em um instituto existe o curso de Serviço Social desde 2010, conforme se constata na tabela abaixo.

Quadro 02 – Instituições estatais de ensino superior em Angola com e sem curso de Serviço Social, Angola, 2015

Designação	Ano de criação	Sede	Serviço social
Universidade Agostinho Neto (UAN)	1962	Luanda	Não tem
Universidade Katyavala Bwila (UKB)	2009	Benguela	Não tem
Universidade 11 de novembro (UON)	2009	Cabinda	Não tem
Universidade Lueji-a-Nkonde (ULN)	2009	Dundo	Não tem
Universidade José Eduardo dos Santos (UJES)	2009	Huambo	Não tem

Universidade Mandume ya Ndemofayo (UMN)	2009	Lubango	Não tem
Universidade Kimpa Vita (UKV)	2009	Uíge	Não tem
Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED do Huambo)	2009	Huambo	Não tem
Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (ISCED de Luanda)	2009	Luanda	Não tem
Instituto Superior de Ciências de Educação do Lubango (ISCED do Lubango)	2009	Lubango	Não tem
Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (ISCED do Uíge)	2009	Uíge	Não tem
Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Norte	2009	Ndalatando	Não tem
Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul	2009	Sumbe	Não tem
Instituto Superior de Serviço Social de Luanda	2009	Luanda	Sim tem
Escola Superior Pedagógica do Bengo	2009	Caxito	Não tem
Escola Superior Pedagógica do Bié	2009	Kuito	Não tem

Fonte: MESCT citado por Carvalho in Revista Angolana de Sociologia, nº 9, 2012

Como frisamos, a primeira instituição privada de ensino superior em Angola foi a Universidade Católica de Angola, criada em 1992 e com funcionamento a partir de 1999. Seguiu-se uma série de outras instituições privadas de ensino superior e em 2011, segundo dados do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT), citados por Carvalho (2012, p. 51-58), totalizavam 10 universidades privadas e 12 institutos superiores privados, conforme tabela abaixo:

Quadro 03 – Instituições privadas de ensino superior com e sem curso de Serviço Social, Angola, 2011

Designação	Ano de criação	Sede	Serviço Social
Universidade Católica de Angola (UCAN)	1992	Luanda	Tem
Universidade Jean Piaget de Angola (UJPA)	2001	Luanda	Não tem
Universidade Lusíada de Angola (ULA)	2002	Luanda	Não tem
Universidade Independente de Angola (UNIA)	2005	Luanda	Não
Universidade Privada de Angola (UPRA)	2007	Luanda	Não
Universidade de Belas (UNIBELAS)	2007	Luanda	Não
Universidade Gregório Semedo (UGS)	2007	Luanda	Não
Universidade Metodista de Angola (UMA)	2007	Luanda	Não
Universidade Óscar Ribas (UOR)	2007	Luanda	Não
Universidade Técnica de Angola (UTANGA)	2007	Luanda	Não
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS)	2007	Luanda	Não
Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA)	2007	Luanda	Não
Instituto Superior Politécnico de Benguela	2011	Benguela	Não
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	2011	Luanda	Não
Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	2011	Lubango	Não

(Lubango)			
Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias “Ekuikui II”	2011	Huambo	Não
Instituto Superior Politécnico Independente	2011	Lubango	Não
Instituto Superior Politécnico Kanganjo	2011	Luanda	Não
Instituto Superior Politécnico Metropolitano	2011	Luanda	Não
Instituto Superior Politécnico Pangeia	2011	Lubango	Não
Instituto Superior Politécnico de Tecnologias	2011	Luanda	Não
Instituto Superior Politécnico da Tundavala	2011	Lubango	Não

Fonte: MESCT citado por Carvalho (23012). In: Revista Angolana de Sociologia, nº 9, 2012.

Como se pode verificar até 2011 Angola contava com 38 instituições de ensino superior, sendo 17 universidades (7 estatais e 10 privadas), 19 institutos superiores (7 estatais e 12 privados) e 2 escolas superiores autônomas (ambas estatais). Deste total, apenas duas 2 instituições (1 estatal e 1 privada), concretamente o Instituto de Superior de Serviço Social e a Universidade Católica de Angola, têm o curso de Serviço Social.

Na Angola independente, o encerramento e a conseqüente apropriação do patrimônio do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII em 1977 pelo Estado angolano, se deveu não apenas por não haver professores para prosseguir com o curso, mas também pelo fato de o Estado angolano, à época com orientação ideológica marxista-leninista, considerar que os objetivos deste curso “não se coadunavam” com o socialismo. Cohen e Dumbo (2015) assim se referem a este momento:

Nós, os assistentes sociais, estávamos divididos, entre os portugueses e angolanos, os que se iriam embora para Portugal e os que ficámos. Ficou um pequeno núcleo a tentar terminar os cursos que iam a meio, para não prejudicar os estudantes. Tínhamos a colaboração de duas sociólogas, uma brasileira, a Lia e uma colombiana, a Angélica, que tinham vindo da Argélia com o MPLA, e que o próprio Movimento do MPLA encaminhara para o Instituto (COHEN; DUMBO, 2015).

Segundo ainda estas Assistentes Sociais, depois da independência, isto é, em 1976, durante a 3.^a reunião plenária do Comité Central do MPLA, realizada de 23 a 29 de outubro de 1976 em Luanda, foram tomadas as seguintes decisões que animaram o pequeno grupo de Assistentes Sociais que ficaram no país e continuam hoje:

Nada faria prever o que se seguiu, a extinção do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII e a nacionalização do seu património, de acordo com a nacionalização de todas as estruturas das igrejas católica e protestante. Na altura o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) acreditava que o Serviço Social seria disciplina das organizações de massa, caberia à OMA (Organização da Mulher Angolana) traçar e executar as políticas sociais (COHEN; DUMBO, 2015).

Portanto, fazendo uma análise do período que vai de 1977, ano da extinção do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, até a refundação desta Escola apenas em 2005, rigorosamente falando se pode afirmar que não houve Serviço Social em Angola nesta triste etapa da nossa história, sem isso significar que não houve trabalho social, nos quais os poucos Assistentes Sociais que haviam ficado no país participavam.

Não houve Serviço Social pois o conjunto de serviços sociais, cuja garantia e prestação junto aos “empobrecidos” eram motivos que demandaram a criação da profissão, embora fossem necessários na Angola independente – uma vez que as consequências do longo processo de exploração capitalista colonial ainda estavam presentes e se alargavam com a guerra - no Estado Socialista que se instituiu em Angola estes mesmos serviços sociais deixaram de ser também “*mecanismo de aumento da produtividade junto da mão-de-obra*” como o foi no tempo colonial, e passaram a ser responsabilidade exclusiva do Estado. Ocorre que não compreendendo a natureza dos serviços sociais na sociedade capitalista, o Estado só viu uma parte da “faca de dois gumes” nos serviços prestados pelos Assistentes Sociais no tempo colonial e por isso interpretou-os como profissionais que no tempo colonial só estiveram a serviço do agora antigo colonizador capitalista português, e por isso desfez-se imediatamente deles, adotando muitas vezes posturas rígidas com este profissional. Vejamos o que Cohen e Dumbo (2015) dizem a respeito:

Seguiram-se os anos do “congelamento”. Alguns assistentes sociais, face a essa morte em vida, foram fazer outros cursos: Direito, Economia, Psicologia [...]. Foram anos difíceis, éramos obrigados a trabalhar somente no MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social); para irmos para outro Ministério os titulares das pastas tinham que concordar. Quem não fosse autorizado, e fosse trabalhar para alguma ONG, a entidade patronal deveria proceder ao despedimento, como foi o caso de uma colega, Antónia Leal Monteiro, que ficou anos sem poder trabalhar. E lá vinha o seu nome lido nos noticiários como contrarrevolucionária (COHEN; DUMBO, 2015).

Ao longo período de “congelamento” da profissão seguiu-se quase três décadas de guerra civil, em que a situação de guerra vai-se agravando e refletindo na vida das populações e na sua sobrevivência. Os poucos quadros técnicos de Serviço social que ainda se encontravam no país o abandonam. A população emigra para as cidades sede das províncias sobretudo Luanda, a capital do país, cuja população atinge cerca de 1/3 da população total angolana.

O acesso precário à alimentação, aos serviços de saúde, habitação inadequada, falta de bens e serviços remetem a população a uma situação de pobreza extrema. Para amenizar esta

situação assiste-se à entrada no país, nos finais da década de 1970 e durante a década de 1980, de Organizações Não-Governamentais Internacionais principalmente do Canadá, Grã-Bretanha como a Development Workshop (DW); a ACORD, a Oxfam, a Save the Children UK, a OIKOS, a Federação Luterana, que se dedicavam ao trabalho nas zonas suburbanas inicialmente em Luanda e posteriormente nas outras províncias, assistindo crianças e adultos gravemente atingidos pela guerra e pela pobreza. São implementados projetos de construção de escolas, chafarizes para fornecimento de água potável, apoio médico e projetos de instrução básica.

Além das Organizações Não-Governamentais internacionais joga também um papel importante como facilitadora do desenvolvimento da sociedade civil angolana, a Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), entre outras, com quais as organizações internacionais criam numa fase posterior parcerias que permitem o desenvolvimento de alguma consciência do tipo de sociedade existente em temas de Direitos humanos, gênero, justiça e mediação de conflitos rumo à paz e apoiam a criação e formação de ONGs nacionais. A Organização das Nações Unidas, através das suas agências, desempenha um papel crucial – Programa Alimentar Mundial (PAO), UNICEF, PNUD, ONUSIDA; OMS. A institucionalização do Serviço Social em Angola, no pós-independência, inscreve-se, pois, neste contexto histórico, político-ideológico, econômico e social.

Depois deste longo período de “luto do Serviço Social em Angola”, a que Cohen e Dumbo (2015) chamam de fase de “morte em vida” e “congelamento do Serviço Social”, a Igreja Católica, através da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST), preocupada com a situação de pobreza toma a iniciativa de reiniciar a formação de trabalhadores sociais em nível superior para atuar neste quadro caótico anteriormente descrito. O curso de Serviço Social só veio a ser refundado em 2005, com a criação do Instituto Superior João Paulo II pela Igreja Católica através da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé. Este curso iniciou e continua a funcionar nas instalações em que funcionou o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, que formava Assistentes Sociais e outros trabalhadores sociais no tempo colonial, devendo a sua refundação ao reconhecido esforço do então Frei João Domingos.

Porém, tendo o estado angolano, através do Decreto nº 38-A/92 de 7 de Agosto, autorizado a criação da Universidade Católica de Angola (UCAN) como única instituição de ensino superior da Igreja Católica, o processo de legalização da nova escola de Serviço Social na Angola independente, o Instituto Superior João Paulo II, viu-se no início de um outro processo burocrático pelo seu reconhecimento e legalização, esforço que culminou com a publicação do Decreto executivo nº 128/11 de 26 de Agosto que integrou com efeitos

retroativos, a partir do início do ano de 2005, o curso de Serviço Social na Universidade Católica de Angola, tornando desta forma o ISUP JPII (Instituto Superior João Paulo II) uma unidade orgânica da Universidade Católica de Angola.

Em 2009, através do Decreto nº 7/09 de 12 de maio do Conselho de Ministros, foi criado o Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), a primeira instituição pública a formar Assistentes Sociais em Angola, tendo recebido os primeiros estudantes em 2010.

Uma análise quer dos Projetos Pedagógicos do curso de Serviço Social quer do Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola), quanto do Instituto de Superior Serviço Social, mostra grandes similitudes em relação à visão do curso, os princípios orientadores, os objetivos a que se propõem, o perfil do ingressante, carga horária, sendo que a nota de distinção maior talvez seja a existência no Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) de algumas disciplinas a mais de viés filosófico católico, voltadas a proporcionar uma cosmovisão católica e de sua proposta de enfrentar a “questão social” nos termos dos princípios evangélicos e da Doutrina Social da Igreja, afinal como deixam claro os Documentos da Igreja:

A Escola Católica é uma instituição eclesial – participa plenamente da missão eclesial da Igreja. Esta está plenamente convicta de que a Escola Católica, ao oferecer o seu projeto educativo aos Homens do nosso tempo, atua numa tarefa eclesial insubstituível e urgente. Por meio dela, a Igreja participa no diálogo cultural, com um contributo e proporcionador do progresso para a formação integral do Homem. A Igreja, refletindo sobre sua missão salvífica, considera a Escola Católica um ambiente privilegiado para a formação integral dos seus fiéis e um serviço de suma importância para todos os Homens (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, A Escola Católica, nº 15 e 16 spud FERNANDO, 2010 p. 47).

Excluindo este aspecto do Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ser uma instituição eclesial, fato que tem implicações na organização da própria vida académica, montagem do currículo do curso, seleção de professores e na carga horária, encontramos mais similitudes do que diferenças entre as duas únicas instituições de formação de Assistentes Sociais em Angola. Tal deve-se sem dúvida ao fato do Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ter participado ativamente na montagem do curso de Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social por meio de seus professores e membros da direção, além da direção deste curso estar sob responsabilidade de ex-alunos do Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) e a maior parte dos seus professores ser composta por professores daquele. Disso é testemunha o seguinte depoimento:

Relembramos aqui as reuniões conjuntas no Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e a disponibilidade da equipa do Instituto Superior João Paulo II, no fornecimento de currículo, carga horária e índices programáticos, em reuniões no MINARS com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro e da Excelentíssima Senhora vice-ministra. (COHEN; DUMBO, 2015).

Em respeito aos princípios legais estabelecidos na Lei n. 13/01, Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), de 31 de dezembro de 2001, ambos os cursos titulam licenciados e têm a duração de 8 semestres, perfazendo um total de 4 anos. Os dois cursos contemplam disciplinas teóricas (T), teórico-práticas (TP) e práticas (P), com apenas pequenas diferenças na carga horária entre os cursos, que repercute também nos Totais Semestrais por Disciplina (TSD), conforme podemos verificar nas tabelas abaixo.

Quadro 04 – Distribuição comparativa das disciplinas do 1º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
1º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 11	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 10	T	P	P	SD
Introdução ao Serviço Social	1	1	2	4	História de Angola	4		4	60
Introdução à Sociologia	1	1	1	3	Fundamentos Históricos do Serviço Social	3		3	45
Introdução à Psicologia	1	1		2	Introdução a Investigação Social	2		2	30
Introdução ao Estudo do Direito	1	1	1	3	Psicologia Geral	3		3	45
Introdução à Filosofia	1	1		2	Introdução ao Direito	2	1	3	45
Introdução à Economia	1	1	1	3	Filosofia Geral	4		4	60
História de Angola I	1	1		2	Língua Portuguesa	2	1	3	45
Métodos e Técnicas de Investigação Social I	1	1	1	3	Língua Nacional	2	1	3	45
Técnicas de Comunicação	1		1	2	Língua Estrangeira	2	1	3	45
Língua Portuguesa	1	1		2	Informática Básica para o Serviço Social	2	2	4	60
Língua Inglesa	1	1		2	TOTAL. Semanal	26	6	32	
TOTAL. Semanal	11	10	7	28	TOTAL. Semestral				480
TOTAL. Semestral				420					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

Conforme a tabela apresentada verificamos que o primeiro semestre em ambas as instituições de formação de Assistentes Sociais em Angola possui disciplinas introdutórias que totalizam 420h para o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola e 480h para o Instituto Superior de Serviço Social. Nota-se que esta última, embora tenha menos uma disciplina em relação ao Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola, tem mais 60 horas letivas para o primeiro semestre. As disciplinas do primeiro semestre quer num quando noutra curso estão voltadas para a formação geral e para a introdução do estudante iniciante na temática do Serviço Social.

Quadro 05 – Distribuição comparativa das disciplinas do 2º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
2º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 11	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 09	T	P	P	SD
Introdução ao Serviço Social	1	1	2	4	Introdução a Sociologia	2	1	3	45
Teorias Sociológicas	1	1	1	3	Fundamentos Históricos do Serviço Social	3		3	45
Psicologia Social	1	1	1	3	Mét.e Técnicas de Pesquisa Social	1	2	3	45
Direito da Família e do Menor	1	1		2	Psicologia do Desenvolvimento	3		3	45
Antropologia Filosófica	1	1		2	Direito da Família e Menores	3		3	45
Economia I	1		1	2	Língua Portuguesa	2	1	3	45
História de Angola II	1	1		2	Língua Nacional	2	1	3	45
Métodos e Técnicas de Investigação Social I	1	1	1	3	Língua Estrangeira	2	1	3	45
Observatório Social		3	2	5	Observatório Social		4	4	60
Língua Portuguesa	1	1		2	TOTAL. Semanal	8	0	8	
Língua Inglesa	1	1		2	TOTAL. Semestral				420
TOTAL. Semanal	10	12	8	30					
TOTAL. Semestral				450					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II (UCAN) e ISSS.

No segundo semestre o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola tem uma carga horária calculada de 450 horas letivas, 30 a mais em comparação com o Instituto Superior de Serviço Social. Este tem 420h distribuídas em 9 disciplinas contra 11 do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola. Verificando o conteúdo destas disciplinas não se observam grandes diferenças, com a exceção da existência no Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola de uma cadeira de Antropologia Filosófica, cujo conteúdo e objetivos estão mais voltados para dar uma base filosófica católica do homem e de suas instituições e/ou organizações.

Quadro 06 – Distribuição comparativa das disciplinas do 3º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
3º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 09	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 07			P	SD
Teoria e Metodologia do Serviço Social	3		1	4	Teorias e Métodos do Serviço Social	3		3	5
Sociologia Rural e Urbana	3			3	Pesquisa em Serviço Social I	2	1	3	5
Psicologia das Organizações	3		1	4	Antropologia Social e Cultural	3		3	5
Economia II	2		1	3	Introdução à Economia	3		3	5
Antropologia Social e Cultural	3			3	Direito do Trabalho	3		3	5
Psicologia do Desenvolvimento	3			3	Sociologia Rural e Urbana	3		3	45
Pensamento Social da Igreja	3			3	Psicologia Social das Organizações	2	1	3	45
Língua Portuguesa	1	1		2	TOTAL. Semanal	19	2	1	
Língua Inglesa	1	1		2	TOTAL. Semestral				315
Métodos e Técnicas de Investigação Social II	2	1		3					
TOTAL. Semanal	24	3	3	30					
TOTAL. Semestral				450					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II (UCAN) e ISSS

Uma comparação do 3º semestre entre as escolas que formam Assistentes Sociais em Angola demonstra a diferença da carga horária total do semestre entre as instituições. O Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola aparece com mais tempos letivos, num total de 450 horas distribuídas em 9 disciplinas, contra 315 horas do Instituto Superior de Serviço Social que neste semestre tem apenas 315 horas para 7 disciplinas, uma diferença de 135 horas. Considerando o fato do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola ser uma instituição eclesial e também um espaço de “formação do laicato católico”, como é definido nos documentos da Igreja sobre a escola Católica, aqui vemos uma disciplina de Pensamento Social da Igreja que não existe na instituição pública. Esta disciplina tem como objetivo oferecer ao estudante e futuro Assistente Social a visão da Igreja sobre a “questão social” e seus modos de enfrentamento.

Quadro 07 – Distribuição comparativa das disciplinas do 4º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
4º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 10	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 07	T	P	P	SD
Teoria e Metodologia do Serviço Social	3		1	4	Teorias e Métodos do Serviço Social	3		3	45
Sociologia da Família	3			3	Pesquisa em Serviço Social II	2	1	3	45
Problemas Sociais Contemporâneos	3			3	Antropologia Social e Cultural	3		3	45
Geografia Humana	2			2	Economia Social	3		3	45
Antropologia Social e Cultural	3			3	Técnicas de Comunicação	2	1	3	45
Direito do Trabalho e Social	2		1	3	Sociologia do Trabalho	3		3	45
Bases de Saúde Pública	2		1	3	Estágio Supervisionado I		8	8	120
Língua Portuguesa	1	1		2	TOTAL. Semanal	6	0	6	
Língua Inglesa	1	1		2	TOTAL. Semestral				390
TOTAL. Semanal	20	2	3	25					
TOTAL. Semestral				375					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

O 4º semestre entre as duas instituições de formação de Assistentes Sociais em Angola é igualmente equilibrado em termos de carga horária, que desta vez é superior no Instituto Superior de Serviço Social em 15 horas letivas. Porém o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola apresenta neste semestre disciplinas como Geografia Humana, Sociologia da Família e Direito do Trabalho que não aparecem em nenhum semestre da outra escola.

Quadro 08 – Distribuição comparativa das disciplinas do 5º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
5º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 10	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 07	T	P	P	SD
Serviço Social com Comunidade	3		1	4	Serviço Social de Comunidades	3		3	5
Planeamento e Gestão de Projetos	3			3	Saúde Pública	3		3	5
Psicopatologia	1	1		2	Planeamento e Gestão de Projetos Sociais	2	1	3	5
Estatística para as Ciências Sociais	3			3	Estatística Aplicada ao Serviço Social	2	1	3	5
Axiologia e Ética	3			3	Teorias e Dinâmicas de Grupo	2	2	4	0
Sociologia do Desenvolvimento	2		1	3	Ética e Deontologia para o Serviço Social	2	1	3	5
Deontologia Profissional	3	1		4	Estágio Supervisionado II (Projeto de estágio)	3	3	6	0
Teorias e Dinâmicas de Grupo	1		1	2	TOTAL. Semanal	7		5	
Seminário de Preparação de Estágio	1	2		3	TOTAL. Semestral				75
Língua Nacional	1	2		3					
TOTAL. Semanal	21	6	3	30					
TOTAL. Semestral				450					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

No 5º semestre o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola apresenta 10 disciplinas contra 7 do Instituto Superior de Serviço Social e 15 horas letivas a mais a favor do primeiro. Em termos de disciplinas constatamos que na instituição Católica mais uma vez aparece a disciplina de Axiologia e Ética que não aparece no outro instituto, uma disciplina voltada a apresentar a interpretação do problema lógico e axiológico sob autores que complementam ou concordam com a cosmovisão católica. Porém do ponto de vista das disciplinas técnicas nota-se que o primeiro, o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola, tem as disciplinas de Psicopatologia, de Teoria e Dinâmicas de Grupo e a Sociologia do Desenvolvimento que não são oferecidas na instituição pública. A diferença de carga horária é de 15 horas a mais para o Instituto Superior de Serviço Social.

Quadro 09 – Distribuição comparativa das disciplinas do 6º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
6º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 07	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 05	T	P	P	SD
Serviço Social e Intervenção Social	3		1	4	Intervenção Social em Serviço Social	2	1	3	5
Planeamento e Gestão de Projetos	1	1		2	Política Social	3	1	4	0
Supervisão em Serviço Social I	2		1	3	Planeamento e Gestão de Projetos Sociais	2	1	3	5
Estatística para as Ciências Sociais	1	1		2	Estatística Aplicada ao Serviço Social	2	1	3	5
Língua Nacional	1	1		2	Estágio Supervisionado III		8	18	70
Organização e Administração do Estado	2			2	TOTAL. Semanal	9	2	31	
Estágio de Instituição		15		15	TOTAL. Semestral				65
TOTAL. Semanal	10	18	2	30					
TOTAL. Semestral				450					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

O 6º semestre é quase similar em termos de carga horária e disciplinas, com 15 horas a mais para o Instituto Superior de Serviço Social, ao passo que o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola apresenta na sua grade uma disciplina voltada para compreender o Estado, sua organização e formas de administração ao longo da história, que não é ofertada no Instituto Superior de Serviço Social.

Quadro 10 – Distribuição comparativa das disciplinas do 7º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
7º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 07	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 05	T	P	P	SD
Correntes Modernas do Serviço Social	4			4	Serviço Social na Contemporaneidade	3		3	5
Política Social	3		1	4	Seminários de Temas da Atualidade	3		3	5
Segurança Social	2		1	3	Segurança Social	3		3	5
Supervisão em Serviço Social II	3		1	4	Seminário Metodológico para Monografia	3		3	5
Seminário de Metodologia para Monografia (TCC)	3		1	4	Estágio Supervisionado IV	3	3	6	20
Seminário de Temas da Atualidade	5			5	TOTAL. Semanal	15	3	18	
Seminário de Preparação de Estágio	1		3	4	TOTAL. Semestral				270
TOTAL. Semanal	21		7	28					
TOTAL. Semestral				423					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

Uma análise comparativa do 7º semestre entre as duas instituições formadoras de Assistentes Sociais em Angola é fundamentalmente marcada pela carga horária letiva neste semestre. O Instituto Superior João Paulo II vem a frente do Instituto Superior de Serviço Social com uma diferença de 153 horas para mais.

Quadro 11 – Distribuição comparativa das disciplinas do 8º semestre por instituição de formação de Assistentes Sociais e por carga horária, Angola, 2015

Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) ISUPJP II (UCAN)					Instituto Superior de Serviço Social ISSS				
8º SEMESTRE									
Nº DE DISCIPLINAS: 03	T	P	TP	TSD	Nº DE DISCIPLINAS: 02	T	P	P	SD
Estágio Final de Curso. 5 meses/6 horas por dia. 30 horas=5 dias/semana x 6 horas/dia		28	2	30	Estágio Final de Curso (Supervisionado V) 6 horas X 4 dias X 15 semanas		4		50
Elaboração de Relatório de Estágio		2		2	Orientação da Monografia (TCC)		8		70
Elaboração da Monografia (TCC)	30	100		130	TOTAL. Semanal		0		
TOTAL. Semanal				32	TOTAL. Semestral				20
TOTAL. Semestral				610					

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

O 8º semestre nas duas instituições é fundamentalmente reservado aos estágios. A diferença é que enquanto os estudantes do Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola, além do Trabalho de Conclusão do Curso, em que elaboram os resultados de um estudo sobre uma determinada temática, ainda apresentam um Relatório de Estágio voltado à reflexão sobre as ações de caráter interventivo que marcaram o estágio. Os estudantes do Instituto Superior de Serviço Social apresentam apenas um trabalho acadêmico, ao passo que os do ISUP PP II apresentam dois: o TCC e o Relatório Final de Estágio.

Gráfico 01 – Distribuição comparativa da carga horária por ano e por instituição de formação de Assistentes Sociais, Luanda, 2015



Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do ISUP JP II (UCAN) e ISSS.

Conforme o gráfico apresentado verificamos que o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola, apresenta números relativamente maiores tanto em termos de carga horária geral do curso quanto ao número de disciplinas que compõem o curso, tendo um total de 3628 horas letivas distribuídas nos quatro anos de formação contra 3435 do Instituto Superior de Serviço Social, uma diferença de 193 horas a mais a favor da instituição Católica. Em termos de disciplinas o Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola, tem 58 disciplinas contra 52 da Instituição pública. A nosso ver tal diferença de carga horária e de disciplinas deve-se fundamentalmente ao fato do Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola, ter a prerrogativa de incluir algumas disciplinas que oferecem a sua visão doutrinária do mundo social e por buscar uma formação mais tecnicista comparativamente ao Instituto Superior de Serviço Social.

Não obstante estas características, podemos encontrar traços comuns entre ambas as instituições:

1. Os dois cursos têm um forte pendor prático, ou seja, voltado para a intervenção;
2. Valorização dos estágios que começam logo nos primeiros anos com o observatório social, estendendo-se em maior tempo nos restantes anos do curso;
3. Preocupação com a tecnificação do profissional, caracterizada por um aparato de disciplinas voltadas ao domínio da informática, gestão de projetos sociais entre outras;

4. Inexistência de definição de uma corrente ou teoria social como privilegiada ou “hegemônica”, o que coloca fronteiras muito tênues entre um ecletismo desavisado e um pluralismo inconsciente;
5. Presença das noções de Serviço Social com “casos”, “grupos” e “comunidades” embora não tratados como “métodos” separados;
6. Forte presença da visão Católica e moderna sobre a “questão social” e seus modos de enfrentamento, constantes pelo menos nos documentos oficiais que orientam a prática formativa, uma vez que ambas as escolas se propõem a “colaborar e participar no projeto de sociedade elaborado pelo Estado Capitalista que abandonou o socialismo”;
7. Formação progressista e crítica visando participar na ampliação dos direitos humanos, porém dentro da ordem social vigente e sem proposta de rompimento.

Podemos assim concluir que no contexto atual a formação do Assistente Social se enquadra no conjunto de mecanismos gerais voltados a participar harmoniosamente nos processos em curso. O discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no ano novo de 2013, pelo menos indica a isso:

No mundo atual, e mesmo na nossa sociedade, em que o valor da vida começa infelizmente a ser avaliado por considerações puramente utilitárias e materialistas, o Estado deve adoptar políticas de serviço social e resgatar o espírito de solidariedade que sempre caracterizou o nosso povo.

Embora seja irrefutável que as Escolas do Serviço Social em Angola - com maior destaque para o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola - sejam naquele contexto tidas como escolas críticas, sendo muitas vezes os Assistentes Sociais ironicamente tratados por “filhos do Frei João Domingos”, uma analogia por aquele missionário de feliz memória ter se apresentado muitas vezes publicamente a dirigir críticas sobre as injustiças sociais e o modo como a sociedade em geral enfrenta tais problemas, os Assistentes Sociais em Angola se revejam nas posições de Cohen e Dumbo (2015), segundo as quais:

Nós não somos executores cegos, robôs obedecendo a comandos. As nossas disciplinas curriculares de Intervenção Social, bem como todas as cadeiras de Serviço Social, ensinam que devemos intervir com responsabilidade, com opções, muitas vezes em cenários de conflito e de tensões (COHEN; DUMBO, 2015).

Fazendo recurso às palavras de Netto (2011) entendemos que a formação e a prática profissional dos Assistentes Sociais em Angola ao não se propor ainda no seu projeto profissional outra sociabilidade, aquela que supere a atual marcada pelas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, tal como o antigo Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII que naquele contexto já fora crítico, reconhecemos as duas escolas existentes hoje como *progressistas e críticas na formação de assistentes sociais*, mas dentro da mesma ordem que os demanda, legítima e coexiste. Ambas são instituições demandadas e legitimadas por uma sociedade e Estado capitalistas não mais coloniais que “contemplam reformas, mas dentro dessa ordem” capitalista não colonial. Assim quanto aos seus fins não encontramos mudanças essenciais, além das metamorfoses que a própria ordem capitalista cria e que estas escolas adotam para poder sobreviver. Dessa constatação são testemunhas os depoimentos das Assistentes Sociais formadas no tempo colonial que entrevistamos. Vejamos:

Quando indagadas sobre a **comparação da formação colonial de Assistentes Sociais com a atual no país em termos de disciplinas e princípios orientadores**, obtivemos as seguintes respostas.

Depoimento da Assistente Social A1 colhido em janeiro de 2015:

A evolução do próprio Serviço Social e o contexto ditou novas cadeiras e novas abordagens. No tempo do Pio XII ainda se dava o caso, grupo e comunidades como métodos separados. Nas cadeiras gerais não se dava língua portuguesa ou inglesa. As línguas nacionais eram extracurriculares e leccionadas à noite e abertas. A Introdução ao Serviço Social, a intervenção, os seminários sobre problemas sociais contemporâneos e temas de atualidade, faziam parte da grade curricular. Os estágios eram muito exigentes e o TCC também.

Depoimento da Assistente Social A2 colhido em janeiro de 2015:

Sim, podemos dizer que eram iguais, na sua maioria, mas não havia uma carga tão grande de aspectos de religião, embora se estudasse a Bíblia por ser uma escola

católica de qualquer maneira...Mesmo assim havia alunos de outras religiões e foi dos primeiros cursos a ter rapazes e raparigas. Não me lembro de ir a nenhuma missa a não ser a do início e abertura do ano.

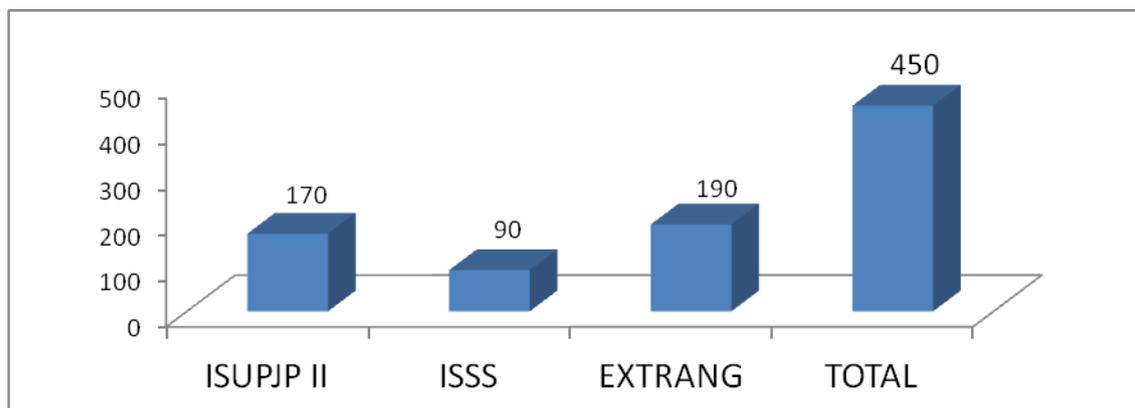
Havia também algumas disciplinas teóricas e práticas de medicina. Estudavam-se as doenças da infância e organizavam-se com o Ministério da Saúde campanhas de vacinação para crianças num bairro; aprendiam-se canções infantis, pois a mobilização das comunidades era muitas vezes através das crianças, o que facilitava o contato com as mães para os programas educacionais materno-infantis por exemplo; ia-se para os estágios sempre em grupo com os educadores sociais e de infância, onde estavam definidas as atividades e responsabilidades de cada um, sendo que as destes era subordinadas àqueles; toda a nossa formação era direcionada para a utilização dos materiais locais, utilização de alimentos locais nomeadamente para as crianças, que as educadoras tinham que ensinar as mães a produzir e utilizar e os assistentes sociais tinham que acompanhar e por vezes também fazer.

Depoimento da Assistente Social A3 colhido em janeiro de 2015:

Não havia muita diferença entre as disciplinas do Pio XII e as que hoje se dão no ISUP JP II (Instituto Superior João Paulo II), aliás porque quando elaboramos o currículo procuramos adaptar o antigo aos novos tempos, à nova realidade. Com exceção da introdução de outras disciplinas que hoje se impõem como o Inglês por exemplo. Há muita coisa a ser valorizada, para lecionar as disciplinas existiam bons professores como Cardeal Alexandre do Nascimento, freiras e padres. José Redinha, Óscar Ribas, alguns médicos, enfermeiros, a Isabel Pimentel e a Suzana de Almeida esta última na altura também formada em sociologia em Lile França. Outros professores eram formados em ciências sociais e políticas ultramarinas, cursos ligados ao trabalho nas comunidades como: organizar Juntas de Povoamento, fazer alinhamento de residências das sanzalas.

Até 2014, segundo a Comissão Instaladora da Associação dos Assistentes Sociais em Angola, não existem dados exatos mas estimativas apontam existir no país aproximadamente 450 Assistentes Sociais, em sua maioria formados em Angola e também outros formados no Brasil, Portugal, Alemanha, Canadá, etc.

Gráfico 02 – Distribuição dos Assistentes Sociais existentes no país segundo a instituição formadora, Luanda, 2014



Fonte: Comissão Instaladora da ASS Angola, Angola, 2014

Em relação ao enquadramento dos Assistentes Sociais existentes nos pais nos espaços laborais, dados de um estudo realizado em 2014 pelo Grupo Dinamizador da Associação de Assistentes Sociais de Angola, que visava estudar as opiniões sobre problemas ligados à atividade dos profissionais, sua inserção no mercado de trabalho, enquadramento, bem como sobre a pré-associação, dos 81 profissionais representando 18% dos profissionais que se estimam existir no país, apenas 35 ou 43,2% estavam inseridos como Assistentes Sociais, muitos estavam colocados como professores, funcionários administrativos e ainda outros não souberam especificar.

Quadro 12 – Distribuição dos Assistentes Sociais segundo seu enquadramento laboral, Luanda, 2014

Nº de Assistentes Sociais	%	Forma de colocação no trabalho
35	43,2	Assistentes sociais
14	17,3	Professores
4	4,9	Enfermeiros
7	8,6	Não trabalham
9	11,1	Administrativos
2	2,5	Educadores sociais
10	12,3	Não especificaram
81	100	Total

Fonte: Comissão Instaladora da ASS Angola, Angola, 2014

Estes dados, embora não conclusivos, indicam que mesmo existindo no país a qualificação profissional dos Assistentes Sociais como técnicos superiores, em muitos quadros orgânicos não estão providos lugares para Assistentes Sociais e em muitos em que esta função está prevista não raras vezes é ocupada por outro profissional.

4.2- GÊNESE E NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FAA

4.2.1- Quando é que se está diante do Serviço Social nos SSFAA?

Para a compreensão deste tema vamos primeiro apresentar os elementos marcantes que nos fazem compreender em que circunstância se está diante do Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA. Achemos que tal colocação é importante para não se confundir o Serviço Social com outras práticas sociais. Desta forma partimos dos seguintes pressupostos:

- É a demanda que cria a profissão e não o contrário;
- Uma vez posta previamente a demanda que suscita a profissão, a sociedade em geral reconhece em algumas categorias profissionais a possibilidade de atuar naquela demanda e para isso as legitima por via de suas instituições competentes, o Estado;
- O Estado legitima a profissão suscitada por uma demanda sóciohistórica e não a cria do nada.

Por este motivo defendemos que:

1. Não podemos falar de Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas sem a legitimação desta profissão pela autoridade competente (representante do Estado) naquele espaço sócio-laboral;
2. Não existe Serviço Social sem Assistentes Sociais, porém isso não significa que não possam existir algumas formas de trabalho social que podem ser confundidas com aquele;
3. A legitimação do Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas foi antecedida e conduzida por um conjunto de outros processos sociais, o

que exige a compreensão destes processos que o anteciparam e conduziram à sua institucionalização.

A história do desenvolvimento do trabalho social nos Serviços de Saúde das FAA é parte integrante da história do desenvolvimento do Sistema de Saúde das FAA, estando por isso influenciado e marcado pelas diferentes épocas e contextos sociopolítico e militar que o país viveu.

A preocupação em evitar a morte imediata dos efetivos feridos no campo de batalha e a sua evacuação para o tratamento e reabilitação em níveis superiores traduziu-se no desenvolvimento do Sistema de Tratamento e Evacuação por etapas, que culminava com a Hospitalização nos Hospitais Militares Regionais e Hospital Militar Principal.

Neste contexto a evacuação e o internamento nas Unidades Sanitárias converteram os enfermeiros e comissários políticos em agentes do trabalho social, derivando deste quadro a inclusão da “seção política” como se convencionavam chamar as instituições sanitárias das Forças Armadas Angolanas, que assumiam o papel de sensibilização e elevação da condição moral e educação patriótica dos feridos e doentes, o contato com a família e entidades filantrópicas, reservando-se para o pessoal de saúde a responsabilidade pela assistência médica e medicamentosa.

A concentração dos feridos no Hospital Militar Principal e a complexidade da natureza do tratamento e reabilitação fizeram emergir a necessidade de estruturação do trabalho social, com o objetivo de se dar resposta aos diferentes problemas de carácter social que os militares feridos em combate apresentavam.

Com efeito, em 1977, a Direção do Hospital Militar Principal em coordenação com a Secretaria do Estado dos Antigos Combatentes (SEAC) - atual Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria -, decidiu criar o Setor Social tendo como base ações desenvolvidas por um grupo de senhoras Bessa – Nganas afetas à Organização da Mulher Angolana (OMA) ligado ao MPLA, partido desde então e até aqui no poder.

Inicialmente, o trabalho social foi concebido para dar suporte aos militares com deficiências graves como cegos e amputados e ocupava-se também da evacuação dos mesmos para o exterior do País, a evacuação de doentes para as suas unidades de origem depois da alta, bem como a sua reinserção sóciofamiliar, caso fosse necessário.

A partir de 1992, com a extinção das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, braço armado do Partido MPLA no poder de cariz socialista, e com a criação das Forças Armadas Angolanas o “setor político” deu origem a “educação patriótica”, tendo desaparecido a seção política das Unidades Sanitárias e o trabalho social deixou de estar estruturado nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas.

Como resultado deste quadro no Hospital Militar Principal/Instituto Superior, em 2000, face às necessidades de acompanhar os militares doentes feridos em combate na cadeia de evacuação por etapa, o seu acompanhamento junto de outras instituições não militares, a organização das ações de voluntários e religiosos, sobretudo para aqueles que não tinham família próximo ou desconheciam seu paradeiro, etc., houve o enquadramento de um grupo de 7 (sete) Técnicos Médios Educadores Sociais, sem que este quadro tivesse sido subsidiado pela correspondente estruturação de um setor ou programa em nível da Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, enquanto gestor máximo do sistema de saúde nas FAA (Forças Armadas Angolanas).

Em finais de 2003, um ano após o termino da guerra que durou (27) vinte e sete anos, no quadro do desenvolvimento da Cooperação dos Serviços de Saúde Forças Armadas Angolanas com outras instituições, foi realizada uma Pesquisa para Vigilância Comportamental em relação ao HIV/SIDA. A pesquisa contou com a participação de 40 estudantes do Instituto de Ciências Religiosas (ICRA - Educadores Sociais).

Ao longo do estudo (novembro e dezembro de 2003 e janeiro e fevereiro de 2004), além dos objetivos da pesquisa o grupo de estudantes Educadores Sociais identificou no seio dos militares outros problemas como analfabetismo, fraca articulação entre as instituições militares e civis na busca de soluções a problemas coletivos, excessiva agressividade e violência nas relações, alcoolismo, necessidade de seguimento social, sobretudo em doentes crónicos militares, muitos deficientes de guerra, necessidade de localização familiar, etc. Estes e tantos outros problemas foram objeto de análise e descrição em relatório separado dos estudantes finalistas que o aproveitaram para propor a realização do estágio final nas Unidades Militares, com vistas a trabalhar nos problemas identificados.

O relatório e as propostas nele contidas interpelaram a Escola (ICRA- Educadores Sociais), que até então nunca havia trabalhado com as Forças Armadas Angolanas, estando habituada a ser ela a encontrar espaços para estágios dos seus estudantes e não o contrário. Igualmente chamou a atenção das mais altas chefias das Forças Armadas Angolanas que não poderiam recusar as constatações expostas no relatório, mas que por outro lado estavam reticentes em aceitar nas unidades militares para estágio os chamados “filhos do Frei João

Domingos”, tido como crítico e revolucionário, uma vez que tal processo levaria os estagiários Educadores Sociais a conviver com os militares que apenas há um ano tinham saído da guerra. Por outra, a situação descrita evidenciava de fato como o trabalho destes estudantes finalistas poderia ser uma ajuda pertinente na busca de soluções para os problemas de saúde e de inserção dos militares no pós-guerra.

Finalmente a alta chefia aceitou a proposta destes estudantes finalistas fazerem os seus estágios nas unidades militares tendo solicitado que se apresentasse primeiro um projeto concreto de trabalho que descrevesse com clareza as temáticas a serem trabalhadas, as articulações metodológicas que envolveria, as atividades a desenvolver bem como os resultados visualizados.

Em abril de 2004, depois da aprovação quer pela escola quanto pelas Forças Armadas Angolanas do projeto a desenvolver, o chefe da Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (DSS/EMG/FAA) acompanhou pessoalmente quinze (15) estagiários até o Comando da então 6ª Região Militar em Lubango, território que compreendia na época três (3) províncias, isto é, Huíla, Namibe e Kunene, escolhidas para implementar aquele projeto em carácter experimental.

Decorridos os seis meses de estágios, de convívio direto e ininterrupto com os militares, os relatos das Unidades que haviam acolhido os estagiários eram surpreendentemente positivos, tendo todas elas sugerido a imediata incorporação militar destes técnicos. Após apresentação das experiências de estágios no ICRA- Educadores Sociais e na DSS/EMG/FAA em Luanda (capital do país) em novembro de 2004, as duas instituições concluíram que as propostas esboçadas nos relatórios individuais deviam ser valorizadas e trabalhadas, com especial atenção para a que propunha a criação do Programa de Serviço Social para os Militares, presente no relatório do autor deste trabalho. Portanto, a proposta e o início da estruturação do Serviço Social nas FAA é anterior à existência de Assistentes Sociais.

A proposta de criação nas FAA de tal programa foi acolhida com agrado e expectativa e daqueles quinze estagiários que haviam feito o estágio nas Unidades Militares, em 2005, tendo como referência a Lei Número 4 de 2004, sobre o Vírus de Imunodeficiência Humana (VI) e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), que determina que as ações de luta contra a pandemia deveriam consistir na “ *promoção e proteção da saúde...e adopção de medidas de prevenção, controlo, tratamento e investigação do VIH/SIDA, bem como na salvaguarda dos direitos e deveres das pessoas infectadas pelo VIH ou doentes da SIDA*” (artigo 1º, Lei nº 4/04), cinco foram convidados a incorporar nas Forças Armadas Angolanas

com o objetivo de elaborarem e desenvolverem o Programa de Serviço Social para os Militares que veio a ser aprovado através do Despacho nº 10 Gab. CEMGFAA/08 em 2008 com a denominação do Programa de Assistência Psicológica e Social, quando os seus proponentes frequentavam o terceiro ano da graduação em Serviço Social.

No quadro das preocupações do Escalão Superior relacionadas com a promoção da saúde, engajamento e desenvolvimento de habilidades pessoais dos militares e Comandos das Unidades e Regiões Militares na luta contra o HIV/SIDA, Sua Excelência o Senhor Chefe do Estado Maior General exarou o Despacho nº 0024/GAB.CEMG/FAA/2005 que institucionaliza a realização da Jornada Nacional de Luta Contra a SIDA. Tendo orientado no ponto 6 do mesmo Despacho a Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas a elaborar e apresentar para a sua aprovação o Programa de Assistência Psicológica e Social.

Com este Despacho os Serviços de Saúde ganharam um espaço para a adoção da abordagem “bio-psico-social” na luta contra as doenças para além das responsabilidades de prover serviços clínicos e de urgência.

Em 2006, no quadro da realização da Segunda Jornada Nacional de Luta Contra a SIDA e na base da experiência do trabalho social no Hospital Militar Principal/Instituto, foi criado o núcleo de assistência social do Hospital Militar da 5ª Região Militar e assinado o Convênio de Cooperação com o Instituto de Ciências Religiosas de Angola, o que permitiu a extensão da experiência do trabalho social nas Unidades Militares situadas nas províncias da Huíla, Kunene, Namíbe, Kwando Kubango, Moxico, Lundas Norte e Sul e Cabinda utilizando-se para isso de estagiários do Curso de Educadores Sociais.

Em 2008, através do Despacho nº 010/GAB.CEMG/FAA/2008, foi institucionalizado o Programa de Assistência Psicológica e Social nos Serviços de Saúde das FAA e consequentemente o Serviço Social.

Em 2009, no quadro da redefinição e reestruturação das FAA, os Serviços de Saúde das FAA passam a contar na sua estrutura orgânica com a Repartição de Assistência Psicossocial, Geriatria e Cuidados Continuados, que em linhas gerais visa:

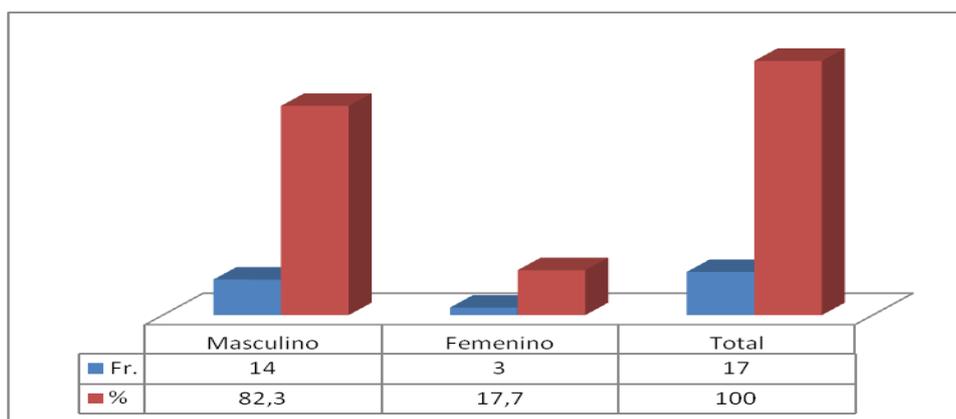
1. Promover ações no contexto das relações humanas, focalizando a intervenção no relacionamento dos doentes com os colegas e famílias, com as equipas de saúde quer na Unidade Hospitalar, Unidade Militar e na comunidade em que habitam.

2. Promover a continuidade dos cuidados de saúde para além das fronteiras dos hospitais, engajar e envolver pessoas, famílias e grupos a protegerem-se através do desenvolvimento de habilidades para cuidarem da saúde, combatero estigma e manter a qualidade de vida principalmente em relação ao VIH/SIDA, Velhice, Deficiência de Guerra, tuberculose, doenças mentais e doenças crónicas não transmissíveis.
3. Desenvolver atividades que visem a promoção, a proteção e a recuperação da saúde das tropas e seus familiares ocupando-se das implicações sociais, culturais, económicas e emocionais que influem diretamente na situação de saúde ou possam desencadear, agravar e estagnar a enfermidade, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
4. Realizar ou participar em pesquisas operacionais aplicadas à saúde pública com a finalidade de obter informações que proporcionem o estudo dos problemas da comunidade, de forma a caracterizar as necessidades, bem como os recursos existentes.
5. Desenvolver estudos, prevenir e tratar as doenças e a incapacidade em idades avançadas.
6. Contribuir com ações operacionais na Promoção, Proteção e Restauração da saúde dos militares e seus familiares, tendo como base as condições socioculturais e económicos que afetam direta ou indiretamente na sua saúde.
7. Desencadear esforços no sentido de encontrar mecanismos para a realização de estudos que visam prevenir e tratar as doenças ligadas a incapacidade na terceira idade.
8. Prestar ajuda adequada em termos de qualidade e quantidade aos militares e suas famílias em situações de dependência físico-mental e social.
9. Apoiar os militares e seus familiares em situação de dependência física, mental e/ou social, que estão no seu domicílio.

4.2.2 Perfil e formação dos Assistentes Sociais dos SSFAA

Não há quaisquer dúvidas de que características particulares dos profissionais acabam muitas vezes serem atribuídas a uma dada profissão. São provas disso por exemplo as constantes associações do Serviço Social no Brasil ao sexo da maioria destes profissionais naquele país. Partindo então do pressuposto de que as características dos agentes profissionais podem permear a natureza da profissão, nesta parte do trabalho procuramos trazer algumas categorias que nos ajudam a caracterizar o perfil sócioocupacional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA.

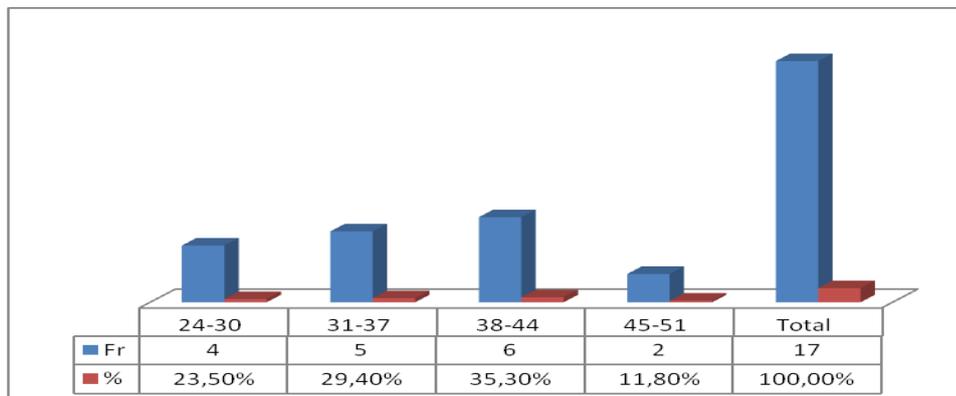
Gráfico 03 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o sexo, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

De acordo com o gráfico acima notamos que do total de 18 Assistentes Sociais existentes nos Serviços de Saúde das FAA 4 (22,2%) são do sexo feminino e 14 (77,8%) são do sexo masculino. Porém neste estudo participaram apenas 17 profissionais sendo a maioria representada por 14 (82,3%) homens e por apenas 3 (17,7%) do sexo feminino. Este dado não supreende porquanto tradicionalmente o ramo militar é maioritariamente composto por homens e sendo as FAA uma Força Armada recentemente envolvida na guerra, torna a presença feminina mais reduzida ainda considerando que “normalmente” tem sido atribuição das mulheres o cuidado das crianças.

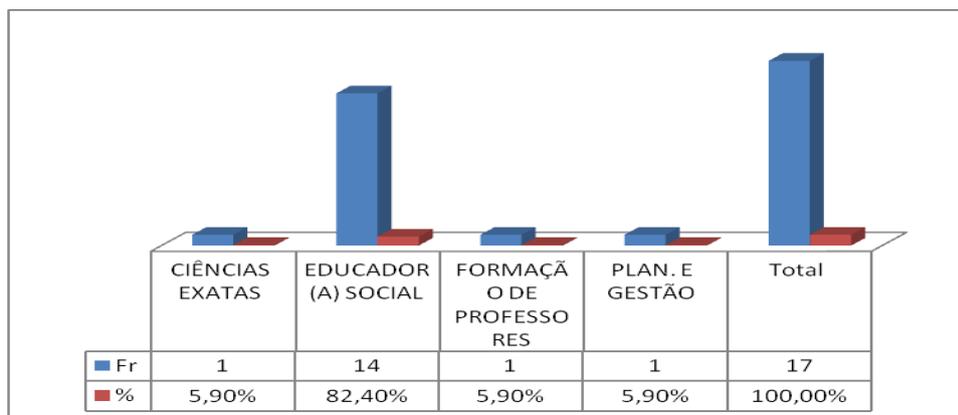
Gráfico 04 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a faixa etária, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Quanto à idade nota-se que a faixa etária que vai dos 31 aos 44 anos de idade cobre a maior parte dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, representando 11 (64,7%) do total existente; a seguir aparecem os que constam entre 24 a 30 anos de idade com 4 (23,50%) do total entrevistado. A considerar que a esperança de vida no país é calculada entre 52 anos para o sexo feminino e 50 anos para o sexo masculino, podemos dizer então que a maioria dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA está em idade adulta.

Gráfico 05 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a formação média, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Em relação ao tipo de formação média que antecedeu a de Assistente Social verificamos a predominância dos Educadores Sociais com 14 Assistentes Sociais, representando 82,40% do total entrevistado. Quer dizer que 82,40% dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde são também Educadores Sociais e os restantes 3 estão distribuídos entre técnicos de ciências exatas, de formação de professores e de planejamento e gestão, sendo um de cada.

Considerando que a maioria dos Assistentes Sociais neste espaço sócio-ocupacional já se encontrava com vínculo laboral antes mesmo de se tornarem Assistentes Sociais, o fato de 82% ser e ter trabalhado como Educadores Sociais pode influenciar muito na concepção e prática profissional atual. Nenhum Assistente Social nos Serviços de Saúde até o momento da entrevista tinha uma outra formação superior, conforme se pode constatar na tabela abaixo:

Quadro 13 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a opinião se tinham outra formação superior, Angola, 2015

TEM OUTRA FORM. SUPERIOR	r	%	
Não	7	100,0%	
Total	7	100,0%	

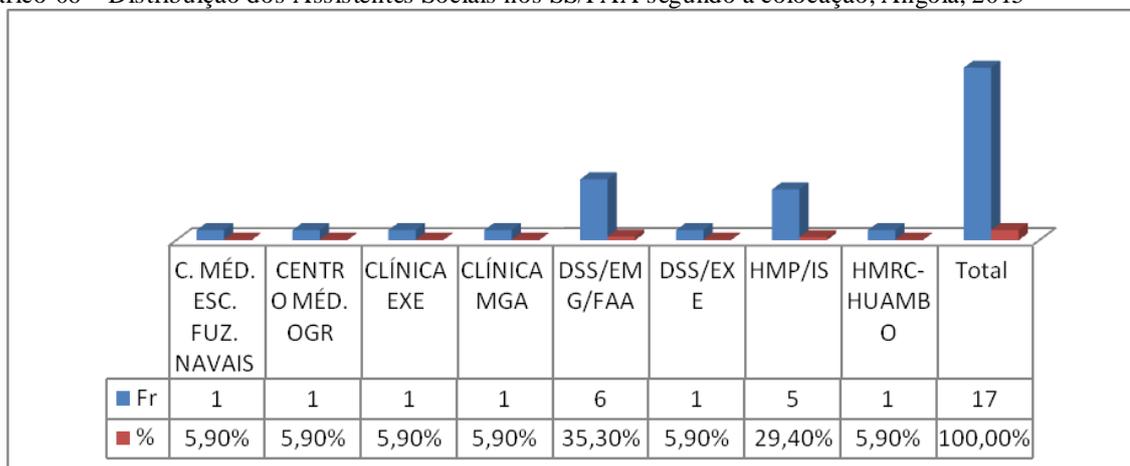
Fonte: Guião de entrevista aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Quanto ao local de trabalho, a Direção dos Serviços de Saúde absorve a maior parte dos Assistentes Sociais com 6 (35,30%), seguido do Hospital Militar Principal com 5 (29,40%). As demais Unidades como o Centro Médico da Escola de Fuzileiros Navais, o Centro Médico das Oficinas Gerais de Reparação, a Clínica do Comando do Exército, a Clínica do Comando da Marinha de Guerra Angolana, Direção dos Serviços de Saúde do Comando do Exército e o Hospital Militar Regional Centro, situado no Huambo, têm apenas um Assistente Social cada.

Devemos sublinhar que não obstante a Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior General aparecer com maior número de Assistentes Sociais, dois dos seis não se encontram ainda diretamente vinculados à área do Serviço Social, estando em outras repartições. Outro elemento de destaque é que os Assistentes Sociais se encontram ou nos organismos de direção ou nos níveis de Assistência à Saúde Qualificada ou Especializada. Tal constatação deve-se ao fato de estes de alguma forma atuarem na supervisão do trabalho dos

Educadores Sociais (técnicos médios) que estão mais colocados nos níveis de atenção primária.

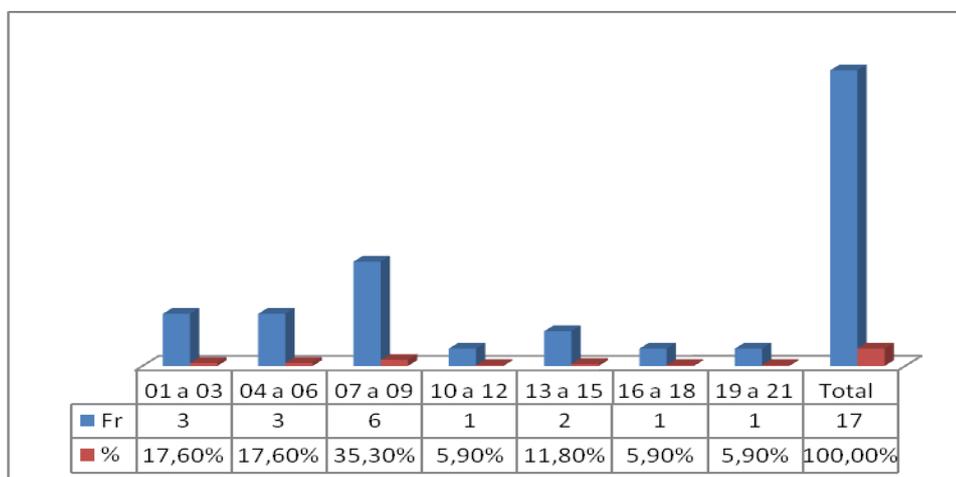
Gráfico 06 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a colocação, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Em relação ao tempo de trabalho nos Serviços de Saúde das Forças Armadas vemos que a presença de trabalhadores sociais é relativamente nova. Com exceção de um que se encontra na instituição há 21 anos, porém como técnico de gestão e planeamento, a grande maioria está entre 7 a 9 anos de trabalho com 35,30 %, seguidos por aqueles que se encontram na instituição de 1 a 3 anos e de 4 a 6 anos com 3 (17,60%), perfazendo ambos 35,20%.

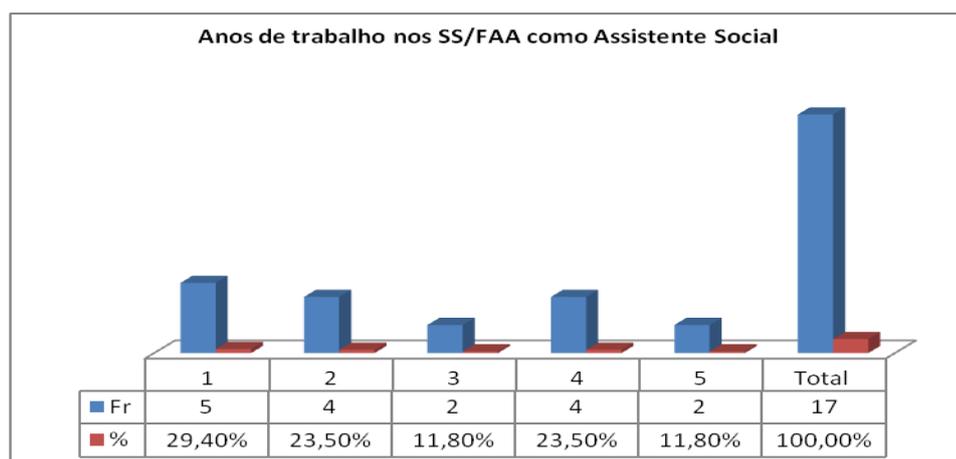
Gráfico 07 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o seu tempo de trabalho na instituição, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Se no gráfico anterior vimos que o enquadramento dos hoje Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde é recente, tendo a sua maioria não mais de 10 anos na instituição, verificando o gráfico número 8 notamos que como Assistentes Sociais o tempo fica ainda mais reduzido, pois de acordo com o gráfico abaixo, mesmo os mais antigos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, têm apenas 5 anos e são apenas 2 (11,80%). A maioria, 5 (29,40%) trabalha na instituição como Assistente Social apenas há 1 ano. Seguem depois os que trabalham como Assistentes Sociais há 4 anos, que representam 23,50% do total entrevistado. Entendemos portanto que este fato influencia quer as suas concepções sobre o Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, quer o exercício concreto da sua prática profissional.

Gráfico 08 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o seu tempo de trabalho na instituição como Assistentes Sociais, Angola, 2015

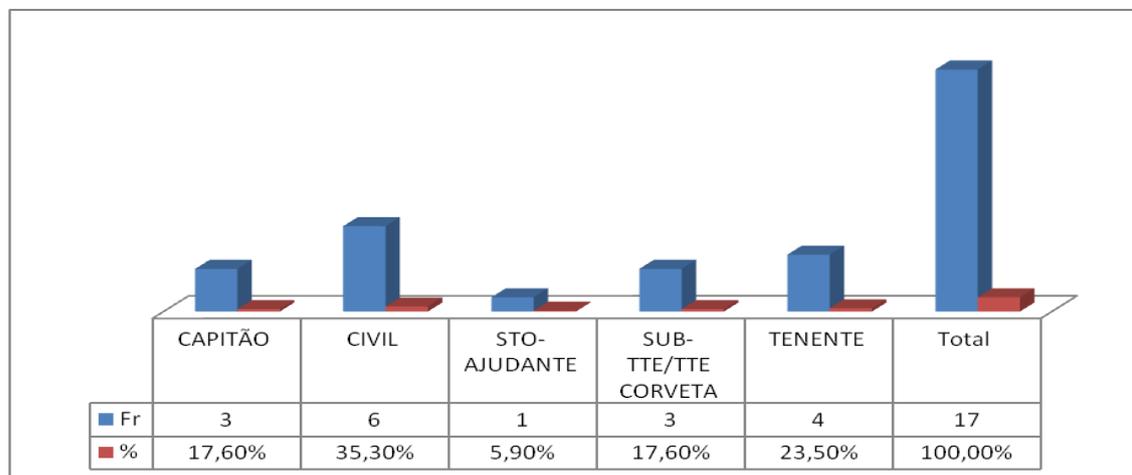


Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Fazendo uma análise comparativa dos entrevistados em relação o tempo de trabalho nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas e o tempo de trabalho nesta instituição como Assistentes Sociais, a tabela anterior nos leva a uma única conclusão: a maioria dos hoje Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde tem quase metade do tempo de trabalho nos Serviços de Saúde das Forças Armadas primeiro exercendo a ocupação como “outros técnicos”, como vimos a maioria Educadores Sociais. Ora considerando que estão numa só pessoa o profissional médio e o atual Assistente Social e estes profissionais têm mais tempo de trabalho não como Assistentes Sociais, este fato vai trazer “no fazer e no pensar profissional” elementos de sua formação e prática anteriores, e para compreender a natureza

do Serviço Social neste espaço sociolaboral é preciso ter em conta esta determinante sociohistórica.

Gráfico 09 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo o grau militar, Angola, 2015



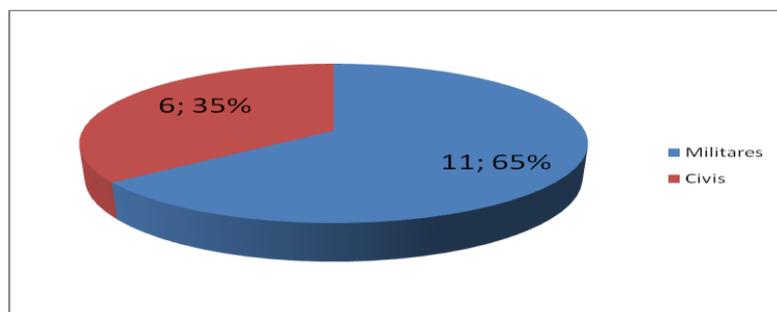
Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

O trabalho profissional se desenvolve sempre num contexto sóciohistórico e também institucional que molda as atitudes, concepções e prática dos trabalhadores com normas, cultura organizacional e princípios e valores que devem ser levados em conta quando nos propomos entender a natureza daquele trabalho em análise. E isto se torna mais premente ainda no contexto das Forças Armadas Angolanas porquanto as relações são permeadas também pelo grau militar que tem influência quer nas relações de poder quer na remuneração dos profissionais. O gráfico acima mostra que existe um número significativo de Assistentes Sociais civis, um total de 6 (35,30%), os tenentes vem a seguir com 4 (23,50%), em igual número dos subtentes ou tenentes de corveta com 3 (17,60%) cada. Apenas um Assistente Social pertence à classe dos sargentos.

Fica claro que os Assistentes Sociais nos serviços de saúde são na maioria oficiais subalternos com exceção da classe de capitães que é representada por 17,60%. Esta constatação deve-se ao fato de esta categoria ser relativamente nova no Sistema de Saúde das FAA. Embora sejam na sua maioria oficiais subalternos, implicando desvantagem nas relações de poder numa instituição severamente hierarquizada, se compararmos o tempo de serviço militar com a patente dos Assistentes Sociais podemos de modo geral dizer que estes têm uma ascensão equilibrada, pois uma vez graduados depois da formação militar ascendem

imediatamente ao nível do oficialato, cuja promoção posterior depende muito das funções e orgânicas existentes que são ainda hoje desfavoráveis.

Gráfico 10 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a categoria militar, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Comparando os Assistentes Sociais militares independentemente de seu grau militar com os civis verifica-se que os militares constituem a maioria estando representados entre os 17 entrevistados por 11;65% contra 6;35% . Este fato coloca outros dilemas ao trabalho, pois além de os civis serem relativamente pior remunerados em comparação geral com os militares que atingem ao oficialato, estes mesmo pertencendo à mesma categoria profissional e se reconhecendo neles competências iguais ou superiores aos militares, pelo princípio da hierarquia militar, em princípio, não devem chefiar equipes de trabalho que tenham algum militar, e são geralmente subalternizados pelo fato de serem civis não podendo, por exemplo, participar em determinados fóruns apenas reservados aos militares.

A existência de Assistentes Sociais militares e civis impõe dificuldades na organização do trabalho entre a categoria pois embora estando na mesma instituição e de modo geral se submetendo às mesmas regras existem princípios organizacionais aplicáveis aos militares que não podem ser aplicados aos civis. Estes de modo geral vêm o seu trabalho mais flexibilizado se comparado aos militares, como por exemplo o não cumprimento de alguma atribuição profissional pode ter consequências diferentes entre Assistentes Sociais militares e civis. A relativa flexibilidade das normas aplicadas aos trabalhadores civis favorece que estes possam ter outros vínculos laborais com menor desgaste, o que repercute na prática profissional desenvolvida pela categoria nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas (FAA). Não obstante ao exposto vemos que também alguns Assistentes Sociais militares têm outro vínculo laboral, como pode ser observado na tabela a seguir.

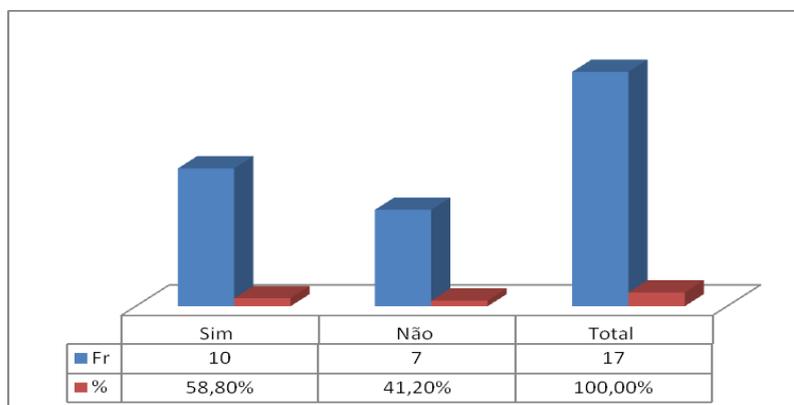
Quadro 14 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a função que desempenham, Luanda, 2015

FUNÇÃO DESEMPENHA	Fr	%	
ASSISTENTE SOCIAL	17	100,0%	
Total	17	100,0%	

Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Conforme indica a tabela 100% dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas dizem desempenhar funções que consideram ser de responsabilidade do Assistente Social. Porém isso não significa que todos tenham enquadramento orgânico de Assistentes Sociais ou não acumulem outras funções institucionalmente atribuídas aos Assistentes Sociais. O fato da institucionalização do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional ser relativamente novo, somado a outras razões que não cabem neste trabalho o seu detalhamento, muitos Assistentes Sociais embora trabalhem em sua área encontram-se em cargos funcionais totalmente diferentes, o que leva não raras vezes este profissional a uma sobrecarga de trabalho, uma vez que ao mesmo tempo em que responde pelo trabalho pelo qual foi “incorporado” (contratado) e nele se formou, também responde por outras funções.

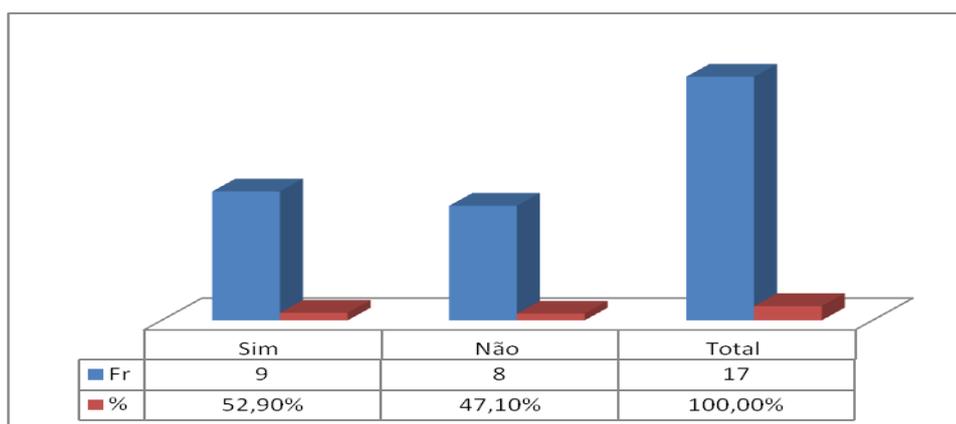
Gráfico 11 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a opinião se têm outras responsabilidades além das atribuídas aos Assistentes Sociais, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Segundo o gráfico anterior 10 Assistentes Sociais, representando quase 59% do total de entrevistados, afirma ter outras responsabilidades além daquelas que institucionalmente se convencionaram atribuir aos Assistentes Sociais. Isso não apenas é resultado da insuficiência de recursos humanos de modo geral nos Serviços de Saúde das Forças Armada Angolanas, como também prova que mesmo nas instituições estatais podem estar presentes mecanismos de precarização e intensificação do trabalho. O Assistente Social enquanto parte do trabalhador coletivo não está imune destes fenômenos que hoje mais do que nunca afetam o mundo do trabalho. Tal ideia é reforçada ainda pelo fato de estes profissionais terem também que procurar outro trabalho para amenizar as dificuldades criadas pela precária remuneração pelo seu trabalho, conforme demonstra o gráfico seguinte:

Gráfico 12 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo existência ou não de outro vínculo laboral, Angola, 2015



Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Embora um pouco mais da metade dos entrevistados, ou seja, 9 (52,90%) considerem ser melhor remunerados nos Serviços de Saúde das FAA, isto ainda não é suficiente para satisfazer as suas necessidades de existência e por essa razão possuem outro vínculo laboral.

Quadro 15 – Distribuição Assistentes Sociais nos SS/FAA com outro vínculo laboral, segundo a a instituição onde são melhor remunerados, Luanda, 2015

SE SIM, ONDE MELHOR REMUNERADO	Fr	%	
NOS SS/FAA	17	100,0%	
Total	17	100,0%	

Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

A dupla jornada laboral, fenômeno presente em um pouco mais da metade dos Assistentes Sociais que trabalham nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas (FAA), além de representar o que a literatura vem designando de subemprego, também tem influência na saúde do trabalhador e fortes implicações no seu desempenho laboral, por isso não é uma categoria desprezível quando nos propomos a entender a concepção e a prática profissional do Assistente Social para explicitar a sua natureza.

De modo geral podemos afirmar que existem características associados aos sujeitos do trabalho profissional de Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas que podem permear a natureza da profissão naquele contexto. Estas características relacionam-se ao fato de a maioria dos Assistentes Sociais serem militares, o que significa que carregam no seu cotidiano profissional elementos da cultura militar que permeiam fortemente o seu cotidiano profissional. A maioria dos Assistentes Sociais no contexto sócio-laboral em análise vêm de uma prática de Educação Social, ou seja, o trabalho de educação social no bojo do trabalho social nos Serviços de Saúde das FAA é anterior ao Serviço Social, podendo por isso mesmo ter nas suas entranhas características do pensar e fazer daquele, sobretudo quando verificamos que a experiência profissional entre os Assistentes Sociais é marcadamente maior como Educadores Sociais do que como Assistentes Sociais.

Qual é a natureza do Serviço Social em Angola? Que fatores permeiam a natureza do Serviço Social em Angola?

Relembramos que nosso estudo foi orientado por estas inquietações. Depois de analisarmos as determinações sócio-históricas objetivas que demandaram o surgimento do Serviço Social em Angola e de analisarmos ainda algumas características sócio-profissionais que permeiam a natureza do Serviço Social em Angola, cabe-nos agora refletir sobre a dimensão subjetiva, ou seja, apresentar como os próprios Assistentes Sociais entendem a sua profissão, como a representam em sua mente.

4.2.3 Concepções dos Assistentes Sociais dos SSFAA

Ao trazemos nesta parte do trabalho as concepções que os Assistentes Sociais têm sobre o Serviço Social não pretendemos reinaugurar nesta reflexão sobre a compreensão da natureza do Serviço Social em Angola, a noção de subjetividade presente no âmbito da hegemonia burguesa que supõe o indivíduo na qualidade de um ente abstrato e idealizado exterior às efetivas relações sociais, visão com a qual o marxismo vai romper. Conco9rdando com Netto e Braz (2012), entendemos que:

A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração da sua personalidade (NETTO; BRAZ, 2012, p. 59).

Partindo da noção de que objetividade e a subjetividade são duas dimensões da totalidade, e com o objetivo de compreender a natureza do Serviço Social em Angola, após termos abordados os aspectos objetivos ligados às determinações sóciohistóricas que demandaram a criação dessa profissão em Angola, pretendemos na continuidade apresentar as concepções que os Assistentes Sociais têm da sua profissão. Quer dizer as subjetividades que cada profissional elabora a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular (o Assistente Social) se insere em Angola e nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. Para captarmos tal dimensão foram feitas questões relacionadas ao entendimento que os sujeitos entrevistados têm do Serviço Social e outras correlatas.

Quando indagamos **o que é o Serviço Social para cada sujeito entrevistado** obtivemos os seguintes depoimentos.

Depoimento do/a Assistente Social B1 colhido em julho de 2015:

É uma área do saber que visa responder as questões resultantes da questão social bem como a aplicação das políticas sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B2 colhido em julho de 2015:

É uma profissão de carácter sócio-político, crítico e interventivo que se apropria de instrumentos científicos para ajudar a resolver as desigualdades.

Depoimento do/a Assistente Social B3 colhido em julho de 2015:

É uma profissão de nível superior que se apoia numa base multidisciplinar para intervir em dimensões materiais e relacionais de modo a garantir e ampliar os direitos sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B4 colhido em julho de 2015:

É uma profissão onde o Assistente Social analisa a situação-problema e procura harmonizar, importando o utente.

Depoimento do/a Assistente Social B5 colhido em julho de 2015:

É uma profissão que visa promover o desenvolvimento e mudança social, bem como intervir sobre as políticas sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B6 colhido em julho de 2015:

É uma profissão virada para a concepção, elaboração e execução de políticas, programas ou planos de funcionamento social e (re)integração de pessoas em necessidades.

Depoimento do/a Assistente Social B7 colhido em julho de 2015:

É uma profissão virada para a sociedade, ou seja, é o fazer social.

Depoimento do/a Assistente Social B8 colhido em julho de 2015:

Entendo o Serviço Social como atividade prática de intervenção na vida dos indivíduos que têm dificuldade de ultrapassar as crises da vida.

Depoimento do/a Assistente Social B9 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social é um tipo de serviço com pendor institucional, político e histórico virado para assistência das necessidades dos utentes independentemente dos problemas a que se propõe.

Depoimento do/a Assistente Social B10 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social é uma disciplina que está inserida no campo das ciências sociais aplicadas, possui um caráter interventivo e investigativo e trabalha no paradigma da multidisciplinaridade.

Depoimento do/a Assistente Social B11 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social é uma disciplina teórico-prática e técnico-operativa que se ocupa das implicações sociais, emocionais, culturais e econômicas que influenciam no bem-estar.

Depoimento do/a Assistente Social B12 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social é uma prática profissional que visa criar mecanismos para que a pessoa ou um grupo social crie bases para o seu desenvolvimento pessoal.

Depoimento do/a Assistente Social B13 colhido em julho de 2015:

O serviço social é uma profissão que procurando compreender os problemas sociais contemporâneos, tem em conta a questão social do contexto em que o Assistente Social está inserido.

Depoimento do/a Assistente Social B14 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social é uma profissão que tem a sua intervenção na questão social. Visa trabalhar os aspectos sociais que dificultam o bem-estar do utente.

Depoimento do/a Assistente Social B15 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social é uma profissão que visa promover o desenvolvimento integral da pessoa baseando-se nos princípios da justiça social, direitos humanos e respeito pela dignidade de todos os seres humanos.

Depoimento do/a Assistente Social B16 colhido em julho de 2015:

Para mim é uma profissão como qualquer outra, que sempre esteve ligado no desenvolvimento do ser humano, capacitando-o para que por si mesmo consiga superar-se.

Depoimento do/a Assistente Social B17 colhido em julho de 2015:

Serviço Social uma profissão de âmbito social, que busca dentro dos princípios da responsabilidade social resolução ou alternativas para os diferentes problemas sociais, fortalecendo o bem-estar da pessoa.

As respostas sobre as concepções dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA além de mostrarem que existe uma diversidade de formas de entendimento do que venha a ser o Serviço Social, revelaram também que de modo geral os Assistentes Sociais têm dificuldade de verbalizar ou fazer um discurso sobre essa questão.

A maioria que se predispôs a responder rapidamente quando se deu conta das questões que buscavam a opinião sobre o entendimento que têm do Serviço Social solicitou um tempo para maior reflexão:

Epa...a gente se formou nisso, durante anos, trabalhamos nisso todos os dias. Creio que é Serviço Social é a palavra que pronuncio mais do que o meu próprio nome, mas (...silêncio). Sabe que a gente anda nisso, mas nunca nos colocamos um travão para pensar nisso? (...) Olha, podemos continuar a falar mas não releve isso a resposta oficial que deve considerar é a que lhe vou dar por escrito (...). Já viste, imagina se fosse um utente a me perguntar numa enfermaria onde tem outros colegas!! Nós de fato precisamos sair um pouco da nossa rotina e começar a pensar isso que pensamos que já sabemos (Extrato do depoimento do/a Assistente Social B11)

Iniciei a resposta, mas travei. O motor não está a avançar. Chefe posso usar uma cabulazinha? (Extrato do depoimento do/a Assistente Social B5)

Ainda assim, encontramos nos depoimentos maior número de sujeitos que associa o Serviço Social a uma profissão, o conceito de área de saber ou disciplina científica também aparece, porém com menor frequência, bem como o de atividade ou prática social.

No esforço de explorar melhor o entendimento que os Assistentes Sociais têm sobre o Serviço Social fizemos outras perguntas como a relacionada ao objeto de trabalho dos Assistentes Sociais. Seguem os depoimentos.

Depoimento do/a Assistente Social B1 colhido em julho de 2015:

A questão social.

Depoimento do/a Assistente Social B2 colhido em julho de 2015:

A defesa dos direitos sociais dos indivíduos que se apresentam numa condição de vulnerabilidade.

Depoimento do/a Assistente Social B3 colhido em julho de 2015:

As situações da vida que desestruturam a vida social do homem.

Depoimento do/a Assistente Social B4 colhido em julho de 2015:

É a questão social ou as questões resultantes das relações sociais entre indivíduos e as instituições ou a sociedade.

Depoimento do/a Assistente Social B5 colhido em julho de 2015:

É o ser humano em sua plena dignidade e o seu bem-estar. Em especial o ser humano em necessidade física, mental e social, etc.

Depoimento do/a Assistente Social B6 colhido em julho de 2015:

Em geral, o objeto de trabalho dos Assistentes Sociais são as políticas sociais, bem como os problemas sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B7 colhido em julho de 2015:

O objeto de trabalho do Assistente Social é o ser humano. Isto é, a pessoa humana nas suas variadas vertentes.

Depoimento do/a Assistente Social B8 colhido em julho de 2015:

O objeto de trabalho dos Assistentes Sociais recai nas relações humanas que por sua vez mudam de acordo a dinâmica, ou seja, da realidade social inserida.

Depoimento do/a Assistente Social B9 colhido em julho de 2015:

O objeto de trabalho dos Assistentes Sociais é a questão social (Revolução Industrial) e a nova questão social provocada pelo processo de globalização.

Depoimento do/a Assistente Social B10 colhido em julho de 2015:

O objeto do Serviço Social são os indivíduos inseridos nas suas comunidades ou espaços sociais atuando fundamentalmente na questão social.

Depoimento do/a Assistente Social B11 colhido em julho de 2015:

O objeto do trabalho dos Assistentes Sociais é o indivíduo, dando-lhe dignidade pessoal, que seja valorizado, para poder resolver os seus problemas.

Depoimento do/a Assistente Social B12 colhido em julho de 2015:

O ser humano e seu mundo para mim deve ser o objeto de trabalho.

Depoimento do/a Assistente Social B13 colhido em julho de 2015:

O ser humano nas suas dimensões psicológicas, social, económica e espiritual.

Depoimento do/a Assistente Social B14 colhido em julho de 2015:

Os problemas sociais oriundos das desigualdades sociais, "a Questão Social"

Depoimento do/a Assistente Social B15 colhido em julho de 2015:

Promoção da pessoa como fim último de todas as coisas.

Depoimento do/a Assistente Social B16 colhido em julho de 2015:

São as questões sociais de várias ordens.

Depoimento do/a Assistente Social B17 colhido em julho de 2015:

São as relações sociais que se desenrolam num quadro de antagonismos decorrentes da questão social.

A visão dos Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das FAA é tão variada como variam os profissionais que falam sobre o assunto. A representação na mente de que vem a ser o objeto do seu trabalho profissional, embora de difícil sistematização por apresentar uma gama diversa de opiniões, analisando os depoimentos anteriores podemos verificar que para a maioria dos Assistentes Sociais o seu objeto de trabalho é a “questão social”; para uns ainda é a promoção e a garantia dos direitos humanos; para outros as necessidades da pessoa humana em plenitude, sejam individuais ou coletivas; outros apontam como objeto do seu trabalho profissional as políticas sociais, ao passo que alguns se referem às relações que o ser humano estabelece.

Considerando que a maioria considera a “questão social” como objeto de seu trabalho profissional, procuramos também indagar o entendimento que tem sobre esta temática.

Sobre este candente tema observamos que não apenas não existe uma uniformidade de visão, como também a sua noção é muitas vezes confusa na subjetividade dos nossos entrevistados. A maioria dos sujeitos não parece fazer uma distinção entre problemas sociais e “questão social”, tratando de modo indiferente os dois fenômenos.

Nota-se igualmente que para a maioria a “questão social” é igual às suas manifestações aparentes, sendo que nenhum depoimento procurou associar a “questão social” ao conflito trabalho capital, própria do modo de produção capitalista.

A maioria compreende o objeto da sua prática profissional como o conjunto de problemas sociais que sempre existiram desde os primórdios da humanidade, como nos disse o/a Assistente Social B5: *“a questão social não é senão a situação social desfavorável que desde os primórdios da humanidade sempre acompanha o ser humano”*. Estes remontam o Serviço Social às primeiras iniciativas do ser humano ao se compadecer do seu semelhante em situação vulnerável, trazendo assim a ideia de que o Serviço Social é uma forma mais refinada e profissional em relação às diversas formas de ajuda existentes. Há também aqueles que entendem o seu objeto de trabalho como mera assimetria social passível de ser superada por meio da adoção de políticas sociais inclusivas: *“assimetria pode ser contornada com*

políticas inclusivas”, remetendo assim a questão social a um problema de ordem moral: “*é a pobreza, ou seja, os problemas resultantes da não distribuição equitativa dos recursos*”.

Enunciamos a seguir vários depoimentos de assistentes sociais colhidos em julho de 2015.

] Depoimento do/a Assistente Social B1:

A questão social consiste em reduzir as desigualdades sociais, níveis de pobreza.

Depoimento do/a Assistente Social B2:

A questão social é o conjunto de situações que se configuram numa condição decorrente da desigualdade de acesso a recursos e oportunidades.

Depoimento do/a Assistente Social B3:

A questão social é toda a problemática que envolve a satisfação das necessidades sociais da população.

Depoimento do/a Assistente Social B4:

A questão social é um conjunto de problemas sociais que emerge desde a desigualdade entre as classes sociais até a melhoria das condições de vida das populações.

Depoimento do/a Assistente Social B5:

A questão social não é senão a situação social desfavorável que desde os primórdios da humanidade sempre acompanha o ser humano.

Depoimento do/a Assistente Social B6:

A questão social para mim é o conjunto de diversos problemas que afetam a camada mais pobre da sociedade.

Depoimento do/a Assistente Social B7:

A Questão Social refere-se a um conjunto de problemas sociais que existem numa determinada sociedade.

Depoimento do/a Assistente Social B8:

A questão social tem a vertente económica, social e política. Na vertente social encontramos os problemas de ordem institucional: burocracia, habitação, desestruturação familiar e social. Na económica encontramos a pobreza etc.

Depoimento do/a Assistente Social B9:

Assimetria, pode ser contornada com políticas inclusivas.

Depoimento do/a Assistente Social B10:

Conjunto de desigualdades que se originam dos antagonismos entre socialização da produção e apropriação privada dos frutos do trabalho.

Depoimento do/a Assistente Social B11:

É a pobreza, ou seja, problemas resultantes da não distribuição equitativa dos recursos.

Depoimento do/a Assistente Social B12:

É todo um conjunto de problemas que a sociedade vive.

Depoimento do/a Assistente Social B13:

É um conjunto de problemas e necessidades vividas por um conjunto de pessoas ou membros de uma comunidade, cuja solução requer mudanças sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B14:

Excessivas desigualdades sociais e económicas, exclusão social, assimetrias culturais, falta de acesso de bens e serviços, insegurança social, etc.

Depoimento do/a Assistente Social B15:

Questão Social são os diferentes problemas existentes na sociedade e sobre os quais a ação dos assistentes sociais recai.

Depoimento do/a Assistente Social B16:

São as diferentes manifestações de vulnerabilidade ou pobreza em que diferentes indivíduos se encontram, impossibilitados de atingir a satisfação do seu bem-estar.

Depoimento do/a Assistente Social B17:

São os problemas derivados do processo industrial que reduziu a mão de obra, criando grande desemprego e concomitantemente agravou os problemas sociais.

Os depoimentos sobre a concepção que os Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das Forças Armadas têm sobre a “questão social” nos fazem concordar com Duarte (2010):

Quando se fala “a minha subjetividade”, a “minha opinião”, o “meu desejo”, não se trata de algo interno que se revela ao exterior. As formas subjetivas são compostas socialmente. Todo sujeito é sempre coletivo. Assim, quando falo, muitas vezes falam em mim, muitas histórias atravessam a minha história, e isso se torna mais complexo quando se pensa no terreno da intervenção e nos postos de trabalho profissional. Embora haja uma composição singular em mim, que me difere dos demais, que difere cada um, somente a composição é singular. Os pedaços de que é feita são partilhados por muita gente (DUARTE, 2010, p. 18).

De fato, não temos como não concordar que “as formas subjetivas são compostas socialmente” e que na verdade quando os Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das FAA se expressam “muitas vezes falam neles”. Quando por exemplo alguns Assistentes Sociais afirmam que a “questão social” seja tão remota quanto o ser humano, entrevejo neles também a voz da disciplina que na universidade historiciza a origem do Serviço Social passando por todo o percurso da ajuda até a história do assistencialismo da Europa, do Estado Providência terminando na “bendita” data que uma inspirada Mary Richimond cria o método de serviço social de caso individual. Quando alguns Assistentes Sociais encaram “a questão social” como um problema moral, como “resultante da não distribuição equitativa dos recursos” e que

“ pode ser contornada com políticas inclusivas”, identifico não só a sua voz, mas também a voz da disciplina de Doutrina Social da Igreja.

Quando questionados **se consideram que existe um objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas**, 100% dos nossos entrevistados responderam que sim.

Quadro 16 Distribuição dos entrevistados segundo a opinião se existe um objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA, Angola, 2015

EXISTE OBJETO TRAB NOS SS/FAA	Fr	%	
Sim	17	100,0%	
Total	17	100,0%	

Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Quando indagados sobre **qual é o objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas**, notou-se igualmente que não havia uma uniformidade de respostas. Alguns parecem ainda confundir o objeto do trabalho com a sua finalidade. Entre as respostas obtidas a centralidade recai na questão social, porém entendida não em poucos casos como sinônimo de problemas sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B1 colhido em julho de 2015:

A questão social, ou seja, o conjunto de problemas sociais que obstaculizam o processo de cura do doente.

Depoimento do/a Assistente Social B2 colhido em julho de 2015:

Acompanhamento psicossocial dos militares doentes e seus familiares, atender as necessidades de saúde e de apoio social aos militares e seus familiares diretos.

Depoimento do/a Assistente Social B3 colhido em julho de 2015:

As situações que interferem no processo de recuperação do doente.

Depoimento do/a Assistente Social B4 colhido em julho de 2015:

Como já disse é o ser humano, no caso o militar, seja soldado ou chefe e o mundo envolvente destes.

Depoimento do/a Assistente Social B5 colhido em julho de 2015:

É a humanização dos Serviços de Saúde, levando aos pacientes as palavras de apreço para elevar a sua autoestima e a vontade de colaborar.

Depoimento do/a Assistente Social B6 colhido em julho de 2015:

É a questão social e trabalhar para que o acesso dos direitos e deveres dos utentes da nossa instituição sejam garantidos.

Depoimento do/a Assistente Social B7 colhido em julho de 2015:

É o efetivo militar com doenças crónicas, com situações que influenciam o seu bem-estar biopsicossocial.

Depoimento do/a Assistente Social B8 colhido em julho de 2015:

Nos Serviços de Saúde das FAA os Assistentes Sociais têm como objeto de trabalho os fatores que interferem na recuperação do doente.

Depoimento do/a Assistente Social B9 colhido em julho de 2015:

Nos SS/FAA o trabalho dos Assistentes Sociais recai fundamentalmente sobre: Promoção para a saúde, Educação para a saúde em relação as infeções sexualmente transmissíveis, o VIH/SIDA e as doenças crónicas.

Depoimento do/a Assistente Social B10 colhido em julho de 2015:

O conjunto de situações-problema que interferem no processo saúde-doença. Falta de habitação, informação deficiente, acesso a serviços, etc.

Depoimento do/a Assistente Social B11 colhido em julho de 2015:

O objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA consiste em prestar assistência psicossocial aos doentes, estabelecer uma ligação entre eles/família/Unidade militar, bem como trabalhar na prevenção, proteção e promoção de saúde.

Depoimento do/a Assistente Social B12 colhido em julho de 2015:

O objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA é a tropa e seus familiares com vista o seu bem-estar.

Depoimento do/a Assistente Social B13 colhido em julho de 2015:

O objeto do trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA são as questões sociais originadas pelo fenómeno da doença e não só, também aqueles que provocam a própria doença.

Depoimento do/a Assistente Social B14 colhido em julho de 2015:

O serviço militar um ramo de atividade que envolve muito estresse e em geral realizado em um contexto de conflito e reintegração dos militares requer um acompanhamento psicossocial elaborado e esta elaboração é o objeto de trabalho neste contexto.

Depoimento do/a Assistente Social B15 colhido em julho de 2015:

Os problemas sociais que afetam os militares e seus familiares, que afetam os trabalhadores civis, problemas reais de acompanhamento de familiares dos internados e apoio psicossocial.

Depoimento do/a Assistente Social B16 colhido em julho de 2015:

Trabalhar na promoção da saúde do militar e de seus familiares, isto é, empoderando-o para que seja capaz de fazer frente a situação-problema.

Depoimento do/a Assistente Social B17 colhido em julho de 2015:

O objeto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA recai, na busca de formas e alternativas de superar as questões de vulnerabilidade e não só aos militares e suas famílias e isto passa pela prevenção e recuperação da nossa tropa, pela orientação, encaminhamento, esclarecimento, mediação etc., etc.

Buscando apreender as concepções que os Assistentes Sociais têm sobre o Serviço Social, indagamos de **o Serviço Social teria uma natureza**. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, todos os entrevistados acreditam que o Serviço Social tem uma natureza, uma essência, algo que lhe faz ser ele mesmo e não outra coisa.

Quadro 17 – Distribuição dos Assistentes Sociais nos SS/FAA segundo a opinião se o Serviço Social tem uma natureza, Angola, 2015

SERV. SOCIAL TEM NATUREZA	Fr	%	
Sim	17	100,0%	
Total	17	100,0%	

Fonte: Pesquisa do autor junto aos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA

Uma vez que todos afirmavam que o Serviço Social tem uma natureza, indagamos qual seria essa **natureza do Serviço Social** e obtivemos os seguintes depoimentos.

Depoimento do/a Assistente Social B1 colhido em julho de 2015:

A humanização ou ajudar para a garantia da dignidade da pessoa humana.

Depoimento do/a Assistente Social B2 colhido em julho de 2015:

A natureza do Serviço Social em ajudar a satisfazer as necessidades dos utentes.

Depoimento do/a Assistente Social B3 colhido em julho de 2015:

A natureza do Serviço Social consiste na resolução dos problemas dos utentes tendo em conta as dimensões técnico-operativa, sócio-política em cada profissional intervém.

Depoimento do/a Assistente Social B4 colhido em julho de 2015:

A natureza do Serviço Social consubstancia-se na defesa da justiça social e na promoção da dignidade humana.

Depoimento do/a Assistente Social B5 colhido em julho de 2015:

A natureza do Serviço Social está ligada a valorização e reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

Depoimento do/a Assistente Social B6 colhido em julho de 2015:

A pessoa humana nos seus diferentes contextos.

Depoimento do/a Assistente Social B7 colhido em julho de 2015:

A providência de elementos aos indivíduos para se libertar da situação de vulnerabilidade.

Depoimento do/a Assistente Social B8 colhido em julho de 2015:

Ajudar na recuperação dos problemas e capacitar e ajudar o utente para o mesmo.

Depoimento do/a Assistente Social B9 colhido em julho de 2015:

Ajudar o ser humano a partir do entendimento que se tem da questão e expressões da questão social.

Depoimento do/a Assistente Social B10 colhido em julho de 2015:

Ajudar os desfavorecidos e atuar nos aspectos sociais inerentes à doença.

Depoimento do/a Assistente Social B11 colhido em julho de 2015:

É apoiar a pessoa para que possa criar a sua autodeterminação.

Depoimento do/a Assistente Social B12 colhido em julho de 2015:

É responder à questão social. Ou seja, aos problemas resultantes da interação entre o homem e as instituições.

Depoimento do/a Assistente Social B13 colhido em julho de 2015:

No princípio começa pelas voluntárias (Igrejas), mais tarde se profissionaliza pela Mary Richimond hoje é profissão.

Depoimento do/a Assistente Social B14 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social surge para responder as desigualdades sociais/problemas sociais.

Depoimento do/a Assistente Social B15 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social tem a sua natureza no ser humano, nas suas necessidades de ser visto e tratado com dignidade.

Depoimento do/a Assistente Social B16 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social tem uma natureza humanista

Depoimento do/a Assistente Social B17 colhido em julho de 2015:

Promoção dos direitos sociais e da cidadania.

Conforme podemos verificar pelos depoimentos, a questão sobre a natureza do Serviço Social vem aclarar ainda mais as noções que os Assistentes Sociais têm do que é o Serviço Social. Na diversidade de respostas podemos encontrar pontos comuns de um grupo majoritário que entende o ato de ajudar como sendo a natureza do Serviço Social; portanto mesmo quando estes se referem ao Serviço Social como profissão nos fazem entender que é uma profissão que deriva do longo processo de profissionalização da ajuda.

Recorrendo a Montañó podemos afirmar que a maioria do Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas tem uma concepção “endogenista” da natureza do Serviço Social, porquanto não se preocupam em compreender a gênese do serviço social atrelada à realidade social, política e econômica, de modo que sua relação com a história parece ser circunstancial, adjetiva, acidental; assim como não se consideram as lutas sociais e a pressão da classe trabalhadora Angolana quando massacrada pela classe hegemônica do capitalista colonial português; não se analisa também o Estado e o seu casamento com a Igreja, bem como sua crescente intervenção através das políticas sociais para refrear as manifestações. Considera-se apenas o serviço social como tendo uma *função autônoma relacionada à prestação de serviços a pessoas, grupos, comunidades particulares*. E sua gênese é aqui considerada como uma evolução das anteriores formas de assistência e ajuda.

Outros, porém, situam a natureza do Serviço Social no campo do humanismo cristão, conforme podemos notar no depoimento do/a Assistente Social B4: “*a natureza do Serviço Social consubstancia-se na defesa da justiça social e na promoção da dignidade humana*”; e no depoimento B16: “*o Serviço Social tem uma natureza humanista*”. Outros associam a natureza do Serviço Social ao assistencialismo: “*a providência de elementos aos indivíduos para se libertar da situação de vulnerabilidade*”. Não encontramos entre os depoimentos algum que nos apontasse a compreensão da natureza do Serviço Social como trabalho especializado chamado a participar no processo de produção e reprodução da vida social no contexto da divisão sócio-técnica do trabalho no mundo capitalista, conforme as determinações sócio-históricas que demandaram a sua criação, quer no tempo colonial quer no pós-independência.

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social é trabalho entendemos que nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, também lá, este trabalho é movido por uma teleologia, uma vez que os Assistentes Sociais naquela instituição também se propõem alguma finalidade para o seu trabalho e por isso mesmo, seja qual for o adjetivo que se associe àquele trabalho, ele supera a ação da “mais engenhosa abelha”, parafraseando Marx.

Por este motivo, buscando compreender como os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde representam na mente o seu trabalho, com vistas a perceber que subjetividades permeiam a natureza do Serviço Social em Angola, indagamos por último sobre **a finalidade do trabalho do Assistente Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas**, obtendo as seguintes respostas.

Depoimento do/a Assistente Social B1 colhido em julho de 2015:

A nível da saúde está ligado com a humanização do atendimento do doente.

Depoimento do/a Assistente Social B2 colhido em julho de 2015:

Atender as necessidades de saúde e de apoio social dos militares e seus familiares diretos.

Depoimento do/a Assistente Social B3 colhido em julho de 2015:

Capacitar os utentes para que possam identificar e buscar soluções dos seus problemas.

Depoimento do/a Assistente Social B4 colhido em julho de 2015:

Contribuir na prevenção, restauração da saúde e a posterior reintegração dos militares e trabalhadores civis afetos as FAA.

Depoimento do/a Assistente Social B5 colhido em julho de 2015:

Contribuir na qualidade dos serviços para que seja uma referência no atendimento e na assistência humanizada.

Depoimento do/a Assistente Social B6 colhido em julho de 2015:

Dar resposta as necessidades sociais do militar e sua família especialmente em situação de vulnerabilidade.

Depoimento do/a Assistente Social B7 colhido em julho de 2015:

Elevar o nível de saúde dos efetivos militares para o cumprimento ininterrupto das missões, tendo em conta as dimensões psicossocial.

Depoimento do/a Assistente Social B8 colhido em julho de 2015:

Identificar, analisar os problemas e necessidades de apoio psicossocial, assim como a elaboração de planos de intervenção social visando a concretização das políticas sociais da instituição.

Depoimento do/a Assistente Social B9 colhido em julho de 2015:

O fim do trabalho do Assistente Social nos SS/FAA é a recuperação psicossocial, assim como a sua reintegração social na comunidade ou na família.

Depoimento do/a Assistente Social B10 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA tem como finalidade, imprimir nos processos de concepção e assistência médica o sentido de equidade, dignidade e humanização dos serviços.

Depoimento do/a Assistente Social B11 colhido em julho de 2015:

O Serviço Social nas FAA tem como finalidade fazer compreender que as políticas do fórum social são acompanhadas pelos profissionais para salvaguarda dos direitos dos utentes.

Depoimento do/a Assistente Social B12 colhido em julho de 2015:

O seu fim é a satisfação do utente. O bem-estar psíquico, físico e social do doente. Isto é, está implícito em materializar o conceito da saúde criado pela OMS.

Depoimento do/a Assistente Social B13 colhido em julho de 2015:

Procurar resolver os problemas que impedem o processo de cura do doente.

Depoimento do/a Assistente Social B14 colhido em julho de 2015:

Tem como finalidade os cuidados continuados dos pacientes de modo que se recupera o militar e a levar estes a voltar para o seu dia a dia.

Depoimento do/a Assistente Social B15 colhido em julho de 2015:

Trabalhar na promoção da saúde e cura dos militares, a luz do novo conceito de saúde segundo a OMS.

Depoimento do/a Assistente Social B16 colhido em julho de 2015:

O fim do trabalho do Assistente Social nos Serviços de Saúde das FAA é de desenvolver políticas que podem ajudar no melhoramento da intervenção a nível dos Serviços Saúde, tal como proporcionar um melhor atendimento e acompanhamento dos doentes, e criar programas/desenvolver atividades que visam promover a educação para saúde a nível das FAA.

Depoimento do/a Assistente Social B17 colhido em julho de 2015:

Mobilizar e desenvolver potencialidades humanas e sociais para a garantia e ampliação do usufruto dos direitos sociais.

Existe, no entender dos nossos entrevistados, um fim que orienta o fazer profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA. Expressando-se cada um de sua maneira, segundo os depoimentos apresentados constatamos que aparece como finalidade do trabalho profissional dos Assistentes Sociais na instituição em foco a humanização dos Serviços e da Assistência a fim de contribuir para a *qualidade*, conforme são testemunhas os depoimentos dos/as Assistentes Sociais B1 e B10: “o nível da saúde está ligado com a humanização do atendimento do doente”; “o Serviço Social nos Serviços de Saúde das FAA tem como finalidade imprimir nos processos de concepção e de assistência médica o sentido de equidade, dignidade e humanização dos serviços”.

Outra dimensão que aparece com destaque nos depoimentos como sendo a finalidade do trabalho profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas é a dimensão socioeducativa: “capacitar os utentes [clientes] para que possam

identificar e buscar soluções dos seus problemas”; e *“mobilizar e desenvolver potencialidades humanas e sociais para a garantia e ampliação do usufruto dos direitos sociais”*, conforme os depoimentos respectivos de B3 e B17.

Seja numa ou outra perspectiva em que os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas colocam a finalidade do seu trabalho naquela instituição, encontramos na maioria das vezes, para não dizer em todos, um certo tom messiânico ao se referirem à finalidade do trabalho do Assistente Social: *“a natureza do Serviço Social é apoiar a pessoa para que possa criar a sua autodeterminação”*. Por exemplo B13 afirmou que a finalidade do trabalho do Assistente Social naquela instituição é *“procurar resolver os problemas que impedem o processo de cura do doente”*. B12 por sua vez considerou que *“o seu fim é a satisfação do utente, o bem-estar psíquico, físico e social do doente, isto é a materialização do conceito de saúde criado pela OMS”*. Portanto para este entrevistado a finalidade do serviço social é materializar o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas participar para a ausência da doença. B11 afirma que *“o Serviço Social nas FAA tem como finalidade fazer compreender que as políticas do campo social são acompanhadas pelos profissionais para salvaguarda dos direitos dos utentes”*.

A constatação de visões messiânicas da profissão nos adverte para o que Iamamoto (2014) entende como riscos de uma perspectiva que atribui ao assistente social o papel de *“agente transformador ou revolucionário”*, expressando visões mecanicistas e voluntaristas do serviço social. Nas palavras da autora:

O Serviço Social Transformador ao considerar o Assistente Social como *“agente de transformação”*, não reconhece, nem elucida o verdadeiro caráter dessa prática na sociedade atual. Ao superestimar a eficácia política da atividade profissional, subestimamos o lugar das organizações políticas das classes sociais no processo de transformação da sociedade, enquanto sujeitos da história; por outro lado parece desconhecemos a realidade do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 80).

Reafirmamos assim que ao procurar entender quais as concepções que os Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas têm sobre o Serviço Social, buscamos aferir a teoria, a subjetividade e as representações na mente e/ou a síntese mental que os Assistentes Sociais têm do Serviço Social face ao contexto. Essa representação mental da profissão não é, portanto, autônoma nem permanente, antes pelo contrário expressa-se como síntese na mente de determinações historicamente constituídas como expressões, resultados da materialidade, ou seja, do conhecimento teórico sobre a profissão que é algo

material e historicamente determinado. Por este motivo nas falas dos Assistentes Sociais, nas suas histórias identificamos também as falas e as histórias de escolas, professores, contextos, disciplinas. Tal como observa Duarte (201),

[...] quando falo, muitas vozes falam em mim, muitas histórias atravessam a minha história, e isso se torna mais complexo quando se pensa no terreno da intervenção e nos postos de trabalho profissional. Embora haja uma composição singular em mim, que me difere dos demais, que difere cada um, somente a composição é singular. Os pedaços de que é feita são partilhados por muita gente (DUARTE, 2010, p. 18).

Embora haja singularidades em cada Assistente Social de apreender e de expressar a sua concepção de Serviço Social, algo normal que faz de cada participante diferente do outro, notamos que somente a composição é singular, porém os pedaços com que é feita tal composição são partilhados por muita gente.

Nesse sentido, podemos afirmar que não há de fato uma uniformidade de representação mental do que seja o Serviço Social entre os Assistentes Sociais. Embora encontremos alguns que o associam a uma disciplina ou área do saber, outros como atividade ou prática interventiva, a maioria o consideram uma profissão que nasce de um longo processo de aprimoramento das formas de ajuda. Os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas entendem que no seu espaço sócio-laboral o Serviço Social tem um objeto, embora não se note em muitos uma clareza do que vem a ser isto. Para a maioria a “questão social” é tratada indistintamente como o conjunto de problemas sociais. Nota-se ainda uma associação do papel socioeducativo e humanizado à finalidade do Serviço Social nos depoimentos dos profissionais entrevistados.

Em suma, entendemos que é importante analisar a dimensão subjetiva quando pretendemos compreender a natureza do Serviço Social em Angola, porque tal como nos diz Semeraro (1999), ao abordar o conceito de subjetividade a partir da contribuição de Gramsci ao marxismo contemporâneo, aponta que para este autor

[...] a consciência e a subjetividade representam uma dimensão fundamental na ação política, uma vez que se é verdade que não é a consciência que determina o ser social, é também verdade que só por meio da consciência o homem pode apropriar-se das funções da sociedade e ter condição de realizá-las lutando contra as pressões externas que condicionam seu comportamento e neutralizam suas aspirações (SEMERARO, 1999, p. 72-73).

Para Konder (1992 p. 1116) “a teoria é um momento necessário da práxis; e essa necessidade não é um luxo: é uma característica que distingue a práxis das atividades meramente repetitivas, cegas, mecânicas “abstratas” [...]”. Assim é a partir da análise e do conhecimento de certa realidade que se pode categorizar uma profissão enquanto prática baseada numa reflexão. Portanto a atuação do Assistente Social será a base para a criação de uma prática profissional – práxis refletida; é o profissional que está no campo exercendo a prática que deverá conceituá-la e não apenas os acadêmicos, visto que a teoria se alimenta das relações sociais que se estabelecem a partir de determinantes da realidade. Por este motivo mais do que apenas ler os clássicos que se debruçam sobre a natureza do Serviço Social, preferimos ouvir os Assistentes Sociais que no contexto dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas estão no campo exercendo a profissão para conceituá-la.

4.2.4 Prática profissional dos Assistentes Sociais dos SSFAA (2011-2014)

A principal inquietação que guiou a pesquisa de que resulta este trabalho foi: **qual é a natureza do Serviço Social em Angola em geral e nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas em particular?** Partindo do pressuposto que as determinações sócio históricas que demandaram a gênese da profissão podem permear a sua natureza, bem como as características sócioprofissionais particulares dos seus agentes, a formação profissional, as concepções que os Assistentes Sociais têm do Serviço Social e a prática profissional destes, nos parágrafos anteriores nos dedicamos a analisar como tais categorias permeiam a natureza do Serviço Social. Nesta parte do trabalho, de acordo com Baptista, alertamos que:

Uma profissão é também aquilo que os profissionais fazem. O projeto profissional não passa apenas por um desenho teórico ou por uma escolha político-social, passa também pela prática dos seus agentes, pela sua situação de classe, pela sua condição de profissionais assalariados, inscritos na estrutura sócio ocupacional que os torna mais próximos da fração da classe trabalhadora, está mais diretamente submetida às imposições do capital (BAPTISTA, 2014, p. 10).

Partindo dessas considerações, a seguir nos dedicaremos a analisar “*aquilo que os profissionais fazem*”, a “*prática dos seus agentes, pela sua situação de classe*”, isto é, a

prática dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas enquanto assalariados militares ou civis.

Para isso precisamos primeiro sublinhar que não podemos apreender a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA descolada do contexto *sóciohistórico* em que se desenvolve, pois como nos lembra Marx,

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações sociais que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (MARX apud BAPTISTA, 2014, p. 10).

Nesses termos, observamos que a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde enquanto parte de práticas sociais historicamente determinadas, independentemente de sua vontade enquanto profissionais, varia segundo a natureza das práticas sociais da instituição que os assalaria, no caso, as Forças Armadas. Vemos então que a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde varia em “tempo de paz” e em “tempo de guerra”.

Considerando que uma das principais atividades de qualquer Força Armada em “tempo de paz”, além de executar as atividades próprias deste tempo, é preparar-se para uma eventual guerra, situação catastrófica ou de crise qualquer, mesmo em “tempo de paz” qualquer Força Armada e também as de Angola, desenvolve atividades próprias de tempo de guerra, nas quais os Assistentes Sociais enquanto militares também participam. Nas Forças Armadas Angolanas estas se convencionaram chamar de **Atividades de Preparação Operativa, Combativa e Patriótica**. Pela natureza destas atividades, atendendo ao necessário e “sagrado” segredo militar e olhando sobretudo para os objetivos que este trabalho persegue, estas atividades bem como as de **Assistência Psicossocial em Situação de Emergência ou Crise** não serão objeto de análise e serão omitidas, embora sejam realizadas também por Assistentes Sociais e reuam condições de serem consideradas como profissionais.

Antes de nos determos a analisar o que os Assistentes Sociais fazem nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, considerando que a sua prática é organizada nos ditames da cultura militar das Forças Armadas Angolanas, vamos muito brevemente apresentar como esta prática profissional se organiza naquela instituição militar:

O Serviço Social no espaço sócio-ocupacional em estudo é entendido como sendo a *“promoção de ações no contexto das relações humanas, focalizando a intervenção no relacionamento dos doentes com os colegas e famílias, com as equipes de saúde quer na*

Unidade Hospitalar, Unidade Militar e na comunidade em que habitam” (FAA, Estatuto Orgânico dos Serviços de Saúde das FAA, 2004). Nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, o Serviço Social está integrado como unidade especializada de serviços e parte orgânica dos Serviços de Saúde, devendo por isso contribuir na efetivação do principal desiderato dos Serviços de Saúde das FAA de acordo com suas competências e saberes, cabendo-lhe *“promover a continuidade dos cuidados de que é parte, cuidados de saúde para além das fronteiras dos hospitais, engajar e envolver pessoas, as famílias e grupos a protegerem-se através do desenvolvimento de habilidades para cuidarem da saúde, combater estigma e manter a qualidade de vida principalmente em relação ao VIH/SIDA, Tuberculose, Doenças Mentais e Doenças Crónicas não transmissíveis Velhice e Deficiência de Guerra”*. (FAA, Estatuto Orgânico dos Serviços de Saúde das FAA, 2004)..

Sendo o Serviço Social parte orgânica dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolana está inserido em toda estrutura organizacional deste, estando assim presente no órgão central da saúde militar (Estado Maior General), nos três ramos das FAA definidos no ponto 3 do artigo 21º da Lei n.º 2/93, de 26 de março, Lei de Defesa Nacional e Das Forças Armadas Angolanas (LDNFA) que são: o Exército (EXE), a Força Aérea Nacional (FAN) e a Marinha de Guerra Angolana (MGA).

Como parte orgânica dos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolas, os Assistentes Sociais que nele trabalham sendo militares ou não desenvolvem as suas atividades no quadro dos limites e possibilidades, da cultura e valores de uma instituição castrense. Pois como diz Baptista,

A configuração da profissão não é simplesmente produto da vontade de grupos determinados. Existem, no tipo de relações sociais que se estabelecem no capitalismo monopolista, necessidades e expectativas de práticas determinadas, legitimadas pela sociedade – dentre estas aquelas que cabem ao Assistente Social operacionalizar. O que chamamos hoje Serviço Social é resultado presente e sempre provisório dos processos histórico, intelectual e sócio institucional, de legitimação de uma construção social muito particular: a institucionalização de uma profissão para cumprir funções determinadas na divisão social do trabalho (BAPTISTA, 2014, p. 19-20).

Assim sendo, o que é hoje o Serviço Social enquanto “força de trabalho posta em ação” nos Serviços de Saúde das FAA, de modo claro provisório? O que é que a vontade de Assistentes Sociais em “confronto” com as necessidades e expectativas de práticas dos Serviços de Saúde naquele contexto histórico, intelectual e sócio institucional? O que de

legitimação ficou estabelecido como cabendo aos Assistentes Sociais operacionalizarem em tempo de paz?

O desempenho dos Assistentes Sociais no campo da saúde apresenta configurações distintas em função da sua inserção no sistema de saúde. Para que as atividades dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolas, conveniadas na instituição empregadora de Atividades de Assistência Psicossocial e Cuidados Continuados, sejam contínuas, integrais e acessíveis os Assistentes Sociais como quaisquer outros profissionais, além de estarem nos diferentes níveis de gestão do Sistema de Saúde das Forças Armadas estão inseridos em nível assistencial com outros profissionais com os quais partilham o trabalho em equipas multidisciplinares. São atividades que se desenvolvem no quadro do Sistema de Tratamento e Evacuação por etapas, isto é, ao nível de assistência pré-médica e médica básica (Unidades Militares), assistência médica qualificada (Enfermarias Militares Regionais) e assistência médica especializada (Hospitais Militares Regionais, Clínicas dos Ramos e HMP/IS), como vimos fundamentalmente nos órgãos de gestão e direção, na assistência médica qualificada (Enfermarias Militares Regionais) e assistência médica especializada (Hospitais Militares Regionais, Clínicas dos Ramos e HMP/IS).

Considerando os depoimentos dos Assistentes Sociais e analisando os relatórios de trabalho profissional elaborados por estas equipas multidisciplinares, partilhando e complementando-se fundamentalmente com os Educadores Sociais e Psicólogos Clínicos, com os quais têm inclusive a mesma subordinação metodológica, ficamos encorajados a afirmar que as concepções e prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas assumem natureza específica em relação ao que a literatura especializada geralmente nos apresenta, pois se dão em uma realidade sócio institucional concreta, em condições distintas previamente dadas.

Assim, pelos relatórios analisados podemos verificar que em tempo de paz os Assistentes Sociais em trabalho articulado em equipas multidisciplinares com outros profissionais e, sobretudo com os Educadores Sociais e Psicólogos Clínicos, desenvolvem atividades que podem ser sistematizadas em:

1. Atividades sócio administrativas e direção;
2. Atividades sócio assistenciais, e
3. Atividades socioeducativas e pesquisa.

Atividades sócio administrativas e políticas - A análise feita nos relatórios de atividades do período selecionado de 2011 a 2014, dão conta de que os Assistentes Sociais

nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas desenvolvem atividades que denominamos como sócioadministrativas. Estas atividades são desenvolvidas com variações de intensidade e natureza segundo o nível em que se encontre o Assistente Social na estrutura hierárquica e organizacional da instituição. Essas atividades em geral englobam:

- Participar nas reuniões administrativas e operativas ordinárias e extraordinárias;
- Participar em Reuniões Metodológicas, Conselhos Consultivos e de Direção, conforme o nível em que se encontra colocado;
- Realizar reuniões ordinárias e extraordinárias para análise e reflexão sobre o Absentismo e Abandono dos Doentes nas Consultas de Controle e Seguimento;
- Realizar reuniões com os diferentes parceiros para concertação de agendas do trabalho Intersetorial;
- (Co) organizar eventos científicos como *workshops*, Conferências, Seminários, Colóquios, palestras, etc.;
- Supervisionar as atividades desenvolvidas por profissionais sob sua subordinação ou trabalho de equipe;
- Elaborar relatórios, laudos, pareceres e submetê-los aos níveis imediatamente superiores de acordo com a periodicidade estabelecida pelo sistema de informação da instituição;
- Sistematizar e interpretar dados e informações pertinentes para o desempenho das atribuições do trabalho.

Não obstante encontrarmos e reconhecemos a existência de atividades de natureza sócioadministrativa, visualizando os documentos analisados e o dia-a-dia dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, verificamos que as atividades sócioadministrativas e as de natureza socioeducativa e de pesquisa mesmo quando realizadas não têm um fim em si mesmas, uma vez que se destinam sobretudo a subsidiar a melhor compreensão das demandas postas e impostas, a planificação das respostas profissionais para tais demandas e situadas num contexto, sua execução e posterior avaliação.

Atividades sócioassistenciais – Constatamos que as atividades sócioassistenciais são as que ocupam maior tempo e energia dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. Resultado não só da vontade e competências dos profissionais do trabalho social (Assistentes, Educadores e agora também os psicólogos clínicos), mas também

da conjuntura sócioinstitucional onde se desenvolve a prática profissional dos Assistentes Sociais. Na instituição em foco, convencionou-se chamar as atividades sócioassistenciais de Atividades de Assistência Psicológica e Social.

Estas atividades compreendem todo um conjunto de ações diversas, cuja característica é a prestação de algum tipo de serviço ou cuidado direto do usuário doente ou presumivelmente saudável. A principal característica distintiva para este bloco de atividades é o local onde é feita e a sua imediaticidade. Assim o trabalho realizado pelos trabalhadores sociais no contexto da instituição sanitária seja de que nível de assistência à saúde for, são denominados de Assistência Psicossocial Hospitalar; as atividades que ocorrem fora das unidades sanitárias, “fora das portas das instituições sanitárias”, voltadas para trabalho com as pessoas no seu habitat, na sua comunidade; ou para o caso militar no seu quartel ou Unidade Militar, estas se convencionaram chamar de Assistência Psicossocial com Comunidades/unidades e aquelas que sendo realizadas dentro ou fora da unidade sanitária visam favorecer e garantir a ligação do usuário sobretudo de doença crônica com a rede de diversos serviços à saúde e outras, cuja satisfação requer uma articulação intersetorial. Estas se denominam de Seguimento Psicossocial e Cuidados Continuados, conforme quadro a seguir.

Quadro 18 – Distribuição do volume das atividades sócioassistenciais em 2014 segundo sua natureza

Classificação da Assistência Psicológica e Social	CATEGORIA MILITAR				TOTAL
	Militar	Polícia	Ant. Combatent	Civil	
Hospitalar	1953	286	61	050	3 350
Comunidade/Unidade	1303	62	3	66	1 734
Seguimento Psicossocial e Cuidados Continuados	1603	85	35	31	2 354
Pesquisa/Formação	497	18	0	40	755
Total Geral	5356	451	99	287	8 193
%	65,4	5,5	1,2	7,9	100,0

Fonte: Relatório de atividade de Assistência Psicossocial do ano 2014

Como pudemos notar, nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas as atividades sócioassistenciais encontram-se agrupadas em três grupos: Assistência Psicossocial Hospitalar, Assistência Psicossocial com Comunidades/unidades e Seguimento Psicossocial e Cuidados Continuado e todas têm como usuários os militares, os policiais, os antigos

combatentes e veteranos da paz, os civis que são familiares diretos dos grupos citados ou trabalhadores civis das instituições militares e policiais. Considerando os dados de 2014 notamos que as de Assistência Psicossocial Hospitalar constituíram a maior parte das ações dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde.

Quadro 19 – Volume da Assistência Psicossocial Hospitalar em 2014 segundo sua natureza

Classificação da Assistência Psicológica e Social		CATEGORIA MILITAR				TOTAL
		Militar	Polícia	Ant. Comb.	Civil	
Hospitalar	Acolhimento e Orientação Hospitalar dos Doentes e Famílias	539	127	51	385	1 102
	Acompanhamento Individual e Integrado do doente Internado	450	33	7	143	633
	Consultas Psicológicas	181	19	0	69	269
	Gestão de Altas e Cuidados Continuados	650	68	3	343	1 064
	Cuidados Terminais e Paliativos	133	39	0	110	282
Sub-total		1953	286	61	1050	3 350

Fonte: Relatórios de Atividade de Assistência Psicossocial do ano 2011-2014

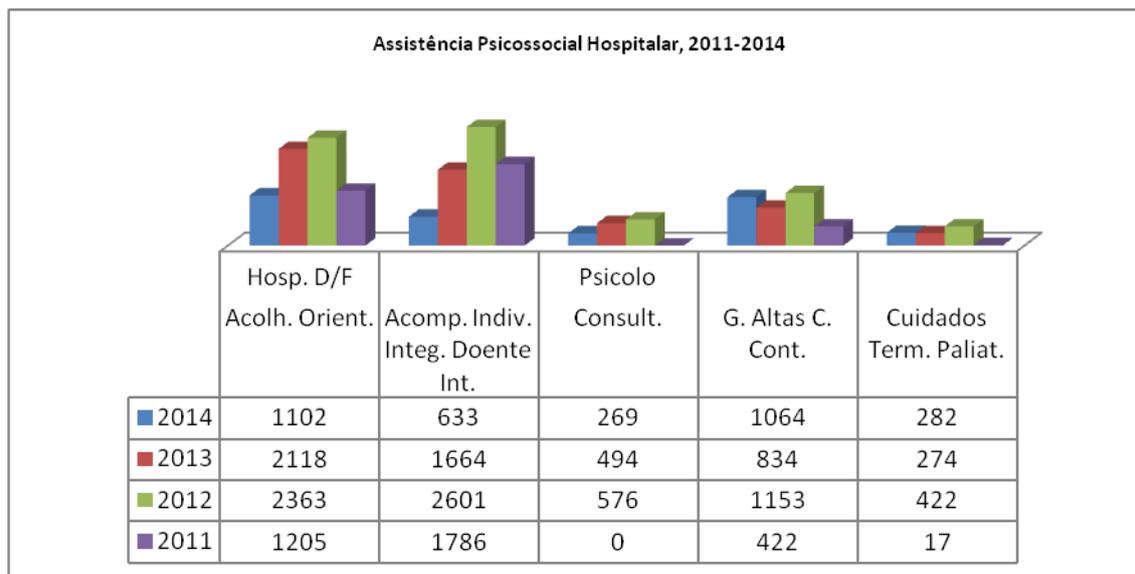
Segundo a tabela acima apresentada constatamos que a Assistência Psicossocial Hospitalar, ou seja, a ação dos Assistentes Sociais dentro de uma instituição sanitária está voltada para o acolhimento e orientação hospitalar do doente e seus familiares, o acompanhamento individual e integral do doente internado, a gestão de altas, os cuidados continuados e a prestação de cuidados paliativos ou terminais.

Os dados demonstram que em nível hospitalar ou dentro das instituições sanitárias, a maior parte das atividades dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas foi o acolhimento e orientação hospitalar do doente e família, seguida das ações de gestão de altas e cuidados continuados. As consultas psicológicas embora apareçam no quadro não são realizadas por assistentes sociais nem por educadores sociais, mas são integradas neste grupo pelo fato de nesta instituição os psicólogos clínicos e os educadores sociais estarem subordinados a uma única repartição ou área.

Segundo o gráfico 13, apresentado a seguir, comparando o trabalho dos Assistentes Sociais das unidades sanitárias da instituição estudada, verificamos que neste espaço a demanda para estes profissionais tem recaído sobre o acolhimento e orientação hospitalar do doente bem como para as atividades de gestão de altas e cuidados continuados. Com exceção

do ano de 2014 notamos muita concentração do trabalho em relação ao acompanhamento individual e integral dos doentes internados. Porém as atividades de consulta psicológica realizadas por psicólogos e as de cuidados terminais nos quatro anos estudados se apresentam com menos ações.

Gráfico 13 – Distribuição comparativa da Assistência Psicossocial Hospitalar segundo a natureza. 2011-2014



Fonte: Relatório de atividade de Assistência Psicossocial 2011-2014

Como fizemos referência, a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas não se classifica apenas como assistencial, uma vez que encontramos registros de um volumoso trabalho de natureza sócioadministrativa e socioeducativas e de pesquisa. Porém, as atividades sócioassistenciais destes profissionais na instituição não se resumem simplesmente àquelas que ocorrem dentro dos hospitais, pois a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde transcende as fronteiras hospitalares e se estende também ao nível das comunidades ou Unidades Militares onde vivem e trabalham.

O quadro que apresentamos a seguir revela que fora das unidades sanitárias a instituição empregadora bem como os usuários impõem uma demanda que leva os Assistentes Sociais na Assistência Psicossocial com Comunidades/Unidades desenvolverem as seguintes atividades: visitas domiciliares, busca ativa, acompanhamento domiciliar, terapias de grupo e ações de educação comunitária para a saúde.

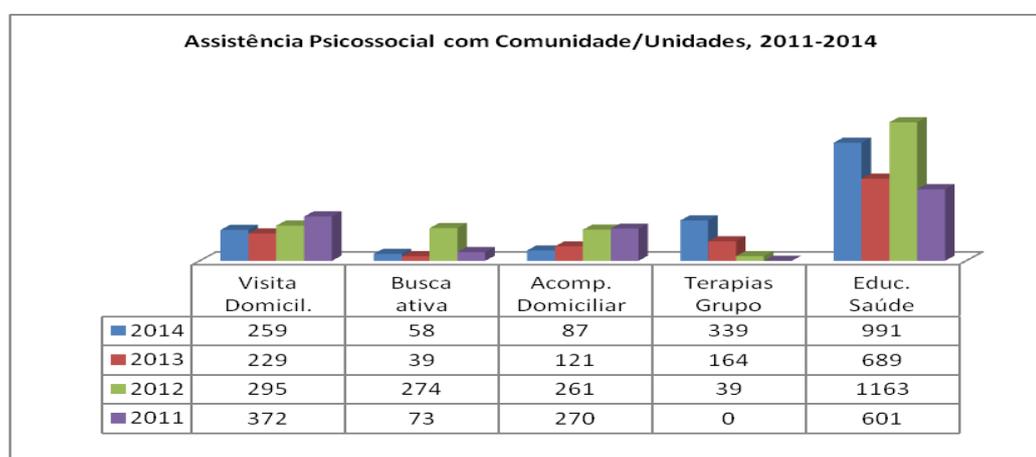
Quadro 20 – Volume da Assistência Psicossocial com comunidades/unidades em 2014 segundo sua natureza

Classificação da Assistência Psicológica e Social		CATEGORIA MILITAR				TOTAL
		Militar	Polícia	Ant. Combat.	Civil	
Comunidade/ Unidade	Visita Domiciliar	197	11	2	9	259
	Busca cativa	43	10	1	4	58
	Acompanhamento Domiciliar	75	0	0	2	87
	Terapias de Grupo	230	15	0	4	339
	Educação Comunitária para a Saúde (GAMs, Palestras, etc.)	758	26	0	07	991
Sub -total		1303	62	3	66	1 734

Fonte: Relatório de atividade de Assistência Psicossocial 2011-2014

Notamos segundo a tabela acima que em 2014 o grupo de usuários que mais foi atendido neste espaço tal como na Assistência Hospitalar foi o dos militares. Tal ocorrência deve-se exatamente ao fato de estes serem os maiores destinatários do trabalho não apenas dos Assistentes Sociais, mas de todos profissionais que labutam na instituição estudada. Porém nas comunidades e ou nas Unidades Militares as ações de Educação para a Saúde constituem a maior gama de ações, seguindo-se as terapias de grupo dinamizadas fundamentalmente pelos psicólogos com a participação de outros profissionais.

Gráfico 14 – Distribuição comparativa da Assistência Psicossocial com Comunidades/Unidades segundo a natureza. 2011-2014



Fonte: Relatório de atividade de Assistência Psicossocial 2011-2014

A partir da análise comparativa de toda a Assistência Psicossocial com Comunidades durante os 4 anos em análise contata-se que fora das fronteiras dos hospitais ou unidades sanitárias, durante todos os anos analisados, a educação para saúde constitui a maior demanda de trabalho dos Assistentes Sociais e de todos os trabalhadores sociais. Em seguida comparecem as visitas domiciliárias como as que demandam mais trabalho, com exceção do ano de 2014.

Como foi observado, no conjunto de atividades sócioassistenciais que os Assistentes Sociais integrados em equipas multidisciplinares, sobretudo com os Educadores Sociais, desenvolvem destacam-se as atividades das instituições sanitárias; as que se estendem na comunidade e ou unidades militares; e ainda há um terceiro grupo que se denomina de atividades de seguimento psicossocial e cuidados continuados. A prática profissional voltada aos cuidados continuados nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas visa fundamentalmente garantir o acesso ao direito à saúde dos doentes crónicos, cuja complexidade e longevidade do tratamento e outros cuidados de saúde exigem a articulação com o ambiente em que vive e trabalha, com a família e outros setores da sociedade.

Quadro 21 – Volume da Seguimento Psicossocial e Cuidados Continuados em 2014 por doença

Classificação da Assistência Psicológica e Social		SITUAÇÃO DO UTENTE			ESTADO DE SEGUIMENTO			CATEGORIA MILITAR				TOTAL
		DO ENTE			Eva cua do	Domic./ caser	Interna d	Milita r	Políci a	Ant. Comb at	Civil	
		Abandon o	Falecido	Seguim ento								
Seguimento Psicossocial e C.C.	VIH/SIDA	94	67	753	6	296	1	68	3	0	31	742
	TB	18	9	512	2	72	74	06	2	0	87	505
	HTA	22	5	409	0	1	2	43	8	34	161	446
	Diabetes	7	0	164	8	8	5	44	4	1	27	176
	Ins. Renal Crónica	0	1	22	8	6	4	1	1	0	3	25
	Deficientes	0	1	129	5	2	4	41	0	0	33	174
	Outros	8	2	157	5	0	6	80	7	0	89	286
Total Geral		149	85	2146	84	65	36	603	5	5	631	2354

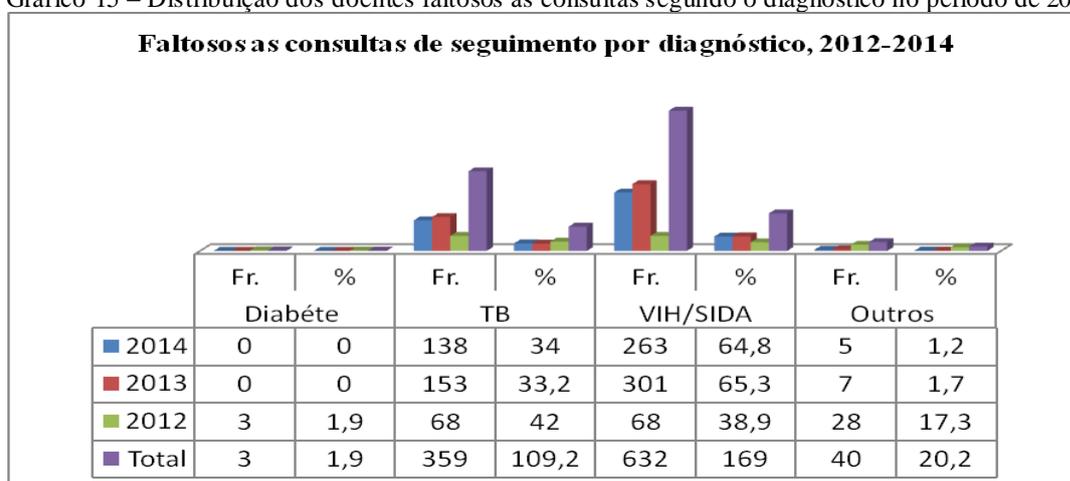
Fonte: Relatório de atividade de Assistência Psicossocial do ano 2014

Pelo peso na morbilidade e mortalidade, bem como nas taxas de abandono do tratamento e na relação com outros problemas sociais, os Serviços de Saúde demandaram como prioridade de seguimento psicossocial e cuidados continuados, o Vírus de Imunodeficiência Humana que provoca a Síndrome de Imunodeficiência Humana (VIH/SIDA), a tuberculose (TB), as hiper e hipotensão (HTA), a Diabetes *Melitus*, a

Insuficiência Renal Crônica, as deficiências de guerra e qualquer outra doença cuja abordagem e características do doente ou do local em que vive e trabalha se considere indispensável a participação do Assistente Social.

Olhando para a tabela nº 21 verificamos que só em 2014 foram seguidos **2354** doentes crônicos. Entre estes os usuários com o Vírus de Imunodeficiência Humana (VIH/SIDA) constituíram a maioria com 742 usuários, seguidos pelos doentes com Tuberculose (TB) com 505 e pelos com problemas de Tensão (HTA) com 446 usuários. Em relação à categoria militar dos usuários notamos que os Assistentes Sociais trabalham não só com os militares que constituem a maioria, mas também proporcionam cuidados continuados para os polícias, os antigos combatentes e veteranos da paz bem como os civis. Para estes últimos as atividades de seguimento psicossocial e cuidados continuados constituem o segundo grupo acompanhado pelos Assistentes Sociais.

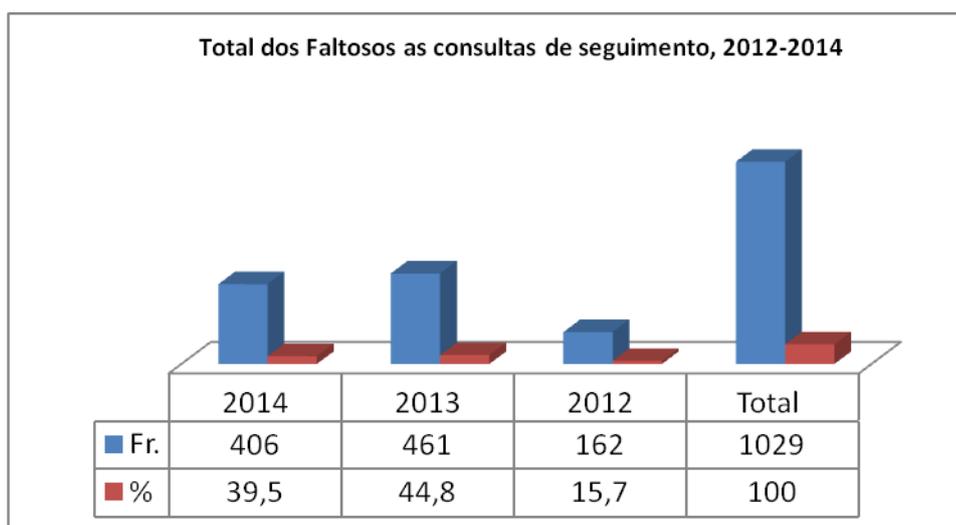
Gráfico 15 – Distribuição dos doentes faltosos às consultas segundo o diagnóstico no período de 2012-2014



Fonte: Relatórios de atividades da Assistência Psicológica e Social, 2011-2014

O controle dos doentes faltosos às consultas de seguimento, segundo o gráfico 15, é majoritariamente dominado pelos doentes de VIH/SIDA em todos os anos, seguido pelos doentes com Tuberculose.

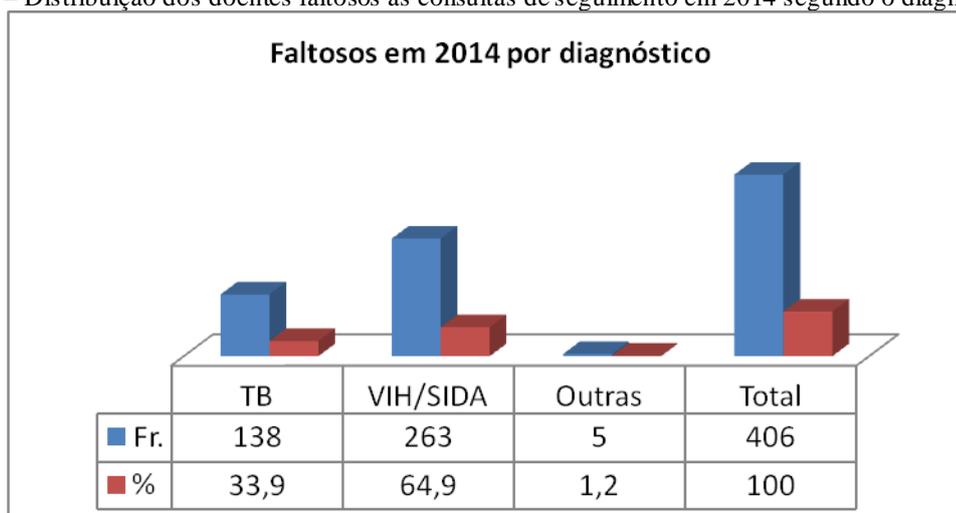
Gráfico 16 – Distribuição total dos doentes faltosos as consultas de seguimento no período de 2012-2014



Fonte: Relatórios de atividades da Assistência Psicológica e Social, 2011-2014

O ano que mais registou faltas às consultas de seguimento foi o de 2013 com 44,8% do total de faltosos registrados. O ano de 2011, embora considerado, a análise dos relatórios deste ano não apresenta informações organizadas por patologias sobre seguimento psicossocial, razão pela qual não são apresentadas.

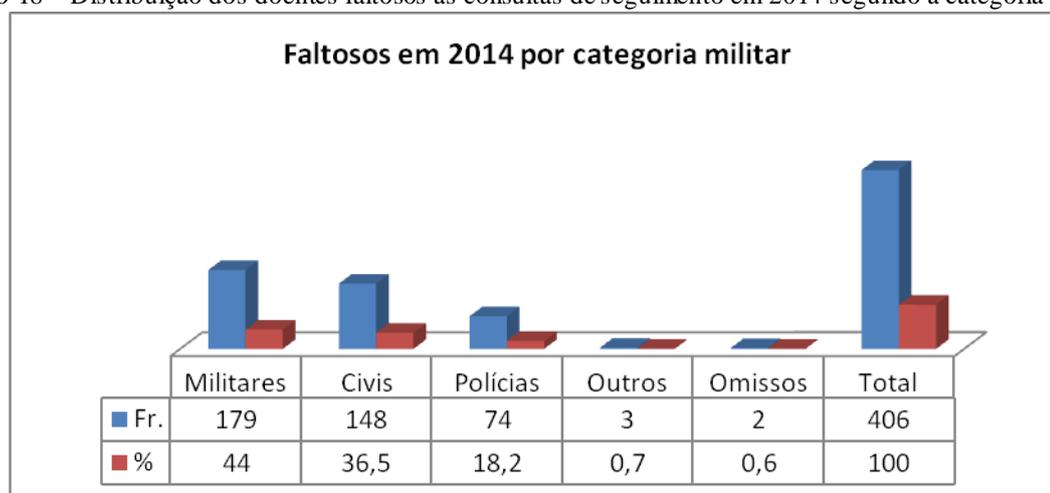
Gráfico 17 – Distribuição dos doentes faltosos as consultas de seguimento em 2014 segundo o diagnóstico



Fonte: Relatórios de atividades da Assistência Psicológica e Social, 2011-2014

Segundo o diagnóstico, conforme revela o gráfico nº 17, constatamos a mesma tendência do VIH/SIDA, de predomínio das taxas de abandono e faltas verificadas em 2014, na análise comparativa entre os anos estudados.

Gráfico 18 – Distribuição dos doentes faltosos as consultas de seguimento em 2014 segundo a categoria militar



Fonte: Relatórios de atividades da Assistência Psicológica e Social, 2011-2014

Segundo o gráfico acima, notamos que não há nenhuma categoria militar que não falte ou abandone o tratamento. Verificamos que os militares representam a maioria dos que faltam ou abandonam o tratamento, com 44% do total verificado em 2014. Os civis constituem o segundo maior grupo. Porém os policiais embora representem 18,2% dos faltosos ou dos que abandonaram o tratamento constituem um grupo considerável e julgamos que se não houver para esta categoria melhores mecanismos de acompanhamento, provavelmente tais números podem aumentar. Portanto, demonstra-se que as faltas ou abandono do tratamento não estão apenas presentes em uma dada categoria militar dos usuários, “tida como a menos consciente da gravidade do seu comportamento” ou “a mais desleixosa ou negligente” que “mereça nos termos da lei militar ser severamente punida”.

Tais constatações e estudos feitos pelos Assistentes Sociais revelam que o abandono da terapêutica decorre de vários fatores e que a instituição prestadora de Serviços de Saúde não está imune da necessidade de medidas que visem reduzir ou acabar com os abandonos.

4.2.5 Atividades socioeducativas e de pesquisa

Quadro 22 – Distribuição das atividades socioeducativas e de pesquisa segundo a natureza em 2014

Classificação da Assistência Psicológica e Social		CATEGORIA MILITAR				TOTAL
		Militar	Polícia	Ant. Combatente	Civil	
Pesquisa Formação	Formação de Dinamizadores Sociais	60	8	0	17	85
	Formação de Cuidadores	30	0	0	50	80
	Supervisão de Educadores Sociais	0	0	0	12	12
	Supervisão de Assistentes Sociais	0	0	0	3	3
	Pesquisa Social	140	0	0	100	240
	Pesquisa Psicológica	214	0	0	110	324
Sub -total		497	18	0	240	755

Fonte: Relatórios de atividades da Assistência Psicológica e Social, 2011-2014

As atividades que nos Serviços de Saúde das FAA se convencionaram chamar de “socioeducativas e de pesquisa”, cuja atribuição é dos trabalhadores sociais (Assistentes Sociais, Educadores Sociais e Psicólogos Clínicos), compreendem a formação dos “Dinamizadores Sociais”, alguém formado para cumprir algumas tarefas específicas numa Unidade Militar ou Comunidade onde não se encontre nenhum trabalhador social. Para a formação de Cuidadores, embora caiba aos Trabalhadores Sociais organizar tais formações, estas são sempre realizadas em equipes multidisciplinares que variam segundo as competências que se desejam para aquele Cuidador específico. Porém a identificação bem como a mobilização destes participantes, tendo em conta o grau de proximidade e intimidade, e a integração destes nas equipes de cuidados domiciliares, é tarefa desenvolvida pelos Assistentes Sociais ou por outro técnico nas Unidades Militares ou comunidades em que este profissional não exista.

Os Assistentes Sociais dos Serviços de Saúde das FAA, no quadro de sua parceria com o Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA) e com o Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola, também acolhem e trabalham como professores supervisores de estágios, orientando estágios e trabalhos de conclusão de curso, quer de Educadores como de Assistentes Sociais nos diferentes anos. Até 2014 foram orientados 20 finalistas e trabalhos de conclusão de curso para titulação de licenciado em Serviço Social e

mais de 85 relatórios de estágios de Educadores Sociais. Os temas de pesquisa sobretudo dos finalistas Assistentes Sociais se têm constituído em grandes contribuições e ferramentas de gestão e direcionamento das atividades sócioadministrativas e políticas e as de natureza sócio assistenciais, subsidiando decisões e formas de abordagem.

A pesquisa social não só se desenvolve sob responsabilidade de estagiários, como as sondagens de opinião sobre satisfação dos usuários com os diferentes serviços prestados; a pesquisa de opinião dos doentes e cuidadores sejam internados ou em ambulatório; os mecanismos de auscultação dos usuários por via dos gabinetes do utente geridos pelos trabalhadores sociais constituem outras ações de pesquisa que mudaram muito e têm contribuído até para o modo como se entende os usuários. A pesquisa psicológica é outra atividade, porém desenvolvida por psicólogos embora não poucas vezes sob proposta e encaminhamento do Assistente Social.

Embora, por uma questão de apresentação, a prática profissional dos sujeitos de Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, tenha sido sistematizada como sendo de natureza sócioadministrativa e política, sócioassistencial e socioeducativa e de pesquisa, analisando os relatórios de atividades estudados e mesmo pelos depoimentos dos Assistentes Sociais entrevistados, atendendo ao cotidiano profissional que conhecemos se pode afirmar que a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde constitui-se como um todo conjugado e articulado. Cada “classe” de atividade funda-se na demanda posta pela instituição e pelos usuários e subsidia a outra atividade de modo complementar. Por exemplo, a decisão do que fazer e como fazer é suscitada pelo conhecimento da natureza da demanda e da instituição que é favorecida pelas atividades formativas e de pesquisa. Assim como a sistematização destes dados para que se apresentem como um conhecimento requer ações administrativas como gerir e organizar as informações.

Desta forma, notamos, tal como Yazbek (2009) assinala, que também nos Serviços de Saúde das FAA a prática profissional dos Assistentes Sociais é caracterizada:

1º pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais;

2º por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência (YAZBEK, 2009).

A prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das FAA “*envolve abordagens diretas com os seus usuários*”, não se desenvolve apenas no contexto das quatro paredes do hospital ou da unidade sanitária. Ela não é apenas Assistência Psicossocial Hospitalar. É também Assistência Psicossocial com Comunidades, ou seja, se desenvolve fora do espaço onde os tradicionais profissionais procuram “satisfazer” necessidades de saúde. Os Assistentes Sociais nesta instituição têm um campo de trabalho que se estende para fora dos hospitais, aos ambientes de trabalho e habitação dos usuários, trabalhando deste modo não só com os doentes que podem procurar os serviços de saúde, mas também com aqueles que mesmo se sentindo doentes estão dificultados de acessar os serviços. A Assistência Psicossocial com Comunidade/Unidade Militar favorece o trabalho com os presumíveis saudáveis, com o agregado dos doentes e com a identificação daqueles que não se sentindo ainda doentes precisam procurar os serviços para prevenir o agravamento de uma dada situação.

Na verdade, a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas “*produz resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa*” e disso testemunham os números que apresentamos nos gráficos e tabelas e o reconhecimento institucional que se tem desse trabalho. *As políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa* que os Assistentes Sociais viabilizam no contexto dos serviços de saúde se estendem dentro e fora das unidades sanitárias e são subsidiadas por pesquisas sociais sobre temáticas variadas.

Vislumbrando os relatórios de atividades, bem como fazendo uma análise da influência dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, entendemos com Yazbek (2009) que para o “atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários”, o Assistente Social “desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais”, sem recusar a constatação factual de que nos Serviços de Saúde das Forças Armadas os Assistentes Sociais realizam atividades que denominamos como sendo de natureza sócioadministrativas e políticas, para planejarem e gerirem o seu trabalho. Neste espaço sócio ocupacional vemos muito claramente que as atividades de natureza sócioadministrativas e

políticas além de servirem para *planejamento e gestão de serviços e políticas sociais* são também um espaço de trabalho político, de debate de ideias sobre processos futuros, definição não apenas do que fazer, mas sobretudo espaço de árdua concertação política, de fundamentação e argumentação de várias opções.

Quando os Assistentes Sociais participam nas Reuniões do Conselho de Direção, nas Reuniões Metodológicas, nos processos de planificação estratégica ou de discussão de normas de diversas ordens, mais do que estarem planificando processos de trabalho rotineiros postos e impostos, estes profissionais corajosamente, nos limites da “relativa autonomia”, fazem um trabalho ético-político. Por isso considerando a natureza do trabalho dos Assistentes Sociais nos serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, sentimos estar agora em condições de responder as seguintes perguntas postas anteriormente.

1. Para quê saúde trabalham os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas, para uma saúde vista de forma biomédica, mercantil e reificada ou para uma saúde enquanto teleologia que catapulta para um fazer profissional que promove a emancipação política e social nos limites da sociedade capital?
2. Considerando que a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas se dá num contexto sócioinstitucional de um Estado capitalista moderno, entendendo segundo Martins apud Iamamoto (2014) que “o modo capitalista de produzir supõe um modo capitalista de pensar e agir”, há possibilidades de os Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas no espaço da prática profissional construirem outras formas de pensar e agir que não sejam apenas reprodutoras da ideologia dominante? Como provar a existência da dita “relativa autonomia” neste espaço sócio ocupacional?

A própria natureza do trabalho desenvolvido, a preocupação e abordagens de temas ligados com a garantia e ampliação da imensidão de direitos sociais como necessários para o trabalhar na e com a saúde dos usuários, o envolvimento da família, do espaço laboral e a própria corresponsabilização do usuário, a demonstração de que o usuário não é responsável único de sua situação de saúde, que o abandono da terapêutica não se deve afinal ao “fato de termos usuários indisciplinados e negligentes, não conscientes da importância da adesão”. Trata-se assim de “pessoas que devem ser sensibilizadas pelos Assistentes Sociais e vistas pelos psicólogos”, e em caso de medida curativa de outros “tipos de doentes anarquistas” ou de pessoas a serem localizadas e “tratadas coercitivamente segundo as normas militares”, as

posições em defesa dos direitos usuários e a demonstração da existência de insuficiências aos que a “sociedade confiou a missão de cuidar da saúde” são provas mais do que eloquentes de que é possível.

Sim, mesmo nas FAA existe um espaço de relativa autonomia. Os Assistentes Sociais Militares ou não são também corresponsáveis pelo rumo e direção ético-política das suas atividades profissionais neste espaço. Mesmo nas instituições tidas como ultraconservadoras existe espaço para um trabalho emancipatório nos limites do modo de produção capitalista hoje hegemônico. As atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais são provas de um compromisso mesmo que não explícito com os usuários - a classe trabalhadora, subalterna, a classe empobrecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação que serviu de base orientadora para todo o trabalho de pesquisa de que resultou este trabalho é o que é o Serviço Social em Angola, qual é a sua natureza nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. O reboque da concepção lukacsiana, entendendo natureza no sentido de essência, ou seja, “*aquilo que permanece na mudança*”, partimos do princípio de que apreender a natureza do Serviço Social em Angola equivale a identificar no fugaz, no fenomênico, no imediato, no cotidiano, isto é, na gênese, na formação, nas concepções e na prática profissional, o que *se conserva na continuidade do processo* histórico. Isto porque para Lukács afirmar que natureza e fenômeno são esferas “*igualmente existentes*” é indispensável, porém insuficiente para esclarecer as complexas relações que se desdobram entre elas:

Aquilo que ontologicamente os separa nesta insuperável unidade objetiva do processo, aquilo que faz de um a natureza e do outro o fenômeno, é o modo de se relacionar com o processo, por uma parte na sua continuidade complexiva e por outra no seu concreto “*hic et nunc*” histórico social (LUKÁCS apud LESSA, vol. II, p. 370).

Portanto, tendo como base Lukács para quem natureza e fenômeno são esferas do ser “*igualmente existentes*”, podemos notar partindo do empírico, do imediato, do fenomênico, do mundo real, datado e experimentado por homens material – determinações sócio históricas da emergência do Serviço Social, formação, concepções e prática profissional. Nesse contexto constatamos que a natureza do Serviço Social em Angola felizmente não é portadora de um “*quantum maior*” de ser, que o mundo fenomênico. A natureza/essência do Serviço Social em Angola não é algo eterno, dado, pré-determinado e imutável e o fenômeno - aquilo que se vê no cotidiano da profissão do Serviço Social como fugaz, histórico, inferior e separado de uma natureza que é superior, tal como foi desenvolvida a compreensão de essência ou natureza por Platão até Hegel, ou por sábios do nosso tempo que neles têm bases e se fundamentam.

Considerando as razões que demandaram a emergência da profissão, que deram e continuam dando significado à profissão quer no tempo colonial ou no pós-independência, analisando a formação, as concepções e a prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas que apresentamos, fica demonstrado que o

“ser do Serviço Social” em Angola, sua natureza é reflexo ou expressão da negação mas também continuidade do anterior, de modo que somos obrigados a concordar que:

O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança patrimonialista ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo transformando-as no contexto de mundialização do capital sob hegemonia financeira. As marcas históricas ao serem atualizadas se repõem modificadas ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente (IAMAMOTO, 2012, p. 101).

A natureza do Serviço Social em Angola e nas Forças Armadas Angolanas se circunscrevem no fato de esta profissão ser uma realidade humano – social, produto de realidades humanas que perpassam sua natureza e não uma realidade cuja natureza/essência é dada, pré-determinada e por isso inalterável.

No ser social o mundo dos fenômenos não pode de modo algum ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência, mas que, pelo contrário, exatamente tal inter-relação entre essência e fenômeno constitui um dos mais importantes fundamentos reais da desigualdade e da contradição no desenvolvimento social (LUKÁCS apud LESSA, s/d vol. II, p. 472).

O que hoje se chama “profissão Serviço Social” em Angola e nas Forças Armadas Angolanas só veio ser ela mesma, no interior ou dentro de um dado campo de necessidades (teleologia), que também são fruto de um conjunto de determinações históricas necessárias. Por isso tendo estudado essas várias determinações históricas que lhe deram origem e significado, à guisa de (in) conclusão podemos dizer que a natureza do Serviço Social em Angola é marcada por ser uma profissão, isto é, por ser um trabalho especializado no contexto da divisão sócio-técnica do trabalho. Tal especialização do trabalho que também é o Serviço Social é atravessado/permeado:

1. Pelas características dos sujeitos profissionais, suas crenças e cosmovisão, idade e formação, sua inserção no mercado de trabalho, e sobretudo pelas concepções ou visões que os Assistentes Sociais têm da sua própria profissão e pela prática profissional cotidiana que desenvolvem.

Analisando os depoimentos apresentados em que os Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas expressam o modo como estes “*incorporam em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprimem ao seu fazer profissional*”, no conjunto nota-se uma apreensão do Serviço Social como uma ação profissional institucionalizada, usando termos como ajuda, apoio, auxílio, assistência, gestão de serviços sociais, para se referirem ao Serviço Social e sua finalidade.

Há, portanto, uma auto-imagem dos Assistentes Sociais serem profissionais da ajuda, do apoio, da assistência, do auxílio desenvolvendo atividades socioeducativas e de pesquisa como aconselhando e orientando os usuários na busca de recursos para satisfazer necessidades e carências várias, estudando fenômenos, com vistas à melhor garantia de direitos aos usuários sócio assistenciais, como, distribuindo recursos materiais, garantindo o acolhimento e orientação nas instituições assistenciais, fazendo gestão de altas e cuidados continuados, realizando visitas domiciliares e buscas ativas, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos, orientando e esclarecendo a população quanto a seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis. Sócio administrativas como gerindo recursos institucionais e serviços sociais, participando nos debates e espaços de luta política sobre mecanismos e modos de oferecer e ampliar direitos sociais, atuando muitas vezes na intermediação do triângulo Estado, instituição, classes subalternas.

Conclui-se que com estas atividades que preenchem o cotidiano profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde, estes profissionais no quadro da “relativa autonomia” conseguem sim desenvolver uma prática profissional emancipatória possível no modo capitalista hegemônico de produção vigente.

2. Pela conjuntura sóciohistórica que demandou a criação da profissão, sua recriação e significado, identificam-se em Angola dois momentos sóciohistóricos distintos apenas no tempo pelos protagonistas, mas similares no conteúdo. A instrumentalidade a serviço de um Estado capitalista, que se serve do Serviço Social para atuar nas manifestações da “questão social” que gestaram a criação e recriação do serviço social: o primeiro é a sociabilidade capitalista colonial e o segundo é uma sociabilidade de um país/Estado politicamente emancipado, liberal e marcado por uma guerra fratricida. Porém não obstante o relativo distanciamento de tempo entre os contextos, as diferenças de forma de apresentação e de manifestações da sociabilidade capitalista, em ambos os contextos é comum o caráter ideológico do Serviço Social estar a serviço do Estado e servir aos interesses

da Igreja. Doutra forma em ambas as situações a profissão nasce vinculada aos interesses da sociedade capitalista sob amparo do Estado e da Igreja Católica;

3. Considerando tanto as demandas e interesses das instituições que assalariam o Assistente Social, quanto as demandas e interesses dos sujeitos para quem o trabalho dos Assistentes Sociais se dirige, elas não são necessariamente harmônicas, podendo ser muitas vezes contraditórias:

Não chefe, fizeste com cada pergunta que fazem doer a cabeça, não deixaste de fazer as empenhativas?! [...]. Preciso pensar, prefiro responder com mais calma...por exemplo esta: Qual é o fim do nosso trabalho? Para quem e para quê trabalhamos? [...] Se eu dizer que trabalhamos para os interesses e necessidades dos nossos utentes acho que estarei a falar apenas meia-verdade. Se dizer também que trabalhamos para os Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas (SS/FAA), não estarei a mentir, mas não será só isso. Para quê e para quem trabalhamos? Desculpe chefe por estar a mudar a sua pergunta...acho que não mudo, interpreto! [...] Eu acho, tenho certeza que eu pelo menos trabalho para os interesses e necessidades dos utentes dos SS/FAA através da satisfação dos interesses da SS/FAA [...] é complicado não sei se falei bem, mas é isso. O brother entendeu? Mas atenção mano, nós aqui temos muita responsabilidade, temos que ficar atentos nas supervisões, para baixar orientações, porque podemos trabalhar para os interesses e demandas da instituição só, com o pretexto de esses interesses serem dos utentes, por um lado, por outro, o fogo aqui rebenta em fazer coincidir os interesses da instituição com os dos utentes. Esse é um grande fogo...mas pra frente é o caminho até porque o brother sabe o quanto já fizemos (Assistente Social b1).

A natureza do Serviço Social em Angola e nas Forças Armadas Angolanas em particular, ao ser permeada pelas demandas e interesses das instituições que assalariam o Assistente Social, e ao mesmo tempo das demandas e interesses dos sujeitos a quem o trabalho dos Assistentes Sociais se dirige, atesta que este trabalho especializado atua numa contradição dialética.

No contexto colonial o Serviço Social surge ou é demandado para ser um instrumental a serviço da exploração capitalista colonial. O conjunto de políticas e serviços nos quais os Assistentes Sociais trabalharam demandaram o seu surgimento e deram significado à sua existência foram tidos pelos portugueses colonialistas como “*mecanismos de aumento de produtividade*” (Mendes, 1966, p. 208-257; 277-338), embora dialeticamente também representem ampliação e garantia de direitos duramente conquistados.

Nos tempos atuais, embora os representantes do capital e do Estado tenham mudado, nota-se que o Serviço Social surgiu e ainda tem o selo de atuar na contradição. O depoimento anterior traz-nos essa ideia. Caso isso seja falso, perguntamos: a prestação de cuidados de saúde aos militares e seus familiares, a luta pela adesão ao tratamento sobretudo nas doenças

crónicas, a extensão do conjunto de cuidados como acolhimento, seguimento pós alta, atendimento domiciliar, etc., deixam de ser uma forma “mais barata” de pagar o militar para que seja apto a cumprir com suas missões – defesa da pátria? Pode-se imaginar como lidaria a sociedade Angolana com aqueles militares com experiência de guerra hoje deficientes, sem estas outras formas de pagá-los pelo conjunto de serviços incluídos nas políticas sociais que os Assistentes Sociais participam na concepção, execução e avaliação?

Este caráter contraditório presente na natureza do Serviço Social em Angola e nas Forças Armadas Angolanas leva-nos a pensar esta profissão nos termos da proposta de Iamamoto apud Yazbek (2012) baseada em: *“apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade”*. Inserção que, conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p. 79-80) implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes:

- “Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional”;
- “Como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais”.

Conclui-se que em Angola a natureza do serviço social – “aquilo que permanece na mudança” caracteriza-se por ser uma profissão que nasce para fazer frente a demanda social face ao processo de alargamento do Estado, ou seja, quando este se vê obrigado a intervir na questão social se viu obrigado a contratar um profissional que implementasse as políticas sociais. Portanto, um trabalho especializado com possibilidade de participar no processo de produção e reprodução da vida social e do valor pela prestação de serviços sociais. Analisando o conteúdo formativo desde a gênese da profissão se pode notar claramente uma profissão de formação superior, de orientação positivista, de cariz funcionalista com forte pendimento doutrinal católico sobretudo no Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola, embora isso não signifique que não exista no seu interior agentes com orientação teórico-metodológica diferente que vão tensionando as posições hegemônicas.

Face ao quadro descrito, considerando as mudanças que estão ocorrendo na base de sustentação funcional do Serviço Social em Angola, isto é, as mudanças que estão ocorrendo nas políticas sociais com o avanço da sociedade neoliberal amparado pelo Estado, torna-se importante que os Assistentes Sociais em Angola em geral e nas Forças Armadas em particular reflitam e aprofundem o conhecimento da profissão em Angola, sua natureza e seu

significado no país. Entendemos que este é um primeiro passo para que a profissão participe no processo de redefinição da sua natureza em Angola. Sustentamos que é possível e necessário que a profissão como um todo debata e participe ativamente na definição de sua base de sustentação funcional-ocupacional, tornando-se sujeito ativo nos processos sociais em curso no país, pois como afirma Netto:

As profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como *corpus* teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde emanam suas inelimináveis dimensões ideológico-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais (NETTO, 1996, p. 89).

O debate sobre a natureza do Serviço Social em Angola e nas Forças Armadas em particular se afigura como urgente e necessário. Pois como profissionais somos corresponsáveis pela direção política que a profissão venha a tomar em nosso país.

Se o Assistente social, enquanto trabalhador assalariado, dever responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de uma relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las (IAMAMOTO, 2014, p. 129).

Entendemos que o debate pelo que venha a ser o Serviço Social em Angola, sua natureza e seu significado na sociedade Angolana também deverá passar pela organização da categoria profissional que aos poucos vai crescendo; pela definição de uma regulamentação profissional; de um Código de Ética; mediante a organização de eventos para o debate teórico-político, em que se discuta o significado político da prática profissional, que gere um desenvolvimento substantivo do conhecimento sobre a realidade e que redunde em situar a profissão em termos de igualdade acadêmica e *status* funcional com as demais disciplinas sociais. Para isso é fundamental a melhoria dos currículos, adequando-os à realidade que vivemos e à necessidade de maior capacitação profissional, através de estratégias que permitam ao Assistente Social em Angola aumentar seu poder específico em nível organizacional, podendo negociar melhor suas propostas, colocando-se em melhores situações dentro da organização, mediante a participação em atividades de análises teórica, de definição da política organizacional, de planejamento social e de avaliação dos serviços prestados pela organização.

Com este trabalho não pretendíamos, de forma nenhuma, exaurir o tema. Antes, ao ampliarmos as ideias almejamos pura e simplesmente iniciar um ensaio que estimule o debate em torno do tema, pois em nosso entender ele se impõe com urgência no país onde com prazer somos Assistentes Sociais, portanto, profissionais do Serviço Social em Angola.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABESS/CEDEPSS, Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, São Paulo, Editora Cortez, abril de 1996, p. 143-171.

ABESS/CFESS/ENESSO. *Reforma do ensino superior: a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social*. Brasília, 1999 (mimeo).

ALMEIDA, Ney Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALTUNA, Padre Raúl Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional bantu*. 2. ed. Luanda: Edição do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1993.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. *Corrupção e crescimento económico*. Ciclo de palestras sobre A promoção de uma gestão pública, ética e transparente. Luanda, 1999.

ANGOLA. Agência Eclesial, 500 Anos de Evangelização, 04 de março de 2009, às 17:38.

_____. Constituição da República de 05 de fevereiro de 2010. Diário da República n. 23, I Série.

_____. Decreto Presidencial nº 260/10 de 19 de novembro. Aprova o Regime Jurídico da Gestão Hospitalar.

_____. Forças Armadas Angolanas, Estado Maior General, Direcção dos Serviços de Saúde. Estatuto Orgânico dos Serviços de Saúde. Luanda, 2004.

_____. Forças Armadas: Manual de Educação Patriótica, Luanda, 1992.

_____. Forças Armadas, DSS/EMG/FAA, Subsistema de Saúde nas FAA: Papel e missões integras das unidades e instituições médicas das FAA, Luanda, 2011.

_____. Forças Armadas Angolanas, EMG/DSS. Repartição dos de Assistência Psicossocial, Geriatria e Cuidados Continuados. Manual de Assistência Psicossocial nas FAA, Luanda, 2008.

_____. Instituto Nacional de Estatística: censo de 2014, Luanda, 2014.

_____. Lei nº 7/04 de 15 de outubro. Lei de Bases de Proteção Social.

_____. Lei nº 21-B/92 de 28 de agosto. Lei de Bases do Sistema de Saúde.

_____. Lei nº 2/93 de 26 de março. Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

_____. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Rede de instituições de *ensino superior em Angola. Dados estatísticos*, (mimeografado). Luanda, 2012.

ANJOS, Isaac dos. *A agricultura irrigada*. Uma contribuição para a recuperação da economia de Angola. Comunicação apresentada às 1ª *Jornadas sobre Economia de Angola*, Luanda, setembro, 1998.

ANSTEE, Margaret. *Órfão da Guerra Fria*. Radiografia do colapso do processo de paz angolano. 1992/93. Porto: Campo das Letras, 1997.

AYRES, J. R. C. M. Uma concepção hermenêutica de saúde. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 43-62, 2007.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária, *A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação construção do conhecimento*, 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2014, vol. 2.

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária, *A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação construção do conhecimento*, 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2014, vol. 2.

BELDA, Walter. A prioridade nas soluções dos problemas de saúde. In: *Saúde da Comunidade*, temas de medicina preventiva e social, 1978, p. 62.

BENDER, Gerald, *Angola sob o domínio português*. Mito e realidade. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1980.

BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos Juntos*”. O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Luanda: Kilombelombe, 2008. v. I e II.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BURIOLLA, Marta Alice Feitin. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BUSS, P. M. *Uma introdução ao conceito de promoção de saúde*. In: *Promoção de Saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BUSS, P.M.; Pellegrini Filho A. A saúde e seus determinantes sociais. *Phisis -Revista Saúde Coletiva* 2007; 17(1), p. 77-93.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo de capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Paulo de; Víctor KAJIBANGA; Mário Pinto de ANDRADE. Poder político e sistema de governo em Angola. Luanda: Fundação Friedrich Ebert (draft), 2006.

CARVALHO, Paulo de. *Angola*. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social. Oeiras: Celta, 2002.

_____. *Exclusão social em Angola*. O caso dos deficientes físicos de Luanda. Luanda: Kilombelombe, 2008.

_____. *A campanha eleitoral de 2008 na imprensa de Luanda*. Luanda: Kilombelombe, 2010a.

_____. Gangues de rua em Luanda: de passatempo a delinquência. In: *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 63, p. 71-90, 2010b.

_____. Angola: Estrutura social da sociedade colonial. In: *Revista Angolana de Sociologia*, n. 7, p. 57-69, 2011.

_____. Prefácio a: Pedro de CASTRO MARIA. *Minorias étnicas em Angola*. O caso dos San. Luanda: JZM [no prelo].

_____. *Angola*. Do Alvor a Lusaka. Lisboa: Hugin, 1996.

_____. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. In: *Revista Angolana de Sociologia*, n. 9, 2012, p. 51-58.

_____. Angola: Estrutura social da sociedade colonial. In: *Revista Angolana de Sociologia*, n. 7, 2011, p. 57-69.

CEAST- Conferência Episcopal de Angola e São Tomé: História sobre a Evangelização de Angola 1491-1991, Oficinas Gráficas São José-CEAST, Luanda, 1990.

CFESS - Conselho Federal de Escolas de Serviço Social. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*, 2005

CFESS- Conselho Federal de Escolas de Serviço Social, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (Versão Preliminar), Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde, Brasília, março de 2009.

COHEN, Maria Adélia; DUMBO, Luzia N. *Breve história sobre o Serviço Social em Angola pós-independência e algumas reflexões sobre os desafios profissionais*. Texto de apoio à palestra realizada em 19 de março de 2015 em alusão ao dia Mundial de Serviço Social, Luanda, 2015.

COHEN, Maria Adélia; SANTO, Felisbela do Espírito. *O Serviço Social nas instituições públicas e privadas em Angola: desafios e perspectivas*. Texto de apoio à palestra realizada em 19 de março de 2015 em alusão ao dia Mundial de Serviço Social, Luanda, 2015.

COLMÁN, Evaristo. *Aproximação à Natureza do Serviço Social: exame das proposições de três autores brasileiros acerca da natureza do Serviço Social*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

COLMÁN, Evaristo. O que é o serviço social? Vigência de um “velho” problema e desafio para a formação profissional, *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 13-22, jul./dez. 1998.

CORREIA, Pedro de Pezarat. *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996.

_____. *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Inquérito, 1991.

DANTAS, José Lucena, *A Metodologia do Serviço Social, uma abordagem sistemática*, Documentos de Teresópolis, CBCICISS, 1971 in VIERA, Balbina Ottoni, *Serviço Social: Processos e Técnicas*, 6ª edição, Agir Editora, RJ 1988.

DEVER, G. E. A. *A epidemiologia na administração dos serviços de saúde*, Pioneira. São Paulo, 1988, p. 394.

DIAS, Jill. Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930, In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 1, p. 61-94, 1984.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. In *Serviço Social e Sociedade*, n. 101. Fundamentos críticos para o exercício profissional, Cortez Editora, São Paulo, 2010.

ENGELS, F. O papel desempenhado pelo trabalho na transição do macaco ao homem. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

ESTERMANN, Carlos, *Etnografia de Angola (sudoeste e centro de Angola)*. Colectânea de artigos dispersos. Lisboa 1983, vol. 1 e 2.

FERNANDO, Américo. *As ações do Setor Social nos Hospitais de Luanda e o Serviço Social Hospitalar*. Dissertação (Mestrado). PUC-SP. São Paulo, 2012.

FERNANDO, Boa Ventura José. *A escola Católica em Angola e o desafio da construção da comunidade educativa*. Monopoli, Bari: Edizioni Viverein, 2010.

FERREIRA, Manuel Ennes. Despesas militares e ambiente condicionador na política económica angolana (1975-1992). In: *Estudos de Economia*, v. 12, n. 4, p. 419-438, 1992.

_____. Angola: Política Económica num Contexto de Incerteza e Instabilidade. In: Actas do Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, vol. VI, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, p. 1360-1386, Porto, 1993.

_____. *A Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-1991)*, Cosmos + Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1999.

GABRIEL, Manuel Nunes. *Angola Cinco séculos de Cristianismo*, LITERAL, Braga, 1978.

GALLI, Rosemary E. A crise alimentar e o Estado socialista na África lusófona. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 6-7, p. 121-163, 1987.

GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social – ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. 2. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Metodologia e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, João Paulo. *Memórias das Guerras Coloniais*. Porto: Afrontamento, 1994.

GUIMARÃES, Fernando Andersen. *The Origins of the Angolan Civil War*. Foreign intervention and domestic political conflict. Londres: Macmillan, 1998.

GRAMSCI, António, *Cadernos do cárcere: caderno 11*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

HARE, Paul. Estrutura Social e Descolonização em Angola. In: *Análise Social*, 2ª série, v. X, n. 40, p. 621-655, 1973.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, 41. São Paulo: Cortez, 2014

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Trabalho e indivíduo social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ILLICH, I. *Medical nemesis: the expropriation of health*. New York: Pantheon Books, 1982.

JORGE, Manuel. *Para Compreender Angola*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

JÚNIOR, Miguel. *A formação e o desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas*. Luanda: Editorial Nzila. Coleção Ensaio –16, s/d.

KAJIBANGA, Víctor. *O Estado pós-colonial e a questão da defesa nacional*, comunicação apresentada no *Simpósio sobre a Defesa Nacional*, Luanda, 1996.

_____. *Liberdades académicas e instituição universitária em África*, conferência inaugural proferida no *Fórum sobre a Universidade Agostinho Neto e o Ensino Superior em Angola*, Luanda, 1998.

_____. *Ensino Superior e Dimensão Cultural do Desenvolvimento*. Comunicação apresentada na *Semana Social 'Educação para a Cultura da Paz'*, Luanda, 1999.

KAMABAYA, Moisés. *Os Heróis da Baixa de Kassanje*. Luanda: Nzila, 2007.

KISSINGER, Henry. *Anos de renovação*. Lisboa: Gradiva, 2003.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, s/d.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOUMROUYAN, Elza. A pesquisa do indizível: a escuta do outro. In: Núcleo de estudo e pesquisa sobre identidade. *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 2012.

LANDMANN, Jayme. *Medicina não é saúde – as verdadeiras causas da doença e da morte*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LARA, Lúcio. *Um amplo movimento: Itinerário do MPLA através de documentos e anotações até fevereiro de 1961*, vol. I. Luanda: Edição do autor [2006: vol. II, 1961-1962; 2008: vol. III, 1963-1964]

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Promoção de Saúde: a negação da negação*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

_____. A promoção de saúde como oportunidade para a emancipação RECIIS. In: *Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 234-240, jul./dez., 2007.

LESSA, Sérgio. Lukács: ontologia e historicidade. In: *Revista Transformação*, v. 19, São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. Notas sobre a historicidade da essência em Lukács. In: *Revista Novos Rumos*, v. 30, São Paulo, 1999. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/user/register>. Acesso em: 08 dez. 2014.

LESSA, Sérgio. *Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.

LÓPEZ, Daniel Inclán. *Factores fundamentais que intervêm na Saúde dos Efectivos das FAA. Missões principais dos Serviços de Saúde das FAA em Tempo de Paz*. Aula de Preparação Operativa, Combativa e Educativo-Patriótica (POCEP) dos Oficiais dos Serviços de Saúde, Luanda, 22 de abril de 2009.

LUKÁCS, G. *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MABEKO-TALI, Jean Michel. *Dissidências e poder de Estado*. O MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de história política, vol. I e II. Luanda: Nzila, 2001.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v. 1, t. 1 (Os Economistas).

_____. *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1985b.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985c. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os Economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985d. Livro 2, v. 2 (Os Economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986a. Livro 3, t. 1 (Os Economistas).

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986b. Livro 3, t. 2. (Os Economistas).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores).

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *El Capital: crítica de la economía política*. Traducción por Pedro Scaron. México: Siglo Veintiuno S. A. 1978.

_____; ENGELS, Federico. *Correspondencia*. Buenos Aires: Cartago SRL, 1973.

MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2004.

_____. *Angola 61 – Guerra Colonial: causas e consequências*. 4 de fevereiro e o 15 de março, Texto Editores, Alfragide, 2011.

MATROSSE, Dino. *Memórias (1961-1971)*. Luanda: Nzila, 2005.

MONTAÑO, Carlos E. *Buscando la “Especificidad” Prometida*. El “endogenismo” del Servicio Social, 1998. Disponível em: <www.sercomtel.com.br/colman/document.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. *A natureza do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MBAH, Jean Martial Arsène. *2010: As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Luanda: Mayamba, 2010.

MEDINA, Maria do Carmo. *Angola. Processos Políticos da Luta pela independência*. Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2003.

MPLA. *História do MPLA, vol. I e II*, Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

MATOS, Luís Salgado de. *Guerra Colonial 1961-1974*. Disponível em: <<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=210>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MEIRA, Affonso Renato. *Saúde da Comunidade, temas de medicina preventiva e social*, 1978. Lisboa.

MENDES, Afonso, O trabalho assalariado em Angola, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1966.

MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1981.

MEYNS, Peter. O desenvolvimento da economia angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, p. 121-161, 1984.

MONTAÑO, Carlos E. *A natureza do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos E. Buscando la “Especificidad” Prometida. El “endogenismo” del Servicio Social, 1998. Disponível em: <www.sercomtel.com.br/colman/document.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MONTEIRO, Amor António. *Serviço Social na Saúde com pessoas deficientes: o caso do Centro de Apoio dos Deficientes Físicos da Funda-CADF*. Trabalho de Conclusão de Curso, Luanda: UCAN, 2010

_____. *Serviço Social no Centro de Instrução de Soldados da Kahama*. Relatório Final de Estágios, Luanda: ICRA-Educadores Sociais, 2004.

MONTEIRO, Indira Lazarine Catoto. *Modos de vida e trabalho das mulheres que zungam em Luanda*. Dissertação (Mestrado). PUC-SP. São Paulo, 2012.

MONTENEGRO, António Torres. *História, metodologia, memória*. 1. ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MUACA, Eduardo André. *Breve História da evangelização de Angola 1491-1991*. Cucujães: Biblioteca Evangelização e Culturas, 1991.

MURARGY, Murade. Paulo VI, Igreja Católica e o Processo de Independência dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) (I), Abril 22, 2015. *O País*. Disponível em: <<http://opais.co.ao/paulo-vi-igreja-catolica-e-o-processo-de-independencia-dos-palop-i/>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*, Lusotopie, Paris: L’Harmattan, 1997, p. 337-359.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, São Paulo, Editora Cortez, abril de 1996, p. 87-132.

NGANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano*. As memórias de Holden Roberto (1923-1974), v. I, São Paulo, Parma, 2008.

NGONDA, Lucas. *A percepção da sociedade civil sobre o fenómeno da corrupção*. Ciclo de palestras sobre a promoção de uma gestão pública, ética e transparente, Luanda, 1999.

NGULUVE, Alberto Kapitango. *Política Educacional Angolana (1976-2005): organização, desenvolvimento e perspectivas*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2012.

NUNES, António Lopes Pires. *Batalhas de Portugal: Angola 1966-74, vitória militar no Leste*. Disponível em: <<http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=intervns1/#upa/fnla>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PACHECO, Carlos. As sublevações de 1961 e a figura do cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves. *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, n. 1, 2001: p. 9-13

PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1975.

POSSAS, Cristina. *Saúde e Trabalho – A crise da previdência social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

QUEIRÓS, Francisco. *A economia tradicional e a transição para a economia de mercado*. Comunicação apresentada às I Jornadas sobre Economia de Angola, Luanda (Setembro), 1998.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2003.

RAICHELIS, Raquel. *O trabalho do assistente social na esfera estatal*. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, CFESS/ABEPSS, 2009.

ROCHA, Edmundo. *Angola*. Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964). Luanda: Kilombelombe, 2003.

ROCHA, Alves da. *Economia e Sociedade em Angola*. Luanda: Antena Comercial (LAC), 1997.

_____. Subsídios para uma análise sobre a corrupção em Angola. *Ciclo de palestras sobre A promoção de uma gestão pública, ética e transparente*. Luanda, 1999.

_____. *Opiniões e reflexões*. Colectânea de artigos, conferências e palestras sobre *Angola, África e o mundo*. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2004.

_____. *Alguns temas estruturantes da economia angolana*. Luanda: Kilombelombe, 2011.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. *O trabalho dignifica o homem*. Estratégias de sobrevivência em Luanda. Lisboa: Colibri, 2006.

ROJAS, Juana Eugénia Arias. O indizível e o dizível na história oral. In: Núcleo de estudo e pesquisa sobre identidade. *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 2012.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTA SÉ. *Fedei Donum* – Carta Encíclica do Papa Pio XII sobre as missões, especialmente em África, de 21 de abril de 1957.

_____. *Mater et Magistra* – Carta Encíclica do Papa João XIII sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã, de 15 de maio de 1961.

_____. *Pacem in Terris* – Carta Encíclica do Papa João XIII sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade, de 11 de abril de 1963.

_____. *Populorum Progressio*. Carta Encíclica do Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos, de 26 de março de 1967.

SANTO, Espírito Felisbela. *A institucionalização do Serviço Social em Angola*. Dissertação (Mestrado). Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, 2009.

_____. *História do Serviço Social em Angola*. Texto de apoio às aulas, Luanda, 2008.

SANTOS, Boaventura S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHOOR, Marthinus Von. O pano de fundo do Acordo entre Angola, Cuba e a África do Sul assinado em Nova Iorque, em 22 de dezembro de 1988. In: *Africana*, n. 4, p. 175-187, 1989.

SEMERARO, G. *Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci*. In: *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano XX, n. 66, p. 65-83, abril de 1999.

SERRANO, Carlos, *Angola*. Nascimento de uma Nação. Um estudo sobre a construção da Identidade Nacional. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SILVA, Eugénio Alves da, *Universidade Agostinho Neto: Quo Vadis?* Luanda: Kilombelombe, 2012.

_____. *O burocrático e o político na administração universitária*. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Luanda). Braga: Universidade do Minho, 2004.

TEASLEY, Cathryn. Aprendizagens pós-coloniais em tempos neoliberais. In: *Itinerários – Fórum Global de Investigação Educacional*, v. 1, n. 1, p. 34-41, 2011.

VALÉRIO, Nuno; FONTOURA, Maria Paula. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial: uma tentativa de síntese. In: *Análise Social*, vol. XXIX (129), 1994 (5), 1193-1208. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *Prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área de saúde*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. *O estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. O caso de Angola. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

_____. *Os desafios do ensino superior em Angola*. O lugar e o papel das ciências sociais na construção do país e do futuro dos angolanos. In: *Revista Angolana de Sociologia*, n. 1, p. 85-92, 2008.

VERON, E. *A produção do sentido*, São Paulo: Cultrix; Edusp, 1980.

VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino P. de (Ed). *Sociedade civil e política em Angola*. Enquadramento regional e internacional. Universidade Católica de Angola e Universidade de Coimbra. Luanda; Lisboa, 2008.

VIERA, Balbina Ottoni. *Serviço Social: Processos e Técnicas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

WRIGHT, George. *A Destruição de um País*. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945. Lisboa: Caminho, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e assistência social*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O significado sócio histórico da profissão. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

Estimado Assistente Social N, agradeço sua disponibilidade em participar neste estudo que se propõe compreender a Natureza do Serviço Social em Angola, em geral e de modo específico nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. O estudo começa procurando ler e entender o contexto socio-histórico em que surge, se desenvolve e ganha significado o Serviço Social em Angola. Porém acreditando que é insuficiente desejar apreender a natureza da nossa profissão apenas com os aspectos objectivos da profissão, achamos importante associar àqueles aspectos as concepções e prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. Acreditamos que sua contribuição é especialmente útil e por isso solicitamos sua participação. Quer participar? Sim _____ Não _____

I. SECÇÃO: CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES

*Obrigatório

1. **Qual é a sua idade?*** (Aqui voce fala de quantos anos de vida tem) _____

2. **Qual é a sua formação média?*** (Aqui voce fala em que se formou antes da licenciatura em Serviço Social)

3. **Tem outra formação superior além de Assistente Social? *** (Aqui voce fala se além da licenciatura em Serviço Social tem outro curso superior)

4. **Em que instituição dos Serviços de Saúde está colocado?*** (Aqui voce fala onde está a trabalhar)

5. **A quantos anos trabalha nos Serviços de Saúde das FAA?*** (Aqui voce fala dos anos em que trabalha nos SS/FAA)

6. **A quantos anos trabalha nos Serviços de Saúde das FAA como Assistente Social?*** (Aqui voce fala dos anos em que trabalha nos SS/FAA, só desde que está licenciado em Serviço Social)

7. **Qual é o seu grau militar?*** (Aqui voce diz a sua patente)

8. **Que função desempenha?*** (Aqui voce fala do seu cargo)

9. **Tem outras responsabilidades além das atribuídas aos Assistentes Sociais nos SS/FAA?*** (Aqui voce fala se achas que fazes coisas que não são dos Assistentes Sociais nos SS/FAA)

10. Tem outro vínculo laboral além dos Serviços de Saúde das FAA?* (Aqui voce fala se além dos SS/FAA desenvolve outra atividade remuneratória)

11. Se sim onde voce é melhor remunerado?* (Aqui voce fala onde lhe pagam melhor)

II. SECÇÃO: CONCEPÇÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL

12. Para si o que é o Serviço Social?* (Aqui voce fala do que entende por Serviço Social)

Em geral qual é o objecto de trabalho dos Assistentes Sociais?* (Aqui voce fala sobre em que recai o trabalho do Assistente Social)

Qual é o entendimento que tem da "questão social"?* (Aqui voce fala do que sabe que seja a questão social)

Acha que existe um objecto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA?* (Aqui voce fala se pensa existir algo sobre o qual recai o trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA)

13. Se sim, qual é o objecto de trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA?* (Aqui voce indica em que recai o trabalho dos Assistentes Sociais nos SS/FAA, caso tenha dito existir algo)

14. Terá o Serviço Social uma natureza?* (Aqui voce fala se o Serviço Social tem uma essência)

15. Se sim, qual é?* (Aqui voce menciona a essência do Serviço Social, se achas que tem alguma)

16. Qual é o fim do trabalho do Assistente Social nos Serviços de Saúde das FAA?* (Aqui voce fala da finalidade do Serviço Social nos SS/FAA)

Obrigado pela colaboração
Amor António Monteiro

**APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSISTENTES SOCIAIS
FORMADAS NO TEMPO COLONIAL**

Querida professora N, para fins da minha dissertação de mestrado no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pretendo iniciar a releção sobre a Natureza do Serviço Social. Para efeito, desejo analisar a gênese da profissão, o processo de formação profissional, as concepções e prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas. Considerando que o Serviço Social em Angola remonta no tempo colonial, pretendo com as questões que abaixo coloco ser ajudado a entender as determinações sóciohistóricas que estiveram na base da gênese da profissão no tempo colonial bem como a formação profissional naquele período. Gostaria muito poder ser ajudado nesta tarefa. A professora quer participar? Sim _____ Não _____

1. Pode descrever o contexto socio-histórico da institucionalização do Serviço Social em Angola?
2. O que é que marca a institucionalização do Serviço Social em Angola?
3. Quais eram os principais empregadores dos Assistentes Sociais?
4. Quais eram as principais demandas de trabalho dos Assistentes Sociais?
5. Quais eram os critérios de seleção para admissão no curso de Serviço Social?
6. Que comparação pode fazer da formação colonial de Assistentes Sociais com a atual no país em termos de disciplinas e princípios orientadores?

Obrigado pela colaboração

Amor António Monteiro

ANEXO - TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA



Forças Armadas Angolanas
Estado Maior General
Direcção dos Serviços de Saúde

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CONSENTIMENTO

Eu, Tenente General, Aires do Espírito Santo Pereira Africano, CDSS/EMG/FAA declaro para os devidos fins que autorizo, 81778804, Capitão Assistente Social e Mestrando Amor António Monteiro, portadora do Passaporte n.º N0918574, emitido aos 16 de Junho de 2015, pelos Serviços de Migração e Estrangeiro da República de Angola, SME Luanda e do Registo Nacional de Estrangeiros n.º G042834-B, aluno do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, a entrevistar os Assistentes Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas que de modo livre quiserem participar. As entrevistas serão concedidas durante o mês de Julho de 2015, e poderão ser utilizadas sem restrições de prazos e limites de citação na sua Dissertação cuja temática abordará sobre: "A natureza do Serviço Social em Angola: gênese, formação, concepções e prática profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde das Forças Armadas Angolanas".

Luanda aos, 15 de Julho de 2015

O Chefe da DSS/EMG/FAA

Aires do Espírito Santo Pereira Africano

Tenente General - Médico

